



**FUNBIO**

---

HÁ 20 ANOS  
CONSERVANDO  
O FUTURO

---

20 YEARS  
CONSERVING  
THE FUTURE





**FUNBIO**  
20 anos | years





**FUNBIO**

---

HÁ 20 ANOS  
CONSERVANDO  
O FUTURO

---

20 YEARS  
CONSERVING  
THE FUTURE



Este livro é dedicado a todos aqueles que, nestes 20 anos, pensaram, agiram, acreditaram e construíram a história do Funbio: equipe, conselho, doadores, parceiros do governo, da sociedade civil e do setor empresarial. A eles, nosso agradecimento.

This book is dedicated to all those whose thoughts, actions and belief have helped build Funbio over the last twenty years. To our team, the Board, donors and partners in government, civil society and the business community, our sincerest thanks.

# DUAS DÉCADAS DE GRANDES PARCERIAS

**ROSA LEMOS DE SÁ**  
SECRETÁRIA-GERAL, FUNBIO

Poucas coisas são mais presentes em nossas vidas do que o tempo: ele está em expressões populares — “o tempo voa”, “corrida contra o tempo” —, em embates filosóficos e, para quem, como nós, trabalha com conservação da natureza, no centro do trabalho. Os 4,5 bilhões de anos da Terra inspiram maturidade. E os menos de cem anos do antropoceno — a era em que a atividade humana promoveu colossais transformações no planeta — trazem grandes desafios: se por um lado mostramos engenhosidade para acelerar o mundo, grande parte das mudanças teve considerável e, muitas vezes, irreversível impacto ambiental.

Este livro, que celebra nossos 20 anos, reúne imagens, dados e personagens que falam dos resultados de uma trajetória que objetivamos manter e intensificar ainda mais nas próximas décadas. Com uma meta clara: fomentar parcerias em iniciativas efetivas para a conservação da biodiversidade no Brasil.

Nossos 20 anos se traduzem também em números: das primeiras chamadas de projetos ao presente, já são mais de meio bilhão de dólares em contratos assinados, mais de 230 projetos apoiados com um número superior a 170 instituições, apoio a 310 áreas protegidas, que totalizam 67 milhões de hectares.

O Funbio foi criado a partir de uma doação do Global Environment Facility (GEF) e dos esforços de um grupo multidisciplinar — governo, academia, setor empresarial e sociedade civil — e segue com a vocação de pluralidade e criação de conexões e parcerias entre diferentes setores. São elas o pilar e o futuro de nossa história.



# TWO DECADES OF MAJOR PARTNERSHIPS

**ROSA LEMOS DE SÁ**  
CEO, FUNBIO

Few things are as present in our lives as time: it's in our sayings—"time flies", "a race against time"—, in our philosophical debates and, for those involved with nature conservation, at the very core of our work. The Earth's 4.5 billion-year existence inspires maturity. Less than a hundred years into the Anthropocene—the epoch defined by colossal planetary transformations caused by mankind—, we face towering challenges: if, on one hand, we have displayed the ingenuity to accelerate world change, much of it has come at a considerable and sometimes irreversible cost to the environment.

This book, which celebrates 20 years of Funbio, presents pictures, data and collaborators that testify to the results of an endeavor we aim to carry forth for another twenty years. And with one clear goal: to nurture partnerships on effective biodiversity conservation initiatives Brazil-wide.

The last 20 years translate into prodigious numbers: from the first open calls to the present, we have signed over a half a billion dollars-worth of contracts, supported over 230 projects with upwards of 170 institutions, and supported 310 protected areas across 67 million hectares.

Funbio grew out of a donation from the Global Environment Facility (GEF) and the efforts of a multidisciplinary group drawn from government, academia, the business community and civil society, and it presses ahead with its vocation for plurality and to build bridges and partnerships across a range of sectors. These are the cornerstone and the future of our history.

UM CAMINHO  
DE ENCONTROS

---

A TRAIL OF  
ENCOUNTERS





Em duas décadas, os recursos aportados pelo Funbio consolidaram resultados concretos de conservação da biodiversidade em todo o Brasil.

Over the last two decades, Funbio's financial support framework has consolidated concrete results in biodiversity conservation Brazil-wide.



**O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) entra em atividade**

O Funbio inicia sua operação dentro da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e, a partir de então, começa a apoiar as primeiras iniciativas. O edital 96/97 teve duração de quatro anos e foi a primeira chamada de projetos do Funbio, que aportou cerca de R\$ 2,2 milhões para dez projetos de conservação e uso sustentável da biodiversidade.

**The Brazilian Biodiversity Fund (Funbio) becomes operational**

Funbio begins its activities under the auspices of the Getúlio Vargas Foundation (FGV) and issues its first call for project proposals. The 1996/97 crop of 10 biodiversity conservation and sustainable-use projects is rolled out to a four-year timeframe and receives a combined total of R\$ 2.2 million.

**1992**

1993

1994

**1995**

**1996**

1997

**Rio-92: o primeiro grande evento global sobre meio ambiente insere o tema na agenda mundial**

A Rio-92 trouxe ao país 108 chefes de estado e, pela primeira vez, um novo compromisso: a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. O Brasil aceitou o desafio e se tornou o primeiro signatário da Convenção da Diversidade Biológica (CDB).

**Rio-92: the first major global event on the environment puts the theme on the international agenda once and for all.**

Rio-92 sees 108 heads of state arrive in Brazil, where they assume a new commitment to the conservation and sustainable-use of biodiversity. Brazil rises to the challenge and becomes the first signatory to the Convention on Biological Diversity (CBD).

**GEF doa USD 20 milhões para a criação de um fundo ambiental no Brasil**

Uma doação de USD 20 milhões viabilizou a criação do Funbio. Um grupo de trabalho com representantes do setor ambiental, do governo brasileiro, do setor empresarial e da academia foi criado, para pensar num fundo ambiental para fomentar a conservação da biodiversidade no Brasil. Assim surgia o Funbio, com duração prevista de 15 anos.

**The GEF donates USD 20 million for the creation of a Brazilian environmental fund**

A donation of USD 20 million leads to the foundation of Funbio. A work group of representatives from the environmental sector, Brazilian government, the business community and academia is set up to design an environmental fund to foster biodiversity conservation in Brazil. The result is Funbio, established with an initial 15-year mandate.



Andrea Goeb/Funbio



### Contrapartidas e parcerias

Em 1998, é lançado o primeiro edital do programa Fundos de Parceria, que deu início a contrapartidas nos projetos apoiados pelo Funbio. Até 2002, cerca de R\$ 7,3 milhões foram destinados aos projetos. A partir desse ano, têm início as chamadas de projetos para o programa de Apoio à Produção Sustentável (PAPS) e, do ano seguinte, para o Programa Fundação Ford/Funbio.

### Equity and partnership funds

1998 sees the first batch of Partnership Funds, which are basically equity investments sealed between Funbio and other funding sources. Up until 2002, Funbio had paid roughly R\$7.3 million into these partnerships. In 2002, Funbio issued a call for projects on its Sustainable Production Support Program (PAPS), followed, in 2003, by the Ford Foundation/Funbio Program.



### Arpa: o maior programa de proteção de florestas tropicas do mundo

Tem início o maior programa de proteção de florestas tropicais do mundo, o Áreas Protegidas da Amazônia – Arpa e o Funbio é o gestor financeiro. O programa, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, financiado por recursos nacionais e internacionais, representou um marco no crescimento do Funbio.

### Arpa: the world's largest tropical forest protection program

The world's biggest tropical forest protection program, the Amazon Region Protected Area Program (Arpa), gets under way, with Funbio as its financial manager. The Program, coordinated by the Ministry of the Environment and funded with Brazilian and foreign resources, represents a major step forward for Funbio.

1998      1999      2000      2001      2002      2003      2004

### Funbio participa da criação da RedLAC e ganha independência

Num encontro, na Colômbia, com outros fundos ambientais da América Latina, foi identificada a oportunidade de criação de uma rede para o fortalecimento e o intercâmbio baseados em realidades regionais. Surgia a Rede de Fundos Ambientais da América Latina e do Caribe (RedLAC), com 22 instituições parceiras. No mesmo ano, o Funbio ganha CNPJ próprio, deixa as instalações da FGV e começa a operar como uma instituição independente.

### Funbio helps create RedLAC and ends its period of incubation under FGV

At a meeting with other Latin-American environmental funds in Colombia, the first steps are taken towards creating an exchange network to address regional realities. The result is The Latin-American and Caribbean Network of Environmental Funds (RedLAC), with 22 partner institutions. That same year, Funbio becomes a registered company in its own right and moves out of its office at FGV and into rented premises.





### Uma década e novas ideias para a conservação

O Funbio comemora uma década e novas ideias e iniciativas são postas em prática. No ano seguinte, a instituição passou a direcionar esforços para a busca de fontes alternativas de recursos para a conservação, entre elas as compensações ambientais.

### A decade of conservation ideas

Funbio celebrates its 10<sup>th</sup> anniversary with fresh ideas and initiatives, including the search for extra sources of conservation funding such as environmental offset payments the following year.

### Dívida por natureza

O Tropical Forest Conservation Act – TFCA é a lei americana que permite a troca de dívidas de países em desenvolvimento por investimentos na conservação de florestas tropicais. No Brasil, o acordo foi assinado em 2010, no valor de USD 20,8 milhões. Viabilizou 82 projetos na Caatinga, no Cerrado e na Mata Atlântica. O Funbio foi escolhido pelo para exercer a secretaria executiva da iniciativa.

### Debt-for-Nature swaps

The Tropical Forest Conservation Act (TFCA) is an American law that swaps national foreign debt for investment in tropical forest conservation. In Brazil, an agreement is signed in 2010 to the tune of USD 20,8 million, paid into 82 projects in the Caatinga, Cerrado and Atlantic Forest biomes with Funbio as the executive-secretary of the initiative.

2005

**2006**

2007

**2008**

**2009**

**2010**

2011

### Conhecimento compartilhado

Foi no período em que o Funbio exerceu a secretaria executiva da RedLAC que teve início o projeto de capacitação da rede. A iniciativa resultou em uma série de 11 estudos de casos em mecanismos financeiros, compilados e publicados entre 2010 e 2014.



Funbio

### Shared knowledge

Funbio's turn as executive-secretary of RedLAC sees the launch of the network's capacitation project. The initiative results in a series of 11 financial mechanism case studies compiled and published between 2010 and 2014.

### Assinatura do Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro – FMA/RJ

Assinado em 2009, o FMA/RJ é um inovador mecanismo privado com governança pública que viabiliza a execução de recursos oriundos de compensações ambientais no estado do Rio de Janeiro. Até dezembro de 2015, R\$ 98 milhões já foram executados, beneficiando 48 Unidades de Conservação do Rio de Janeiro.



José Caldas



### Rio+20: uma década do programa Arpa

52 milhões de hectares protegidos em 95 Unidades de Conservação: os números da primeira década do programa Áreas Protegidas da Amazônia – Arpa foram celebrados na Rio+20, evento que comemorou os 20 anos da Rio-92.

### Rio+20: a decade of Arpa

The Amazon Region Protected Areas Program (Arpa) celebrates its first decade with protection extended to 52 million hectares across 95 PAs. These and other figures are celebrated at Rio+20, an event celebrating the 20<sup>th</sup> anniversary of the Rio-92 summit.



### Há 20 anos conservando o futuro

O Funbio, inicialmente programado para durar 15 anos, comemora a segunda década, atento aos desafios de um mundo em permanente transformação.

### 20 years conserving the future

Funbio, originally intended to last only 15 years, commemorates its second decade more attuned than ever to a constantly changing world.

2012

2013

2014

2015

2016

2017

### Signing of the Mechanism for Biodiversity Conservation in the State of Rio de Janeiro – FMA/RJ

Signed in 2009, the FMA/RJ is an innovative private mechanism under public governance for the execution of funds deriving from environmental compensations in the state of Rio de Janeiro. Up until December 2015, R\$ 98 million is fully executed, benefiting 48 Protected Areas in the State of Rio de Janeiro.



### Funbio se torna agência implementadora do GEF

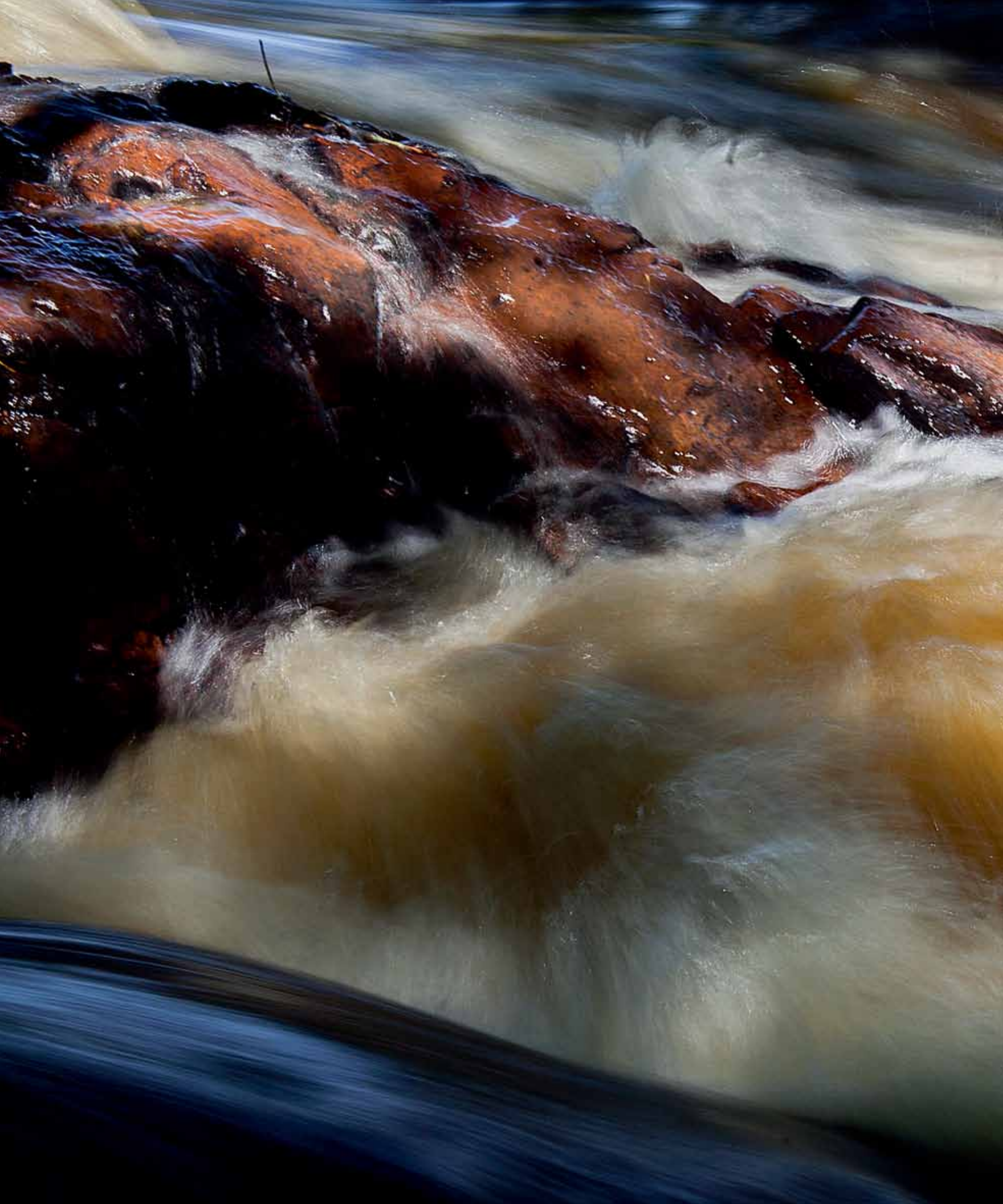
Após um processo de três anos, o Funbio se torna a primeira agência implementadora nacional do GEF na América Latina. Passa a integrar o seletivo grupo do qual fazem parte, entre outros, o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

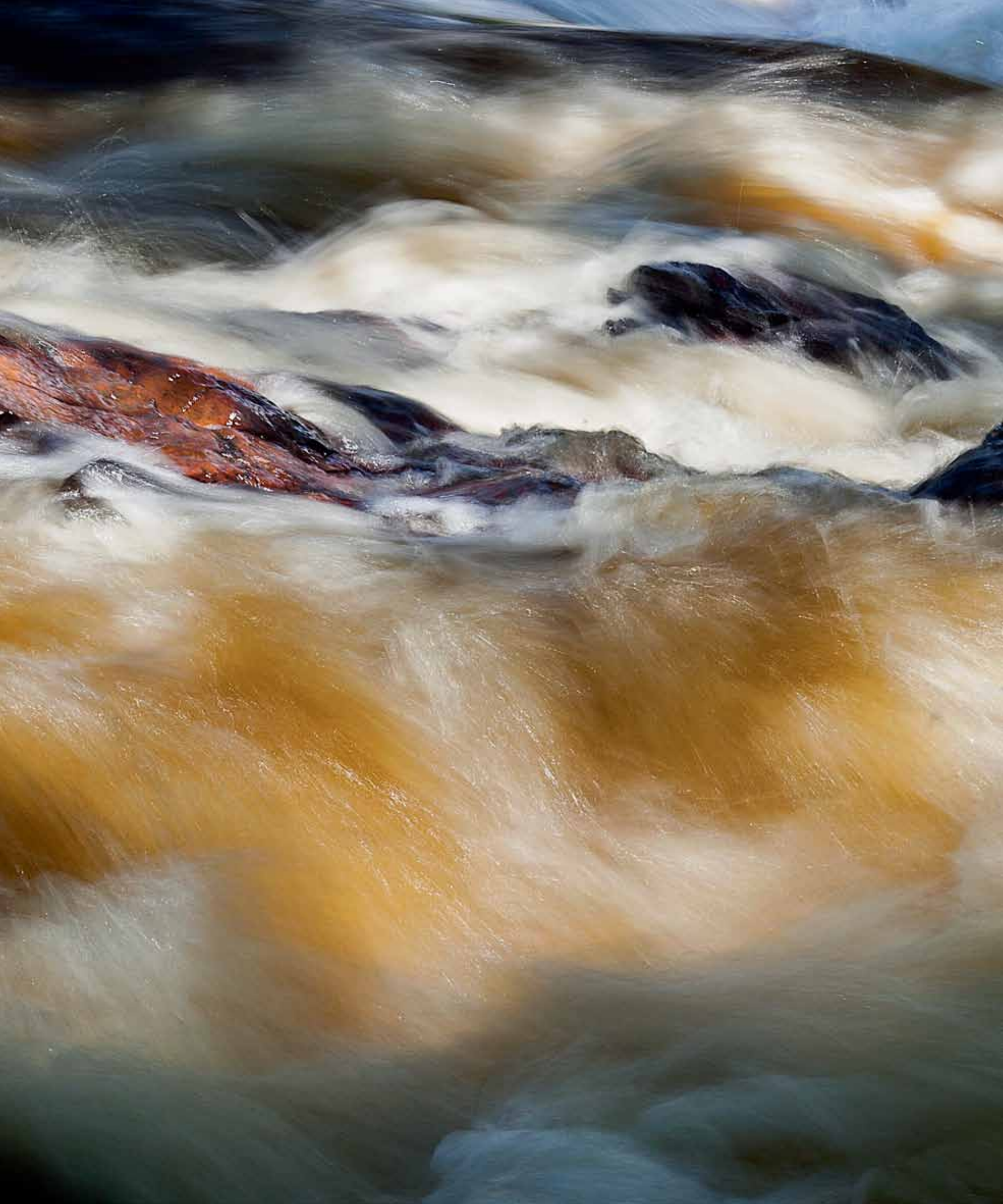
### Funbio becomes a GEF Agency

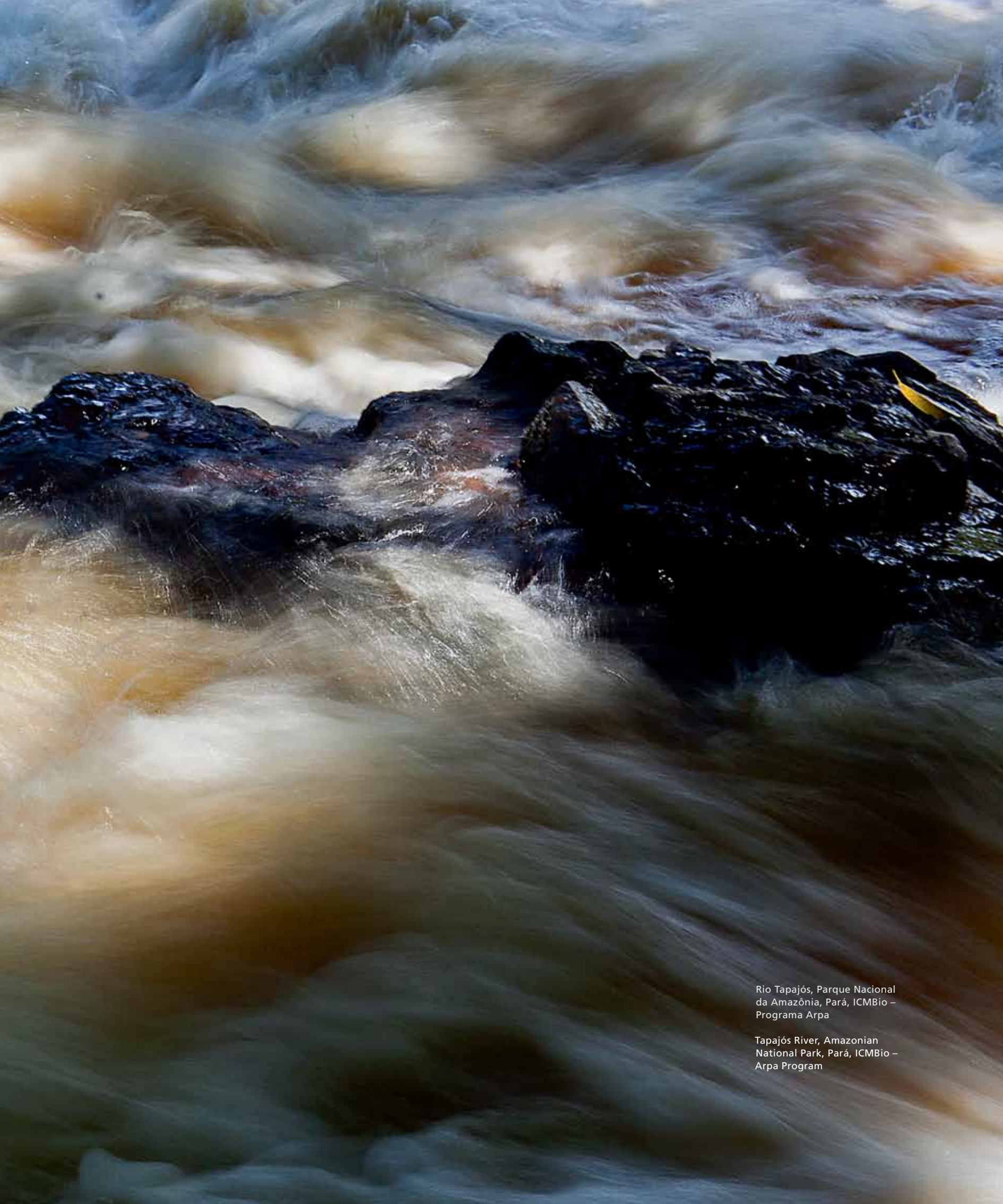
After a three-year preparation process, Funbio becomes the GEF's first national agency in Latin America, joining a select group that includes the World Bank and United Nations Development Program (UNDP).









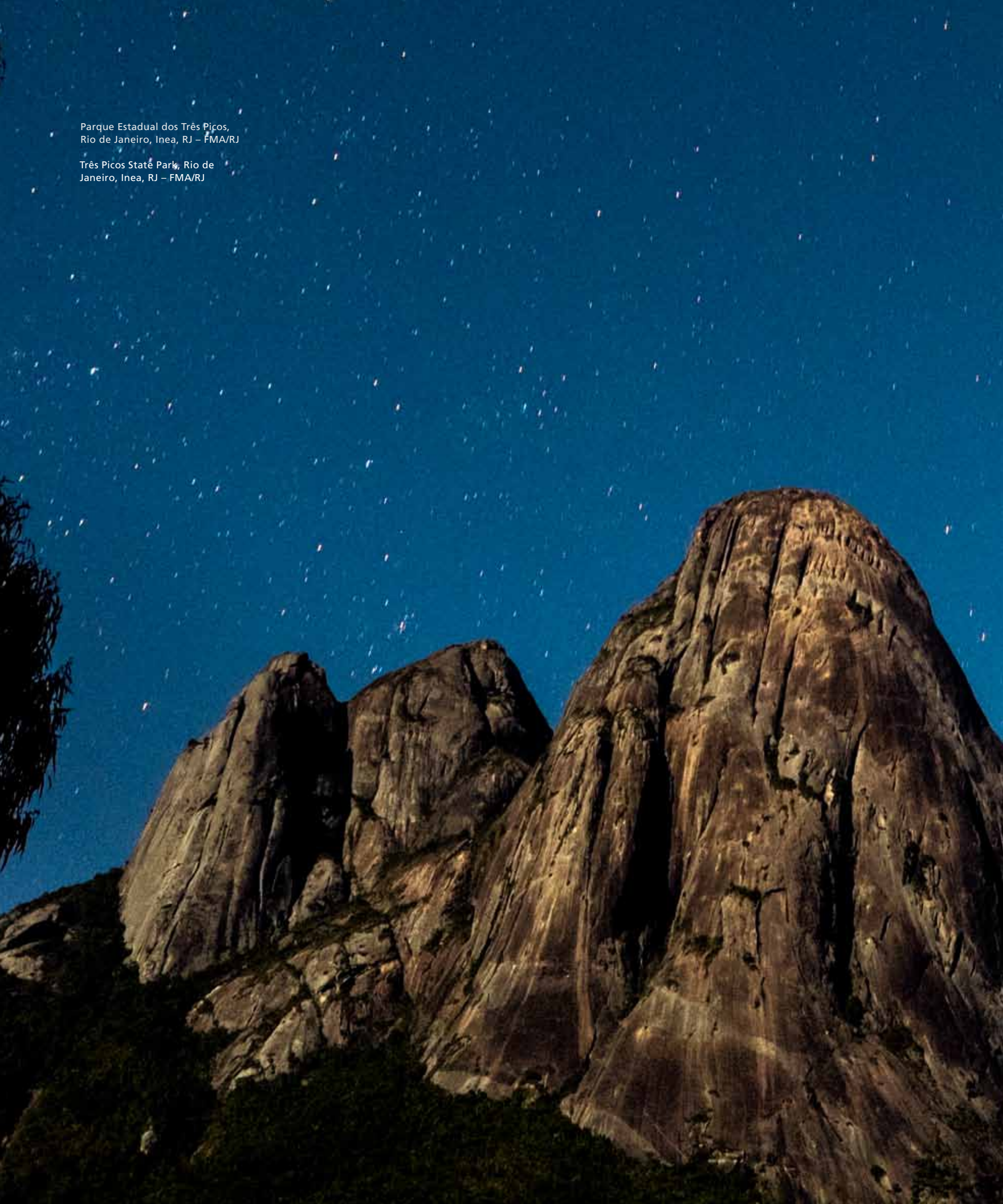


Rio Tapajós, Parque Nacional  
da Amazônia, Pará, ICMBio –  
Programa Arpa

Tapajós River, Amazonian  
National Park, Pará, ICMBio –  
Arpa Program

Parque Estadual dos Três Picos,  
Rio de Janeiro, Inea, RJ – FMA/RJ

Três Picos State Park, Rio de  
Janeiro, Inea, RJ – FMA/RJ





Dunas, Parnaíba, Piauí – TFCA

Dunes, Parnaíba, Piauí – TFCA





Reserva de Desenvolvimento  
Sustentável do Uatumã,  
Amazonas, SEMA/AM –  
Programa Arpa

Uatumã Sustainable Development  
Reserve, Amazonas, SEMA/AM –  
Arpa Program











Amanhecer no Vão-do-Buraco,  
Parque Nacional Grande Sertão  
Veredas, Minas Gerais e Bahia,  
ICMBio – TFCA

Dawn over Vão-do-Buraco,  
Grande Serão Veredas National  
Park, Minas Gerais and Bahia,  
ICMBio – TFCA





Vegetação da caatinga Fazenda  
Sítio do Meio, Ingazeira,  
Pernambuco – TFCA

Na página seguinte, Cajueiro da  
Praia, Piauí – TFCA

Caatinga vegetation at the Sítio  
do Meio ranch in Ingazeira,  
Pernambuco – TFCA

On the following page, Cajueiro  
da Praia, Piauí – TFCA



## **MISSÃO**

Aportar recursos  
estratégicos para  
a conservação da  
biodiversidade



## **VISÃO**

Ser a referência na  
viabilização de recursos  
estratégicos e soluções  
para a conservação  
da biodiversidade

## **MISSION**

To provide  
strategic resources  
for biodiversity  
conservation



## **VISION**

To be the benchmark  
in enabling strategic  
resources and solutions  
for the conservation  
of biodiversity

- 6 Duas décadas de grandes parcerias
- 8 Um caminho de encontros
- 29 Missão • Visão
- 32 Entrevista Álvaro Antonio Cardoso de Souza  
PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNBIO
- 36 Entrevista Rosa Lemos de Sá  
SECRETÁRIA-GERAL DO FUNBIO
- 41 Um passo, muitas mudanças
- 81 Um fundo para uma nova era
- 125 Vinte anos de conexões e histórias
- 169 Sobre o Funbio
- 366 Créditos • Agradecimentos



- **7** Two decades of major partnerships
- **8** A Trail of Encounters
- **29** Mission • Vision
- **169** About Funbio
- **232** Interview Álvaro Antonio Cardoso de Souza  
PRESIDENT OF DELIBERATIVE BOARD
- **236** Interview Rosa Lemos de Sá  
CEO, FUNBIO
- **241** One Step, Major Changes
- **281** A Fund for a New Age
- **325** Twenty Years of Connections and Histories
- **366** Credits • Acknowledgments

# Álvaro Antonio Cardoso de Souza

Entrevista | PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNBIO

---

“Temos que ter como mote ir tão longe quanto queiramos ir.”

Diplomado em Economia e Administração de Empresas pela Universidade Católica de São Paulo (hoje PUC-SP), Álvaro de Souza tinha tudo para mergulhar sua carreira no setor privado. E foi o que fez: passou mais de três décadas imerso no mercado financeiro. Boa parte delas no Citibank, onde chegou *trainee* e saiu vice-presidente internacional, em Nova York. Seu primeiro flerte com a área ambiental veio por volta de 2000, com o WWF: a organização recebia apoio financeiro do Citibank e Álvaro resolveu olhar mais de perto para onde estava indo esse recurso. Viu um pouco de Pantanal, um pouco de Amazônia. E acabou se apaixonando. Virou conselheiro do WWF nos Estados Unidos, depois liderou o conselho no Brasil. Em 2014, tornou-se presidente do Conselho Deliberativo do Funbio. Como bom empreendedor, Álvaro não se contenta com pouco. Talvez por isso, o casamento com a organização que lidera tenha dado tão certo. “O Funbio sempre pensou grande”, afirma, sem intenções de pisar no

freio: “Temos que ter como mote ir tão longe quanto queiramos ir”.

### **O senhor tem uma longa trajetória no setor privado. Como enxerga a evolução das empresas no Brasil em relação à questão ambiental?**

Dos meus 30 e poucos anos no mercado financeiro, eu passei quase 16 fora do Brasil. Quando voltei, ficou evidente para mim que a mentalidade empresarial havia evoluído, tanto do ponto de vista de governança corporativa quanto de sustentabilidade. As empresas perceberam que as pegadas que elas deixavam no ciclo de produção eram insustentáveis. Elas teriam não apenas que fazer coisas básicas como descarte de produtos, mas também começar a fiscalizar sua cadeia de fornecedores, por exemplo. Todas as empresas em que eu atuei de alguma forma estavam despertando para a sustentabilidade. Comecei a perceber que havia um interesse muito grande delas em aprender a fazer isso.

### **O início dessa transição começou na década de 1990?**

O conceito começou na década de 1990, mas a ação mesmo foi a partir dos anos 2000. Ação quer dizer as empresas tomando a iniciativa, adotando medidas na direção da sustentabilidade.

### **A participação voluntária do setor privado na conservação da biodiversidade evoluiu, então?**

Está muito maior. Mas, ao mesmo tempo, são cada vez maiores também as exigências sobre o setor privado, o setor produtivo. Vejo as empresas que têm essa preocupação de sustentabilidade econômica, social, ambiental realmente fazendo uma força muito grande para estar na frente. E é difícil. Quando a empresa chega num ponto de querer diferenciar seu produto, mostrando que ele é sustentável, que a cadeia de fornecedores é inspecionada, que o produto é recolhido depois de utilizado, tudo isso tem um custo. Obviamente, as empresas não fazem nada de graça. Elas fazem isso para criar um atributo na marca que atraia o interesse do consumidor.

A nova geração de consumidores, em particular, tem muito dessa característica. E esse fato não tem passado despercebido às empresas: elas estão muito atentas a isso.

### **Como é chegar ao conselho de organizações sem fins lucrativos, depois de tantos anos no setor privado?**

O desafio é a adaptação. Por exemplo, as empresas têm receitas que vêm da venda de produtos, da prestação de um serviço. Você está acostumado com isso ao longo da sua vida e, de repente, chega num lugar em que a receita vem de doação. É outro mundo, completamente diferente. Se uma ONG faz um projeto numa área protegida, geralmente o compromisso assumido é de longo prazo, mas o dinheiro só dá para três, quatro anos. Quando chega ao segundo ano, a organização tem que pedalar a bicicleta de novo a fim de garantir recursos para os anos seguintes. Este é um dilema que não existe numa empresa: quando aperta o botãozinho para o projeto iniciar, você já tem os recursos financeiros assegurados do ano um até o último ano. Isso é uma diferença brutal. Agora, na direção oposta, começa a haver uma demanda muito grande de pessoas do terceiro setor para trabalhar no setor empresarial. E não é num projeto de energia eólica ou de conservação de biomassa. É para trabalhar na área de sustentabilidade.

### **Isso tem a ver com uma mudança de cultura nas empresas?**

Sim. É um fenômeno que também ajuda a mostrar como o setor privado

está consciente da necessidade de ter outras práticas, outros comportamentos, reduzir a sua pegada.

### **Essa migração de recursos humanos é um problema para as ONGs?**

De curto prazo sim, porque elas perdem talentos. Mas, como esse fenômeno começou há quase dez anos, já estamos conseguindo pegar alguns desses profissionais de volta. E para nós é ótimo: se você pega alguém que saiu do Funbio, passou cinco anos no setor privado e depois volta, ele não é mais só um 'ONGueiro'. Ele viu o outro lado. E isso tem sido muito útil para nós.

### **E o que está fazendo os profissionais voltarem para o terceiro setor?**

É uma combinação de fatores. Primeiro, os planos de compensação das ONGs já estão um pouco mais nivelados com os das empresas. E tem uma questão de ideal. A partir do momento em que percebem que o setor privado não vai além de um determinado ponto, as pessoas voltam. Além disso, hoje há muito mais profissionais qualificados no mercado.

### **O Funbio é uma organização constituída por vários setores. De que maneira isso é positivo para as iniciativas de conservação da biodiversidade?**

Como eu costumo dizer, o Funbio é uma ONG de economia mista. Na sua formação, ele juntou recursos humanos e materiais desses setores

todos: trouxe gente do empresariado, da academia, da área de conservação ambiental e do próprio governo. Para além da parte executiva dos projetos, o Funbio tem um papel superimportante de articulação desses setores nas discussões e nas iniciativas voltadas para a conservação.

### **E como é, na prática, liderar um Conselho que abriga tanta diversidade?**

É uma atividade muito prazerosa. Essa diversidade dá uma visão holística em relação a tudo o que envolve o Funbio. É engraçado como a heterogeneidade das pessoas acaba gerando uma homogeneidade de posicionamento. Ao olhar para os currículos, você diz: "Não é possível que esses caras se entendam. Não vai dar certo". Porque estão ali desde o presidente de uma empresa de cosméticos até o presidente de um banco, passando por um membro de uma fundação indigenista. No entanto, essas diferenças têm desembocado numa homogeneidade de pontos de vista muito interessante. Isso é um aprendizado. Há divergências? Há divergências. Mas sempre acabamos encontrando uma maneira de compor, de criar um consenso.

### **Que razões levaram o Funbio a se tornar uma referência como mecanismo financeiro de apoio à biodiversidade?**

Dá para sumarizar em pouquíssimas palavras. Do Conselho Deliberativo às pessoas que dirigiam — e dirigem — a instituição no dia a dia, o Funbio

sempre pensou grande. Dentro da nossa missão, o que mais dá para fazer? Onde mais dá para fazer? Com que outros parceiros podemos nos unir? Esse tipo de coisa acabou fazendo que o Funbio começasse a criar novos paradigmas de atuação. E essa foi uma das razões, aliás, para que nos tornássemos uma agência implementadora do Global Environment Facility (GEF).

### **Este processo com o GEF foi difícil?**

Para conseguir ser credenciado pelo GEF, tem que ter um *pedigree*, um currículo, um nível muito alto de capacitação técnica e humana. Eu me lembro bem, já estava como presidente do Conselho quando essa discussão começou. Tivemos, na época, um ano não muito bom financeiramente e vários conselheiros disseram: “Será que é a hora? O processo é caro, é longo. Vale a pena?”. E eu defendia: “Olha lá na frente, imagina o Funbio credenciado pelo GEF, imagina como pode ser. Mudaríamos nosso paradigma de atuação, porque esse é um selo da maior importância”. Demorou três anos, custou um monte de dinheiro. Tivemos que mudar o processo

interno, fazer uma porção de coisas dentro do parâmetro deles para sair o credenciamento.

### **E o que isso traz de bom para quem trabalha com conservação da biodiversidade no Brasil?**

É um credenciamento valiosíssimo, que nos coloca num patamar que pouquíssimas ONGs aqui do Brasil têm. Na teoria — e, esperamos, na prática — significa mais recursos para a conservação, pois o Funbio passa a ser elegível para conseguir mais dinheiro. Portanto, mais projetos. E o dinheiro não fica no cofre da organização: vai para a execução. Quem executa são as ONGs. Então essa novidade acaba contagiando positivamente toda a cadeia.

### **O Funbio tem se preocupado em compartilhar suas experiências bem-sucedidas?**

A Rede de Fundos Ambientais da América Latina e do Caribe (RedLAC) acaba sendo nosso principal fórum de compartilhamento. Além dos fundos ambientais da América Latina e do Caribe, recentemente dividimos nossa *expertise*, por meio da própria RedLAC, com o Consórcio Africano de Fundos Ambientais (CAFE). Também começamos

a compartilhar com outros estados algumas experiências inovadoras que fizemos com governos estaduais — como o Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro (FMA/RJ) ou a execução de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs). Quanto mais gente fizer, melhor. O Funbio acaba sendo quase um centro de pesquisas de novos produtos, de novas funções, de novos mecanismos. E procuramos caprichar para não tornar isso exclusivo. A ideia é transformar esse conhecimento em domínio público.

### **O que se pode esperar do Funbio para os próximos 20 anos?**

O que eu espero é que essa característica de pensar grande continue a ser nosso *modus operandi*. Eu herdei isso dos meus antecessores no Conselho Deliberativo. Essa área ambiental é um terreno com um potencial imenso de crescimento. São mil oportunidades. Então, de fato, pensar grande tem que ser o nosso foco. E, quando eu digo isso, significa pensar grande em estrutura, em produto, em posicionamento nacional e internacional. O Funbio tem que ter como mote ir tão longe quanto queira ir.

# Rosa Lemos de Sá

Entrevista | SECRETÁRIA-GERAL DO FUNBIO

---

“O Funbio tem o papel de apoiar e fortalecer as organizações ambientais, por meio de nossos projetos”

Na adolescência, Rosa Lemos de Sá nem piscava quando a TV mostrava pesquisadores embrenhados na natureza. Resolveu que faria aquilo na vida. Graduou-se em Manejo de Vida Silvestre pela Universidade de Wisconsin, fez mestrado na Universidade de Brasília e doutorado na Universidade da Flórida. Passou bons anos dedicada a pesquisas de campo, seja com gansos na Áustria, seja com primatas no Brasil. Mas, aos poucos, começou a trabalhar nos bastidores para garantir que a conservação continuasse acontecendo na ponta. No WWF-Brasil, coordenou o desenho do maior programa de conservação de florestas tropicais do mundo, o Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa). E, depois de uma temporada de três anos na Fundação Gordon & Betty Moore, nos EUA, em 2009 engrossou o time do Funbio. Em seis meses tornou-se secretária-geral da organização que já destinou recursos a 67 milhões de hectares de áreas protegidas brasileiras. “Quando você trabalha em um projeto de campo, foca em estudo específico. No Funbio, olha para o Brasil inteiro”, diz. E é com esse olhar geral que Rosa

aponta para o futuro: “Além de continuar conservando, o Funbio agora deve contribuir para restaurar e reverter o processo de destruição”, diz.

**Você entrou para o Funbio em 2009 e logo assumiu a secretaria executiva da organização. Como foi esse início?**

Foi um desafio. Estava na instituição há menos de seis meses. Tentei absorver o máximo possível do Pedro Leitão, que até então tinha sido o único diretor. Aprendi e cresci muito nesse processo. O que me ajudou bastante foi a equipe técnica que ele deixou: tive a facilidade de entrar numa organização com um time forte. Eles abriram as portas para mim, me receberam muito bem e até hoje estão no Funbio. Se você tem uma equipe boa, a instituição funciona.

**Sua carreira começou no campo, com manejo de vida silvestre. Como é estar do outro lado, fazendo a gestão dos recursos que chegam para quem está, hoje, na ponta?**

Eu adoro, porque é como se estivesse

olhando o todo em vez de olhar um projeto só. Quando você trabalha num projeto de campo, foca numa área, num tema, num estudo específico. Aqui no Funbio, você olha para tudo, para o Brasil inteiro, para diferentes projetos com objetivos e características distintos. Então, acaba tendo uma visão muito mais ampla do que está acontecendo no país. Além disso, aqui todo dia há algo novo, um doador novo, um assunto novo para discutir. É muito dinâmico.

**Quais os principais desafios para quem se dedica à conservação da biodiversidade no Brasil?**

Ainda existe uma dicotomia que acaba sendo uma das dificuldades de se trabalhar com conservação no país: ou você é ambientalista ou destruidor. E não é para ser assim. Tem que haver um equilíbrio dos dois lados. Não sou contra mineração, contra energia elétrica de reservatório ou agricultura. Não é a atividade, é como ela é executada. E o Brasil, apesar de ter leis maravilhosas, nem sempre fiscaliza. A lei nem sempre é cumprida. Essa é a maior dificuldade

de trabalhar com meio ambiente. Temos o exemplo do Código Florestal, que existe desde 1935. É uma lei excelente, que protege a água, o ar, a fertilidade do solo, a polinização, a biodiversidade. E hoje a Mata Atlântica não tem nem 20% da cobertura original. Se o Código tivesse sido cumprido, teríamos, no mínimo, 20% de Mata Atlântica.

### **Desde que o Funbio entrou em atividade, em 1996, a relação do setor privado com a questão ambiental avançou no Brasil?**

Até pouco tempo atrás, o setor privado nem conversava com as instituições ambientalistas. Não se conseguia entrar em empresa alguma, em banco algum, para discutir apoio a projetos de conservação. Isso não existia. E mudou. Sustentabilidade e meio ambiente se tornaram um mantra, em determinado momento uma moda. As empresas e as indústrias começaram a se envolver porque foi provado a elas que isso gera redução de custos. A dificuldade é fazer a distinção entre as empresas que, de fato, levam o tema a sério e aquelas que só falam e não fazem. Existem as que têm um desejo real de gerar um impacto menor, de ter uma atuação maior na conservação. Ainda estamos longe do que deveria ser. Mas de 1996 para cá para cá (*quando o Funbio entrou em atividade*) foram dados passos bem grandes.

### **As relações entre os outros atores que trabalham com conservação também melhoraram?**

Aumentou muito o entendimento. Entre algumas ONGs houve uma

mudança de paradigma, de que não se pode trabalhar com meio ambiente sem pensar em gente. É um entendimento de que é preciso olhar o social e o ambiental ao mesmo tempo, não só um ou outro. Se não fizer essas duas coisas, você não conseguirá chegar a um consenso. Hoje há um equilíbrio maior nisso. E essa compreensão mais equilibrada chegou a todos os setores. Existe uma oportunidade de aproximação ainda maior entre o conhecimento acadêmico e a aplicação prática. O trabalho de divulgação científica é fundamental para a disseminação desse conhecimento entre públicos não especializados.

### **O Funbio tem o papel de fomentar as relações entre as organizações ambientalistas e os demais setores?**

Um dos principais papéis do Funbio é possibilitar que instituições menores tenham acesso a recursos para seus projetos e com isto possam crescer, amadurecer e atingir um nível de gestão que lhes possibilite captar recursos de outras fontes. Nossas chamadas de projetos podem, também, criar condições para a aproximação entre instituições que não se conheciam ou não tiveram a oportunidade de trabalhar juntas anteriormente, o que cria uma rede de cooperação e conhecimento.

### **O Funbio se tornou uma referência como mecanismo financeiro de apoio à biodiversidade. Que elementos tornaram isto possível?**

Com certeza, a transparência e a lisura. Quando o doador destina

dinheiro ao Funbio, sabe que ele será bem gerido, que não haverá qualquer desvio, nem de recursos, nem de objetivos. Isso deu ao Funbio a credibilidade que ele tem hoje. Qualquer um pode vir aqui, abrir as contas, os extratos, olhar a área financeira. Não há nada escondido, não há uma caixa preta. Somos muito transparentes. E é isso que traz segurança aos doadores. Nossa busca constante de novas fontes de financiamento para a conservação e nossa capacidade de “destravá-las” é também um elemento importante de reconhecimento como mecanismo financeiro que viabiliza resultados concretos.

### **Há outros elementos importantes?**

A seriedade com que cuidamos das coisas. O Funbio ficou muito conhecido com o Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), que é o maior programa de conservação de florestas tropicais do mundo. Não só porque recebia recursos internacionais ou porque o governo confiou os recursos a uma instituição privada. A gestão do Arpa é muito inovadora. E ali também o Funbio aprendeu a trabalhar com as unidades de conservação. Desconheço qualquer instituição que, na época, trabalhasse como fazemos com o Arpa. Até hoje, aliás. O programa faz uma diferença enorme para as unidades de conservação e seus gestores. A garantia de um apoio de longo prazo ininterrupto dá ao gestor condições de olhar para a unidade em dois, três, cinco, dez anos. Isso é uma coisa raríssima na área ambiental.



### **Isso já existia no Brasil, antes do Arpa?**

Como programa e com essa escala, desconheço. O Arpa inaugurou essa forma de trabalhar. E hoje esse modelo já é encontrado em outras unidades, que têm um fundo específico, garantindo seu planejamento de longo prazo. O programa virou referência até para outros países: o Peru e a Colômbia estão desenhando projetos semelhantes ao Arpa. Tudo isso deu credibilidade ao Funbio. Não só credibilidade, mas também visibilidade, um conhecimento maior, na área ambiental, de quem somos.

### **E como é trabalhar num mecanismo que tem um papel fundamental na conservação, mas que trabalha de modo diferente de outras ONGs?**

É importante para nós sermos conhecidos pelos doadores, pelas empresas, pelos governos, pelas secretarias de meio ambiente. A nossa entrada é por aí: esse é o público que, por meio de nosso trabalho, viabiliza os projetos de conservação.

### **Como você explicaria o papel do Funbio para um leigo?**

A forma mais simples de explicar nosso trabalho é dizer que canalizamos recursos de doadores e de empresas para trabalhos de instituições locais. Somos uma instituição de segundo piso: os recursos não são do Funbio e o trabalho local também não é do Funbio. Fazemos a ligação entre o dinheiro e o resultado no campo. O Funbio é também uma instituição neutra: trabalha com todos os governos, independentemente de partidos.

Não temos uma bandeira além da bandeira da conservação.

### **Como uma ponte?**

Exatamente. Há organizações que atuam no campo para as quais é importante apoio no desenvolvimento de propostas para grandes doadores. Para elas, o custo de fazer um projeto e submetê-lo pode ser alto em relação à estrutura de que dispõem. Há ainda instituições que são sólidas, têm um trabalho maravilhoso, mas não têm acesso a esses doadores. Se ajudarmos a criar essa ponte, já aumentam as oportunidades de recursos dessa fonte. Reforço ainda um outro papel do Funbio, o de destravar recursos. No Brasil há dinheiro para a conservação, mas muitas vezes ele fica parado, como é o caso dos recursos de compensação ambiental, que conseguimos destravar no Rio de Janeiro, com o Fundo da Mata Atlântica (FMA/RJ).

### **Em 2015 o Funbio se tornou a primeira agência nacional do GEF na América Latina. O que isso muda para a organização?**

O Funbio nasceu como um projeto do GEF, tornou-se uma ONG e agora é uma agência implementadora do GEF. São três momentos muito importantes para a instituição. Três etapas de um processo de crescimento que cada vez nos coloca num patamar mais alto. Se a nossa credibilidade já era boa, ficou ainda maior. E isso dá mais visibilidade, abre outras portas.

### **Quais as principais lições que você aprendeu nesses anos no Funbio?**

Comunicação interna e eficiência nos processos. Comunicação interna é

fundamental. Uma boa relação entre os funcionários resulta em alinhamento, que torna o trabalho harmonioso e também prazeroso. A equipe do Funbio faz diferença porque ela vai junto: é um grupo que se move na mesma direção. E, para isso acontecer, é preciso uma comunicação interna muito boa. A eficiência também é importante para caminhar, para evoluir, para tornar uma instituição sólida. E isso não é algo que um dia chega ao fim: não vamos atingir um ápice. Sempre surgem novas tecnologias, novas formas de fazer, de melhorar a gestão interna, e novos desafios. Até hoje continuamos buscando sempre a eficiência, melhorando os processos, deixando as coisas mais simples. Seguras, mas simples.

### **Nesses 20 anos, o Funbio cresceu em estrutura e atuação. O que se pode esperar da organização nos próximos 20 anos?**

O Funbio tem uma contribuição muito relevante para a conservação: são 67 milhões de hectares de áreas protegidas apoiados. Não há outra instituição privada que apoie um território dessa abrangência. Nossa atuação na conservação da biodiversidade já tem uma escala importante. Começamos ano passado, e mais fortemente este ano, a trabalhar com reflorestamento, com a recomposição daquilo que foi destruído. Então, além de continuar conservando, o Funbio agora deve contribuir para restaurar e reverter o processo de destruição. É nossa próxima grande contribuição: abraçar essa agenda e ter como meta dar a ela uma escala, como fizemos com as áreas protegidas.



# UM PASSO, MUITAS MUDANÇAS

---

Por duas semanas, o som ruidoso e frenético das máquinas de escrever inundava as salas do Riocentro, o famoso centro de convenções carioca. Mais de 8.500 jornalistas do mundo inteiro moviam seus dedos naquela intensa sinfonia. E a orquestra se espalhava por outros pavilhões: o maior sistema de tradução simultânea que o Brasil já tinha visto contava com quatro transmissores de infravermelho, 750 microfones, 90 estações para intérpretes e 5.200 estações de escuta para fones.<sup>1</sup>

<sup>1</sup>  
COTRIM, J. P. Abertura. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). *De planeta nas mãos: no pós Rio-92*. Lisboa: Edições Colibri, 1993.

“Foi dito oficialmente pela delegação brasileira que a poluição era bem-vinda no país, pois significava que as fábricas estavam trabalhando. Não foi ninguém falar de proteção da flora e da fauna.”

**ALCEO MAGNANINI**  
ASSESSOR ESPECIAL  
DA DIRETORIA DE  
BIODIVERSIDADE E ÁREAS  
PROTEGIDAS DO INSTITUTO  
ESTADUAL DO AMBIENTE DO  
RIO DE JANEIRO

Algumas décadas antes, era absolutamente impensável que toda essa parafernália — e gente — fosse aportar no Brasil para tratar de um assunto ainda controverso por aqui: em junho de 1992, o Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), que colocou frente a frente 108 chefes de Estado. Os fundos ambientais também eram algo embrionário, mas que prometia ganhar um grande impulso nos anos seguintes. Os números do evento, afinal, não deixam dúvida: eram novos aqueles tempos. “Nos anos 1960, 1970, dava para colocar numa Kombi todo mundo que trabalhava pela preservação da flora e da fauna”, faz as contas o engenheiro agrônomo Alceo Magnanini, assessor especial da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro.

Ele era um deles. Em 1972, quando a ONU convocou a primeira conferência internacional sobre meio ambiente, na Suécia, Magnanini dirigia o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Até ali, já tinha passado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Museu Nacional e pelo Serviço Florestal, além de ter sido uma das cabeças que elaboraram o Código Florestal de 1965. Com esse currículo, foi convidado a integrar uma comissão interministerial criada para preparar o relatório brasileiro que seria levado ao evento. Nas reuniões do grupo, soube que o Ministério da Saúde estava jorrando pesticida nos rios da Amazônia para acabar com a malária. Achou um absurdo e começou a esbravejar: algumas semanas depois, foi afastado da comissão.

Mesmo assim, ele pegou um avião e voou até Estocolmo para acompanhar extraoficialmente a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Ficou decepcionado. “Foi dito oficialmente pela delegação brasileira que a poluição era bem-vinda no país, pois significava que as fábricas estavam trabalhando”, recorda, em entrevista a este livro. “Não foi ninguém falar de proteção da flora e da fauna.” Bichos e plantas, de fato, não tinham muitos partidários naquela época. Com o pé no acelerador, o Brasil crescia mais de 10% ao ano e suas preocupações pareciam girar em torno de um único mantra: desenvolvimento.

A imagem brasileira que chegava a Estocolmo não era a do “milagre econômico”, da bossa nova ou do tricampeonato de futebol: “Era a de um país que estava sob um regime militar que dava ênfase absoluta a seu crescimento econômico, que não pretendia controlar o crescimento demográfico, que tinha péssimos

*records nas áreas de direitos humanos e de preservação da natureza”, resume o diplomata André Corrêa do Lago, em seu livro Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas.*

Nos países industrializados, porém, a questão ambiental começava a ganhar força, sob a fumaça escura que as fábricas e automóveis cuspiam no rosto da população. A comunidade científica e as jovens organizações não governamentais tentavam cavar terreno para divulgar suas denúncias e alertas. Mas quando cruzava a fronteira das nações em desenvolvimento, o discurso ambiental causava arrepios. No Brasil, espalhava-se a tese de que meio ambiente era apenas um pretexto das nações ricas para puxar o tapete da locomotiva de desenvolvimento que seguia em disparada por aqui. “Havia uma enorme paranoia, achavam que a Conferência de Estocolmo era mais uma batalha pensada contra nós, para que o país não crescesse”, diz Corrêa do Lago.

Sob o escudo dos interesses nacionais, o governo militar resolveu entrar no jogo para ganhar. Um ano antes da conferência, o Conselho de Segurança Nacional já tinha uma lista de posicionamentos que o país deveria adotar no encontro. O mantra ecoava em cada linha: “A) o ônus maior de corrigir a deterioração do meio ambiente cabe aos países desenvolvidos; B) o desenvolvimento econômico é o instrumento adequado para resolver os problemas de poluição dos subdesenvolvidos; C) devem ser contrapostas proposições que resultem em compromisso que prejudique o desenvolvimento”.

## Calor, seca e furacões

Convidado a integrar o Comitê Preparatório da conferência, que reuniu 27 nações ao longo de dois anos até a realização do evento, o Brasil foi pouco a pouco costurando alianças. Na última sessão, já tinha convencido os países do Terceiro Mundo: a questão ambiental só seria discutida se fosse conciliada com os anseios do desenvolvimento. E assim foi feito.

Para os países ricos, o Brasil foi uma dor de cabeça em Estocolmo. Para os pobres, um líder. “Sua posição sempre foi vista como defensiva, tentando impedir a agenda de avançar. Mas, ao se articular com outros, o que o Brasil sempre impediu foi que a agenda avançasse na direção que os desenvolvidos queriam”, pondera Corrêa do Lago.

“Sua posição sempre foi vista como defensiva, tentando impedir a agenda de avançar. Mas, ao se articular com outros, o que o Brasil sempre impediu foi que a agenda avançasse na direção que os desenvolvidos queriam.”

**ANDRÉ CORRÊA DO LAGO**  
EMBAIXADOR DO BRASIL  
NO JAPÃO

“Eu tinha exatamente cinco funcionários e três salas para resolver os problemas do meio ambiente do Brasil inteiro.”

**PAULO NOGUEIRA NETO**  
NO LIVRO *UMA TRAJETÓRIA*  
*AMBIENTALISTA: DIÁRIO DE*  
*PAULO NOGUEIRA NETO*

Desentendimentos à parte, a conferência moveu algumas peças no tabuleiro global. A partir dali, o tema ambiental entrava definitivamente na agenda multilateral: tornou-se inevitável que as nações fizessem sua lição de casa e começassem a desenhar suas próprias estratégias e posições sobre o assunto. Algumas legislações avançaram e muitos órgãos nacionais dedicados à questão nasceram naquele momento.

Por aqui, a nova Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema) saiu do papel em 1973, sob as asas do hoje extinto Ministério do Interior. Veio modesta. Tão miúda quanto a relevância que o tema inspirava na época. “Eu tinha exatamente cinco funcionários e três salas para resolver os problemas do meio ambiente do Brasil inteiro”, recorda em diário Paulo Nogueira Neto, que assumiu o comando da Sema. O orçamento destinado ao novo órgão não alcançava 1% da verba do ministério. Era um malabarismo diário para que a nova secretaria não morresse na praia. E não morreu. Dali para a frente, era caminho sem volta.

Naquele período, à sombra da ditadura, os brasileiros começavam a criar novos canais de participação social. Vários movimentos sociais ensaiavam seus primeiros passos, desafiando a onda conservadora que engolia os diversos setores. O debate ambiental crescia em todos os níveis — no governo, na sociedade civil, nas empresas e nos círculos científicos. Ao mesmo tempo que uma classe média urbana dava seus primeiros gritos contra a poluição e a destruição de áreas verdes, ganhava corpo um ambientalismo rural que tentava frear os atropelos do capital em suas comunidades.

Mas a degradação ambiental ainda falava mais alto mundo afora. E as consequências vinham como alertas. A década de 1980 chegou turbulenta. O calor sufocante do verão norte-americano e europeu sugeria que o aquecimento global não era invenção de ambientalista. A seca se espalhava pela China e pela União Soviética, inundações tomavam Bangladesh e furacões sacudiam o Caribe. Uma explosão na usina nuclear de Chernobyl, na então União Soviética, lançou nos ares uma quantidade impensável de partículas radioativas. No Brasil, a floresta amazônica ardia em labaredas cada vez maiores: sob incentivo do governo militar, a integração da região à economia nacional seguia um modelo de ocupação em que as árvores deveriam cair para dar lugar ao agronegócio.

“O Brasil estava sendo muito criticado. Era como se a gente tivesse um museu extraordinário e usasse o quadro do Picasso para alimentar uma lareira.”

**ANDRÉ CORRÊA DO LAGO**  
EMBAIXADOR DO BRASIL  
NO JAPÃO

## Desenvolvimento sustentável

Enquanto a Terra dava seus espasmos, em 1983 a ONU convocava representantes de 22 países para formar a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Presidido pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, o grupo encomendou dezenas de estudos e passou quatro anos rodando continentes, conversando com especialistas e comunidades locais. Em 1987, colocou na rua o relatório *Nosso futuro comum*, criticando os padrões de produção e consumo das nações industrializadas e alertando para o perigo de os países em desenvolvimento repetirem esses erros.

Também conhecido como Relatório Brundtland, o documento se tornaria um marco: emplacou o conceito de desenvolvimento sustentável, ao propor a conciliação entre crescimento econômico e questões ambientais e sociais. E, ao ressaltar o fracasso dos governos em promoverem esse caminho, convocou as organizações da sociedade civil a atuarem com mais força nesse cenário. O relatório deu o que falar. E foi decisivo para que as Nações Unidas convocassem uma nova conferência mundial sobre meio ambiente.

A essa altura, o Brasil já tinha deixado o “milagre econômico” para afundar numa crise de recessão. Lá fora, desde a conferência de Estocolmo a imagem nacional continuava arranhada: as nações ricas insistiam que o país não tinha condições de cuidar de seu imenso patrimônio natural. As fotografias que mostravam a Amazônia em chamas ganhavam manchetes nos jornais europeus e norte-americanos e serviam como prova do descontrole interno.

“O Brasil estava sendo muito criticado. Era como se a gente tivesse um museu extraordinário e usasse o quadro do Picasso para alimentar uma lareira”, compara o diplomata Corrêa do Lago. A gota d’água veio em 1988, quando o líder extrativista Chico Mendes foi assassinado no Acre. O seringueiro, que ficou famoso mundialmente por elaborar estratégias pacíficas contra o desmatamento da Amazônia, já vinha sendo ameaçado há tempos pelos grandes fazendeiros e madeireiros que ele desafiava. A notícia rodou o mundo. Para a imprensa estrangeira, o episódio confirmava todos os aspectos negativos da sociedade brasileira.

Em vez de recuar, porém, o governo decidiu encarar a crise e tomar medidas que mostrassem um Brasil preocupado com seus recursos naturais. Em 1988, no mesmo ano em que a nova Constituição trazia um capítulo inteiro e inédito dedicado ao meio ambiente, foi lançado o programa Nossa Natureza. O objetivo, entre outros, era

fortalecer os trabalhos de conservação da Amazônia, organizar a ocupação desordenada daquele território e proteger os povos tradicionais. Também foi anunciada a suspensão dos incentivos fiscais a projetos agropecuários nas áreas de floresta — política que alguns anos antes desencadeara uma avalanche de desmatamento na região.

Dois meses depois, em dezembro de 1988, o Brasil apresentava sua candidatura para sediar a conferência que ficou conhecida como Rio-92. Trazer o evento e mostrar o país de perto era a única maneira de tentar melhorar sua imagem lá fora. Candidatura aceita, era hora de organizar a casa. Ligada à Secretaria-Geral de Política Exterior, a Divisão de Meio Ambiente (Dema) foi criada para tocar os trabalhos de preparação. Logo de início, um amplo processo de reavaliação das posições brasileiras foi iniciado: 20 anos depois da Conferência de Estocolmo, não fazia mais sentido que o Brasil continuasse com uma postura tão radical. Afinal, o caminho do desenvolvimento sustentável apontado pelo Relatório Brundtland já era um passo para maior entendimento entre os países ricos e aqueles em desenvolvimento.

A maior flexibilidade no discurso brasileiro também foi possível porque o debate ambiental no país estava mais maduro. Se em 1972 o governo era praticamente a única voz que ressoava nas discussões, dessa vez havia contribuições da ciência, da academia e da sociedade civil. Se antes o Brasil se recusava a falar sobre os problemas da Amazônia, argumentando que se tratava de assunto estritamente nacional, agora já aceitava dialogar e, em alguns casos, até abrir as portas para a cooperação estrangeira. Essa nova postura permitiu que, mais tarde, os fundos ambientais se concretizassem por aqui. Ao mesmo tempo, o país procurava fortalecer suas próprias instituições para mostrar que tinha uma base sólida de dados que facilitava as políticas internas de proteção ambiental. Os estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que por meio de imagens de satélite passou a dar um retrato do desmatamento da floresta amazônica, eram uma prova de que o Brasil sabia onde estava pisando.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) atraiu todos os holofotes do mundo para cá. E não teve quem ficasse indiferente: “De empresários modernos a naturebas arcaicos”, informava a edição de 12 de agosto de 1990 do *Jornal do Brasil*, todos queriam saber no que ia dar aquele megaevento global. Incentivada pelo



Relatório Brundtland, a participação da sociedade civil foi marcante: mais de sete mil membros de organizações não governamentais compareceram ao Fórum Global, evento realizado paralelamente às discussões oficiais.

“Ao iniciar-se a Conferência do Rio, os diplomatas tradicionais estavam horrorizados [...], já que as questões em pauta eram técnicas e exigiam que os negociadores consultassem cientistas e organizações não governamentais”, escreveu o jornalista norte-americano Gregg Easterbrook, em seu livro *A Moment on the Earth*. Era algo novo. Servindo como catalisadora de movimentos que já engatinhavam no Brasil, a conferência preparou o terreno para que inúmeras organizações ambientais abrissem de vez suas portas por aqui. “Naquele período, o meio ambiente veio para o *mainstream*



A *Árvore da vida*, símbolo do Fórum Global, um dos eventos paralelos realizados durante a Rio 92

Ricardo Mello/Agência O Globo

da política e da economia. O próprio nascimento dos fundos ambientais mostra que o assunto já não era mais algo marginal”, avalia o historiador José Augusto Pádua, especialista em história ambiental e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A confluência de fatores gerou resultados. O evento consagrou a ideia de desenvolvimento sustentável e contribuiu para que os países ricos assumissem sua maior responsabilidade sobre os danos ambientais. Vários acordos foram assinados, como a Agenda 21 e a Convenção sobre Diversidade Biológica, que disseminou o jovem conceito de biodiversidade e, de forma inédita, fez que mais de 160 nações se comprometessem com sua conservação. Ao mesmo tempo, ficou mais evidente a necessidade de os países em desenvolvimento receberem apoio financeiro e tecnológico para seguirem a rota do desenvolvimento sustentável.

No último dia da Rio-92, o secretário-geral da conferência, Maurice Strong, pegou o microfone para dizer que aquele evento era como o início de uma nova caminhada. “Foi um momento histórico para a humanidade”, ele apostava. Os desafios impressos nos documentos assinados por chefes de estado eram imensos. Mas o número de pessoas dispostas a lutar pela causa ambiental definitivamente já não cabia mais em uma Kombi. Tampouco os recursos: de desconhecidos, os fundos ambientais como o Funbio se tornariam cruciais para que os pactos ali firmados deixassem de ser meras palavras e se transformassem em realidade. Uma nova realidade. De um novo presente que surgia.





Na página anterior, Gilberto do Nascimento Silva, guia, Parque Nacional da Amazônia, Pará, ICMBio – Programa Arpa

Nestas páginas, extração de óleo de copaíba na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, Amazonas, SEMA/AM – Programa Arpa: Aldemir Queiroz Lira e o filho Alcir, que se dedicam à atividade. À esquerda, o óleo coletado. À direita, orifício no tronco utilizado no processo.

On the previous page, Gilberto do Nascimento Silva, guide at the Amazonian National Park, Pará, ICMBio – Arpa Program

On these pages, copaíba oil extraction at the Uatumã Sustainable Development Reserve, Amazonas, SEMA/AM – Arpa Program: Aldemir Queiroz Lira and his son Alcir. Left, the collected oil. Right, tapping hole on a tree trunk.





Acima, Paulo César Lima Javaé, Presidente da Associação indígena Javaé da Aldeia Boto Velho, comunitário do entorno do Parque Estadual do Cantão, Ilha do Bananal, Tocantins – Programa Arpa

Moises Nunes Pacaia, comunitário do entorno do Parque Estadual Chandless, Acre – Programa Arpa

Above, Paulo César Lima Javaé, Chairman of the Javaé Indigenous Association at the Boto Velho communitarian settlement, environs of the Cantão State Park, Ilha do Bananal, Tocantins – Arpa Program

Moises Nunes Pacaia, a resident of the community in the environs of the Chandless State Park, Acre – Arpa Program

Maria Zuleide da Silva Viriato, Coordenadora do projeto "Cuidando dos peixes", comunidade indígena Boqueirão, entorno da Estação Ecológica de Maracá, Roraima – Programa Arpa

Maria Zuleide da Silva Viriato, Coordinator of the "Caring for Fish" project at the Boqueirão Indigenous Community near the Maracá Ecological Station in Roraima – Arpa Program









Nas páginas anteriores, Luzânia de Sousa Santos amamenta seu filho, Joel Sales de Oliveira Filho, Parnaíba, Piauí – TFCA

Na página ao lado, Ivanildo Monteiro dos Santos, pescador, Conselheiro e Segundo Tesoureiro na Reserva Extrativista Maracanã, Pará, ICMBio – Programa Arpa

Abaixo, curral de pesca artesanal: os peixes presos na maré alta são coletados na maré baixa.

On the previous pages, Luzânia de Sousa Santos breastfeeds her son, Joel Sales de Oliveira Filho, Parnaíba, Piauí – TFCA

Next page, Ivanildo Monteiro dos Santos, fisherman, board member and deputy treasurer of the Maracanã Extractive Reserve, Pará, ICMBio – Arpa Program

Below, fisherman's corral: fish are trapped as the tide goes out.







Acima, Rogério Cunha de Oliveira, pescador, Parnaíba, Piauí – TFCA

Ao lado, Maria Edinalda de Souza Rodrigues, marisqueira, Parnaíba, Piauí – TFCA

Above, Rogério Cunha de Oliveira, fisherman, Parnaíba, Piauí – TFCA

Left, Maria Edinalda de Souza Rodrigues, shellfisherwoman, Parnaíba, Piauí – TFCA

Maria Luiza de Souza Santos,  
marisqueira, Paraíba, Piauí – TFCA

Maria Luiza de Souza Santos,  
shellfisherwoman, Parnaíba,  
Piauí – TFCA









Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, Amazonas, SEMA/AM – Programa Arpa:

Nas páginas anteriores, igapó da cabeceira do Igarapé Curara.

Acima, Greicy Kelly Oliveira Ferreira, moradora da comunidade Nossa Senhora do Livramento com o filho Vinícius Ferreira Braga.

Uatumã Sustainable Development Reserve, Amazonas, SEMA/AM – Arpa Program:

Previous pages, igapó headwater of the Curara stream.

Above, Greicy Kelly Oliveira Ferreira, resident of the Nossa Senhora do Livramento community, holds her son Vinícius Ferreira Braga.







Na página anterior, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, Amazonas, SEMA/AM – Programa Arpa

Maria Renilda Santana da Costa, Presidente da Associação Asa Real, Comunidade Morro da Pedra, Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, Acre – Programa Arpa

Jair Marques Galucio, Agente florestal voluntário, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, Amazonas – Programa Arpa

Previous page, Uatumã Sustainable Development Reserve, Amazonas, SEMA/AM – Arpa Program

Maria Renilda Santana da Costa, Chairwoman of the Asa Real Association, Morro da Pedra Community, Riozinho da Liberdade Extractive Reserve, Acre – Arpa Program

Jair Marques Galucio, volunteer forest warden, Uatumã Sustainable Development Reserve, Amazonas – Arpa Program



Walter Lemos, Vice-presidente da Associação Agroextrativista do Lago do Xiadá, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira, Amazonas – Programa Arpa

Rosi Batista da Silva, Gestora da Reserva Extrativista Médio Juruá, Amazonas – Programa Arpa

Walter Lemos, Vice-Chairman of the Lago do Xiadá Agro-extractive Association, Rio Madeira Sustainable Development Reserve, Amazonas – Arpa Program

Rosi Batista da Silva, Manager of the Médio Juruá Extractive Reserve, Amazonas – Arpa Program







Crianças da Comunidade Nossa Senhora do Livramento, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, Amazonas, SEMA/AM – Programa Arpa

Nas páginas seguintes, Parque Nacional Grande Sertão Veredas, ICMBio, Minas Gerais e Bahia – TFCA

Páginas 70-71, Maria da Paz dos Santos Costa, artesã, Parnaíba, Piauí – TFCA

Children from the Nossa Senhora do Livramento Community, Uatumã Sustainable Development Reserve, Amazonas, SEMA/AM – Arpa Program

The following pages, Grande Sertão Veredas National Park, ICMBio, Minas Gerais and Bahia – TFCA

Pages 70-71, Maria da Paz dos Santos Costa, craftswoman, Parnaíba, Piauí – TFCA















Acima, Anizio Antonio da Silva, agricultor, Unidade Produtiva Brejinho, Betânia, Pernambuco – TFCA

Ao lado, Aldeci Maia (Nezinho), Liderança comunitária e cogestor da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, Acre – Programa Arpa

Above, Anizio Antonio da Silva, farmer, Brejinho Productive Unit, Betânia, Pernambuco – TFCA

Left, Aldeci Maia (Nezinho), community leader and co-manager of the Cazumbá-Iracema Extractive Reserve, Acre – Arpa Program



Acima, Antonio Marcos Farias dos Santos, Tesoureiro Astruj – Associação dos trabalhadores rurais do Juruá, Amazonas – Programa Arpa

Ao lado, Josué da Costa da Silva, jovem líder comunitário, Reserva Extrativista Médio Juruá, Amazonas – Programa Arpa

Above, Antonio Marcos Farias dos Santos, Treasurer of Astruj – Juruá Rural Workers Association, Amazonas – Arpa Program

Right, Josué da Costa da Silva, young community leader, Médio Juruá Extractive Reserve, Amazonas – Arpa Program







Na página ao lado, Francisca Dionéia Ferreira, Gestora da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açú, Amazonas – Programa Arpa

Acima, Dorilene Fragoso, jovem liderança, Reserva Extrativista Rio Unini, Amazonas

Miriam de Oliveira, representante da iniciativa “Jovens protagonistas”, Comunidade Tapira, entorno do Parque Nacional do Jaú, Amazonas – Programa Arpa

Nas páginas seguintes, Francinalda Maria Rodrigues da Rocha, coordenadora da Comissão Ilha Ativa, Parnaíba, Piauí – TFCA

Previous page, Francisca Dionéia Ferreira, manager of the Igapó Açú Sustainable Development Reserve, Amazonas – Arpa Program

Above, Dorilene Fragoso, young community leader, Rio Unini Extractive Reserve, Amazonas

Miriam de Oliveira, representative of the “Young Protagonists” initiative, Tapira community, environs of the Jaú National Park, Amazonas – Arpa Program

On the following pages, Francinalda Maria Rodrigues da Rocha, coordinator of the Ilha Ativa Committee, Parnaíba, Piauí – TFCA













Nestas páginas, Sempre-viva, *Paepalanthus* sp. Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Minas Gerais e Bahia, ICMBio – TFCA

Na página seguinte, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, Amazonas, SEMA/AM – Programa Arpa

These pages, *Paepalanthus* sp. Grande Sertão Veredas National Park, Minas Gerais and Bahia, ICMBio – TFCA

Next page, Uatumã Sustainable Development Reserve, Amazonas, SEMA/AM – Arpa Program



# UM FUNDO PARA UMA NOVA ERA

---

Quando o segundo semestre de 1996 apontou no calendário, uma avalanche de papéis com propostas de conservação da biodiversidade abarrotou uma sala de três metros quadrados na Fundação Getulio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro. O endereço não estava errado. O destinatário, porém, atendia por outro nome: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio.

A organização, que acabara de nascer sob o CNPJ e a estrutura administrativa da FGV, iniciou seus trabalhos em uma sala miúda da fundação. Mas com uma missão de gigante: alocar recursos e apoiar instituições para que a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) fosse implementada no Brasil.

A papelada que não parava de chegar sinalizava uma nova época, que surgia na esteira da Rio-92: não faltavam organizações ambientais querendo pôr a mão na massa. Os recursos não só existiam como eram mais volumosos. E o próprio desenho da CDB era algo inédito.

Não que uma convenção sobre biodiversidade fosse novidade: já fazia mais de um século que países fechavam acordos internacionais sobre o assunto. No entanto, nunca na abrangência e com a força de agora. “Hoje, há mais de uma centena de convenções que tratam do tema. Mas, antes, as que existiam eram focadas em poucos componentes da biodiversidade: havia convenção para focos do Ártico, para proteção de plantas de interesse econômico, de espécies ameaçadas no contexto do comércio internacional. Eram muito específicas e não conseguiam lidar com a dimensão dos problemas e das causas, que são de natureza social e econômica”, explica o biólogo Braulio Dias, que há quatro anos trocou Brasília — onde trabalhava no Ministério do Meio Ambiente — por Montreal, para assumir a secretaria executiva da CDB. “Estes acordos careciam de mecanismos mais fortes para lidar com o problema.”

“Hoje, há mais de uma centena de convenções que tratam do tema. Mas, antes, as que existiam eram focadas em poucos componentes da biodiversidade: havia convenção para focos do Ártico, para proteção de plantas de interesse econômico, de espécies ameaçadas no contexto do comércio internacional. Eram muito específicas, e não conseguiam lidar com a dimensão dos problemas e das causas, que são de natureza social e econômica. Estes acordos careciam de mecanismos mais fortes para lidar com o problema.”

**BRAULIO DIAS**  
SECRETÁRIO EXECUTIVO  
DA CONVENÇÃO PARA A  
DIVERSIDADE BIOLÓGICA,  
DE 2012 A 2016

A percepção disso veio aos poucos. Mas o gatilho, que décadas depois contribuiria para a criação de fundos ambientais como o Funbio, foi disparado ainda em 1972, com a primeira conferência global de meio ambiente que a ONU organizara em Estocolmo. Depois dela, nasceu o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e a maioria dos países começou a estruturar seus próprios órgãos ambientais. O assunto não saiu mais de cena e ganhou um grande impulso na década de 1980. “Nessa época, começou a haver uma mobilização mais forte, principalmente de pesquisadores e ONGs do mundo inteiro, preocupados com o avanço da degradação ambiental. Eles pressionaram os governos e sinalizaram para a necessidade de se ter uma nova convenção internacional de biodiversidade. Uma que fosse mais abrangente, que tratasse de todos os aspectos de conservação e que tivesse força legal para reverter aquele quadro”, conta Dias.

O Pnuma ouviu o recado e, em 1988, resolveu tomar a responsabilidade para si. Começou convocando gente que entendia de biodiversidade para discutir se, de fato, uma nova convenção era necessária. A resposta foi um sonoro sim. O próximo passo, então,

foi somar ao grupo um time jurídico para colocar a proposta no papel. Em fevereiro de 1991, quando um Comitê Intergovernamental de Negociações foi instalado para que os países enfim discutissem o documento, Dias acabara de assumir a diretoria de políticas públicas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Escalado para representar o Brasil nas negociações da CDB, levantou a bandeira dos países em desenvolvimento durante os encontros.

“No início, o documento focava apenas na questão da conservação. Mas países como Brasil, Indonésia e Índia reivindicaram que não podia se tratar só disso, mas também do uso sustentável da biodiversidade”, relata. O debate partia de um dado real: dois terços dos recursos genéticos mundiais estavam nos países em desenvolvimento. No entanto, os recursos tecnológicos e financeiros para explorá-los permaneciam com os desenvolvidos. A conta não fechava. “Havia uma assimetria no comércio internacional: as nações ricas ficavam cada vez mais ricas apropriando-se de bens que vinham dos países tropicais, que continuavam perdendo biodiversidade sem receber benefícios por isso”, compara Dias.

Os debates eram longos, penosos, e só foram terminar às vésperas da Rio-92, quando o texto ganhou sua versão final em uma reunião no Quênia. Meses de discussões acaloradas renderam um equilíbrio de expectativas na costura do acordo que pode ser resumido em três de seus principais objetivos: a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização desses recursos.

Finalizada a tempo, a Convenção sobre Diversidade Biológica foi aberta para adesões durante a Rio-92. Anfitrião do evento, o Brasil foi o primeiro a tingir o documento com sua assinatura. A partir daí, era preciso agir. “Cada país signatário deveria ter marcos legais para implementar a CDB e fazer que os temas ligados à biodiversidade fossem tratados não só na área ambiental, mas em todos os setores do governo”, explica Dias. Era uma amarração de gente grande. E a tarefa caiu justamente nas costas do biólogo, que pouco depois da Rio-92 deixou o Ibama com o objetivo de dar início a um departamento de biodiversidade no Ministério do Meio Ambiente: “Acabei ficando lá por 20 anos”.

Tempo de sobra para ver o tema crescer e aparecer dentro do governo. Naquele momento, porém, Dias teve de começar praticamente do zero. Depois que o Congresso Nacional ratificou a CDB, em fevereiro de 1994, ele coordenou uma consulta nacional que incluiu

pesquisadores, ONGs, empresários e governos. O resultado foi um decreto que criou, no final daquele ano, o Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio). Dali saíram as diretrizes para que aquele emaranhado de artigos e parágrafos da CDB se tornasse realidade por aqui. Com a bússola afiada, faltavam os recursos e os projetos que iriam pôr em prática as direções apontadas pelo Pronabio.

## A maior biodiversidade do planeta

Àquela altura, um programa internacional que nascera piloto em 1991, sob o guarda-chuva do Banco Mundial, já rodava a todo vapor. O Global Environment Facility (GEF) era um fundo que surgira com o objetivo de alavancar projetos de desenvolvimento sustentável mundo afora. Alimentada por doações de nações ricas, a agência chegou à arena mundial com a quantia de USD 1 bilhão, que seria distribuída a projetos ambientais com impactos globais. Deu tão certo que logo se tornou oficialmente o instrumento financeiro que ajudaria os países em desenvolvimento a implementar a Convenção sobre Diversidade Biológica: a partir dali, quem estivesse comprometido com a CDB poderia valer-se de recursos do fundo para fazer sua lição de casa na área da biodiversidade.

O GEF chegou causando alvoroço. E não só pelo gordo volume de recursos que disponibilizava, mas por ter nascido do Banco Mundial: a instituição ainda era vista com reserva por ambientalistas, por conta dos impactos das grandes obras que financiava. A venezuelana Claudia Sobrevila, hoje gerente do Programa Global de Vida Selvagem do Banco Mundial, se lembra bem disso. Em 1992, ela resolveu trocar uma carreira apaixonada na organização The Nature Conservancy por uma vaga no Banco Mundial. À frente de um dos programas internacionais da ONG, ela havia passado os últimos anos rodando os países da América Latina para inventariar seus recursos naturais e convencer os governos locais a criar áreas protegidas. Estava prestes a deixar tudo isso para trás. A reação dos amigos foi unânime: “Como é que pode você trabalhar numa instituição guiada pelos interesses do desenvolvimento e que não dá a mínima importância para os impactos ambientais de seus projetos?”, argumentavam os colegas. Nem ela sabia bem. Mas achou que deveria seguir a intuição. E foi. “Deve haver algo positivo ali dentro. E, se eu descobrir o que é, posso fazer crescer”, respondeu aos companheiros.

Sobrevila é daquelas mulheres que enxergam oportunidade como quem acha agulha no palheiro. Naquele alvorecer da década de 1990, quando o debate ambiental ainda tentava sair de uma

entranhada polarização entre mocinhos e vilões, a bióloga já havia escolhido um caminho que se tornaria imperativo dali para a frente: o do diálogo e da conciliação. “Ficou claro para mim que, se quiséssemos preservar o meio ambiente, teríamos que fazer um esforço de envolver não só a sociedade civil e os governos, mas também as instituições financeiras”, explica. Afinal, no anunciado maremoto das mudanças climáticas, todos estavam no mesmo barco.

Os ventos que sopravam na época eram de mudanças. E não havia instituição que ficasse imune àquele vendaval. “O movimento ambientalista estava ganhando força e passava a ter uma militância muito forte nas instituições multilaterais. O Banco Mundial ocupava o centro dessas atenções. E isso gerou uma preocupação interna muito grande”, recorda Luiz Gabriel de Azevedo. Ele havia acabado de ingressar na instituição financeira e caiu no olho do furacão. Formado em engenharia civil, com mestrado e doutorado em grandes projetos hídricos de infraestrutura, foi contratado para liderar os projetos nessa área. Mal entrou, já teve de encarar uma guinada.

“Tudo o que estava sendo feito no banco relacionado a infraestrutura passou a ser o patinho feio. Não havia projetos novos. E os antigos iam, aos poucos, sendo fechados. O banco apostou todas as suas fichas em áreas como saúde e educação, que tinham muito menos impactos ambientais”, relata. Não levou muito tempo para que o engenheiro deixasse o setor de infraestrutura do banco e assumisse a área de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, que acabara de ganhar este título e estava voltada para a América Latina. “Era a antiga divisão de Agricultura e Recursos Naturais. A mudança de nome demonstrava uma mudança de postura completa: havia um apetite maior do banco em tocar projetos ligados à conservação ambiental”, diz.

Quando foi criado, o departamento ambiental do Banco Mundial cresceu de vez: várias pessoas que trabalhavam com o tema foram contratadas. Sobrevila era uma delas. Com o tempo, ela já havia encontrado seu ninho ali dentro. Foi quem coordenou a elaboração do projeto que, alguns anos mais tarde, resultaria na maior doação que o GEF já desembolsara para um país: USD 30 milhões. Eram esses os recursos que dariam vida ao Funbio, num plano maior que pretendia tirar do papel a Convenção sobre Diversidade Biológica no Brasil. Quando perguntada sobre o porquê de o fundo ter liberado uma verba dessa grandeza, a justificativa vem curta e óbvia: “O Brasil é o país com a maior biodiversidade no planeta”.

O biólogo Gustavo Fonseca, hoje Diretor de Programas do GEF, tem plena noção de como esses superlativos que o Brasil carrega ressoam

“O banco apostou todas as suas fichas em áreas como saúde e educação, que tinham muito menos impactos ambientais. [A área de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente] Era a antiga divisão de Agricultura e Recursos Naturais. A mudança de nome demonstrava uma mudança de postura completa: havia um apetite maior do banco em tocar projetos ligados à conservação ambiental.”

**LUIZ GABRIEL DE AZEVEDO**  
EX-FUNÇÃOÁRIO DO BANCO  
MUNDIAL, ATUALMENTE  
NO INTERAMERICAN  
INVESTMENT  
CORPORATION (IIC), BANCO  
INTERAMERICANO DE  
DESENVOLVIMENTO

lá fora. Quando pegou seu diploma na Universidade de Brasília, foi para os Estados Unidos, onde mergulhou em mestrado e doutorado na Universidade da Flórida, na década de 1980. Deparou-se com um ramo científico novíssimo que brotava ali: a biologia da conservação. Era um momento em que os principais ecologistas se davam conta de que fauna e flora — seus objetos de pesquisa — estavam indo ladeira abaixo. E que algo precisava ser feito, principalmente nos países em desenvolvimento, onde estava o grosso da biodiversidade mundial. Foi nessas regiões que as organizações ambientais internacionais começaram a apostar suas fichas. O Brasil era uma das prioridades.

Fonseca logo se embrenhou nesse processo. Fez a ponte para que o WWF e a Conservação Internacional (CI) desenvolvessem programas no Brasil e foi quem ajudou a entregar as chaves para que a CI abrisse suas portas por aqui, em 1990. A grande estreia da ONG foi justamente na Rio-92, quando se envolveu nas negociações da Convenção sobre Diversidade Biológica. Era natural, portanto, que o telefone de Fonseca recebesse uma chamada do Ministério do Meio Ambiente: ele foi convidado a integrar, representando a sociedade civil, uma comissão criada para desenhar o que seria, afinal, aquele projeto de USD 30 milhões do GEF no Brasil.

Liderando a empreitada estavam Braulio Dias, representando o MMA, e Claudia Sobrevila, pelo Banco Mundial. Além de Fonseca, outros nomes da sociedade civil, da academia e do empresariado nacional foram convocados a discutir o projeto. Sobrevila ainda escalou como consultora uma velha amiga brasileira que havia cursado com ela o doutorado em Ecologia na Universidade de Harvard. Adriana Moreira, que deu vida a ONGs como o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), atualmente especialista sênior em Meio Ambiente do Banco Mundial, seria o braço direito da venezuelana em terras brasileiras. “Eu e Claudia somos as tias do Funbio”, brinca Adriana.

### Um marco na cooperação

A formação daquele time multissetorial era uma demonstração clara de que política ambiental não se fazia mais apenas nos gabinetes oficiais. Uma ampla consulta foi feita com representantes de governos, cientistas, ONGs e setor privado. E ficou resolvido que o projeto teria dois pilares para fortalecer o Pronabio. O primeiro deles ganhou o nome de Probio (Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira) e ficaria com uma fatia de USD 10 milhões do total doado. Seu objetivo era viabilizar estudos,



projetos e *workshops* para levantar e esmiuçar as informações sobre a biodiversidade brasileira. O segundo pilar seria a criação de um fundo ambiental de longo prazo, que teria um tempo de vida estimado em aproximadamente 15 anos. O fundo nasceria com o pontapé inicial de USD 20 milhões do GEF e depois encontraria seus próprios meios de captação de recursos. A proposta era que esse mecanismo financiasse iniciativas de conservação país a fora.

Começava, então, uma nova discussão: como seria esse fundo? Liderada pela mesma comissão, uma nova rodada de consultas correu os mais diversos setores, além de envolver o Ministério do Planejamento e o Banco Central. A resposta não veio rápida. Mas, durante as discussões, alguns parâmetros fundamentais foram colocados na mesa: “Os aspectos mais importantes que a gente ouviu repetidamente foram: precisamos fazer deste fundo algo transparente, efetivo — que gere resultados — e colaborativo, ou seja, que envolva diferentes vozes”, diz Sobrevila. “O desafio era criar uma instituição que, apesar de ter representatividade do governo, não fosse dominada por ele. A sociedade brasileira e a academia precisavam estar envolvidas”, complementa Fonseca.

Braulio Dias coordenou alguns estudos para avaliar os fundos ambientais que já estavam rodando no país. Desde 1989, o governo federal tinha o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA). Existiam outros, que também estavam em sua juventude. O cardápio disponível, porém, não batia com as expectativas. “Fizemos uma análise e concluímos que os fundos existentes não ofereciam todas as condições necessárias que desejávamos. O FNMA, por exemplo, não tinha a possibilidade de receber recursos de fontes diversas, como governos, organismos internacionais e setor privado”, justifica Dias.

A burocracia também precisava ser driblada. “Um dos gargalos do Brasil é sua legislação burocrática com relação à gestão de recursos. Apesar de o objetivo ser evitar a corrupção, isso cria uma rigidez dentro do governo que dificulta a administração do dinheiro. Havia necessidade de mecanismos com mais flexibilidade”, aponta o biólogo.

Diante do impasse, algumas pessoas sugeriram reformular o FNMA. Outros propuseram a criação de um novo fundo sob as asas do governo. Até que surgiu a ideia de uma instituição privada. Claudia Sobrevila chegou a trazer ao Brasil alguns representantes do México e do Peru, países que já estavam testando um modelo de fundo criado no âmbito do governo, mas com gestão privada. A

“Os aspectos mais importantes que a gente ouviu repetidamente foram: precisamos fazer deste fundo algo transparente, efetivo — que gere resultados — e colaborativo, ou seja, que envolva diferentes vozes.”

**CLAUDIA SOBREVILA**  
GERENTE DO PROGRAMA  
GLOBAL DE VIDA  
SELVAGEM DO BANCO  
MUNDIAL

“O desafio era criar uma instituição que, apesar de ter representatividade do governo, não fosse dominada por ele. A sociedade brasileira e a academia precisavam estar envolvidas.”

**GUSTAVO FONSECA**  
DIRETOR DE PROGRAMAS  
DO GEF

alternativa foi apoiada prontamente pelo Banco Mundial, como aponta um relatório interno de 1996: “A necessidade de uma estrutura administrativa flexível, que operaria de forma independente e transparente, justificou o uso de uma instituição privada”. O martelo, então, foi batido: “Identificamos que a hipótese mais viável era esta: a criação de um fundo privado, mas com objetivos públicos”, explica Dias. “Este modelo de gestão já existia. Foi desenvolvido pelo Banco Mundial em outros países da América Latina e acabou sendo difundido”, explica Adriana Moreira.

Começava ali um marco da política ambiental brasileira de descentralização e cooperação entre governo e setor privado. Mas projeto que se preze dá trabalho. E a história ainda não tinha chegado ao fim. A dificuldade agora era que o Banco Mundial precisava de garantias para transferir os recursos. E um fundo recém-criado, além de não ter capital próprio, não podia oferecer essas condições. Mais de dez reuniões, estudos encomendados e mais de 50 entidades da sociedade civil consultadas ainda não tinham sido suficientes para uma conclusão. O debate chegou aos ouvidos do então ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho. Ele achou que era preciso envolver outros setores e ligou para o amigo Roberto Bornhausen, que liderava o conselho do hoje extinto Unibanco.

Até ali, a relação mais próxima que Bornhausen tinha com o meio ambiente era seu diploma de engenheiro agrônomo. Desde que entrou pela primeira vez em uma agência bancária, em 1956, nunca mais havia saído: “Minha carreira foi toda feita em banco”, diz. Por isso mesmo é que foi convidado para tentar resolver a situação. “O ministério estava com este assunto engasgado. Então o Krause me pediu ajuda: que eu reunisse o pessoal da área privada e apresentasse uma solução para que os recursos do Banco Mundial fossem liberados”, conta o banqueiro, que topou a missão. “Eu disse: ‘Está bem. Em dois ou três meses entrego uma proposta e estou liberado’.” O trabalho que ele acreditava ser de curto prazo, porém, não tinha mais hora para acabar.

Em abril de 1995, um grupo consultivo presidido por Bornhausen foi formado, com gente de vários setores. Em pouco tempo, ele voltou com duas possibilidades. A primeira seria a criação de uma nova ONG, que partiria do zero. A segunda opção era usar uma instituição já consolidada e reconhecida na área acadêmica para abrigar o novo fundo: a Fundação Getúlio Vargas. “Seria como uma creche, para a entidade nascer sob um guarda-chuva que tinha credibilidade e depois se tornar autônoma”, explica.

“Minha carreira foi toda feita em banco. O ministério estava com este assunto engasgado. Então o Krause me pediu ajuda: que eu reunisse o pessoal da área privada e apresentasse uma solução para que os recursos do Banco Mundial fossem liberados. Eu disse: ‘Está bem. Em dois ou três meses entrego uma proposta e estou liberado’.”

**ROBERTO BORNHAUSEN**  
PRIMEIRO PRESIDENTE DO  
CONSELHO DELIBERATIVO  
DO FUNBIO

A segunda alternativa acabou vencendo, por motivos óbvios: “Para evitar riscos, ficou decidido que o Funbio nasceria dentro de uma entidade já existente”, conta Adriana Moreira. “Para o Banco Mundial, seria muito mais tranquilo desembolsar milhões de dólares para uma instituição internacionalmente conhecida do que fazer isso para um grupo de pessoas físicas de que ninguém nunca tinha ouvido falar”, justifica Bornhausen. O ministro concordou e incumbiu o banqueiro de ir à FGV negociar a proposta com Jorge Oscar de Mello Flôres, seu amigo de longa data e então presidente da fundação. Ele gostou do que ouviu e resolveu bancar a ideia: o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade — Funbio nasceria dentro da FGV, mas com total autonomia. “Ele foi muito gentil e corajoso”, avalia Bornhausen. “Afinal, a nova entidade ia usar o nome da fundação, seu CNPJ, ia receber recursos internacionais e gerenciá-los autonomamente dentro da FGV. Era um voto de credibilidade que ele estava dando à equipe que ia formar o Funbio.”

Certamente, o currículo dos envolvidos na empreitada inspirou confiança a Flôres. Além do histórico profissional de Dias, Sobrevila, Fonseca e do próprio Bornhausen, o processo de discussão e desenho do Funbio foi como um ímã que ia atraindo uma lista imensa de nomes de peso dos mais diversos setores. Depois que a FGV carimbou sua assinatura no projeto, instituindo oficialmente o Funbio no dia 28 de setembro de 1995, passaram-se apenas dez dias para a cerimônia de constituição e posse do Conselho Deliberativo.

## União de diferentes áreas

Boa parte do time que acompanhou o demorado processo de criação do fundo acabou ficando e formando aquele primeiro grupo. O time de 32 pessoas era forte: dizia-se na época que, se alguém estivesse à procura dos principais nomes que trabalhavam com biodiversidade no Brasil, era só bater à porta do Funbio: estavam todos ali reunidos. Além de Dias e Fonseca, o Conselho reunia na mesma mesa gente como o almirante Ibsen de Gusmão Câmara, que estava à frente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), Virgílio Viana, da Universidade de São Paulo (USP), José Márcio Ayres, do Museu Goeldi, e Jean Marc von der Weid, da Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA).

O Conselho deveria ser constituído por um total de 16 pessoas, cada uma com um suplente. Bornhausen foi eleito presidente e Fonseca o vice. Desde o princípio construída por mãos que vinham de diferentes áreas, a organização seguiu esta toada: governo, academia,

“Do ponto de vista do investimento, quem tem mais condições de atuar são o setor privado e o governo. Estes dois atores têm que estar obrigatoriamente juntos. Mas onde está a aptidão técnica, a vocação para executar os projetos ambientais? Na academia e no terceiro setor. A diversidade do conselho do Funbio, portanto, não era só positiva, mas absolutamente necessária para se fazer a diferença.”

**LUIZ GABRIEL DE AZEVEDO**  
EX-FUNCIONÁRIO DO BANCO MUNDIAL, ATUALMENTE NO INTERAMERICAN INVESTMENT CORPORATION (IIC), BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

empresariado, organizações ambientais e FGV estavam todos representados entre os conselheiros. Misturar ingredientes tão diversos em um mesmo grupo era uma receita nova para a época. E um tira-gosto de que muitas doses de ousadia e inovação viriam pela frente.

“O Funbio é pioneiro nessa característica da multirrepresentatividade. As organizações ambientais tinham suas relações com o governo, mas o setor empresarial tinha pouquíssimo contato com o Ministério do Meio Ambiente. As entidades eram muito mais segmentadas e setorializadas na época”, diz Bornhausen. Ele próprio inaugurava ali sua convivência mais íntima com o setor ambiental. “Era uma experiência muito rica lidar com pessoas de origens tão diferentes, com opiniões tão distintas, para resolver problemas comuns.”

“Do ponto de vista do investimento, quem tem mais condições de atuar são o setor privado e o governo. Estes dois atores têm que estar obrigatoriamente juntos. Mas onde está a aptidão técnica, a vocação para executar os projetos ambientais? Na academia e no terceiro setor. A diversidade do conselho do Funbio, portanto, não era só positiva, mas absolutamente necessária para se fazer a diferença”, avalia Luiz Gabriel de Azevedo, que estava no Banco Mundial àquela época.

Apesar das divergências de trajetórias individuais, os choques eram coisa rara ali dentro. “Cada um fazia a sua parte. O pessoal do setor privado chamou para si a responsabilidade da gestão do fundo. Nós, das ONGs ambientais, levávamos a experiência de como executar projetos. Cada grupo trazia uma contribuição importante dentro de seu perfil. Eu não discutia taxas de juros com o presidente do Unibanco. E o senhor Bornhausen em nenhum momento questionou coisas do ponto de vista das prioridades da agenda ambiental”, relata Garo Batmanian, que na década de 1990 ajudou a trazer o WWF para o Brasil e comandava a organização quando foi chamado para integrar o primeiro conselho do Funbio, e que hoje é especialista em Meio Ambiente do Banco Mundial para China e Mongólia.

Formado o grupo que lideraria a parte estratégica da organização, era hora de contratar um diretor executivo, que teria a função de fazer rodar aquela máquina pensante que chegava ao mundo. A responsabilidade era grande. “O conselho fez a montagem da parte conceitual, um trabalho de balizamento da instituição, indicando que caminhos ela deveria seguir”, afirma Bornhausen. “O diretor executivo teria que partir disso para colocar o Funbio funcionando.” E com uma questão delicada: essa montagem seria feita na FGV, onde a organização permaneceu até 1999, quando ganhou seu próprio CNPJ e passou a voar sozinha.

“Cada um fazia a sua parte. O pessoal do setor privado chamou para si a responsabilidade da gestão do fundo. Nós, das ONGs ambientais, levávamos a experiência de como executar projetos. Cada grupo trazia uma contribuição importante dentro de seu perfil. Eu não discutia taxas de juros com o presidente do Unibanco. E o senhor Bornhausen em nenhum momento questionou coisas do ponto de vista das prioridades da agenda ambiental.”

**GARO BATMANIAN**  
ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE DO BANCO MUNDIAL PARA CHINA E MONGÓLIA, FOI DIRIGENTE DO WWF NO BRASIL

Formado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas e com doutorado em engenharia de produção, Pedro Leitão não tinha tanta intimidade com meio ambiente, mas guardava outros trunfos. Vinha de uma caminhada de 20 anos na área de ciência e tecnologia, trabalhava no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e era professor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe/UFRJ), onde também se dedicava a um laboratório de desenvolvimento tecnológico sustentável. “Eu não sabia sobre biodiversidade. Mas conhecia muito bem como fomentar programas de pesquisas, além de ter experiência com cooperação internacional e captação de recursos no exterior”, diz ele. Viu um anúncio no jornal sobre a vaga no Funbio e resolveu se candidatar. Foi selecionado.

## USD 5 milhões e uma pergunta

Quando adentrou o prédio da FGV, na Praia de Botafogo, no Rio de Janeiro, Leitão ganhou uma sala vazia de três metros quadrados, uma mesa, uma cadeira e um prazo: tinha seis meses para colocar o Funbio de pé, operando e lançando seu primeiro edital de apoio a projetos de conservação. “Eu comprei um computador, contratei uma secretária, fiz exercício de planejamento estratégico com o conselho e desenhamos as linhas de atuação do Funbio”, recorda.



Roberto Bornhausen, à esquerda, e Guilherme Frering, na reunião na Fundação Getúlio Vargas em que o Funbio foi instituído formalmente, em 1995

Núcleo de Documentação da Fundação Getúlio Vargas – Ndoc/FGV

“Os conselheiros se dispuseram realmente a dar seu tempo e trabalho de forma voluntária, o que não era fácil, já que todos tinham cargos de alta responsabilidade nos seus setores: eram funcionários de ONGs, professores, servidores do governo. Ninguém ali estava habituado a criar uma entidade, a participar de um grupo tão multifacetado em que ninguém tinha um domínio sobre ele. Todos entenderam o projeto como algo importante, e foi natural esse processo de abraçar o Funbio.”

**ROBERTO BORNHAUSEN**  
PRIMEIRO PRESIDENTE DO  
CONSELHO DELIBERATIVO  
DO FUNBIO

As tarefas eram imensas. Mas o clima criado dentro daquele time amenizava qualquer desafio. “Hoje eu participo de meia dúzia de conselhos, mas nenhum é igual ao do Funbio daquela época: as pessoas ali se entregavam”, conta Leitão, acrescentando que o índice de ausência era baixíssimo nas reuniões que aconteciam a cada quatro meses. “Os conselheiros se dispuseram realmente a dar seu tempo e trabalho de forma voluntária, o que não era fácil, já que todos tinham cargos de alta responsabilidade nos seus setores: eram funcionários de ONGs, professores, servidores do governo”, lembra Bornhausen. “Ninguém ali estava habituado a criar uma entidade, a participar de um grupo tão multifacetado em que ninguém tinha um domínio sobre ele. Todos entenderam o projeto como algo importante, e foi natural esse processo de abraçar o Funbio”, diz Bornhausen. “E além de tudo, era um grupo animadíssimo”, complementa Leitão, com um sorriso.

Foi assim, com o ânimo nas alturas, que a organização colocou na praça seu edital de inauguração, ainda em 1996. Para os primeiros projetos que seriam apoiados foram reservados USD 5 milhões e uma pergunta: o que está sendo feito de conservação da biodiversidade no Brasil? “Foi um edital muito amplo e exploratório. Era quase que uma pescaria, para entendermos as demandas: de onde surgiam os interesses, em quais temas e em quais regiões do país”, explica Bornhausen. Poderiam apresentar propostas e concorrer aos recursos as organizações que trabalhassem com manejo sustentável de recursos florestais não madeireiros, com manejo sustentável de recursos pesqueiros, com agricultura e biodiversidade ou no apoio a áreas protegidas.

Foram semanas de anúncios em jornais e em *sites* para divulgação do edital. “Tínhamos muita esperança receber 50, no máximo 100 projetos”, recorda Pedro Leitão, atualmente à frente da Trama Brasil Consultoria e Projetos. As expectativas, porém, foram soterradas pela realidade: “Recebemos 1.053 propostas.” A pequena sala de Leitão ficou tomada por papéis. Em meio à enxurrada de projetos que chegava à caixa de correio da FGV, já não se tinha mais dúvida: o Funbio estava de pé. E precisaria de pernas fortes para seguir seu caminho. “A gente tinha muita esperança de que o Funbio ia dar certo”, diz Luiz Gabriel Azevedo. “O que surpreendeu é que começou a dar certo muito rapidamente”.

“Tínhamos muita esperança de receber 50, no máximo 100 projetos. Recebemos 1.053 propostas.”

**PEDRO LEITÃO**  
PRIMEIRO SECRETÁRIO-  
GERAL DO FUNBIO E HOJE  
DIRETOR-PRESIDENTE  
DA TRAMA BRASIL  
CONSULTORIA E PROJETOS







Página 93: andorinhas (*Hirundinidae* sp.) ao entardecer, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, Amazonas, SEMA/AM – Programa Arpa

Page 93: swallows (*Hirundinidae* sp.) at dusk, Uatumã Sustainable Development Reserve, Amazonas, SEMA/AM – Arpa Program

Na página ao lado, saíra-setecores, *Tangara seledon*, Parque Estadual dos Três Picos, Estado do Rio de Janeiro, Inea, RJ – FMA/RJ

Previous page, green-headed tanager, *Tangara seledon*, Três Picos State Park, Rio de Janeiro State, Inea, RJ – FMA/RJ

Abaixo, papagaio-de-peito-roxo, *Amazona vinacea*, Guaraqueçaba, Paraná – TFCA

Below, vinaceous-breasted amazon, *Amazona vinacea*, Guaraqueçaba, Paraná – TFCA

Próximas páginas, Araracanga, *Ara macao*, Parque Nacional da Amazônia, Pará, ICMBio – Programa Arpa

Next pages, Scarlet macaw, *Ara macao*, Amazonian National Park, Pará, ICMBio – Arpa Program









Acima, ave carão, *Aramus guarauna*, Parque Estadual Cunhambebe, Mangaratiba, Inea,RJ – FMA/RJ

Ao lado, pato-mergulhão, *Mergus octosetaceus*, Parque Nacional da Serra da Canastra, Minas Gerais – TFCA

Above, limpkin, *Aramus guarauna*, Cunhambebe State Park, Mangaratiba, Inea, RJ – FMA/RJ

Left, Brazilian merganser, *Mergus octosetaceus*, Serra da Canastra National Park, Minas Gerais – TFCA



Acima, João-de-barro ou forneiro, *Furnarius rufus*, Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis, Teresópolis, Rio de Janeiro – FMA/RJ

Ao lado, gavião-carijó, *Rupornis magnirostris*, Reserva Biológica União, Estado do Rio de Janeiro, ICMBio – FMA/RJ

Above, rufous hornero, *Furnarius rufus*, Montanhas de Teresópolis Municipal Natural Park, Teresópolis, Rio de Janeiro – FMA/RJ

Right, roadside hawk, *Rupornis magnirostris*, União Biological Reserve, Rio de Janeiro state, ICMBio – FMA/RJ



Abaixo, iguana (*Iguana sp.*),  
Comunidade Queimadas, Ceará –  
Programa Fundos de Parceria

Extinta na natureza em 2000, a  
ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*),  
à direita, será reintroduzida na  
Caatinga em 2019 – Carteira  
Fauna Brasil

Below, iguana (*Iguana sp.*),  
Queimadas Community, Ceará –  
Partnership Funds Program

Extinct in the wild since 2000, the  
Spix's macaw (*Cyanopsitta spixii*),  
right, will be reintroduced to  
the Caatinga in 2019 – Brazilian  
Fauna Portfolio







Borboletas: *Heliconius* sp., acima, e, à esquerda, *Aphrissa* sp., Parque Nacional da Amazônia, Pará, ICMBio – Programa Arpa

Com cerca de 60 centímetros, o mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*), à direita, sobrevive em remanescentes florestais da Mata Atlântica – TFCA

Butterflies: *Heliconius* sp., above, and *Aphrissa* sp., left, Amazonian National Park, Pará, ICMBio – Arpa Program

Roughly 60 centimeters long, the golden lion tamarin (*Leontopithecus rosalia*), right, lives in remaining swatches of Atlantic Forest – TFCA







Acima, marsupial, *Marmosa* sp. e filhotes, Parque Nacional da Amazônia, Pará, ICMBio – Programa Arpa

Ao lado, cervo-do-Pantanal, *Blastocerus dichotomus*, Jaboticabal, São Paulo – TFCA

Above, marsupial, *Marmosa* sp. and brood, Amazonian National Park, Pará, ICMBio – Arpa Program

Next, marsh deer, *Blastocerus dichotomus*, Jaboticabal, São Paulo – TFCA









Nas páginas anteriores, muriqui-do-Sul, *Brachyteles arachnoides*, Parque Estadual Carlos Botelho, Estado de São Paulo – TFCA

Carcará, *Caracara plancus*, e bromélia-imperial, *Alcantarea imperialis*, Parque Estadual dos Três Picos, Estado do Rio de Janeiro, Inea – FMA/RJ

À direita, canário-da-terra, *Sicalis flaveola*, Reserva Biológica União, Estado do Rio de Janeiro, ICMBio – FMA/RJ

Previous pages, Southern murrelet, *Brachyteles arachnoides*, Carlos Botelho State Park, São Paulo State – TFCA

The southern crested caracara, *Caracara plancus*, a bird of prey, and the imperial bromeliad, *Alcantarea imperialis*, Três Picos State Park, State of Rio de Janeiro, Inea, RJ – FMA/RJ

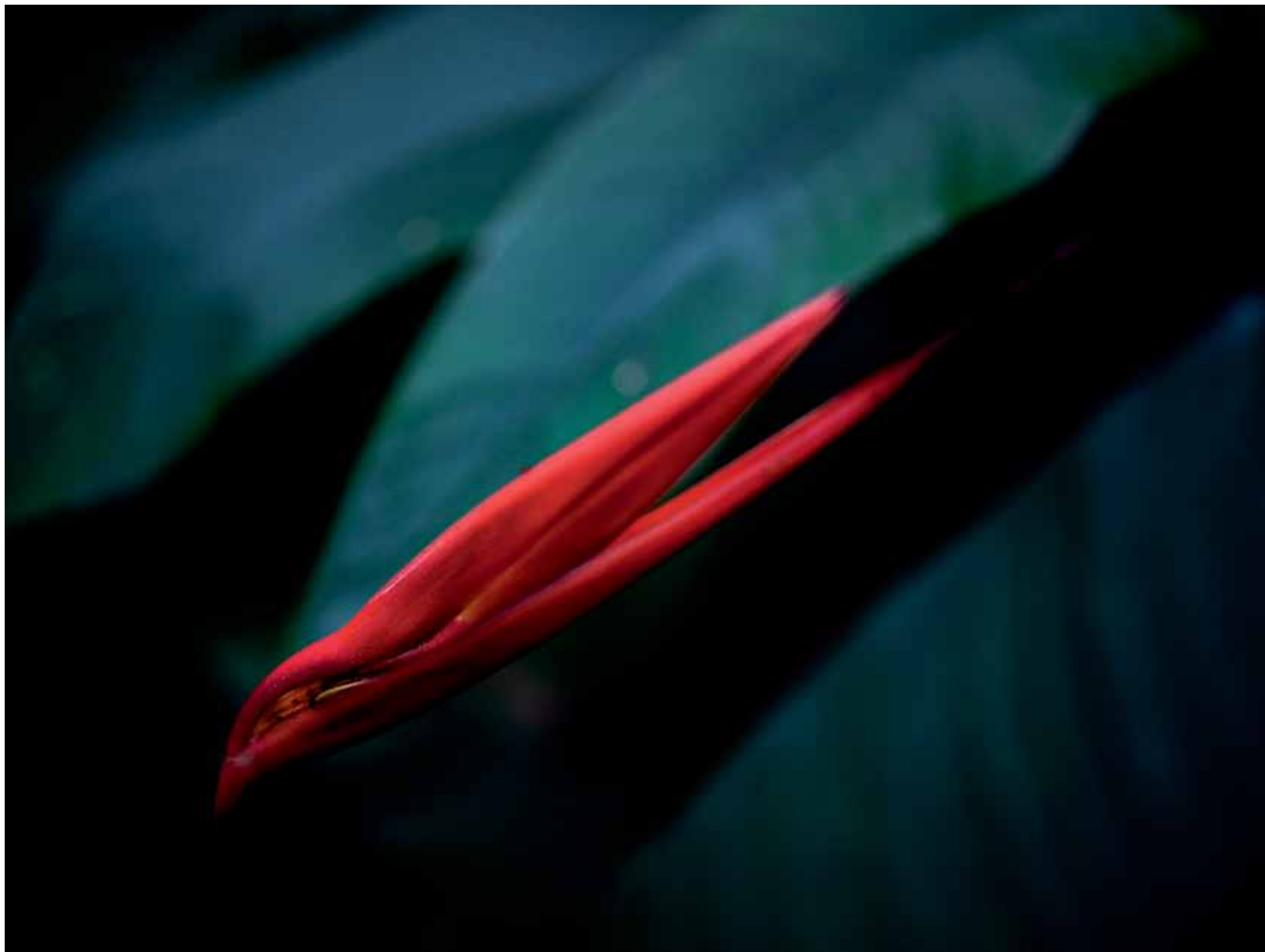
Right, saffron finch, *Sicalis flaveola*, União Biological Reserve, State of Rio de Janeiro, ICMBio – FMA/RJ











Nas páginas anteriores, íbis vermelho, *Eudocimus ruber*, no Delta do Parnaíba, Piauí – TFCA

Acima, flor da família Heliconiaceae, Parque Nacional da Amazônia, Pará, ICMBio – Programa Arpa

Previous pages, the red ibis, *Eudocimus ruber*, Parnaíba Delta, Piauí – TFCA

Above, Heliconiaceae, Amazonian National Park, Pará, ICMBio – Arpa Program



Aranha-tecedeira, *Micrathena*  
*sp.* (*Araneidae*), Parque Nacional  
da Amazônia, Pará, ICMBio –  
Programa Arpa

*Micrathena*, *Micrathena sp.*  
(*Araneidae*), Amazonian National  
Park, Pará, ICMBio – Arpa  
Program





Rio Tapajós, Parque Nacional da Amazônia, Pará, ICMBio – Programa Arpa

Tapajós River, Amazonian National Park, Pará, ICMBio – Arpa Program



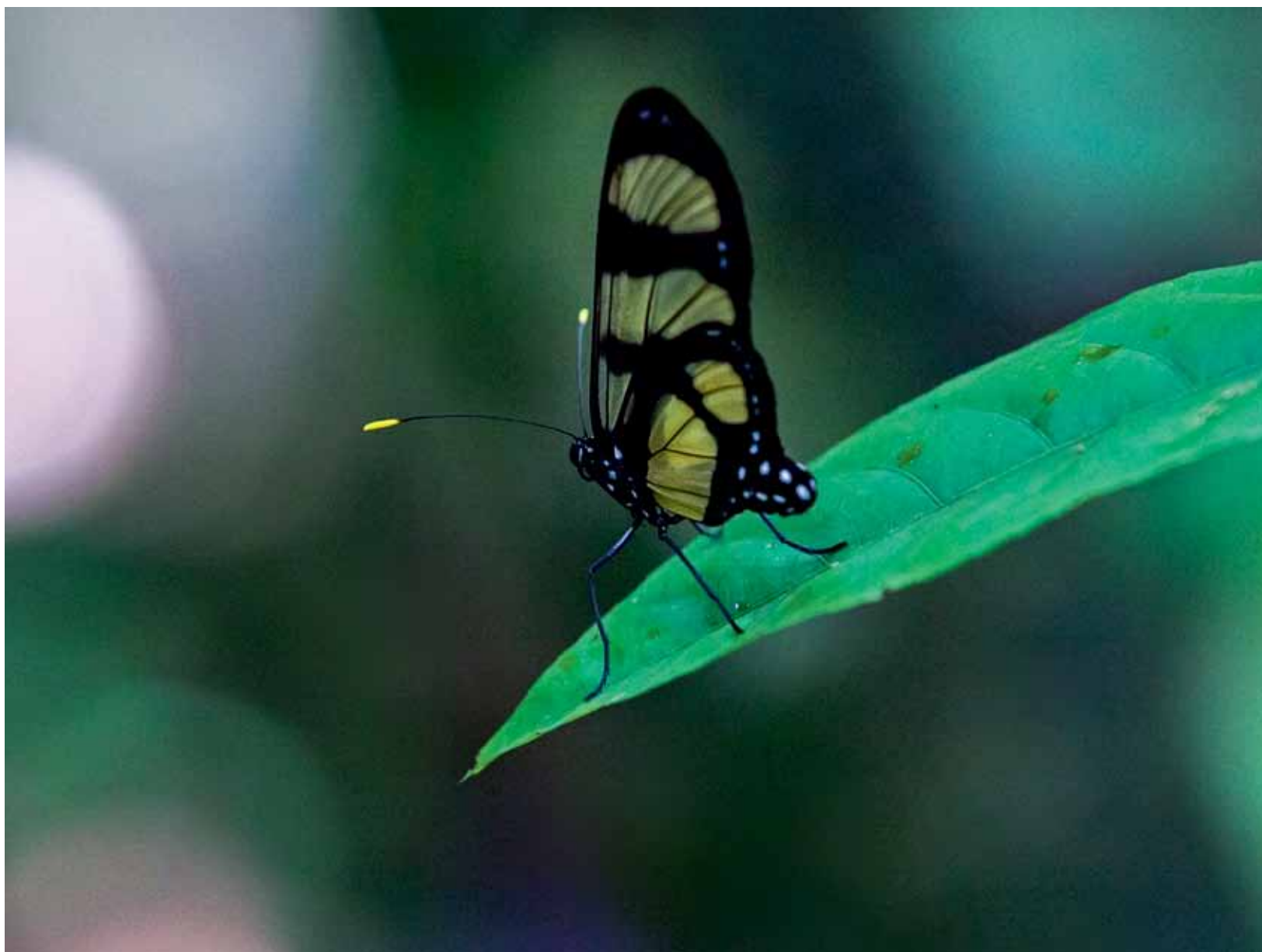
Acima, *Costus* sp. e, ao lado, anfíbio, Parque Nacional da Amazônia, Pará, ICMBio – Programa Arpa

Above, *Costus* sp.; left, amphibian, Amazonian National Park, Pará, ICMBio – Arpa Program



*Passiflora* sp., maracujá, e anfíbio,  
Parque Nacional da Amazônia,  
Pará, ICMBio – Programa Arpa

*Passiflora* sp., passion fruit, and  
amphibian, Amazonian National  
Park, Pará, ICMBio – Arpa  
Program



Borboleta *Methona* sp., Parque Nacional da Amazônia, Pará, ICMBio – Programa Arpa

The *Methona* sp. butterfly, Amazonian National Park, Pará, ICMBio – Arpa Program





Borboleta-coruja, *Caligo* sp.,  
Parque Nacional da Amazônia,  
Pará, ICMBio – Programa Arpa

The owl butterfly, *Caligo* sp.  
Amazonian National Park, Pará,  
ICMBio – Arpa Program



Aranha da família Araneidae,  
Parque Nacional da Amazônia,  
Pará, ICMBio – Programa Arpa

Spider of the Araneidae family,  
Amazonian National Park, Pará,  
ICMBio – Arpa Program

Falsa coral, *Erythrolamprus  
aesculapii*, Parque Nacional  
da Amazônia, Pará, ICMBio –  
Programa Arpa

False coralsnake, *Erythrolamprus  
aesculapii*, Amazonian National  
Park, Pará, ICMBio – Arpa Program



Cogumelo *Marasmius* sp., Parque Nacional da Amazônia, Pará, ICMBio – Programa Arpa

Wild fungi *Marasmius* sp., Amazonian National Park, Pará, ICMBio – Arpa Program



Cogumelo *Mycena* sp., Parque Nacional da Amazônia, Pará, ICMBio – Programa Arpa

Wild fungi *Mycena* sp., Amazonian National Park, Pará, ICMBio – Arpa Program

Na página seguinte, andorinhas (*Hirundinidae* sp.), Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, Amazonas, SEMA/AM – Programa Arpa

Next page, swallows (*Hirundinidae* sp.), Uatumã Sustainable Development Reserve, Amazonas, SEMA/AM – Arpa Program





# VINTE ANOS DE CONEXÕES E HISTÓRIAS

---

Parece improvável que no meio de uma das ruas mais movimentadas da Zona Sul carioca haja um lugar em que se possa mergulhar na biodiversidade brasileira. Mas esse lugar existe. Ele ocupa o quinto e o sexto andares de um prédio em Botafogo. Quando o visitante abre a porta do elevador, ele se vê frente a frente com a Mata Atlântica. Passa por um tamanduá, avista de longe um índio e o recepcionista lhe pede para subir mais um andar, onde irá avançar Caatinga adentro. Perto dali, na Amazônia e no Cerrado, há outras reuniões em andamento.

O mergulho começa discreto. Mas se você arrisca perguntar a alguém sobre aquele painel que reproduz uma floresta exuberante, sobre o tamanduá de madeira que segura a porta ou sobre aquele Kayapó estampado discretamente na parede, é melhor sentar: há pelo menos 20 anos de história por trás de cada um desses elementos que decoram a sede do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio. Alguém vai puxá-lo pelo braço, levá-lo a uma das salas identificadas com nome de bioma e contar-lhe apaixonadamente sobre sua experiência na organização.

Salas, aliás, são uma espécie em risco de extinção naqueles quase mil metros quadrados de salão aberto. Tudo para que a comunicação entre os funcionários esteja à distância de uma esticada de pescoço. Afinal, quem nasceu num berço em que cabem governo, academia, empresas e sociedade civil aprendeu cedo a importância do diálogo para que qualquer iniciativa ambiental vá para a frente. O que é o caso do próprio Funbio.

Com a missão de aportar recursos estratégicos para a conservação da biodiversidade, a organização não apenas viabilizou centenas de projetos, mas também teve entre as metas aportar conhecimento e capacitação pelo país. De lá para cá, administrou mais de USD 579 milhões e fez que irradiassem nacionalmente. Apoiou a criação, implementação e manutenção de mais de 300 Unidades de Conservação (UCs). Incentivou o trabalho de mais de 170 instituições. Deixou seu carimbo em 67 milhões de hectares — uma área que equivale a quase três vezes o estado de São Paulo.

“O Funbio alavanca os vários atores da conservação, unindo forças e competências. Ele facilita a construção de pontes entre governos do mundo todo e o governo brasileiro, viabilizando projetos ambientais em parceria com outras organizações não governamentais. Ao longo do tempo, conseguiu armazenar e acumular dados e conhecimento sobre os diversos biomas, por meio de centenas de projetos”, dá o resumo Bruno Mariani, diretor executivo da Symbiosis Investimentos e Participação, que foi presidente do Conselho Deliberativo entre 2012 e 2013.

Essa longa caminhada começou com USD 20 milhões e uma sala de três metros quadrados. Naquele ano de 1996, quando o Funbio inaugurou o apoio a uma primeira leva de projetos ambientais, a notícia movimentou o setor. “Lembro das pessoas comentando, isso correu o mundo das ONGs”, recorda o biólogo Claudio Pádua, que quatro anos antes havia fundado o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e mais tarde se tornaria um dos conselheiros do Funbio.

“O Funbio alavanca os vários atores da conservação, unindo forças e competências. Ele facilita a construção de pontes entre governos do mundo todo e o governo brasileiro, viabilizando projetos ambientais em parceria com outras organizações não governamentais. Ao longo do tempo, conseguiu armazenar e acumular dados e conhecimento nos diversos biomas, por meio de centenas de projetos.”

**BRUNO MARIANI**  
PRESIDENTE DO CONSELHO  
DELIBERATIVO DO FUNBIO  
ENTRE 2012 E 2013, HOJE  
DIRETOR EXECUTIVO DA  
SYMBIOSIS INVESTIMENTOS E  
PARTICIPAÇÃO



## Uma avalanche de propostas

“Nunca foi fácil conseguir recursos para conservação. Naquele momento não havia dinheiro em grande volume, todo mundo vivia de pequenas doações. O IPÊ pedia USD 5 mil para passar o ano inteiro”, conta Pádua. “As pessoas trabalhavam de graça, ficavam endividadas. Havia um custo pessoal muito grande”, corrobora Clóvis Borges, diretor executivo da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), uma organização que veio ao mundo em 1984. “Em toda a década de 1980 a SPVS fez milagre”, diz ele, que mais tarde também se tornaria conselheiro da organização. “O Funbio é um dos primeiros que aparecem com recursos mais volumosos no Brasil.”

Talvez por isso, entre as mais de mil propostas que chegaram na primeira chamada de projetos, havia pedidos de ajuda até para projetos em quintais domésticos. A avalanche de demandas foi uma prova de fogo para o Funbio. “A beleza dessa primeira chamada não foram necessariamente os dez projetos que selecionamos. O primeiro ganho foi o modo como o Conselho Deliberativo encarou aquilo: os conselheiros passaram duas semanas fechados na Fundação Getúlio Vargas lendo e selecionando as propostas”, relembra a estreia o então secretário-geral, Pedro Leitão. “A consolidação daquele grupo de pessoas de várias partes do Brasil e de várias formações foi a conquista mais importante. Criou-se uma cultura de conselho.”

O segundo trunfo também não estava apenas entre os projetos apoiados: as mil e tantas propostas recebidas serviram como um raio-x que ajudou o Funbio a entender o que estava sendo feito no país em termos de conservação da biodiversidade. “Passamos um bom tempo estudando essas demandas”, diz Leitão. E elas serviram como uma bússola que sinalizava os caminhos possíveis em que o Funbio deveria continuar investindo nos próximos editais.

A organização, no entanto, também tinha a tarefa de mapear quais outras fontes no país estavam dispostas a apoiar projetos ambientais. Era previsto pelo Global Environment Facility (GEF) que o Funbio instigasse a iniciativa privada a destinar recursos para a conservação e que conseguisse captar pelo menos USD 5 milhões para que o restante da doação fosse liberado. O Conselho, então, resolveu abrir a segunda chamada, convocando as instituições que investiam em biodiversidade a apresentar projetos. Se fossem aprovados, o Funbio se comprometia a dividir a conta. “A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), por exemplo, tinha uma reserva florestal. Para nós, do ponto de vista da biodiversidade, era importante que ela fosse mantida.

“A beleza dessa primeira chamada não foram necessariamente os dez projetos que selecionamos. O primeiro ganho foi o modo como o Conselho Deliberativo encarou aquilo: os conselheiros passaram duas semanas fechados na Fundação Getúlio Vargas lendo e selecionando as propostas. A consolidação daquele grupo de pessoas de várias partes do Brasil e de várias formações foi a conquista mais importante. Criou-se uma cultura de conselho.”

**PEDRO LEITÃO**  
PRIMEIRO SECRETÁRIO-GERAL DO FUNBIO E HOJE DIRETOR-PRESIDENTE DA TRAMA BRASIL CONSULTORIA E PROJETOS

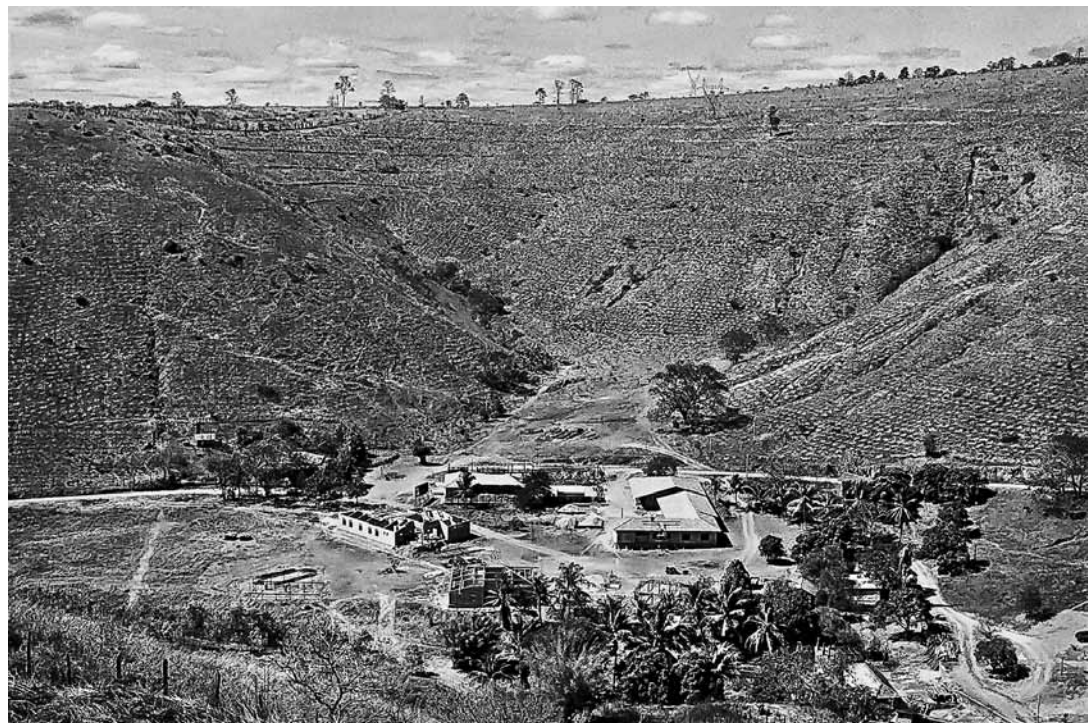
Quanto custava fazer aquilo? Um milhão? Então eles entravam com R\$ 550 mil e nós com R\$ 450 mil”, explica Leitão.

A chamada, batizada de Fundos de Parceria, ficou aberta por dois anos e as propostas foram chegando pouco a pouco. Além do acordo com a CSN, foram fechados contratos com a Klabin Papel e Celulose e com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), entre outros. “Foi um modo de a gente saber quem tinha meios e estava investindo em biodiversidade e, ao mesmo tempo, captar recursos”, diz Leitão. “Aprendemos a fazer fundo de parcerias, um mecanismo que era novo no mundo e que a partir dali começou a virar prática comum no meio ambientalista.”

Uma das organizações que resolveram casar recursos com o Funbio atendia pelo nome de Instituto Terra. Seu projeto pretendia reflorestar uma fazenda de Minas Gerais completamente devastada, incentivar pesquisas científicas e fortalecer a educação ambiental na região. Tudo aquilo não sairia barato: o Funbio repassaria R\$ 1 milhão e a entidade proponente entraria com o mesmo valor. Foi pura ousadia: com apenas alguns dias de vida, o Instituto Terra não fazia a menor ideia de como obter esse recurso. “Quando fomos assinar o contrato, deu uma tremedeira. Saímos de lá e ficamos pensando na doideira que fizemos”, lembra a fundadora do instituto, Lélia Salgado, que hoje acha graça do episódio. “Mas o fato de o Funbio ter aprovado

“Quando fomos assinar o contrato, deu uma tremedeira. Saímos de lá e ficamos pensando na doideira que fizemos. Mas o fato de o Funbio ter aprovado o projeto nos ajudou a conseguir outros apoios: se eles acreditaram, é porque era coisa boa, não é verdade?!”

**LÉLIA SALGADO**  
FUNDADORA, COM  
SEBASTIÃO SALGADO,  
DO INSTITUTO TERRA



Fazenda Bulcão em 2000

©Sebastião Salgado/Amazonas images, 2000

o projeto nos ajudou a conseguir outros apoios: se eles acreditaram, é porque era coisa boa, não é verdade?! Aí veio dinheiro da Natura, de fundações americanas, e aos poucos conseguimos o valor da contrapartida.”

Lélia é de Vitória, Espírito Santo. Mas desde cedo tinha uma relação com a Fazenda Bulcão: aos 18 anos começou a namorar Sebastião Salgado, que nasceu no Vale do Rio Doce e estava sempre naquelas terras da família, na cidade mineira de Aimorés. O tempo passou e, enquanto Salgado conquistava o posto de um dos fotógrafos mais respeitados do mundo, seu pai envelheceu e lhe fez um pedido: que comprasse aquele terreno. Ele concordou, mas não imaginava o que faria com 650 hectares completamente degradados por décadas de pisoteio de gado. Na época, o Instituto Terra não existia nem em sonho.

Religiosamente, todo fim de ano o casal pegava o carro e ia passar o natal na Fazenda Bulcão. Justamente a época em que as chuvas vinham com mais força, transformando o desenho das encostas em rios de lama. Foi enquanto assistia pela janela a um desses deslizamentos que Lélia teve o estalo: “Sabe o que vamos fazer? Vamos plantar de novo a floresta!”. Salgado achou a ideia ótima e os dois já se imaginaram agachados sobre o solo plantando mudas morro acima. Chamaram um amigo engenheiro florestal para contar a ideia



Fazenda Bulcão em 2013

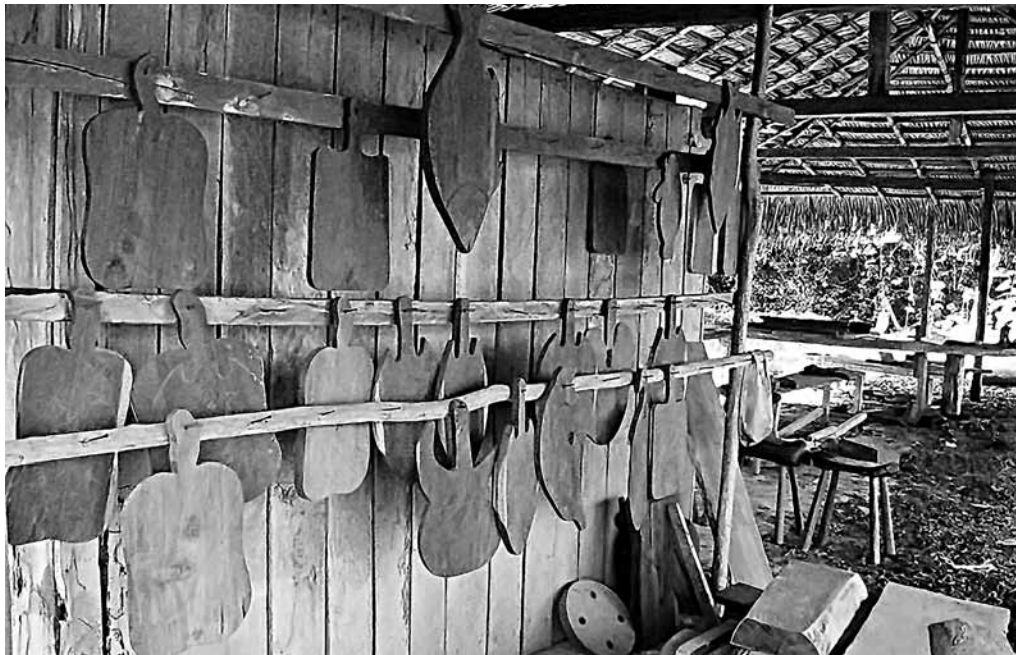
©Sebastião Salgado/Amazonas images, 2013

e lhe pedir auxílio. Ele fez contas e trouxe o casal à realidade: “Para reflorestar esse terreno vocês vão ter que plantar uns 2,5 milhões de mudas”, informou. Lélia tomou um susto.

Depois de se recuperar do impacto do número, o casal conseguiu as primeiras doações de mudas. Contratou algumas pessoas da região para fazer o plantio, mas a terra estava tão maltratada que 60% do trabalho foram perdidos. Eles não desistiram e voltaram a plantar no ano seguinte. Nesse processo, já tinham dividido o sonho com muitos outros: “Saímos batendo na porta de todo mundo, para saber o que tinha que ser feito e como. Quando você não sabe, tem que perguntar para quem entende. E as respostas foram chegando, ajudando. Acabamos criando o Instituto Terra e transformando a fazenda numa RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural)”.

Com o CNPJ na mão, em 1998 resolveram pedir o apoio do Funbio, que logo deu o sinal verde. A ideia do reflorestamento, que já era grandiosa, ficou ainda maior. O projeto se desdobrou e os trabalhos de recuperação ambiental se tornaram um laboratório para o desenvolvimento de pesquisas e atividades de educação. “Foi uma decolada. Com o apoio, fomos obrigados a profissionalizar nossa maneira de atuar”, diz Lélia.

Com o contrato assinado com o Funbio, a RPPN ganhou uma sede e ergueu o Centro Educacional de Recuperação de Áreas Degradadas, com casas para estudantes e professores, salas de aula e auditório



Oficina de artesanato em Santarém, no Pará, apoiada entre 2000 e 2003 por meio de uma das primeiras chamadas de projetos do Funbio

Alexandre Ferrazoli/Funbio

“Hoje, o Instituto Terra já ajudou a reflorestar mais de 7,5 mil hectares em Minas Gerais e Espírito Santo. Mais de quatro milhões de mudas já saíram do nosso viveiro. O Funbio foi de uma importância enorme, de todos os pontos de vista. Ele acreditou na gente, permitindo que o Instituto Terra começasse. Aquele apoio teve uma relevância não só para o instituto, mas também para a região.”

**LÉLIA SALGADO**  
FUNDADORA, COM  
SEBASTIÃO SALGADO,  
DO INSTITUTO TERRA

para teatro e cinema. Vários cursos de educação ambiental começaram a ser oferecidos para funcionários da prefeitura, proprietários rurais, lideranças políticas, professores e estudantes. O local virou referência na região. E a ideia inicial do reflorestamento não ficou para trás: aqueles 2,5 milhões de mudas foram todos fincados no solo da Fazenda Bulcão.

Não foi só o terreno do casal Salgado, porém, que voltou a ser um tapete de floresta. “Hoje, o Instituto Terra já ajudou a reflorestar mais de 7,5 mil hectares em Minas Gerais e Espírito Santo. Mais de quatro milhões de mudas já saíram do nosso viveiro”, Lélia faz as contas, orgulhosa. “O Funbio foi de uma importância enorme, de todos os pontos de vista. Ele acreditou na gente, permitindo que o Instituto Terra começasse. Aquele apoio teve uma relevância não só para o instituto, mas também para a região.”

Ao longo das cinco primeiras chamadas que abriu entre 1996 e 2002, o Funbio deu asas a quem estava nascendo, mas também estendeu a mão aos que já vinham de uma caminhada. Como a SOS Mata Atlântica, que surgiu em 1986 pelo esforço de cientistas, empresários e jornalistas apaixonados pelo bioma. Foi uma das primeiras ONGs criadas no Brasil para defender os remanescentes da floresta que guarda uma história de 500 anos de devastação. O projeto Sustentabilidade e Certificação Florestal na Mata Atlântica era uma parceria da ONG com a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) — reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1991. Foi aprovado numa chamada aberta em 2000, quando a Fundação Ford repassou ao Funbio um aporte de mais de R\$ 3 milhões para ser distribuído a projetos ambientais.

Naquela época, assuntos como Unidades de Conservação e espécies ameaçadas não saíam das mesas de discussão da RBMA. Por outro lado, existia por parte de muitos ambientalistas um consenso silencioso de que não “pegava bem” falar de comunidades e desenvolvimento sustentável em um bioma que já tinha perdido quase 90% de suas florestas. O tema, no entanto, vinha se tornando inevitável naquela década de 1990, e o uso dos recursos florestais pelas comunidades começava a ser enxergado como necessário nas estratégias de conservação do bioma. O Funbio logo percebeu isso e foi um dos primeiros fundos a disponibilizar recursos para projetos que arriscassem seguir esse caminho.

Contemplando todas as regiões do bioma, três espécies com potencial econômico foram escolhidas pela RBMA e pela SOS Mata

“Era animador o fato de você ter um fundo ambiental com recursos e liberdade para escolher os temas que seriam apoiados. Em vez de simplesmente incentivar um projeto aqui e outro ali, o Funbio podia alavancar novas agendas.”

**GARO BATMANIAN**  
ESPECIALISTA EM MEIO  
AMBIENTE DO BANCO  
MUNDIAL PARA CHINA  
E MONGÓLIA, FOI DIRIGENTE  
DO WWF NO BRASIL

Atlântica: a piaçava, representando o Nordeste, o palmito, que tem presença forte no Sudeste, e a erva-mate, que é um dos cartões de visita do Sul brasileiro. Da coleta na mata às prateleiras no supermercado, o projeto avaliou, capacitou e direcionou a cadeia de produção para os padrões de sustentabilidade, possibilitando que os três produtos recebessem um selo de certificação ambiental. Os produtores se organizaram, os mercados se ampliaram e algumas políticas públicas acabaram saindo do papel, fortalecendo ainda mais as cadeias produtivas.

## A marca da inovação

Naquela época, certificação florestal era assunto para meia dúzia de pessoas. Mas o Funbio apostou nele. Talvez porque inovação e risco estejam no sangue da organização. Depois de dar o pontapé inicial nos fundos de parceria — que mais tarde se multiplicariam mundo afora —, o Funbio continuou com outras chamadas. Orientou pequenas organizações para que alcançassem a sustentabilidade financeira, evitando que interrompessem projetos no meio, e fomentou as conversas sobre ecoturismo, que ainda engatinhavam no Brasil. “Era animador o fato de você ter um fundo ambiental com recursos e liberdade para escolher os temas que seriam apoiados. Em vez de simplesmente incentivar um projeto aqui e outro ali, o Funbio podia alavancar novas agendas”, diz Garo Batmanian, que fez parte do time dos primeiros conselheiros e hoje trabalha no Banco Mundial como especialista em meio ambiente para China e Mongólia.

A usina de ideias que fervilhava no Funbio, porém, não ficava guardada a sete chaves. Desde o início, a organização se preocupou em levar suas experiências da porta para fora. E o momento era propício para a troca: na esteira da Rio-92, os fundos ambientais começavam a proliferar pelo mundo, e principalmente na América Latina.

Jane Jacqz era uma senhora americana que fazia parte da primeira geração de funcionários da Organização das Nações Unidas (ONU) e naquele tempo já era conselheira sênior do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Não falava uma palavra que não fosse em inglês, mas conseguia conversar com o mundo inteiro. Prova disso é que, em 1994, conseguiu reunir numa mesma sala representantes de agências doadoras, de ONGs, de fundações privadas e de fundos ambientais de várias partes do globo. Tinha início ali, na Bolívia, o primeiro Fórum Global de Fundos Ambientais. Jane acreditava piamente que os fundos eram a resposta à crônica falta de recursos para conservação. E até sua morte, em 2002, estava decidida

a fortalecer essas iniciativas promovendo a troca de experiências entre elas.

O segundo encontro internacional sobre o assunto aconteceu em 1996, na Colômbia. Recém-nascido, o Funbio foi convidado a participar, assim como outros fundos da América Latina igualmente jovens. “Quando cheguei lá, ficou claro que a gente tinha muito que aprender uns com os outros”, diz Leitão.

Ele não foi o único a ter essa impressão. Numa noite à beira da piscina, animada por música, *whisky* e camaradagem, uma roda de conversa se formou e não era mais inglês o idioma que saía dali. “Os diretores de fundos ambientais da América Latina se reuniram e disseram: ‘Por que não criamos uma rede nossa?’”, recorda Leitão. Eles comentaram com Jane a ideia e não demorou para que ela a viabilizasse: no ano seguinte, um encontro no México começou a amadurecer a semente da Rede de Fundos Ambientais da América Latina e Caribe (RedLAC), que ganhou vida em 1999, com mais de 20 fundos espalhados pelo continente.

Desde então, além de um intenso intercâmbio *online*, a rede vem promovendo inúmeros encontros presenciais para que a troca de experiências e as iniciativas de capacitação deixem esses mecanismos cada vez mais robustos. E tudo de um modo inconfundivelmente latino-americano. No Panamá, por exemplo, já houve reunião que atravessou a madrugada e terminou com todos discutindo conservação dentro de uma piscina.



Assembleia da RedLAC em Angra dos Reis, 2001

Arquivo RedLAC

“O Funbio tem um talento enorme para a inovação. Em toda assembleia chega e nos surpreende com novidades. Desde o desenho inicial da RedLAC até os dias de hoje, eles vêm sendo um dos líderes mais consistentes da rede. Sou fã.”

**LORENZO ROSENZWEIG**  
DIRETOR DO FUNDO  
MEXICANO PARA A  
CONSERVAÇÃO DA  
NATUREZA (FMCN)

“Trabalhamos muito, mas também nos divertimos muito juntos. Lembro da primeira reunião da RedLAC: depois da assembleia geral houve uma grande festa, que se repetiu no segundo e no terceiro dias do encontro. Hoje está todo mundo mais velho, então ninguém vai dormir depois de duas da manhã”, brinca Lorenzo Rosenzweig, do Fundo Mexicano para a Conservação da Natureza (FMCN), um dos fundadores da rede.

Em sistema de rotatividade, o FMCN foi o primeiro fundo a presidir a RedLAC, entre 1999 e 2003. Depois foi a vez de o Fundo de Apoio às Áreas Protegidas do Peru (Profonanpe) assumir o comando. E, em 2008, a tarefa passou para as mãos do Funbio: foram quatro anos promovendo o intercâmbio entre os membros. Foi nesse período, por exemplo, que a RedLAC executou o Programa de Capacitação para Fundos Ambientais, idealizado durante a gestão do Profonanpe e viabilizado no mandato do Funbio, que já explorava possibilidades arrojadas na captação de recursos, além das tradicionais doações. Queria passar adiante esse conhecimento. Nas oficinas, um time de especialistas promovia discussões, apresentava casos de sucesso na criação de mecanismos financeiros e, no fim do programa, alguns projetos desenhados ao longo do processo foram financiados para sair do papel.

Também foi o Brasil que voltou os olhos para o outro lado do Atlântico e percebeu que na África havia a oportunidade de criação de uma rede de fundos ambientais. As portas da RedLAC se abriram para que os países do continente frequentassem as reuniões e participassem daquela rica fonte de trocas. O resultado foi a criação do Consórcio de Fundos Africanos para o Meio Ambiente (CAFE), uma iniciativa que leva para a África o espírito de intercâmbio aprendido por aqui. “O Funbio tem um talento enorme para a inovação. Em toda assembleia chega e nos surpreende com novidades”, diz Rosenzweig. “Desde o desenho inicial da RedLAC até os dias de hoje, eles vêm sendo um dos líderes mais consistentes da rede. Sou fã.”

Quando a RedLAC saiu do papel, em 1999, o Funbio ainda operava sob o guarda-chuva da Fundação Getúlio Vargas. Mas a avaliação do conselho era de que a organização já tinha condições de caminhar sozinha. O voo solo, aliás, estava previsto desde o princípio. “Quando negociei o abrigo na FGV, ficou claro que era um processo temporário, para o Funbio nascer, se estruturar e começar a operar”, explica o então presidente

“Quando negociei o abrigo na FGV, ficou claro que era um processo temporário, para o Funbio nascer, se estruturar e começar a operar.”

**ROBERTO BORNHAUSEN**  
PRIMEIRO PRESIDENTE DO  
CONSELHO DELIBERATIVO  
DO FUNBIO



do Conselho, Roberto Bornhausen. As negociações foram feitas e, naquele ano, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade manteve seu nome, mas ganhou um novo CNPJ.

A sala ocupada na FGV ficou para trás: a pequena equipe executiva alugou um espaço no então prédio do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), no bairro do Humaitá, de onde só saiu mais de dez anos depois, para a atual sede. Naquele momento, de mudanças, também ficou claro que a expectativa de vida do fundo — que seria inicialmente de 15 anos — deixava de ser uma questão: “Tivemos que criar uma instituição para poder continuar tudo o que vínhamos fazendo dentro da FGV. E na medida em que você cria uma nova organização, ela não tem mais data para acabar”, resume Leitão.

Principalmente se for levado em conta o que viria pela frente. Com poucos anos de caminhada, os resultados e a reputação do Funbio eram mencionados pelo Banco Mundial: “O Funbio hoje é reconhecido como uma liderança nacional na promoção e apoio à conservação da biodiversidade”, diz um relatório de avaliação da instituição financeira, de 2004, que cita “inovação, seriedade, competência, transparência e potencial de crescimento” da organização.

## Arpa, um programa de superlativos

Na década de 1990, quando o Funbio ainda estava em fase de gestação, o IV Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, realizado na Venezuela e organizado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), recomendou que pelo menos 10% dos territórios nacionais de todo o globo deveriam ser protegidos, para que a biodiversidade do planeta fosse mantida. O World Wide Fund for Nature (WWF) criou uma campanha internacional a partir desse número, batizada de Florestas para Sempre. Cada um dos mais de 20 escritórios que a ONG tinha espalhados pelo mundo ficou encarregado de levantar essa bandeira localmente, pedindo aos governos que assumissem compromissos pela conservação.

O biólogo Garo Batmanian tinha acabado de ajudar a abrir as portas do WWF no Brasil. Conseguiu uma audiência com o então presidente Fernando Henrique Cardoso e apresentou a campanha, pedindo a ele que assumisse o compromisso de proteger 10% da Amazônia. Cardoso disse achar a ideia muito boa, mas avisou que não tinha

dinheiro para tanta ousadia. O biólogo, porém, não se deu por vencido. Saiu do Planalto e foi diretamente ao Banco Mundial pedir recursos para a empreitada. Avisou que o WWF estava disposto a desembolsar USD 30 milhões. Saiu de lá com a promessa de que o banco participaria da iniciativa para dobrar esse valor.

Quando voltou ao gabinete da presidência da República, Batmanian e uma equipe do WWF já haviam acertado com a secretaria de comunicação do governo que levariam uma câmera a tiracolo. Informou a FHC que o problema do dinheiro estava resolvido e pediu para que gravasse um vídeo se comprometendo com a iniciativa. Ele concordou. Com o ok do presidente e as promessas de recursos, o líder do WWF no Brasil levou para Rosa Lemos de Sá, então sua colega na ONG e hoje secretária-geral do Funbio, a missão de coordenar o desenho do projeto.

Rosa sempre gostou de desafios. Na adolescência, deixou os pais apreensivos ao avisar que não faria faculdade, pois não havia nada nas universidades que lhe interessasse. “Tinha um programa de televisão que mostrava pesquisadores trabalhando na África com elefante, girafa... Eu adorava, mas para mim não existia um curso”. Ficou feliz quando descobriu que aquilo tinha nome: Manejo de Vida Silvestre. Escreveu para uma universidade em uma pequena cidade americana chamada Stevens Points, na fronteira do Canadá, e com um inglês hesitante perguntou como fazia para se inscrever. “Escrevi pedindo uma bolsa e, por uma dessas coisas que acontecem na vida, eles me aceitaram e concederam a bolsa.” Depois da experiência, voltou ao Brasil para fazer mestrado em Ecologia na Universidade de Brasília (UnB), retornou para um doutorado na Flórida e quando aterrissou de novo por aqui entrou para o WWF-Brasil.

Virou uma das mães do projeto que mais tarde ficaria mundialmente conhecido como o maior programa de conservação de florestas tropicais do planeta — o Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa). Até ganhar fama, porém, o Arpa lutou muito. As primeiras espanadas vieram antes mesmo de ele ser elaborado, apenas dois dias depois que Cardoso gravou o vídeo. Animados com a promessa do então presidente, Batmanian e Rosa convocaram imprensa e ONGs ambientais para anunciar que o WWF estava aquecendo os motores de uma iniciativa que protegeria 10% da Amazônia. Em vez de aplausos, receberam uma saraivada de questionamentos e críticas. “Por que só 10%? Por que a Amazônia? E os outros biomas?”, disparavam os ambientalistas, conta Rosa.

Foi um banho de água fria. E um prenúncio de que muito trabalho viria pela frente: daquela coletiva de imprensa até o decreto que instituiu o programa, passaram-se cinco anos. “Os primeiros três foram só de desenho e planejamento, indo atrás de outros doadores, conversando com o governo federal. E mais dois de negociação até a assinatura do contrato com todos os envolvidos”, explica Rosa. As conversas, afinal, tinham que resultar num programa que fizesse sentido para todos: governo, doadores e sociedade civil.

Enquanto Batmanian liderava as costuras políticas, Rosa comandou o riscado técnico do trabalho, com a ajuda de consultores. A bióloga Adriana Moreira, que havia sido o braço direito do Banco Mundial no Brasil durante a criação do Funbio, foi contratada pela instituição para colocar o Arpa de pé. E o americano Larry Linden, que ajudou a dar nome para os maiores grupos de consultoria empresarial do mundo, topou elaborar voluntariamente um modelo de financiamento para o programa. “Estavam procurando alguém com experiência em projetos complexos e imensos. Era só o que eu fazia na Goldman Sachs e na McKinsey & Co.”, diz Linden, que era do Conselho do WWF-US e mais tarde também se tornou doador do Arpa.

Com altos e baixos, a elaboração do projeto foi caminhando, e quando finalmente ele estava no papel, um último vendaval adentrou as portas do Ministério do Meio Ambiente (MMA): até ali, o Arpa estava desenhado para criar e consolidar apenas Unidades de Conservação de proteção integral. Os movimentos sociais da Amazônia reivindicaram que as UCs de uso sustentável também fossem beneficiadas, para que as comunidades tradicionais não fossem excluídas.

O recado chegou aos ouvidos certos. À frente da Coordenação da Amazônia, e concatenando as conversas sobre o programa no MMA, estava Mary Allegretti. Amiga e parceira de luta do líder seringueiro Chico Mendes, a antropóloga vinha de uma longuíssima caminhada junto às comunidades tradicionais do bioma. Quando a reivindicação bateu à sua porta, ela chamou o antropólogo e amigo Aurélio Vianna para ajudar a resolver o impasse. Vianna também tinha construído sua carreira lado a lado com o campesinato. Sentou com os movimentos sociais para ouvir seus anseios e fez a ponte com todos os outros atores envolvidos na elaboração do Arpa. “Meu papel foi conversar com todo mundo, organizar as demandas e tentar construir um texto comum com os diferentes grupos ali dentro”, explica ele, hoje oficial sênior de programas da Fundação Ford.

“Os primeiros três foram só de desenho e planejamento, indo atrás de outros doadores, conversando com o governo federal. E mais dois de negociação até a assinatura do contrato com todos os envolvidos.”

**ROSA LEMOS DE SÁ**  
À ÉPOCA SUPERINTENDENTE  
DE CONSERVAÇÃO DO  
WWF-BRASIL, HOJE  
SECRETÁRIA-GERAL  
DO FUNBIO

Até que uma última reunião colocou lado a lado representantes do MMA, do WWF, do Banco Mundial e um grupo de quebradeiras de coco e seringueiros. Foram cerca de sete horas de discussões para fechar um acordo, que acabou incluindo no programa o apoio às Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável. “Esta foi uma mudança chave para o projeto tomar corpo. Havia uma forte discussão entre priorizar as unidades de proteção integral ou as de uso sustentável. Ali deixou de ser uma ou outra. E o projeto dobrou de tamanho”, diz Rosa.

Depois de muito trabalho para superar divergências, em junho de 2002 finalmente uma cerimônia foi organizada em Brasília para anunciar que o Arpa estava finalizado. Mas nem ali o time descansou: “Foi um trabalho imenso. Estavam presentes o Fernando Henrique Cardoso, o presidente do Banco Mundial, o diretor do GEF, o do WWF... Tínhamos que organizar tudo isso”, lembra Adriana. Ali finalmente o programa estava pronto: sua meta seria criar novas Unidades de Conservação na Amazônia e levar infraestrutura para consolidar as que já existiam, protegendo um total de 50 milhões de hectares no bioma, número posteriormente ampliado para 60 milhões de hectares.

Além de toda a alta cúpula, o evento também teve a presença do Funbio: a organização havia sido escolhida a dedo para colocar em prática aquele quebra-cabeça, fazendo a gestão e a execução dos recursos nas UCs. A tarefa veio com um convite assertivo. “Foi uma decisão política. O Funbio estava se dando muito bem nas avaliações anuais do Banco Mundial. Houve uma pressão do próprio banco, dos doadores e ONGs internacionais para que administrássemos esses recursos. Eles precisavam entregar o programa a uma instituição que tivesse credibilidade. E o Funbio já tinha isso”, diz Leitão.

A notícia mobilizou o Conselho Deliberativo (CD). Alguns membros achavam que o Funbio não deveria participar, já que era um programa que não estava nos planos internos. Outros defendiam que a oportunidade deveria ser encarada. “Foi um momento turbulento. O próprio governo não sabia o tamanho do desafio. Mas, ao mesmo tempo, ele não tinha outra saída a não ser ter o Funbio como parceiro”, avalia Roberto Klabin, que assumiu a presidência do Conselho justamente nessa época. “Não estávamos preparados para aquilo. E não entendíamos ainda o que viria pela frente” diz ele, presidente do Instituto Socioambiental SOS Pantanal.

Não demorou, porém, para descobrirem: o Arpa veio como um maremoto. Todo o trabalho que estava sendo feito por meio de chamadas foi suspenso. “Fomos engolidos pelo programa e obrigados a dirigir

“Esta foi uma mudança chave para o projeto tomar corpo. Havia uma forte discussão entre priorizar as unidades de proteção integral ou as de uso sustentável. Ali deixou de ser uma ou outra. E o projeto dobrou de tamanho.”

**ROSA LEMOS DE SÁ**  
À ÉPOCA SUPERINTENDENTE  
DE CONSERVAÇÃO DO  
WWF-BRASIL, HOJE  
SECRETÁRIA-GERAL  
DO FUNBIO

“Foi um momento turbulento. O próprio governo não sabia o tamanho do desafio. Mas, ao mesmo tempo, ele não tinha outra saída a não ser ter o Funbio como parceiro. Não estávamos preparados para aquilo. E não entendíamos ainda o que viria pela frente.”

**ROBERTO KLABIN**  
PRESIDENTE DO CONSELHO  
DELIBERATIVO DO FUNBIO  
DE 2002 A 2006, HOJE  
PRESIDENTE DO INSTITUTO  
SOCIOAMBIENTAL SOS  
PANTANAL

total atenção a ele. Deixamos de fazer tudo o que vínhamos fazendo nos últimos sete anos para começar a aprender como colocar de pé aquele bicho enorme”, conta Leitão.

Até então, a equipe executiva do Funbio não chegava a 15 pessoas. De um dia para o outro, o número triplicou. O salão recém-alugado no prédio do IBAM ficou pequeno, e o time teve de se espalhar por dois andares do edifício. “Até 2002, o Funbio tinha uma experiência, uma cara, um jeito de estar no mundo. Dali em diante, passou a ter outro”, resume Leitão. “Antes do Arpa, era como se tocasse música clássica aqui nos corredores. Depois, virou *punk rock*: mudou de estação de uma hora para outra”, dá o tom o economista Fábio Leite.

Leite já havia estagiado no Funbio em 1999, quando a organização ainda distribuía apoios por meio de chamadas. Junto com a nova leva de funcionários, ele foi chamado para voltar como assistente do Arpa. Em dois anos, tornou-se gerente do programa. Quem olhava de fora não fazia a mais rasa ideia da dureza que era colocar a iniciativa em funcionamento. “Era frenético, uma pressão e tensão inacreditáveis. Eu virava a noite duas ou três vezes por semana. Tínhamos que lidar com controles financeiros, contábeis, auditorias, num nível nunca visto”, diz.

A engenheira química Marina Carlota Machado também passou a integrar o time na época. Ela vinha de um doutorado na França, na área financeira, e tinha dez anos de experiência no Banco de



Encontro de projetos comunitários apoiados pelo Programa Arpa. Manaus, 2016

Helio Hara/Funbio

Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Desde o início, voltou sua carreira para a viabilidade econômica de projetos. Acabou responsável por estruturar um departamento financeiro no Funbio, exigência dos doadores do Arpa. “Só havia uma pessoa para cuidar disso. Depois foi aumentando: criei aos poucos as áreas e separei contabilidade, tesouraria, prestação de contas”, diz. “Era um aprendizado de todos os lados — do governo, dos doadores e nosso. Quase toda semana eu ia a Brasília participar de reuniões.”

Os ensinamentos vieram “na marra”. Ninguém ali dentro sabia como colocar de pé uma Unidade de Conservação na Amazônia. Aliás, nem ali dentro nem fora. A tarefa incluía desde a contratação de estudos para a criação de novas áreas até a compra de materiais e implementação de infraestrutura nas unidades: “Até hoje, não existe no Brasil quem seja capaz de prestar serviços desse tipo na Amazônia. Fomos quebrando a cara e aprendendo”, afirma Leitão. “Era um projeto muito grande, muito complicado. Tínhamos dificuldade de comunicação com quem estava nas unidades, dificuldade de entender os papéis do Funbio, do governo... Ninguém havia feito um projeto desse tamanho, com esse arranjo, em nenhum lugar do mundo. Não havia um modelo. Foram muitas tentativas, muitos erros, muita discussão. Passamos quase dois anos lutando”, diz Leite.

Era difícil, por exemplo, fazer doadores entenderem que a realidade no campo muitas vezes não coincidia com os padrões que a instituição exigia para a prestação de contas. Era um desafio explicar que alguns comércios locais simplesmente não emitiam nota fiscal, que certas UCs ficavam a quatro dias de barco e que às vezes era preciso contratar um mateiro que nem CPF tinha.

Bernadette Lameira também chegou ao Funbio no meio desse bate-cabeça. Ficou responsável pela unidade operacional de compras, que naquela época nem nome tinha. Se os gestores das UCs precisavam de um barco, um GPS ou um alojamento para pesquisadores, ela era uma das pessoas que faziam o pedido virar realidade. “A gente contratava a construção de um flutuante, selecionava serviços de consultoria para plano de manejo, estudos socioambientais, levantamentos fundiários e comprava de carro a clips e cartolina. Tudo isso era conosco”, resume.

Engenheira civil de formação, Bernadette já trazia no currículo uma larga experiência na área comercial, gerenciando contratos de obras em setores como o ferroviário e o petrolífero. Também tinha passagem pelo Instituto de Ecologia e Desenvolvimento (IED), que, como o nome sugere, conciliava duas áreas que por muito tempo se

estranharam. Quando aterrissou no Funbio, uma das primeiras providências que tomou foi convocar uma empresa que traçaria um plano logístico para a entrega dos serviços na Amazônia. Mal chegou, foi advertida pelo Banco Mundial por não ter seguido à risca algumas regras no processo de contratação. Toda essa adaptação da equipe fez que se passasse quase um ano para que as primeiras compras fossem entregues às UCs.

E a primeira vez ninguém esquece: “Foi um lote de GPS, que seria enviado para 15 UCs diferentes”, lembra Leite. Depois de aprender todos os processos e exigências dos doadores do Arpa, a equipe conseguiu fechar a compra com um fornecedor do Rio de Janeiro. “Era uma sexta-feira. Todo mundo saiu para tomar um chope e comemorar”, lembra ele. Bernadette foi uma das únicas a não comparecer no brinde: ela já estava na Amazônia para receber a encomenda e entregá-la pessoalmente às unidades. “Como era a primeira vez, fui para conhecer os gestores das UCs e entender como aquela logística ia funcionar na prática”, explica. Passaram-se dois, três, quatro dias. E no lugar do GPS, chegou a notícia: o lote viria com atraso, pois o fornecedor fora rendido no Rio de Janeiro a caminho do aeroporto e tivera todos os produtos roubados. “Eu tive que ficar quase uma semana esperando em Santarém, no Pará”, Bernadette hoje acha graça. “Foi uma decepção. Até quando acertava a gente não conseguia entregar! Os astros só poderiam estar contra a gente”, diverte-se Leite.

No ano em que o Funbio completa 20 anos, é em meio a risadas que a dupla olha para trás. Afinal, atualmente o Arpa está em “velocidade de cruzeiro”, como Leite gosta de dizer. Pouco a pouco o Funbio aprendeu a domar aquele imenso projeto, que foi dividido em três fases. A primeira, apesar de toda a dor de cabeça, resultou no apoio a 63 UCs e na criação de cerca de 23 milhões de hectares de áreas protegidas. Na segunda etapa, com início em 2010 e término em 2017, o Arpa ampliou sua atuação e passou a apoiar a consolidação de 95 UCs, cerca de 52,2 milhões de hectares. O marco foi anunciado na Rio+20, em 2012, evento que celebrou 20 anos da Rio-92 e a primeira década do Arpa. Para a terceira fase, que vai durar 25 anos, foi criado um fundo de transição: a ideia do fundo é que gradativamente os governos federal, estaduais e municipais aumentem seus orçamentos voltados para as UCs na Amazônia, para que, até 2039, 100% do financiamento do programa estejam nas mãos do poder público.

Enquanto isso não acontece, uma lista extensa de doadores já apostou no programa e em sua gestão financeira. E eles não se

“O Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW) tem a tarefa de implementar a cooperação financeira entre Brasil e Alemanha. Nesse âmbito, é um privilégio para nós ter o Funbio como parceiro. A cooperação de longos anos com a organização nos permitiu desde o início contribuir para o Arpa, um dos programas mais significativos de proteção das florestas tropicais. Temos certeza que essa cooperação vai durar pelo menos mais 20 anos, sempre produtiva.”

**ANDRE AHLERT**  
DIRETOR DO  
DEPARTAMENTO DE  
AMÉRICA LATINA E  
CARIBE DO KFW

arrendem. “O Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW) tem a tarefa de implementar a cooperação financeira entre Brasil e Alemanha. Nesse âmbito, é um privilégio para nós ter o Funbio como parceiro. A cooperação de longos anos com a organização nos permitiu desde o início contribuir para o Arpa, um dos programas mais significativos de proteção das florestas tropicais. Temos certeza que essa cooperação vai durar pelo menos mais 20 anos, sempre produtiva”, diz Andre Ahlert, diretor do Departamento de América Latina e Caribe do KfW.

Guillermo Castilleja, conselheiro da Fundação Gordon and Betty Moore, que também desembolsou recursos para o Arpa, defende que o modelo seja reproduzido mundo afora, em toda sua dimensão. “O Arpa é sem dúvida a abordagem sistêmica mais avançada de proteção de florestas tropicais em todo o mundo. Ele criou um padrão a ser seguido por outros países. De muitos modos, o Funbio é a chave do sucesso desse ambicioso programa. Sem sua solidez, o Arpa não teria acontecido. Por isso, quando se pensa em replicá-lo, o foco deveria ser no papel do Funbio e nas lições que ele nos dá: transparência, habilidade de reunir diferentes setores em arranjos visionários e bem articulados, eficiência no uso dos fundos e credibilidade em todos os níveis. Para a Fundação Gordon and Betty Moore, a parceria com o Funbio tem sido uma das mais produtivas em nossa trajetória. Esperamos seguir com ela na conservação da floresta amazônica para futuras gerações.”

Hoje, o sucesso do programa é consenso. “Podia ter dado tudo errado. Mas aos poucos as dificuldades foram superadas e hoje existe até um problema: as unidades apoiadas pelo Arpa são vistas como a elite das áreas protegidas no Brasil”, afirma Adriana Moreira, do Banco Mundial. E quem está na ponta sabe bem disso: “Passamos a ser ‘o primo rico’ das UCs”, confirma o acreano Aldeci Maia.

“Podia ter dado tudo errado. Mas aos poucos as dificuldades foram superadas e hoje existe até um problema: as unidades apoiadas pelo Arpa são vistas como a elite das áreas protegidas no Brasil.”

**ADRIANA MOREIRA**  
ESPECIALISTA SÊNIOR EM  
MEIO AMBIENTE DO BANCO  
MUNDIAL

Nezinho — como ele é conhecido no Acre — fala com conhecimento de causa. Liderança comunitária e cogestor da Reserva Extrativista (Resex) do Cazumbá-Iracema, que fica no município de Sena Madureira, ele participou da luta popular para que a unidade fosse criada, em 2002. Viveu de perto os primeiros anos de escassos recursos. “A gestão era muito difícil, porque não existia dinheiro para melhorar a infraestrutura”, afirma. Organizar uma reunião com os cerca de dois mil moradores da Resex, espalhados por 750 mil hectares, era difícil: Nezinho esperava o dia em que o pessoal do Ibama passava de barco e pegava carona para conseguir se comunicar com os comunitários.

“Para a Fundação Gordon and Betty Moore, a parceria com o Funbio tem sido uma das mais produtivas em nossa trajetória. Esperamos seguir com ela na conservação da floresta amazônica para futuras gerações.”

**GUILLERMO CASTILLEJA**  
CONSELHEIRO DA  
FUNDAÇÃO GORDON  
AND BETTY MOORE



“Já no primeiro ano do Arpa começamos a ter nossos próprios barcos, carros, montamos nossa sede e iniciamos um trabalho de organização comunitária. Agora, por exemplo, estamos fazendo um projeto de capacitação de lideranças: graças a esses recursos, pudemos trazer gente de toda a unidade. As famílias não se conheciam e hoje há um intercâmbio entre elas. Todo mundo se conhecendo, aprendendo com o trabalho um do outro e até saindo para conhecer a experiência de outras Resex.”

**ALDECI MAIA (NEZINHO)**  
LIDERANÇA COMUNITÁRIA  
E COGESTOR DA RESERVA  
EXTRATIVISTA (RESEX) DO  
CAZUMBÁ-IRACEMA, NO  
ACRE

Hoje, são eles que dão carona para quem precisa. “Já no primeiro ano do Arpa começamos a ter nossos próprios barcos, carros, montamos nossa sede e iniciamos um trabalho de organização comunitária. Agora, por exemplo, estamos fazendo um projeto de capacitação de lideranças: graças a esses recursos, pudemos trazer gente de toda a unidade. As famílias não se conheciam e hoje há um intercâmbio entre elas. Todo mundo se conhecendo, aprendendo com o trabalho um do outro e até saindo para conhecer a experiência de outras Resex”, comemora Nezinho. “Só é possível avaliar a diferença ao pensar no início da reserva, uma fase em que trabalhávamos sem nada.”

Quando Tiago Jurú Damo Hanzi chegou à Resex Cazumbá-Iracema para assumir sua gestão, em 2009, já fazia três anos que a UC era apoiada pelo Arpa. Deu de cara com uma infraestrutura pronta para tocar os trabalhos. “É nítida a diferença em relação às demais unidades, em termos de estruturação, consolidação e avanços na gestão. Muito em função do aporte financeiro que existe do programa”, afirma. A diferença, aliás, foi reconhecida num levantamento que o Tribunal de Contas da União fez de 247 Unidades de Conservação da Amazônia. A Cazumbá-Iracema ficou entre as dez consideradas com alto grau de gestão e implementação.

“Ter perspectiva de recursos no longo prazo te dá condições de planejar melhor, avançar nos resultados”, diz o gestor. “Muito, muito, muito do que a gente consegue fazer aqui é em função do Arpa, dessa segurança que o programa nos dá.”

A fala de Tiago encontra eco na de Ana Luiza Figueiredo. Desde 2012, a bióloga está à frente da Resex Rio Unini, que foi criada em 2006 e faz parte de um mosaico de unidades no Baixo Rio Negro, no Amazonas. “Hoje os comunitários estão bem mobilizados para cuidar do rio, que é a casa deles”, diz Ana, para ir direto ao ponto: “Se não fosse o Arpa, não teríamos nada disso”.

Para articular os moradores de uma Resex que tem mais de 830 mil hectares, afinal, é preciso não só ter muita disposição, mas também dinheiro. “Para chegar de barco na primeira comunidade do Rio Unini, são quase 16 horas. Na última, são dois dias”, ela faz as contas, e diz que uma expedição que passe por todos os núcleos de moradia da reserva não sai por menos de R\$ 30 mil. O que um dia já foi considerado impossível de ser feito agora é visto como algo viável. “Hoje nós conseguimos fazer as assembleias de planejamento e reuniões de conselho da Resex com tranquilidade”, afirma.

“Ter perspectiva de recursos no longo prazo te dá condições de planejar melhor, avançar nos resultados. Muito, muito, muito do que a gente consegue fazer aqui é em função do Arpa, dessa segurança que o programa nos dá.”

**TIAGO JURÚ DAMO HANZI**  
GESTOR DA RESERVA  
EXTRATIVISTA (RESEX)  
CAZUMBÁ-IRACEMA,  
NO ACRE

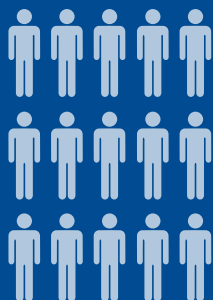
Foi desses encontros, aliás, que surgiu uma demanda de capacitação da comunidade no manejo do pirarucu, um dos peixes mais famosos da região. De reconhecimento de lagos a cursos de GPS, uma série de oficinas levou os moradores a preencher planilhas com os dados da espécie e motivou-os a criar um grupo de vigilância comunitária para inibir a pesca ilegal na área. “Fizemos várias capacitações, intercâmbios, e os levamos a unidades que já faziam o manejo, para que eles entendessem melhor como funcionava”, explica Ana. “Um dos principais resultados é o fato de eles próprios estarem fiscalizando as atividades predatórias, que já diminuíram muito.”

O envolvimento comunitário, como se vê, avança. E começa cada vez mais cedo, incentivado por outro projeto que deixou legado no Rio Unini: o Jovens Protagonistas. Com encontros que abordavam de forma teórica e lúdica temas como meio ambiente, gestão de UCs e a própria história do rio, o grupo empolgou-se tanto que já está ocupando ambientes em que antes só se viam adultos. “Eles criaram o ‘jovem aprendiz de conselheiro’ e só na última reunião do Conselho havia uns 15 adolescentes. A juventude está mobilizada e querendo sempre mais”, conta Ana, animada.

## PROGRAMA ARPA • Esfera Privada — Financiamento

### Doadores

Realizam doações para o Fundo de Transição (FT)



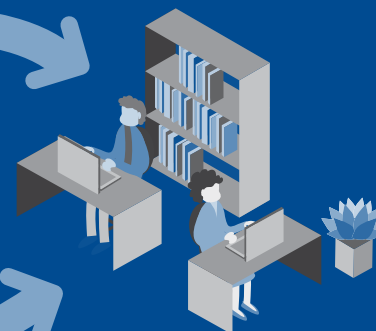
### Comitê do Fundo de Transição

O Comitê define a política de investimentos da gestão de ativos e toma as decisões financeiras do fundo

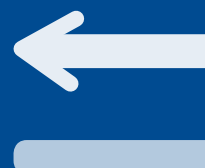


### Funbio Fundo de Transição

O Funbio é o gestor do Fundo de Transição e executor financeiro do Arpa. Realiza aquisições de bens e contratações de serviços para as UCs



Fornecimento de bens e serviços para as UCs



Tudo isso um dia esteve no papel e virou realidade. E só foi assim porque Ana, Tiago, Nezinho e tantos outros gestores de UCs na Amazônia hoje conseguem planejar suas ações. “A garantia de um apoio de longo prazo ininterrupto dá condições de o gestor olhar para a unidade em dois, três, cinco, dez anos. Isso é uma coisa raríssima na área ambiental”, avalia Rosa Lemos de Sá, feliz em ver o programa dando frutos: “Além de ser inovador, a abrangência que tem e a diferença que o Arpa faz são únicas”. Tanto é assim que o modelo já está sendo replicado em outros países, como Peru e Colômbia.

“Aquele foi um momento importante de definição de estratégias, identificação de áreas e oportunidades. Foi um período rico de discussões sobre que novos caminhos poderiam ser perseguidos.”

**OSCAR GRAÇA COUTO**  
ADVOGADO E PROFESSOR  
DE DIREITO AMBIENTAL DA  
PUC-RIO, EX-CONSELHEIRO  
DO FUNBIO

## Compensações ambientais

Não foram só as Unidades de Conservação que decolaram com o Arpa: aqueles anos todos e aprendizados deram ao próprio Funbio condições de voar por outros ares. Em 2007, quando o programa já caminhava fluidamente, a organização resolveu olhar para seu futuro e iniciou um planejamento estratégico que durou alguns meses. Foi justamente neste período que Fábio Leite assumiu a área de programas do Funbio. “Aquele foi um momento importante de definição de estratégias, identificação de áreas e oportunidades.

## PROGRAMA ARPA • Esfera Pública — Execução

Unidades de  
Conservação (UCs)



Encaminham demandas de aquisições e contratações de serviços para as UCs

Comitê do  
Programa Arpa

Instância decisória do programa. Aprova o planejamento e o orçamento



Órgãos ambientais  
estaduais e ICMBio

Responsáveis pela gestão das UCs, planejam e executam as atividades aprovadas



Ministério do  
Meio Ambiente

Coordenação técnica do programa



Foi um período rico de discussões sobre que novos caminhos poderiam ser perseguidos”, resume o advogado e professor de Direito Ambiental da PUC-Rio Oscar Graça Couto, membro do Conselho na época.

A decisão do Conselho, então, foi expandir e diversificar o portfólio, partindo da experiência acumulada com o maior programa de conservação de florestas do mundo. “Aprendemos a ir para a Amazônia, a contratar a construção de sedes em UCs, a trabalhar com comunidades do entorno, a comprar barco, motor, GPS...”, lista Pedro Leitão. “E se levássemos essa experiência para os estados?”, foi a pergunta que ficou no ar. “Se aprendemos a fazer tudo isso na Amazônia, em outros lugares do Brasil seria mais fácil”, completa Leite.

A ideia reverberou na Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) do Rio de Janeiro, e o então secretário e mais tarde deputado estadual no Rio de Janeiro, Carlos Minc, não demorou para entrar no ritmo: “Eu quero um Arpa da Mata Atlântica no Rio”, almejou. “Existia um desejo forte da secretaria do Rio de melhorar a situação das áreas protegidas do estado. Havia um *know-how* de como fazer isso aqui do lado, no Funbio. E ao mesmo tempo, havia nossa vontade de ir para fora, de fazer outras coisas”, explica Leite. Tudo parecia se encaixar. Mas faltavam os recursos para que a ideia fosse para a frente.

Formado em engenharia de pesca, Manoel Serrão vinha de uma caminhada de dez anos no Ministério do Meio Ambiente — sete deles no Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), onde buscava alternativas inovadoras para alavancar o financiamento ambiental no país. Por conta do FNMA, volta e meia esbarrava com Leitão em reuniões da RedLAC. Num desses encontros, Leitão contou que a SEA estava disposta a fazer um Arpa da Mata Atlântica, mas que não havia recursos para isso. Serrão, que mais tarde viria a integrar a equipe do Funbio, disse ao colega ali mesmo: “Há recursos sim”.

“Na época, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) estava em processo de licenciamento. Eu sabia que existiam pelo menos uns R\$ 50 milhões disponíveis e que não estavam sendo usados”, diz o engenheiro. Ele se refere aos recursos de compensação ambiental, um mecanismo que teve seu embrião ainda em 1987, numa resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), e que foi reforçado em 2000 pela lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A regra era clara: todo empreendimento de significativo impacto ambiental deve separar uma porcentagem do valor de seu investimento para apoiar a implantação e a manutenção de Unidades de Conservação.

Apesar de a exigência estar no papel desde a década de 1980, a esmagadora maioria dos recursos de compensação nunca chegou de fato às UCs. Pela redação da lei, o empreendedor pode executar ele mesmo esses recursos diretamente nas unidades ou contratar terceiros para fazer isso. Nada disso, porém, estava funcionando. “O dinheiro de compensação era travado. Não havia um conselho para dizer onde o recurso deveria ser empregado, não existiam empresas especializadas em implantar parques e os organismos estatais não tinham condições de fiscalizar esse processo”, explica Carlos Minc. A verba, portanto, não era acessada e acabava desperdiçada.

Serrão já havia enxergado esse problema quando estava no MMA. E tentou uma solução que não prosperou. Quando Leitão lhe contou da ideia do “Arpa do Rio”, ele veio logo com a saída: por que não usar os recursos de compensações ambientais estaduais?

O desenho era simples: o empreendedor depositaria o valor numa conta e o Funbio faria sua gestão, executando os recursos nas UCs segundo as diretrizes apontadas pela SEA. Mas ainda havia pela frente um empecilho jurídico: algumas pessoas da área tinham o entendimento de que o recurso de compensação era público. E que, portanto, não poderia ser executado por uma entidade privada como o Funbio. “Nós precisávamos ter uma segurança jurídica para fazer isso, porque depois o Tribunal de Contas poderia questionar o fato de aquela obrigação estar indo para terceiros”, lembra Minc. Manoel Serrão sentou com duas advogadas e se debruçou sobre a questão, até afinar os argumentos de que, apesar de ter fins públicos, aquele dinheiro era privado. “Nós compramos essa briga. Batemos o martelo sobre nossa visão e fomos atrás de fortalecer esse entendimento”, conta ele.

“Eu chamei o secretário da Fazenda, o de Planejamento e o subprocurador geral para ouvir as exposições do Funbio. Foram dadas explicações detalhadas do que era a lei do SNUC, o que era a compensação e como funcionaria o projeto”, diz Minc. Em setembro de 2009, a SEA pediu uma avaliação da Procuradoria Geral do Estado sobre o assunto. Quase dois meses depois, o subprocurador Rodrigo Mascarenhas apresentou um parecer favorável. “Fizemos um estudo jurídico e chegamos à conclusão de que a discussão era uma falsa discussão”, afirma Mascarenhas. “O empreendedor tem uma obrigação relacionada à criação ou manutenção de uma UC. Como isso seria executado — se diretamente por ele, pelo poder público ou por outra entidade, como acabou sendo — era uma questão secundária.”

“Fizemos um estudo jurídico e chegamos à conclusão de que a discussão era uma falsa discussão. O empreendedor tem uma obrigação relacionada à criação ou manutenção de uma UC. Como isso seria executado — se diretamente por ele, pelo poder público ou por outra entidade, como acabou sendo — era uma questão secundária.”

**RODRIGO MASCARENHAS**  
SUBPROCURADOR DA  
PROCURADORIA GERAL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Quando o obstáculo foi resolvido, o Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro — ou simplesmente Fundo da Mata Atlântica (FMA/RJ) — começou a rodar. A partir dali, os empreendedores passaram a ter a opção de delegar ao Funbio a responsabilidade de executar sua compensação ambiental. A decisão de para onde o dinheiro seria direcionado passava a ser de uma câmara técnica formada por representantes do governo estadual, da academia, do setor privado e de ONGs ambientais.

A estimativa era de que, em quatro anos, os recursos do fundo alcançassem algo em torno de R\$ 100 milhões. Mas com apenas 12 meses de funcionamento, o valor arrecadado já era próximo de R\$ 90 milhões. Ninguém sabia como seria a adesão do setor privado ao mecanismo. E foi muito mais alta e rápida do que o esperado. “Foi uma coisa revolucionária. Nenhum estado tinha um fundo de R\$ 100 milhões para investir em suas Unidades de Conservação”, diz Serrão. “E agora o Rio tinha isso.”

Naquele período, a Secretaria de Estado do Ambiente também havia acabado de criar a lei do ICMS Verde: quanto mais as prefeituras do estado investissem em preservação ambiental,

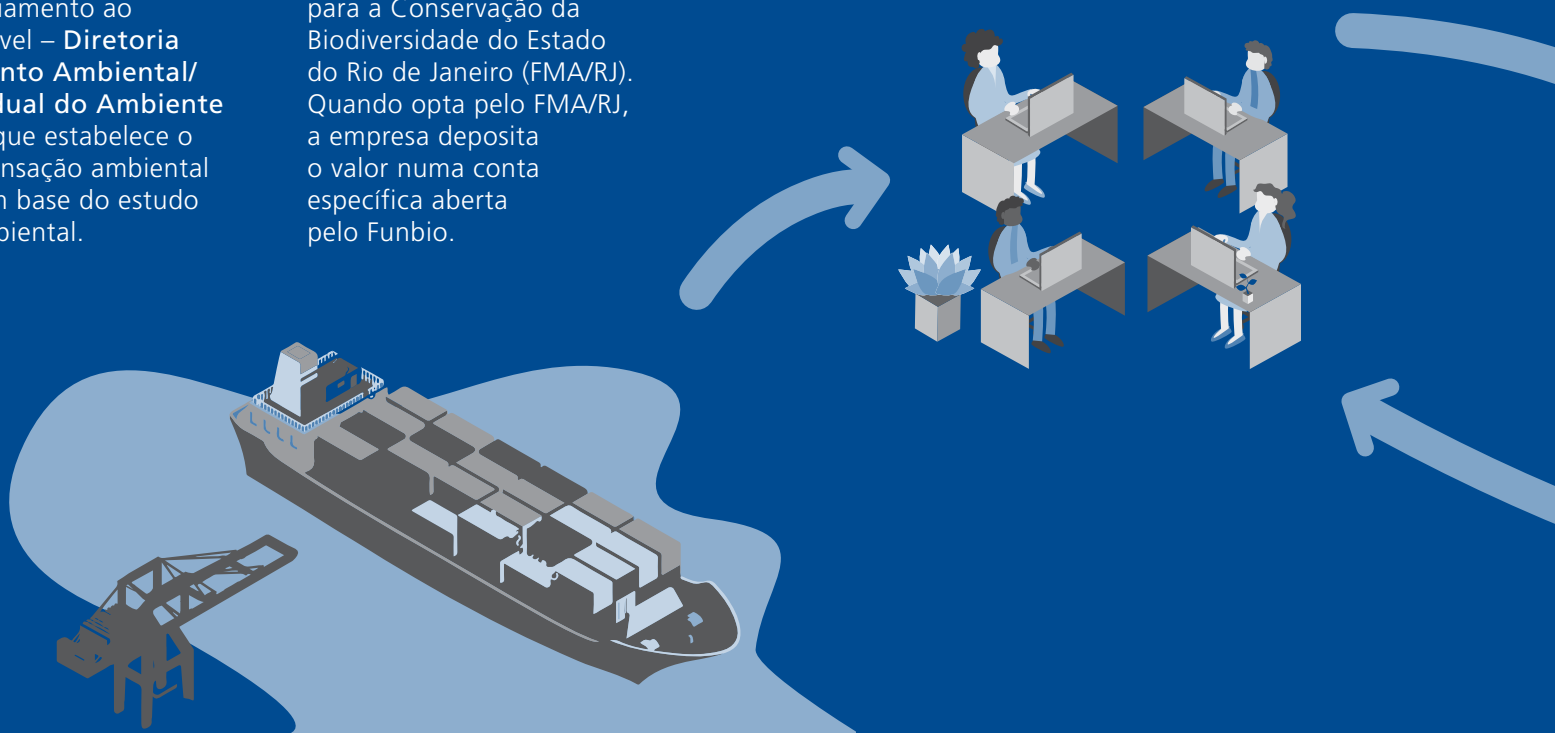
## MECANISMO PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FMA/RJ)

O **licenciamento ambiental** é um instrumento de gestão pública que controla o impacto de atividades humanas sobre o meio ambiente. No estado do Rio de Janeiro, empresas solicitam licenciamento ao órgão responsável – **Diretoria de Licenciamento Ambiental/ Instituto Estadual do Ambiente (Dilam/Inea)**, que estabelece o valor da compensação ambiental a ser pago, com base do estudo de impacto ambiental.

A partir daí a empresa tem **3 opções:**

- (1) executar diretamente
- (2) contratar outra instituição
- (3) aderir ao Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro (FMA/RJ). Quando opta pelo FMA/RJ, a empresa deposita o valor numa conta específica aberta pelo Funbio.

## Conta FMA/Funbio



maiores repasses financeiros elas receberiam do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Quando o FMA/RJ foi criado, nunca se quis tanto criar Unidades de Conservação no Rio. “Os prefeitos detestavam parque, porque achavam que era uma área que ficava sem uso. Mas com o ICMS Verde eles começaram a mudar de ideia. E quando viram que havia recurso, com o FMA/RJ, muitos foram bater à porta do Funbio”, conta Minc.

Não é exagero. Em quatro anos, as áreas protegidas do estado administradas pelo poder municipal mais que dobraram de tamanho: foram de 105 mil para 220 mil hectares. E o Rio ganhou mais um título. “Há dez anos, o Rio de Janeiro era o estado que mais desmatava a Mata Atlântica. Há três anos, somos o que menos desmata”, celebra Minc. “Antes, com os recursos de compensação travados, demorava anos e anos para se fazer qualquer coisa nas unidades, e com qualidade duvidosa. Com o FMA/RJ, tivemos condições de implantar os parques de forma rápida e eficiente. Eles passaram a ter centros de visitantes, sedes adequadas, a vegetação foi se recuperando... E os prefeitos começaram a se interessar, pois as áreas foram gerando atrativos para os municípios.”

“Há dez anos, o Rio de Janeiro era o estado que mais desmatava a Mata Atlântica. Há três anos, somos o que menos desmata. Antes, com os recursos de compensação travados, demorava anos e anos para se fazer qualquer coisa nas unidades, e com qualidade duvidosa. Com o FMA/RJ, tivemos condições de implantar os parques de forma rápida e eficiente. Eles passaram a ter centros de visitantes, sedes adequadas, a vegetação foi se recuperando... E os prefeitos começaram a se interessar, pois as áreas foram gerando atrativos para os municípios.”

**CARLOS MINC**  
DEPUTADO ESTADUAL,  
RIO DE JANEIRO

## MECANISMO PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FMA/RJ)

### Unidades de Conservação (UCs)

O Funbio realiza aquisições de bens e contratações de serviços para projetos de apoio a Unidades de Conservação no estado aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental/SEA.



O FMA/RJ é um mecanismo privado de governança pública.

**OBJETIVO:** viabilizar o gerenciamento e a execução de recursos oriundos de compensações ambientais no estado do Rio de Janeiro.

**DURAÇÃO:** Convênio FMA/RJ: assinado em 2009, em vigor até 2016.

**PARCEIROS:** Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) e Instituto Estadual de Ambiente (Inea).

### O FMA/RJ em números até dezembro de 2015

- R\$ **296 milhões** de recursos
- R\$ **98 milhões** executados
- R\$ **39 mil** para regularização fundiária
- **48 Unidades de Conservação** beneficiadas

### CCA/SEA

A Câmara de Compensação Ambiental (CCA) da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) recebe e aprova as prestações de contas do Funbio referentes ao trabalho realizado e o Funbio as publica em seu *site*

Um bom exemplo disso é o Parque do Desengano, encravado na última porção contínua de remanescentes florestais em que mergulha a Serra do Mar. Mais antigo do estado, com 46 anos, não faz mais de cinco que vive a experiência do FMA/RJ. “Quando foi criada, a unidade passou muito tempo carente de estrutura. Com as compensações ambientais, ela ganhou uma sede e começou a receber seus equipamentos. Até a simples delimitação da área com placas é muito recente”, resume o geógrafo Carlos Dário, gestor do Desengano. “A história do parque pode ser dividida em antes e depois de os recursos de compensação chegarem. O Funbio dá agilidade, faz girar a máquina administrativa.”

O resultado pode ser visto a olho nu. Basta olhar para a agenda cheia do parque. “Este ano vamos ter a Volta do Desengano (uma rota de 200 km de *bike*), corrida de montanha e o evento Vem Passarilhar, com observadores de aves do mundo todo”, lista Dário. “Também estamos inaugurando um alojamento para pesquisadores e visitantes, e nossas trilhas já estão todas sinalizadas.”

Os recursos finalmente estão fluindo. “Antes do FMA/RJ, conseguíamos usar em um ano cerca de 10% do valor das compensações disponíveis. Isso foi multiplicado por cinco, seis. Sem contar a velocidade e a qualidade que o Funbio traz para o processo. Mudou da água para o vinho”, garante Minc. E é desse vinho que todo mundo quer beber. “Como o Rio foi pioneiro, mais de dez estados já vieram aqui para ver como estamos destravando o dinheiro da compensação ambiental. Até o pessoal do Ministério do Meio Ambiente veio ver”, conta Minc.

O Funbio também está levando adiante a experiência. Já organizou conversas sobre o assunto nos estados do Amapá, Roraima, Amazonas, Rondônia, Pará e Paraná. “Depois do FMA/RJ, somos sempre convidados a apresentar a iniciativa em fóruns sobre finanças da conservação. O projeto foi emblemático. E permitiu que nos posicionássemos em ambientes em que ainda não transitávamos”, afirma Serrão.

## Caatinga azul

Capitaneado por Serrão, era inaugurado no Funbio um departamento de Mecanismos Financeiros. Seu objetivo era identificar novas fontes de recursos para projetos ambientais. “No planejamento estratégico da época, o Funbio concluiu que fazia um trabalho bom, mas precisava ganhar escala. Mas para ter escala é preciso haver

“Quando foi criada, a unidade passou muito tempo carente de estrutura. Com as compensações ambientais, ela ganhou uma sede e começou a receber seus equipamentos. Até a simples delimitação da área com placas é muito recente.”

**CARLOS DÁRIO**  
GESTOR DO PARQUE  
ESTADUAL DO DESENGANO,  
NO RIO DE JANEIRO



mais recursos. E, para que isso aconteça, alguém tem que ficar só pensando de onde eles podem vir”, diz ele.

Com o FMA/RJ, ficou comprovado que as obrigações legais eram uma fonte financeira em potencial para a conservação. Quase ao mesmo tempo que as conversas sobre o FMA/RJ começaram, o presidente do Ibama na época, Rômulo Mello, procurou o Funbio com uma inquietude. As operações de fiscalização flagravam animais sendo contrabandeados, gente desmatando a floresta, derramando óleo em alto mar e, quando o caso ia para a Justiça, o criminoso pagava algumas cestas básicas e era como se o problema estivesse resolvido. Mas não estava. E muito menos os problemas relacionados à biodiversidade. “O recurso acabava não mitigando o impacto ambiental nem inibindo o crime”, diz Leitão.

Isso acontecia — e ainda acontece — porque, quando precisam executar obrigações de baixo valor para os infratores, é recorrente que a pena seja direcionada para o pagamento de cestas básicas, uma forma mais simples e paliativa de fazer a obrigação ser cumprida. A atitude, porém, gera críticas, pois a punição acaba perdendo seu viés principal, que é a reparação ambiental.

Foi desse contexto que surgiu a ideia de criar um mecanismo para direcionar a projetos de conservação os recursos que vinham de multas e sanções penais. O Funbio se reuniu com o Ibama e com o Ministério Público Federal (MPF) e desenhou o Carteira Fauna. Uma vitrine de projetos foi criada e, em vez de pedir cestas básicas aos infratores, agora os juízes e promotores poderiam exigir que eles apoiassem uma das iniciativas listadas pelo mecanismo. Outra opção seria deixar os recursos livres para que a comissão técnica criada pela Carteira — com membros do Ibama, do ICMBio, do Funbio e do MP — decidisse para onde ia o dinheiro. No caso das multas, o próprio Ibama definiria o destino do pagamento.

“A possibilidade de financiar um projeto de meio ambiente ligado à fauna pode ser uma grande saída”, diz a bióloga Natália Paz, gerente de projetos da área de Obrigações Legais do Funbio. Hoje, o mecanismo tem arrecadado um total de R\$ 470 mil vindos de sanções penais. “De seis em seis meses, a comissão técnica se reúne e define qual projeto da vitrine será apoiado pelos recursos acumulados”, explica Natália, acrescentando que o fundo também aceita dinheiro de patrocínio e doações.

A Carteira Fauna foi inaugurada em 2008 com um aporte de R\$ 2,7 milhões, provenientes de um termo de compromisso

assinado entre o Ibama e um consórcio de empresas que buscavam petróleo em alto mar por meio de estudos de sísmica. O valor foi dividido entre sete projetos de pesquisa para conservação da fauna marinha. Depois da estreia, outros milhões de reais alavancaram projetos para incrementar o conhecimento científico sobre a população de peixes-bois marinhos, para recuperar espécies pesqueiras ameaçadas ou para tornar sustentável a exploração madeireira na Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia.

No final de 2010, o mecanismo recebeu seu primeiro recurso de doação: R\$ 50 mil repassados pelo KfW viabilizaram um projeto de conservação do papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*), no litoral do Paraná. Dois anos depois, outra ave era beneficiada: a ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*) ganhou um projeto graças a uma doação da Vale.

Endêmica da Caatinga, a espécie foi oficialmente descoberta em 1819, quando o biólogo alemão Johann Baptist von Spix a avistou nos arredores de Juazeiro, na Bahia. Já ali o pesquisador avisou que aquele bicho, de aproximadamente 60 cm, manto azul, cabeça grisalha e olhos mostarda, era raro. Em 1990, quando já se acreditava que a ararinha-azul havia desaparecido da natureza, uma expedição financiada pelo Conselho Internacional para a Preservação das Aves (hoje, conhecido como Birdlife) levou um grupo de pesquisadores a revirar o sertão atrás da espécie. O time ficou mudo quando viu a inconfundível ave surgindo em meio às árvores secas da Caatinga.

A descoberta coincidiu com o nascimento do Comitê Permanente para Recuperação da Ararinha-Azul, criado pelo Ibama. A iniciativa enviou um biólogo a campo e, por dez anos, ele monitorou com a ajuda da comunidade a última das ararinhas. Até que ela sumiu para sempre, no ano 2000. O desânimo foi geral e a espécie foi decretada extinta na natureza. No entanto, ainda havia quatro indivíduos em cativeiro no Brasil, além de dezenas de outros no Catar, na Alemanha e na Espanha, onde criadores herdaram os bichos da antiga e controversa prática de colecioná-los. O Comitê, então, passou a focar seu trabalho nesses espaços. Em campo, nada mais acontecia.

Até que o ICMBio resolveu encarar um dilema: havia mais de 600 espécies de vertebrados ameaçadas no Brasil. A ararinha-azul estava extinta na natureza e era um bicho difícil de reproduzir em cativeiro. Valeria a pena continuar investindo nele ou a saída era voltar os esforços para as espécies em risco na natureza?

A pergunta chegou ao biólogo Pedro Develey. Desde criança, ele sabia que iria trabalhar com aves. Não podia estar mais certo: é hoje o presidente da Sociedade Brasileira de Ornitologia e diretor executivo da Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil (SAVE Brasil), braço brasileiro da Birdlife. Develey vinha de uma longa vida acadêmica na Universidade de São Paulo (USP), onde entrou como graduando em 1993 e saiu doutor em 2004, quando ingressou na SAVE. Entre uma pesquisa e outra, publicou livros, ganhou prêmio em congresso e se tornou revisor de alguns periódicos científicos. Tudo voltado para aves. Foi para ele que o ICMBio ligou, pedindo que ajudasse a responder se a ararinha deveria continuar nos planos do poder público ou se era hora de desistir.

O biólogo desligou o telefone sabendo que estava diante de um imenso desafio. Mas decidiu encará-lo: “Eu não podia simplesmente ignorar, dizer que não queria fazer”. Devorou toda a literatura disponível sobre a espécie, conversou com muitos pesquisadores e concluiu que a ararinha-azul merecia uma última chance: “Havia uns 70 indivíduos em cativeiro no mundo. E a área de Caatinga em que a espécie sempre viveu continua lá: não virou hidrelétrica nem plantação de soja, as matas ciliares estão firmes”, diz ele. “O pensamento então é simples: se existe *habitat* disponível e bicho nascendo em cativeiro, é preciso começar a criar condições para reintroduzi-lo na natureza.”

Com a análise de Develey, o governo concordou em não desistir da ararinha-azul. A primeira amostra disso veio com a publicação do Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies (PAN), publicado em 2012. Responsável pelos PANs no ICMBio, Ugo Vercillo ligou novamente para o biólogo da SAVE com a ideia de pedir um patrocínio da Vale para tirar do papel o plano da ararinha-azul. Em duas semanas, Develey escreveu um projeto para apresentar à empresa. Pouco tempo depois, quase R\$ 3 milhões estavam garantidos para o projeto.

O Funbio foi escolhido para fazer a gestão desses recursos via Carteira Fauna. Batizado de Ararinha-Azul na Natureza, o projeto tem colocado em prática quase 70% das medidas previstas no Plano de Ação para Conservação das Espécies. As notícias, portanto, só poderiam ser boas: as relações entre os cativeiros do Brasil e do mundo estão mais azeitadas, e, depois de 20 anos sem que um ovo vingasse por aqui, em 2014 nasceram dois filhotes em São Paulo.

“Havia uns 70 indivíduos em cativeiro no mundo. E a área de Caatinga em que a espécie sempre viveu continua lá: não virou hidrelétrica nem plantação de soja, as matas ciliares estão firmes”, diz ele. “O pensamento então é simples: se existe *habitat* disponível e bicho nascendo em cativeiro, é preciso começar a criar condições para reintroduzi-lo na natureza.”

**PEDRO DEVELEY**  
PRESIDENTE DA  
SOCIEDADE BRASILEIRA DE  
ORNITOLOGIA E DIRETOR  
EXECUTIVO DA SAVE BRASIL

“Havia 110 ararinhas no total, e devemos fechar a temporada de 2016 com pelo menos 130 indivíduos em cativeiro no mundo. Isso torna a soltura na natureza uma pauta real”, comemora Develey, prevendo que até 2019 o céu da Caatinga volte a ser tingido com mais azul. “Tudo isso é contribuição do projeto. O dinheiro fez a coisa rodar, deu força para que o governo conseguisse trabalhar e implementar o plano de ação.”

Com o retorno do trabalho de campo, o apoio da comunidade também foi fortalecido e, em breve, a região em que a espécie vivia deve se tornar uma Unidade de Conservação. “São vários pontos positivos. Os bichos estão nascendo, há uma maior confiança dos criadores internacionais e a comunidade quer a ararinha de volta”, vibra o biólogo da SAVE, sem se dar por satisfeito: “Mas a história é longa. E só vai acabar quando as aves estiverem voando de novo pela Caatinga”.

## Abelhas-rainhas

Enquanto a ararinha-azul ainda precisa superar percalços para voltar à natureza, há quem lute para não sumir dela. Discretas em seu dia a dia, as espécies polinizadoras vêm atravessando décadas de declínio mundo afora. O fato, porém, não passou despercebido a alguns cientistas, que desde os anos 1970 já publicam trabalhos apontando o problema. Em 1996, o livro *The Forgotten Pollinators*, escrito nos Estados Unidos por uma das maiores autoridades no assunto, Stephen L. Buchmann, gerou a atenção que faltava ao tema. Ele alertava: 80% das sementes, plantas e frutas que compõem a dieta humana podem desaparecer se nada for feito pelos polinizadores.

No mesmo ano em que o livro chegou às livrarias, o biólogo Bráulio Dias tinha acabado de concluir duas grandes missões: ajudar a colocar o Funbio de pé e estruturar um departamento de Biodiversidade no Ministério do Meio Ambiente. Incansável, e com as antenas sempre atentas a tudo que tem vida, ele propôs à Convenção sobre Diversidade Biológica um projeto que associasse agricultura e espécies polinizadoras. Dois anos depois, lá estava ele coordenando um *workshop* internacional sobre o assunto, com mais de 60 especialistas de 15 países. Foi a semente para que nascesse, no ano 2000, a Iniciativa Internacional sobre Polinizadores, com ações desenhadas para os quatro cantos do planeta.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) assumiu a articulação mundial e resolveu concentrar forças nos

países em desenvolvimento. “Em 2002, a FAO propôs um plano de trabalho e a partir de então começamos a negociar recursos com o GEF para um projeto em nível global que apoiaria as ações voltadas para polinizadores”, conta Dias. As conversas levaram alguns anos e, em junho de 2008, o GEF deu o aval para a proposta. Um total de USD 12 milhões foi desembolsado para que Brasil, África do Sul, Quênia, Gana, Índia, Paquistão e Nepal fomentassem localmente suas pesquisas sobre o tema.

Aqui, o Projeto de Conservação e Manejo de Polinizadores para uma Agricultura Sustentável através de uma Abordagem Ecosistêmica (conhecido como Polinizadores do Brasil) começou em 2010. O Funbio ficou responsável pela gestão técnica e financeira. A proposta unia conservação a questões econômicas.

Era como se todos entrassem numa sala escura, sem saber muito bem onde pisavam. Mas, aos poucos, os focos de luz apareciam e iluminavam o desconhecido. “Antes desse projeto, a discussão sobre o assunto estava restrita a um pequeno círculo de acadêmicos. Havia muitas lacunas de conhecimento sobre os polinizadores e seu papel na produção de alimentos”, faz o balanço Ceres Belchior, que coordenou o projeto pelo lado do MMA.

Aquele cenário, porém, ficaria definitivamente para trás. A maior iniciativa sobre polinizadores já realizada no Brasil promoveu a conversa entre pesquisadores que se dedicavam ao tema de modo isolado, formando uma rede científica nacional inédita sobre o assunto. Foi uma grande força-tarefa humana para entender a força-tarefa que é feita silenciosamente a cada dia pelos polinizadores na produção de alimentos.

O trabalho no Brasil envolveu 57 bolsistas de 19 instituições em mais de dez estados, que analisaram o papel dessas espécies em sete culturas de plantio: algodão, caju, canola, castanha, maçã, melão e tomate. Ao todo, foram mais de 40 publicações, que, além de novas informações, levantaram boas práticas para impulsionar a polinização no campo. Os estudos descobriram, por exemplo, que a simples visita de abelhas às plantações de canola pode alavancar a produção em até 30%. Quando elas estão presentes nas lavouras de tomate, os frutos chegam a pesar até 41% mais e geram 11% mais sementes. Também são as abelhas que fazem o peso da fibra de algodão aumentar até 16%, além de incrementar em 17% o número de sementes.

Dividindo a gestão técnica do projeto com o MMA, o Funbio instigou os cientistas a olharem para o bolso do produtor em suas pesquisas,

aproximando a questão acadêmica da econômica. O motivo para isso era óbvio: “Se o produtor rural entende que ter uma colmeia no terreno traz benefícios econômicos, ninguém precisa convencê-lo a fazer isso”, diz Leite.

“O projeto foi inovador, ambicioso e apontou os caminhos que precisam ser percorridos para promover a conservação e o uso sustentável de polinizadores”, avalia Ceres, do MMA. Boa parte desses caminhos estará impressa em cartilhas que serão distribuídas para produtores rurais. Mas também vai estampar um relatório global, que reunirá dados de todos os países envolvidos no projeto. O produto será publicado pela Plataforma Intergovernamental para Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) — uma espécie de IPCC da biodiversidade. “É o primeiro relatório de avaliação temática do IPBES aprovado, e há vários capítulos coordenados por pesquisadores brasileiros. Vamos divulgá-lo amplamente”, celebra Dias, numa aposta de que, aos poucos, os polinizadores vão deixando de ser invisíveis.

## Território Kayapó

É também contra a invisibilidade que os povos indígenas do Brasil lutam há tempos. Na década de 1980, os Kayapó ganharam manchetes mundiais depois que uma índia roçou o facão no rosto de um diretor da Eletronorte, numa manifestação contrária à hidrelétrica de Belo Monte. Guerreiro, esse mesmo povo também garantiu que 13 milhões de hectares fossem demarcados pelo Estado para abrigar sua população, que atualmente é de quase dez mil pessoas.

Encravadas no Sul do Pará e Norte de Mato Grosso, na região que ficou conhecida como Arco do Desmatamento, as terras indígenas do povo Kayapó formam uma imensa mancha verde estrangulada pela devastação. A pressão — que já veio em forma de mineração, extração de madeira, agronegócio e abertura de estradas — nunca cessou. “Se você sobrevoa a região ou olha um mapa, vê que a cobertura florestal que resta está nas terras dos Kayapó. Sem elas, certamente não haveria mais floresta”, garante Renata Pinheiro, mestre em Ciências Ambientais, da ONG Conservação Internacional (CI).

O trabalho da CI com os Kayapó começou a ganhar corpo no início dos anos 2000, quando a organização passou a apoiar o desenvolvimento de atividades produtivas, além da vigilância e monitoramento territorial. Desde o início, porém, havia uma preocupação de não tirar

deles o protagonismo: a estratégia era fortalecer as comunidades para que, pouco a pouco, elas não precisassem mais de auxílio. Foi nesse sentido que a ONG os ajudou a criar algumas de suas próprias organizações indígenas e fechou parcerias para fortalecer outras já existentes.

O problema, porém, era conseguir recursos para manter projetos de longo prazo. “Era difícil financiar trabalhos maiores. Todo ano era preciso captar recursos”, lembra a bióloga Paula Ceotto, uma das diretoras da Divisão das Américas da CI. Foi dessa dificuldade que surgiu a ideia de criar um fundo voltado para aquele povo. A proposta era garantir a sustentabilidade financeira, o que permitiria focar mais no trabalho com os indígenas e menos na captação de recursos.

A CI estava disposta a desembolsar R\$ 7 milhões e encontrar um parceiro. O Fundo Amazônia havia sido criado em 2008. Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), surgiu com o objetivo de apoiar ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além de promover o uso sustentável no bioma. Parecia sob medida para o que a CI buscava.

O Funbio é um dos parceiros do Fundo Kayapó, que apoia projetos de organizações indígenas em território Kayapó no Mato Grosso e no Pará

Funbio



E a parceria deu certo: o Fundo Amazônia concordou em aportar outros R\$ 7 milhões.

Faltava, então, escolher alguém para gerir esses recursos. A resposta veio rápida: “Quando você pensa na criação e gestão de um fundo de conservação no Brasil, você pensa no Funbio. Era um parceiro quase que imediato”, diz Paula. A proposta foi recebida de braços abertos. “Depois de um tempo trabalhando na Amazônia, você percebe que as Unidades de Conservação são fantásticas. Mas se quiser pensar no bioma como um todo, é fundamental olhar também para as Terras Indígenas”, diz Leite.

Até ali, tudo fluía bem. Mas quando a ideia do Fundo Kayapó começou de fato a ser destrinchada, as negociações com o BNDES se estenderam. Era tudo muito novo: além de um mecanismo indígena ser novidade no banco, o Funbio propôs a criação de um fundo para o qual não havia legislação (nem tradução exata) no Brasil: um *endowment fund*. Basicamente, é um mecanismo em que são usados apenas os rendimentos do capital investido. O recurso principal continua como uma espinha dorsal que não termina nunca. “Os povos indígenas não vão sumir. Por que faríamos um fundo para durar pouco? Por isso o mecanismo do *endowment* fazia muito sentido para o caso dos Kayapó”, explica Leite.

Foram quatro anos de conversas para conseguir montar o fundo num formato que fosse aceitável para as regras do banco. Durante esse período, a CI fazia a ponte com os Kayapó, para que o fundo fosse desenhado de maneira a apoiar o que eles consideravam prioridade. Quatro linhas temáticas foram definidas: controle e monitoramento ambiental do território, fomento a atividades produtivas sustentáveis, gestão ambiental e fortalecimento institucional das associações indígenas. Uma das primeiras regras a serem estabelecidas também traçava uma linha no chão, deixando bem claro para quem o dinheiro deveria ir: apenas projetos apresentados pelas instituições indígenas Kayapó poderiam ser contemplados. E as comunidades indígenas envolvidas com ilícitos não teriam acesso aos recursos.

“Quando você pensa na criação e gestão de um fundo de conservação no Brasil, você pensa no Funbio. Era um parceiro quase que imediato.”

**PAULA CEOTTO**  
DIRETORA DA DIVISÃO  
DAS AMÉRICAS DA CI

Em 2012, finalmente saíram as assinaturas que deram vida ao projeto e o Fundo Kayapó nasceu com dois comitês: um financeiro, composto pelo BNDES e pela CI — representando a comissão de doadores. E outro técnico, com representantes da academia, de ONGs indigenistas, da CI e da Funai. Enquanto o primeiro grupo define quanto dinheiro poderá ser usado a cada desembolso, o segundo avalia as propostas apresentadas pelas organizações Kayapó. “Nós apenas estabelecemos o montante a ser repassado naquele ano,



para garantir que o fundo continue tendo recursos no futuro. Mas quem escolhe o que vai ser feito são as próprias associações indígenas”, explica Renata. “Eles se reúnem em assembleias, discutem prioridades e tentam contemplar, nos projetos, o maior número de aldeias possível.”

Até agora, o Fundo já injetou nas Terras Indígenas mais de R\$ 2 milhões, que aceleraram a produção sustentável de produtos como castanha, cumaru, farinha de mandioca, mel e também do artesanato local. O dinheiro também foi investido no monitoramento do território, possibilitando que os cerca de dois mil quilômetros de fronteira fossem vigiados por sensoriamento remoto, sobrevoos e expedições por terra. Uma nova leva de R\$ 3 milhões está prestes a ser disponibilizada.

“O grande diferencial do Fundo Kayapó é o fato de ser uma fonte com que as organizações podem contar anualmente”, diz o biólogo Adriano Jerozolimski, mais conhecido como Pingo. Ele é um dos membros não indígenas a fazer parte do corpo técnico da Associação Floresta Protegida, que representa mais de 20 comunidades Kayapó. “Isso faz com que eles consigam pensar em projetos mais estruturantes, de longo prazo, que necessitam de continuidade. Na verdade, quase todo trabalho com indígenas precisa disso, pois os projetos são mais lentos, exigem um período de maturação mais longo. E o fundo permite que contemos com isso.”

O resultado é bom para os Kayapó. É bom para a floresta. E é bom para o Brasil. “O fundo tem uma conotação totalmente voltada para a conservação, reconhecendo o papel dos Kayapó na proteção da biodiversidade. E os serviços ecológicos que a floresta presta trazem benefícios para todos”, lembra Pingo.

As discussões sobre o Fundo Kayapó foram tão importantes que chegaram a iniciar um debate sobre a necessidade de uma lei para *endowment* no Brasil. O projeto talvez tenha sido a semente de uma futura legislação voltada para isso.

## Dívida por natureza

Às vezes, é preciso provar do novo para colher resultados. Foi o que fez o Brasil ao assinar um acordo com os Estados Unidos que trocou USD 20,8 milhões de dívida externa por investimentos em projetos de conservação. O trato era inédito por aqui.

“O grande diferencial do Fundo Kayapó é o fato de ser uma fonte com que as organizações podem contar anualmente. Isso faz com que eles consigam pensar em projetos mais estruturantes, de longo prazo, que necessitam de continuidade. Na verdade, quase todo trabalho com indígenas precisa disso, pois os projetos são mais lentos, exigem um período de maturação mais longo. E o fundo permite que contemos com isso.”

**ADRIANO JEROZOLIMSKI**  
ASSOCIAÇÃO FLORESTA  
PROTEGIDA

Apesar de só ter vingado recentemente no Brasil, o conceito de “dívida por natureza” vem da década de 1980. Surgiu de uma balança em desequilíbrio: enquanto as dívidas externas dos países em desenvolvimento aumentavam cada vez mais, os indicadores de degradação ambiental nesses territórios também avançavam a galope. Para pagar a conta, essas nações investiam em atividades econômicas que só traziam mais impactos ao meio ambiente, num ciclo sem fim de endividamento e destruição.

As primeiras experiências de *debt-for-nature swaps* vieram para testar rotas alternativas. O princípio era simples: um país credor aceitava que o devedor transformasse parte da dívida em investimentos locais em conservação. Em 1987, a Bolívia inaugurou o primeiro acordo nesse modelo. Em troca, o país abriu um fundo para gestão da Reserva da Biosfera de Beni e criou três áreas protegidas nos seus arredores. De lá para cá, mais de USD 1 bilhão que seriam usados para pagar dívidas externas permaneceram nos países em desenvolvimento para turbinar projetos ambientais.

Os Estados Unidos passaram a integrar esse cenário em 1991. Em sete anos, o país abriu mão de USD 875 milhões para que oito países devedores na América Latina e no Caribe aplicassem o recurso em projetos voltados para o meio ambiente e a infância. Em 1998, foram mais fundo: o Congresso americano aprovou uma lei batizada de Tropical Forest Conservation Act (TFCA). O princípio de troca era o mesmo, mas dessa vez reservada apenas para os países com florestas tropicais.

Belize e Bangladesh foram as primeiras nações a se beneficiar do TFCA. Depois, outras 12 selaram parcerias com os EUA. No Brasil, o acordo só foi assinado em 2010. Mas a história começou muito antes disso. Quando o Congresso americano aprovou o TFCA, a notícia ecoou por aqui: uma nova fonte de recursos para a conservação, afinal, é sempre uma boa notícia.

Ana Cristina Barros, que na época estava na ONG The Nature Conservancy, tornou-se quase uma embaixadora do TFCA junto à sociedade civil: ela rapidamente enxergou na lei norte-americana uma grande oportunidade para a conservação no Brasil. “Eu lembro muito da atuação da Ana Cristina. Ela juntou pessoas de várias organizações não governamentais e preparou uma carta para o Ministério do Meio Ambiente, propondo trabalhar conjuntamente para o TFCA”, recorda o americano Eric Stoner, que intermediou as negociações com o Brasil por meio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e hoje trabalha como consultor de ONGs ambientais.

Algumas pessoas, no entanto, apostavam que aquilo não daria certo por aqui: “Dizia-se que, se a gente fechasse o acordo, estaria reconhecendo uma dívida ilegítima com os Estados Unidos, contraída durante a ditadura militar”, explica Ana, atualmente diretora de Infraestrutura para Conservação na América Latina da The Nature Conservancy. “Teve gente que entendeu errado a conversão da dívida, achando inclusive que o país perderia sua soberania nacional”, completa Stoner.

O temor se mostrou infundado. Com o avanço das discussões na sociedade civil e no governo, ficou claro que a preocupação era de poucos. A maioria queria mesmo é que o recurso fosse liberado. “Quando entramos em campo e começamos a conversar com as pessoas, vimos que quase ninguém tinha o preconceito. Todo mundo dizia: ‘a dívida está posta, há uma oportunidade enorme para a conservação e que bom que existe esse mecanismo’”, conta Ana Cristina. O esforço, então, seria trabalhar para que o acordo fosse assinado também no Brasil. “Quando a sociedade civil diz para ir, quem está sentado do lado do poder público ouve não só politicamente, mas também tecnicamente”, garante Ana Cristina, que anos depois assumiu a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, onde permaneceu até 2016.

E, de fato, o governo ouviu. “Quando a rede de ONGs mostrou interesse e quebrou o gelo junto ao Ministério do Meio Ambiente e

“Quando entramos em campo e começamos a conversar com as pessoas, vimos que quase ninguém tinha o preconceito. Todo mundo dizia: ‘a dívida está posta, há uma oportunidade enorme para a conservação e que bom que existe esse mecanismo’. Quando a sociedade civil diz para ir, quem está sentado do lado do poder público ouve não só politicamente, mas também tecnicamente.”

**ANA CRISTINA BARROS**  
EX-SECRETÁRIA DE  
BIODIVERSIDADE E  
FLORESTAS DO MMA,  
HOJE DIRETORA DE  
INFRAESTRUTURA PARA  
CONSERVAÇÃO NA AMÉRICA  
LATINA DA THE NATURE  
CONSERVANCY



Babaçu na comunidade Juverlândia, no Tocantins, 2014, em projeto apoiado por meio do Tropical Forest Conservation Act, TFCA Brasil

Erika Polverari/Funbio

“O Funbio era uma resposta única. E para nossa sorte, uma resposta única e boa.”

**ANA CRISTINA BARROS**  
EX-SECRETÁRIA DE  
BIODIVERSIDADE E  
FLORESTAS DO MMA,  
HOJE DIRETORA DE  
INFRAESTRUTURA PARA  
CONSERVAÇÃO NA AMÉRICA  
LATINA DA THE NATURE  
CONSERVANCY

ao Itamaraty, a coisa começou a evoluir”, diz Stoner. A partir dali, o trabalho era de costura para que o acordo ganhasse uma cara brasileira. “Naquele momento nem existiam mais tantos obstáculos, mas tínhamos que construir peça por peça, porque o Brasil ainda não havia feito algo parecido.”

Nesse processo, um dos desafios era alinhar as expectativas de todas as partes. Um comitê composto por representantes da sociedade civil e dos governos brasileiro e norte-americano foi formado. O espírito de construção coletiva, que por anos já vinha mobilizando uma série de ONGs ambientais, continuou dentro daquele grupo. “As conversas foram muito abertas. Houve uma série de demandas que o comitê recebia e discutia para tentar atender todo mundo”, diz Ana Cristina. Foi desse mosaico de vozes que ficou decidido, por exemplo, que os biomas beneficiados pelo acordo seriam a Mata Atlântica, a Caatinga e o Cerrado. “O diálogo entre todas as partes mostrou que havia uma visão estratégica de que a Amazônia estava relativamente melhor em termos de aporte financeiro. E que, portanto, deveríamos focar nos outros biomas.”

Também foi uníssona a escolha da entidade que faria a gestão daqueles USD 20,8 milhões. “O Funbio era uma resposta única. E para nossa sorte, uma resposta única e boa”, define a ex-secretária do MMA. Em agosto de 2010, finalmente o Tropical Forest Conservation Act virou realidade no Brasil, fazendo o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade dar um mergulho em suas origens. “O TFCA retomou o



Sementes florestais coletadas pela Rede de Sementes do Xingu, apoiada pelo Funbio por meio do Tropical Forest Conservation Act, TFCA Brasil

Rafael Govari/ISA

que o Funbio fazia nos primeiros anos: lançar chamadas de projetos para repassar recursos a outras instituições e fazer o acompanhamento técnico e financeiro dos projetos aprovados”, resume Natália Paz, que passou alguns anos gerenciando o programa. “Contribuímos para que o recurso fosse para a ponta. E fizesse diferença em cada uma das regiões apoiadas.”

E isso não foi pouco. Em cinco anos, o TFCA apoiou 82 projetos de mais de 60 instituições de norte a sul do Brasil. A diversidade estava não só nos biomas, mas no próprio DNA das organizações beneficiadas, que iam desde grandes ONGs a entidades pequenas que costumam suar para conseguir trabalhar com uma infraestrutura mirrada. “O TFCA entrou no nicho de pequenos projetos, mas também permitiu grandes iniciativas”, diz Ana Cristina. “Tanto a execução como a expansão geográfica e a diversidade de beneficiários, isso tudo se deve à capacidade do Funbio de atender a esses vários públicos.”

O recurso chegou, por exemplo, à bacia do Xingu, onde um parque indígena com mais de dez etnias testemunha, há décadas, o avanço da motosserra ao seu redor. Com o ambicioso objetivo de fazer as nascentes e matas da região renascerem, um grupo de indígenas e pequenos produtores criou a Rede de Sementes do Xingu, com o incentivo do Instituto Socioambiental (ISA). O time de coletores se apropriou do maquinário usado para cultivar soja e o adaptou para plantar floresta. No início, a rede não contava com mais de dez pessoas. “Hoje são mais de 400 coletores espalhados por 21 municípios, gerando uma renda de quase R\$ 1,5 milhão”, diz o agrônomo Rodrigo Junqueira, coordenador do Programa Xingu do Instituto Socioambiental (ISA).

A Associação Plantas do Nordeste (APNE) também recebeu um pedaço do bolo do TFCA. Craques em se esquivar dos obstáculos na vegetação tortuosa da Caatinga, eles conseguiram driblar a desconfiança de muitos sertanejos sobre o manejo florestal. Acostumados a derrubar sem freios a mata no sertão pernambucano, muitos comunitários repensaram sua prática. “Desse plano de manejo aí a gente não entendia é nada, achava que era conversa”, diz o agricultor José Carlos da Silva. “Nosso dia a dia era desmatar, queimar e plantar. Mas hoje já percebemos que não tem futuro queimar. E é do plano de manejo que tiramos uma renda a mais.”

Completamente diferentes em suas estruturas e objetivos, o ISA e a APNE puderam ficar cara a cara e trocar experiências nos encontros de intercâmbio que o Funbio promoveu com as organizações beneficiadas ao longo dos cinco anos de TFCA. “É muito difícil que

“Hoje são mais de 400 coletores espalhados por 21 municípios, gerando uma renda de quase R\$ 1,5 milhão.”

**RODRIGO JUNQUEIRA**  
COORDENADOR DO  
PROGRAMA XINGU DO  
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

uma instituição local consiga avançar sozinha. Vale muito a pena incentivar a troca de ideias e de conhecimentos. Isso vai muito além dos resultados no campo. Se você tem um trabalho em rede, as iniciativas se fortalecem. O Funbio possibilitou isso e a coisa deslanchou”, avalia Stoner.

O fortalecimento, aliás, não foi só das organizações que receberam os recursos. As lições foram democráticas e se estenderam a todos os atores que construíram aquele imenso quebra-cabeça. Inclusive o próprio Funbio. “O TFCA foi muito único na sua forma de fazer o desembolso. Ele deixou de legado para o governo e para a sociedade civil uma série de aprendizados, como a gestão de projetos e a operação de um conselho de forma eficiente”, avalia Ana Cristina. “O programa foi uma coleção de pequenos sucessos.”

“O TFCA no Brasil foi uma experiência muito exitosa. Três importantes biomas brasileiros foram contemplados com projetos de comprovado impacto positivo, que contribuíram também para o fortalecimento de organizações da sociedade civil, universidades e bases comunitárias. Esses projetos deixam uma base importante para que políticas públicas sejam desenhadas e estabelecidas, bem como abrem uma oportunidade para que outros fundos, doadores e investidores públicos ou privados também participem”, diz Alexandre Mancuso, ponto focal da secretaria executiva do TFCA e gerente de Meio Ambiente da USAID no Brasil.

“O TFCA no Brasil foi uma experiência muito exitosa. Três importantes biomas brasileiros foram contemplados com projetos de comprovado impacto positivo, que contribuíram também para o fortalecimento de organizações da sociedade civil, universidades e bases comunitárias. Esses projetos deixam uma base importante para que políticas públicas sejam desenhadas e estabelecidas, bem como abrem uma oportunidade para que outros fundos, doadores e investidores públicos ou privados também participem.”

**ALEXANDRE MANCUSO**  
PONTO FOCAL DA  
SECRETARIA EXECUTIVA DO  
TFCA E GERENTE DE MEIO  
AMBIENTE DA USAID NO  
BRASIL

## Desembarque na maioria

Não foi só com o TFCA, aliás, que o Funbio fez uma viagem de volta às suas origens. Quando o Global Environment Facility liberou USD 20 milhões para dar vida ao Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, havia pouquíssimas instituições credenciadas para implementar as iniciativas patrocinadas pelo GEF. A função delas era assegurar que os projetos saíssem do papel da melhor forma possível.

Foi o que fez, por exemplo, o Banco Mundial com o projeto que resultou na criação do Funbio. Em 25 anos, o GEF já patrocinou cerca de quatro mil iniciativas. Ele define uma série de políticas e padrões mínimos de como trabalhar e passa às agências a responsabilidade de garantir que isso seja aplicado na implementação dos projetos: “É como se o GEF as contratasse para desenvolver e monitorar os projetos que aprova”, completa o engenheiro Luiz Gabriel de Azevedo, que à época da criação do Funbio estava no Banco Mundial.

De apenas três agências implementadoras, hoje o GEF confia seus projetos a 18 instituições credenciadas. Em 2015, o Funbio tornou-se uma delas: como ONG, é a primeira agência nacional do GEF na América Latina. “Quando o GEF abriu o processo seletivo, em 2012, eles contavam com dez agências, do porte do Banco Mundial, da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) ou do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Para o Funbio, ser credenciado seria como uma coroação da nossa seriedade”, lembra Leite, que assumiu a gestão da Agência GEF Funbio.

Àquela altura, fazia pouco mais de dois anos que Rosa Lemos de Sá havia entrado para o Funbio, a convite de Pedro Leitão. Em 2010, Leitão passou para ela o comando da secretaria geral e assumiu uma cadeira no Conselho. Rosa foi a primeira a saber que o GEF havia aberto um processo para credenciar novas agências. Achou que ali havia uma grande oportunidade e levou a informação ao Conselho. Alguns membros pensavam que seria algo grande demais para o Funbio. A maioria, porém, concordou que valia a pena seguir em frente.

Com a decisão interna tomada, o governo brasileiro deu o aval para que o Funbio se candidatasse. Era hora de ver o tamanho do desafio. “Começamos a ler a lista do que precisava ser feito. Só o formulário inicial tinha 70 páginas”, conta Rosa. Mais de 280 documentos foram anexados para responder às perguntas.

Era apenas o início. Para alcançar os padrões exigidos pelo GEF, o Funbio contratou uma auditoria interna, adotou uma série de salvaguardas, tornou ainda mais rígidos seus processos e encarou uma série de treinamentos. “Muitas demandas já eram feitas internamente, mas não estavam formalizadas. Entre elas, os processos, os manuais de operação. Com o GEF, colocamos isso no papel, e assim os procedimentos se transformaram em política da instituição”, diz Rosa. Fábio Leite dá um exemplo: “Hoje, se iniciarmos um trabalho com povos indígenas, existe um protocolo dizendo como deve ser isso. É preciso perguntar se a comunidade está de acordo com o projeto, fazer reuniões prévias, dispor de um profissional que fale a língua indígena, entre outros procedimentos.”

“Foram muitas viagens, muita gente treinada, muitas visitas do GEF para ver se estava tudo em ordem. Esse processo todo demorou quase três anos. Não foi uma coisa de ‘assina aqui’. Foi um negócio trabalhoso”, diz o atual presidente do Conselho do Funbio, o economista Álvaro de Souza. “Para ser credenciado pelo GEF você

precisa ter um *pedigree*, um currículo, um nível de capacitação técnica e humana muito alto.”

Em abril de 2015, depois de muito trabalho, o GEF aprovou o credenciamento da organização que havia nascido como um projeto deles e se tornava agência implementadora. Parecia um caminho natural de crescimento institucional: como se o Funbio saísse da infância e chegasse ao mundo adulto. “Todo esse processo foi longo, mas, independentemente do resultado, teria valido a pena só pelo crescimento da organização”, acredita Rosa.

Para a CEO do GEF, Naoko Ishii, a parceria é promissora: “Estou extremamente feliz de dar as boas-vindas ao Funbio, que é uma das principais instituições de conservação da América Latina. Fico contente por, a partir de agora, o GEF contar com as forças e o histórico da organização. O Funbio é um parceiro nosso de longa data no Brasil, e aguardo com prazer o início de um trabalho conjunto ainda mais próximo”, disse ela, após o credenciamento.

Os benefícios da aliança, aliás, estão longe de se manter restritos ao Funbio. O selo de qualidade que o GEF confere certamente abre portas para novos doadores. O que, na prática, significa mais recursos para a conservação. “Com esse credenciamento valiosíssimo, somos elegíveis a conseguir mais dinheiro. E os recursos não ficam no cofre do Funbio: vão para a execução de projetos por outras ONGs. Então isso acaba contagiando positivamente toda a cadeia”, avalia Álvaro.

O credenciamento coroa a visão da instituição de tornar-se uma referência na viabilização de recursos estratégicos e soluções para a conservação da biodiversidade. “O Funbio tem uma característica muito única em sua governança, o que lhe atribui uma grande riqueza também análoga à de nossa natureza: a diversidade. Isso permite tomadas de decisões mais precisas e mais alinhadas com o bem da sociedade como um todo. A organização é um exemplo de articulação de vários setores para emplacar algumas das mudanças das quais precisamos”, afirma o sócio fundador e copresidente do Conselho de Administração da Natura Cosméticos, Guilherme Leal, que presidiu o Conselho do Funbio entre 2006 e 2009.

“O Funbio sempre pensou grande. E isso acabou fazendo com que criássemos novos paradigmas de atuação”, diz Álvaro, numa fala que ecoa em muitos depoimentos sobre a organização. “O Funbio não se contenta com o *statu quo*. Ele topa brigas, gosta

“Estou extremamente feliz de dar as boas-vindas ao Funbio, que é uma das principais instituições de conservação da América Latina. Fico contente por, a partir de agora, o GEF contar com as forças e o histórico da organização. O Funbio é um parceiro nosso de longa data no Brasil, e aguardo com prazer o início de um trabalho conjunto ainda mais próximo.”

**NAOKO ISHII**  
CEO DO GEF

“O Funbio tem uma característica muito única em sua governança, o que lhe atribui uma grande riqueza também análoga à de nossa natureza: a diversidade. Isso permite tomadas de decisões mais precisas e mais alinhadas com o bem da sociedade como um todo. A organização é um exemplo de articulação de vários setores para emplacar algumas das mudanças das quais precisamos.”

**GUILHERME LEAL**  
SÓCIO FUNDADOR  
E COPRESIDENTE  
DO CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO DA  
NATURA COSMÉTICOS,  
PRESIDIU O CONSELHO DO  
FUNBIO ENTRE 2006 E 2009

“O Funbio não se contenta com o *statu quo*. Ele topa brigas, gosta de instigar novas metodologias, novos modelos. Sem dúvida, é a instituição que lida com conservação mais relevante que o país tem.”

**CLÓVIS BORGES**  
EX-CONSELHEIRO E DIRETOR  
EXECUTIVO DA ONG SPVS



“É impossível comparar o Funbio com qualquer outra organização no Brasil, devido a suas características únicas. O país tem enormes desafios pela frente na conservação da biodiversidade. Mas sou otimista e acredito que o Funbio continuará a desempenhar o papel de liderança e de exemplo nesse cenário. Sua visão é sistêmica, nacional, e sua equipe está à altura desses desafios.”

**BRUNO MARIANI**  
PRESIDENTE DO CONSELHO  
DELIBERATIVO DO FUNBIO  
ENTRE 2012 E 2013, HOJE  
DIRETOR EXECUTIVO DA  
SYMBIOSIS INVESTIMENTOS E  
PARTICIPAÇÃO

de instigar novas metodologias, novos modelos. Sem dúvida, é a instituição que lida com conservação mais relevante que o país tem”, acredita Clóvis Borges, ex-conselheiro e diretor executivo da ONG SPVS. O ex-presidente do Conselho Deliberativo Bruno Mariani assina embaixo: “É impossível comparar o Funbio com qualquer outra organização no Brasil, devido a suas características únicas. O país tem enormes desafios pela frente na conservação da biodiversidade. Mas sou otimista e acredito que o Funbio continuará a desempenhar o papel de liderança e de exemplo nesse cenário. Sua visão é sistêmica, nacional, e sua equipe está à altura desses desafios”, afirma.

A estrada, portanto, não chegou ao fim. Quem conhece sua própria cria garante que muita coisa está por vir. “Ainda existe um campo imenso para a atuação do Funbio”, aposta Braulio Dias, que hoje acompanha os passos da organização na secretaria executiva da Convenção sobre Diversidade Biológica. Fábio Leite, que já passou no Funbio pelo Arpa, o FMA/RJ, o GEF e tantas outras siglas que escondem noites mal dormidas, também não se engana: sabe que a instituição não vai se aquietar. “É um pouco assustador pensar o que vem pela frente”, ele diz, meio sério, meio brincando. E o presidente do Conselho, Álvaro de Souza, decreta: “O Funbio tem que ter como mote ir tão longe quanto queira ir”, afirma. A julgar pela disposição da equipe, o horizonte é distante.



SOBRE  
O FUNBIO

---

ABOUT  
FUNBIO



# O Funbio

Há 20 anos o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), é parceiro dos setores público, empresarial e da sociedade civil na solução de desafios e no desenvolvimento de novos mecanismos para o financiamento ambiental.

É uma associação civil sem fins lucrativos, criada para desenvolver estratégias que contribuam para a implementação da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) no Brasil. Mecanismo financeiro privado inovador, o Funbio é guiado pelo foco em resultados e pela eficiência na gestão. Por meio de

multiparcerias, contribui a consolidação de políticas de conservação no país.

O Funbio seleciona e gerencia projetos, realiza análises territoriais para definição de agendas e investimentos, articula atores e projetos em redes internacionais, desenha e faz a gestão de mecanismos financeiros, realiza compras e contratações e desenvolve soluções para mitigação de mudanças climáticas

Desde 2015, a área de conservação do Funbio está organizada em **três unidades**.

# Funbio

For twenty years now, the Brazilian Biodiversity Fund (Funbio) has been a partner to the public sector, business community and civil society in tackling challenges and developing new mechanisms for environmental funding.

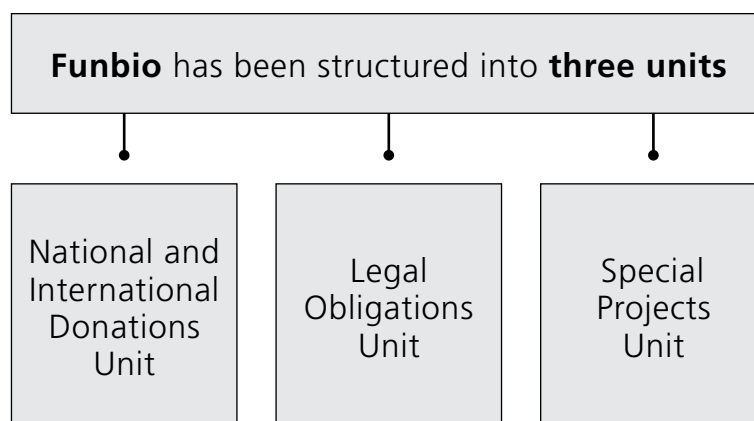
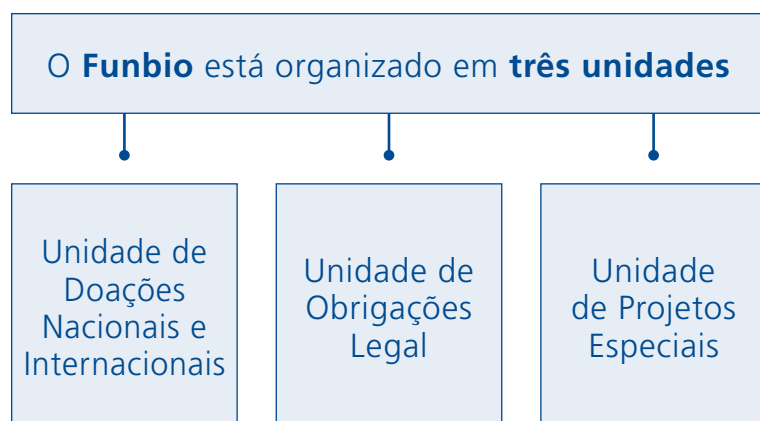
Funbio is a non-profit, civil society organization created to devise strategies that contribute to the Brazilian implementation of the Convention on Biological Diversity (CBD).

An innovative private financial mechanism, Funbio is results-oriented and focused on managerial efficiency. Through multi-

partnerships, it has made a vital contribution to the consolidation of conservation policies in Brazil.

Funbio selects and manages projects, carries out territorial analyses to set agendas and determine investments, networks internationally with other players and projects, designs and manages financial mechanisms, makes strategic purchases and hirings, and develops solutions to help mitigate climate change.

Since 2015, Funbio's conservation area has been structured into **three units**.



# Como trabalhamos

---

## Unidade de Doações Nacionais e Internacionais

Gerencia projetos financiados por recursos originados de doações privadas e acordos bi e multilaterais assinados com o governo brasileiro. Entre as iniciativas estão o programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), a maior iniciativa de proteção de florestas tropicais do mundo, que tem o objetivo de proteger 60 milhões de hectares (15%) da Amazônia brasileira; o Tropical Forest Conservation Act (TFCA), acordo bilateral firmado entre os governos dos Estados Unidos e Brasil, que direcionou USD 20,8 milhões para projetos de conservação; o projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas, que tem entre os principais objetivos aumentar para 5% a quantidade de áreas protegidas no mar, que hoje é de 1,5%; e o Fundo Kayapó, fundo patrimonial que tem por finalidade apoiar, mediante doações, projetos de organizações indígenas que atuam nas Terras Indígenas Kayapó.

## Unidade de Obrigações Legais

Gerencia projetos financiados por recursos originados de obrigações legais, como compensações ambientais, medidas compensatórias, conversões de multas, condicionantes e licença ambiental, formalizadas por meio de termos de compromisso ou de ajustamento de conduta (TACs). Entre as iniciativas gerenciadas estão o Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro (FMA/RJ), que executa recursos de compensações ambientais em Unidades de Conservação (UCs) do estado, e a Carteira de Conservação da Fauna e dos Recursos Pesqueiros Brasileiros (Carteira Fauna Brasil), um mecanismo financeiro que recebe recursos provenientes de multas administrativas ambientais, doações, patrocínios, Termos de Ajustamento de Conduta, condicionantes de licenças e outras fontes. Tem por objetivo financiar programas e projetos de conservação da fauna brasileira.

## Unidade de Projetos Especiais

Trabalha no diagnóstico do ambiente financeiro e no desenho de mecanismos e ferramentas que viabilizam o acesso a novas fontes e também a fontes de recursos de acesso limitado à conservação. Entre as iniciativas gerenciadas estão estudos do ambiente financeiro das UCs do Amapá, Rondônia, Amazonas e Pará, no intuito de ajudá-los a atingir suas metas de aporte de 100% às UCs estaduais ao fim do programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa); e o Conhecimento para Ação – Projeto K, iniciativa conjunta da Rede de Fundos Ambientais da América Latina e do Caribe (RedLAC) e do Consórcio de Fundos Africanos para o Meio Ambiente (CAFE), que apoia o desenho de mecanismos inovadores para mobilizar recursos e fortalecer 38 fundos ambientais dos 31 países membros.

# How we work

---

## National and International Donations Unit

The unit manages projects financed with private donations and through bi and multilateral agreements with the Brazilian government. Among the projects are the Amazon Region Protected Areas Program (Arpa), the world's largest tropical forest-protection initiative, with the aim of extending protection to 60 million hectares of the Brazilian Amazon (15% of the total); The Tropical Forest Conservation Act (TFCA), a bilateral agreement between the USA and Brazil which has earmarked USD 20,8 million for conservation projects; the Marine Protected Areas Project, designed to increase the total area of the Brazilian coastline under some form of protection from 1.5% to 5%; and the Kayapó Fund, a donations-based endowment fund set up to assist Kayapó organizations managing the Indigenous homelands.

## Legal Obligations Unit

This unit manages projects financed through legal obligations, such as environmental compensation, offset measures, converted fines, covenants and environmental permits formalized through criminal sanctions or Terms of Agreement. Among the initiatives managed are the Mechanism for Biodiversity Conservation in the State of Rio de Janeiro – FMA/RJ, which executes funds obtained as environmental compensation in the state's Protected Areas, and the Fauna Conservation and Brazilian Fisheries Portfolio – Carteira Fauna Brasil, a mechanism funded by resources obtained through criminal sanctions, environmental fines, donations, sponsorship and other sources. The project is designed to source funding for programs and projects geared toward the conservation of Brazilian fauna.

## Special Projects Unit

This area assesses financial environments and designs financial mechanisms and instruments to facilitate access to new sources of funding, limited or otherwise, for conservation projects. Among the projects are financial environment studies to help Protected Areas in Amapá, Rondônia, Amazonas and Pará reach their targets of 100% state-funding once Amazon Region Protected Areas Program (Arpa) has run its course; and Knowledge for Action – Project K, a joint undertaking with the Latin-American and Caribbean Network of Environmental Funds (RedLAC) and the Consortium of African Funds for the Environment (CAFE), which supports the design of innovative financial mechanisms to strengthen 38 environmental funds across 31 member nations.

# Governança

# Governance

O **Conselho Deliberativo (CD)** reúne 16 membros:

- 4 do setor acadêmico
- 4 do ambiental
- 4 do empresarial
- 4 do governamental

Ele é responsável pela direção geral do Funbio e se encontra três vezes ao ano para decidir os rumos estratégicos da gestão institucional.

O Conselho Consultivo reúne ex-conselheiros do Funbio.

The **Deliberative Board (DB)** is a 16-member panel equitably representing the following areas:

- academia
- the environment
- the business community
- government

The DB is responsible for Funbio's general management and convenes three times a year to decide on strategic bearings and institutional directives.

Former DB members sit on the Advisory Board.

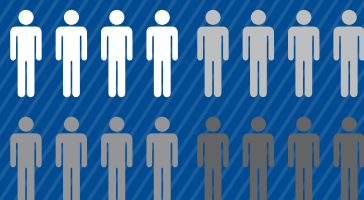
## Conselho Deliberativo Deliberative Board

4 

do setor acadêmico  
from academia

4 

do setor ambiental  
from the environment



4 

do setor empresarial  
from the business  
community

4 

do Governo Federal  
from the government



Comitês e Comissões  
Committees and Commissions

- Comissão de Gestão de Ativos  
Asset Management Commission
- Comitê de Nomeação e Governança  
Appointments and Governance Committee
- Comitê de Finanças e Auditoria  
Finance and Audit Committee
- Comitê de Gestão  
Management Committee
- Comissões Técnicas  
Technical Committees

+

Conselho consultivo  
Advisory Board

(Composto por ex-conselheiros e lideranças convidadas)  
(Former board members and guest leaders)



## CONSELHEIROS FUNDADORES DO FUNBIO\*

“Aos nove dias do mês de outubro de 1995, mil novecentos e noventa e cinco, às dezessete horas, no Salão Nobre do Edifício Luiz Simões Lopes, sede da Fundação Getulio Vargas [...] realizou-se [...] a primeira reunião do Conselho Deliberativo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) estando presentes os conselheiros Roberto Konder Bornhausen, Guilherme Frering, Luiz Kaufmann, José Luiz Magalhães Neto, Carlos Affonso de Aguiar Teixeira, Ângelo Barbosa Monteiro Machado, Benjamin Gilbert, Virgílio Maurício Viana, Luiz Drude Lacerda, Maria Angélica Figueiredo, Ibsen de Gusmão Câmara, Niède Guidon, Paula Werneck Saldanha, Guy Marie Dei Marcovaldi, Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo, Braulio Ferreira de Souza Dias, Lídio Coradin, Carlos Souza Pinto, Antonio Salazar Pessoa Brandão, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Clovis José Daudt de Faro, Ignez Guatimosin Vidigal Lopes. Justificaram a ausência os conselheiros Gustavo Alberto Bouchardet da Fonseca, Garo Batmanian, Carlos Roberto Ortiz Nascimento, Manoel de Freitas, José Márcio Ayres, Jean Marc von der Weid, José Adalberto de Oliveira Veríssimo, Warwick Estevam Kerr e Nanuza Luíza de Menezes.”

## FUNBIO'S FOUNDING BOARD MEMBERS\*

“At five o'clock p.m. of the ninth of October, 1995 (Nineteen ninety-five), in the Main Hall of the Luiz Simões Lopes Building, the headquarters of the Getulio Vargas Foundation [...], the Deliberative Board of the Brazilian Biodiversity Fund (Funbio) convened for its inaugural meeting. Those in attendance were the board members Roberto Konder Bornhausen, Guilherme Frering, Luiz Kaufmann, José Luiz Magalhães Neto, Carlos Affonso de Aguiar Teixeira, Ângelo Barbosa Monteiro Machado, Benjamin Gilbert, Virgílio Maurício Viana, Luiz Drude Lacerda, Maria Angélica Figueiredo, Ibsen de Gusmão Câmara, Niède Guidon, Paula Werneck Saldanha, Guy Marie Dei Marcovaldi, Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo, Braulio Ferreira de Souza Dias, Lídio Coradin, Carlos Souza Pinto, Antonio Salazar Pessoa Brandão, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Clovis José Daudt de Faro, Ignez Guatimosin Vidigal Lopes. The following members were unable to attend: Gustavo Alberto Bouchardet da Fonseca, Garo Batmanian, Carlos Roberto Ortiz Nascimento, Manoel de Freitas, José Márcio Ayres, Jean Marc von der Weid, José Adalberto de Oliveira Veríssimo, Warwick Estevam Kerr and Nanuza Luíza de Menezes.”

### MEMBROS DO CD BOARD MEMBERS • 2016

#### PRESIDENTE CHAIRMAN

|                                 |                       |   |
|---------------------------------|-----------------------|---|
| Álvaro Antonio Cardoso de Souza | 2014–presente present | AdS – Gestão, Consultoria e Investimentos Ltda. |
|---------------------------------|-----------------------|---|

#### VICE-PRESIDENTE VICE-CHAIRWOMAN

|                             |                       |  |
|-----------------------------|-----------------------|--|
| Danielle de Andrade Moreira | 2015–presente present | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) |
|-----------------------------|-----------------------|--|

#### SETOR ACADÊMICO ACADEMIA

|                        |                       |                                |
|------------------------|-----------------------|--------------------------------|
| Ricardo Bomfim Machado | 2011–presente present | Universidade de Brasília (Unb) |
|------------------------|-----------------------|--------------------------------|

|                         |                       |   |
|-------------------------|-----------------------|---|
| Sergio Besserman Vianna | 2011–presente present | Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos |
|-------------------------|-----------------------|---|

|                             |                       |  |
|-----------------------------|-----------------------|--|
| Danielle de Andrade Moreira | 2014–presente present | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) |
|-----------------------------|-----------------------|--|

|                     |                       |   |
|---------------------|-----------------------|---|
| Fabio Rubio Scarano | 2016–presente present | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) |
|---------------------|-----------------------|---|

#### SETOR AMBIENTAL ENVIRONMENT

|                                 |                       |  |
|---------------------------------|-----------------------|--|
| Paulo Roberto de Souza Moutinho | 2008–presente present | Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) |
|---------------------------------|-----------------------|--|

|                        |                       |                |
|------------------------|-----------------------|----------------|
| Miguel Serediuk Milano | 2009–presente present | Instituto Life |
|------------------------|-----------------------|----------------|

|                                   |                       |                                |
|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------------|
| Adriana de Carvalho Barbosa Ramos | 2012–presente present | Instituto Socioambiental (ISA) |
|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------------|

|                                   |                       |  |
|-----------------------------------|-----------------------|--|
| Maria José Miranda Cabral Gontijo | 2016–presente present | Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB) |
|-----------------------------------|-----------------------|--|

#### SETOR EMPRESARIAL BUSINESS COMMUNITY

|                                 |                       |   |
|---------------------------------|-----------------------|---|
| Álvaro Antonio Cardoso de Souza | 2008–presente present | AdS – Gestão, Consultoria e Investimentos Ltda. |
|---------------------------------|-----------------------|---|

\* Transcrição de trecho da ata da primeira sessão ordinária do Conselho Deliberativo do Funbio, em 9 de outubro de 1995.

\* Transcription from the minutes to the inaugural meeting of Funbio's Deliberative Board on October 9, 1995.

|                                |                       |                                    |
|--------------------------------|-----------------------|------------------------------------|
| Luiz Gabriel Todt de Azevedo   | 2010–2016             | Construtora Norberto Odebrecht S.A |
| Didier Pierre Tisserand        | 2015–presente present | L'Oréal Brasil                     |
| José de Menezes Berenguer Neto | 2016–presente present | JP Morgan Brasil                   |

## GOVERNO FEDERAL FEDERAL GOVERNMENT

|                                |                       |   |
|--------------------------------|-----------------------|---|
| Marcelo Moisés de Paula        | 2014–presente present | Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG/SEAIN–COGEX) |
| Ana Cristina Fialho de Barros  | 2015–2016             | Ministério do Meio Ambiente (MMA)                                 |
| Andrea Ferreira Portela Nunes  | 2015–presente present | Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)               |
| Cláudio Carrera Maretti        | 2015–2016             | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)  |
| Rômulo Fernandes Barreto Mello | 2016                  | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)  |
| José Pedro de Oliveira Costa   | 2016–presente present | Ministério do Meio Ambiente (MMA)                                 |

## EX-PRESIDENTES E EX-VICE-PRESIDENTES FORMER CHAIRMEN AND VICE-CHAIRMEN

### EX-PRESIDENTES FORMER CHAIRMEN

|                           |           |   |
|---------------------------|-----------|---|
| Roberto Konder Bornhausen | 1995–2002 | Unibanco                                      |
| Roberto Luiz Leme Klabin  | 2002–2006 | RK Hotéis e Turismo Ltda.                     |
| Guilherme Peirão Leal     | 2006–2009 | Natura Cosméticos                             |
| Pedro Wilson Leitão Filho | 2010–2011 | Instituto Arapyáú                             |
| Bruno Mariani             | 2012–2013 | Symbiosis Investimentos e Participações Ltda. |

### EX-VICE-PRESIDENTES FORMER VICE-CHAIRMEN

|                                       |           |  |
|---------------------------------------|-----------|--|
| Gustavo Alberto Bouchardet da Fonseca | 1995–1998 | Conservação Internacional (CI-Brasil)                                |
| Jean Marc von der Weid                | 1998–2003 | Assessoria de Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA) |
| Cláudio Benedito Valadares Pádua      | 2003–2008 | Universidade de Brasília (UnB)                                       |
| Oscar Graça Couto                     | 2009      | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)         |
| Álvaro Antonio Cardoso de Souza       | 2010–2013 | AdS – Gestão, Consultoria e Investimentos Ltda.                      |
| Bruno Mariani                         | 2014–2015 | Symbiosis Investimentos e Participações Ltda.                        |

## SETOR ACADÊMICO ACADEMIA

### EX-CONSELHEIROS FORMER BOARD MEMBERS

|                                 |           |   |
|---------------------------------|-----------|---|
| José Márcio Corrêa Ayres        | 1995–1997 | Museu Paraense Emilio Goeldi                        |
| Ângelo Barbosa Monteiro Machado | 1995–2002 | Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)         |
| Virgílio Mauricio Viana         | 1995–2003 | Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz (ESALQ) |
| Benjamin Gilbert                | 1995–2005 | Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)                     |
| Miguel Petreire Jr.             | 1998–1999 | Universidade Estadual Paulista (Unesp)              |

|  |           |  |
|--|-----------|--|
| Luiz Antonio Maciel de Paula                       | 2000–2003 | Universidade Federal do Ceará (UFC)                          |
| José Augusto da Silva Cabral                       | 2003–2010 | Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)                    |
| Paulo Eugênio de Oliveira                          | 2003–2011 | Universidade Federal de Uberlândia (UFU)                     |
| Miguel Ângelo Marini                               | 2005–2010 | Universidade de Brasília (UnB)                               |
| Oscar Graça Couto                                  | 2005–2013 | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) |
| Cláudio Benedito Valadares Pádua                   | 2008      | Universidade de Brasília (UnB)                               |
| Paulo Nogueira-Neto                                | 2008–2009 | Universidade de São Paulo (USP)                              |
| Niro Higuchi                                       | 2012–2015 | Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)           |
| <b>SUPLANTES (ATÉ 2007) SUPPLANTS (UNTIL 2007)</b> |           |  |
| Luiz Drude de Lacerda                              | 1995–1997 | Universidade Federal Fluminense (UFF)                        |
| Nanuza Luiza de Menezes                            | 1995–1998 | Universidade de São Paulo (USP)                              |
| Maria Angélica Figueiredo                          | 1995–1999 | Universidade Federal do Ceará (UFC)                          |
| Warwick Estevam Kerr                               | 1995–2000 | Universidade Federal de Uberlândia (UFU)                     |
| Darrell Addison Posey                              | 1998–1999 | Universidade Federal do Maranhão (UFMA)                      |
| Carlos Augusto Klink                               | 1998–2000 | Universidade de Brasília (UnB)                               |
| Antonio Carlos Diegues                             | 2000–2002 | Universidade de São Paulo (USP)                              |
| Roberto Brandão Cavalcanti                         | 2000–2005 | Universidade de Brasília (UnB)                               |
| Cláudio Benedito Valadares Pádua                   | 2000–2007 | Universidade de Brasília (UnB)                               |
| Keith Spalding Brown Junior                        | 2001–2005 | Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)                  |
| Bertha Koiffmann Becker                            | 2002–2003 | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)                |
| Paulo Nogueira-Neto                                | 2003–2007 | Universidade de São Paulo (USP)                              |

## SETOR AMBIENTAL ENVIRONMENT

### EX-CONSELHEIROS FORMER BOARD MEMBERS

|   |           |  |
|---|-----------|--|
| Gustavo Alberto Bouchardet da Fonseca       | 1995–2001 | Conservação Internacional (CI-Brasil)                                |
| Garo Batmanian                              | 1995–2004 | Fundo Mundial para a Natureza – WWF-Brasil                           |
| Ibsen de Gusmão Câmara                      | 1995–2005 | Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza                   |
| Jean Marc von der Weid                      | 1995–2008 | Assessoria de Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA) |
| Nurit Rachel Bensusan                       | 2002–2003 | Instituto Socioambiental (ISA)                                       |
| Maria José Guazzelli                        | 2005–2009 | Centro Ecológico Ipê   |
| Miguel Scarcello                            | 2006–2008 | SOS Amazônia   |
| José Adalberto de Oliveira Veríssimo        | 2008      | Instituto do Homem e do Meio Ambiente (IMAÇON)                       |
| Maria das Dores Vasconcelos Cavalcanti Melo | 2008      | Amane  |
| Clovis Ricardo Schrappe Borges              | 2008–2009 | Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS)   |

|  |           |  |
|--|-----------|--|
| Jean-Pierre Leroy                                  | 2008–2009 | FASE   |
| Aurélio Vianna da Cunha Lima Júnior                | 2009–2012 | Ford Foundation  |
| Pedro Wilson Leitão Filho                          | 2010–2015 | Instituto Arapyaú  |
| <b>SUPLANTES (ATÉ 2007) SUPPLANTS (UNTIL 2007)</b> |           |  |
| Paula Werneck Saldanha                             | 1995–1997 | Instituto Terra Azul   |
| Guy Marie Fabio Guagni Dei Marcovaldi              | 1995–1998 | Projeto Tamar  |
| Niède Guidon                                       | 1995–2000 | Fundação Museu do Homem Americano                                  |
| José Adalberto de Oliveira Veríssimo               | 1995–2007 | Instituto do Homem e do Meio Ambiente (IMAZON)                     |
| Adriano Campolina de Oliveira Soares               | 1997–2002 | Agora/Action Aid   |
| Muriel Saragoussi                                  | 1998–2003 | Fundação Vitória Amazônica   |
| Maria das Dores Vasconcelos Cavalcanti Melo        | 2001–2007 | Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE)                             |
| Clovis Ricardo Schrappe Borges                     | 2003–2007 | Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) |
| Jean-Pierre Leroy                                  | 2003–2007 | FASE   |

## SETOR EMPRESARIAL BUSINESS COMMUNITY

### EX-CONSELHEIROS FORMER BOARD MEMBERS

|  |           |  |
|--|-----------|--|
| Luiz Kaufmann                                      | 1995–1998 | Aracruz Celulose S.A                                   |
| Guilherme Augusto de Azevedo Antunes Frering       | 1995–1999 | Caemi Mineração e Metalúrgica                          |
| Roberto Konder Bornhausen                          | 1995–2004 | Unibanco   |
| José Luiz de Magalhães Neto                        | 1995–2005 | Grupo Belgo Mineira                                    |
| Roberto Paulo Cezar de Andrade                     | 1998–2006 | Brascan  |
| Roberto Luiz Leme Klabin                           | 2000–2008 | RK Hotéis e Turismo Ltda.                              |
| Antonio Paulo de Azevedo Sodré                     | 2005–2008 | Brascan  |
| Edgar Gleich                                       | 2008–2009 | Consultor  |
| Guilherme Peirão Leal                              | 2008–2009 | Natura Cosméticos                                      |
| Juscelino Martins                                  | 2008      | Martins Comércio & Serviço Distribuição Ltda.          |
| Roberto Silva Waack                                | 2009–2014 | Amata S.A.   |
| Bruno Mariani                                      | 2009–2015 | Symbiosis Investimentos e Participação Ltda.           |
| <b>SUPLANTES (ATÉ 2007) SUPPLANTS (UNTIL 2007)</b> |           |  |
| Carlos Roberto Ortiz Nascimento                    | 1995–1999 | Banco Real   |
| Carlos Affonso de Aguiar Teixeira                  | 1995–2001 | Petrobras  |
| Manoel de Freitas                                  | 1995–2002 | Champion Papel e Celulose                              |
| Antonio Ernesto Werna de Salvo                     | 1997–1998 | Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) |
| Maurício José Lima Reis                            | 1998–2002 | Cia. Vale do Rio Doce                                  |

|                             |           |   |
|-----------------------------|-----------|---|
| Maria Mercedes von Lachmann | 2000–2006 | Grupo Lachmann                                |
| Guilherme Peirão Leal       | 2001–2007 | Natura Cosméticos                             |
| Edgar Gleich                | 2003–2007 | Consultor                                     |
| Juscelino Martins           | 2003–2007 | Martins Comércio & Serviço Distribuição Ltda. |

## GOVERNO FEDERAL FEDERAL GOVERNMENT

### EX-CONSELHEIROS FORMER BOARD MEMBERS

|   |                  |  |
|---|------------------|--|
| Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo | 1995–1997        | Ministério do Meio Ambiente (MMA)                                |
| Braulio Ferreira de Souza Dias          | 1995–1998 / 2011 | Ministério do Meio Ambiente (MMA)                                |
| Haroldo Mattos de Lemos                 | 1997–1998        | Ministério do Meio Ambiente (MMA)                                |
| Antonio Sérgio Lima Braga               | 1999–2002        | Ministério do Meio Ambiente (MMA)                                |
| José Pedro de Oliveira Costa            | 1999–2002        | Ministério do Meio Ambiente (MMA)                                |
| Mary Helena Alegretti                   | 2002–2003        | Ministério do Meio Ambiente (MMA)                                |
| João Paulo Ribeiro Capobianco           | 2003–2007        | Ministério do Meio Ambiente (MMA)                                |
| Jörg Zimmermann                         | 2004             | Ministério do Meio Ambiente (MMA)                                |
| Muriel Saragoussi                       | 2004–2007        | Ministério do Meio Ambiente (MMA)                                |
| Maria Cecília Wey de Brito              | 2007–2010        | Ministério do Meio Ambiente (MMA)                                |
| Rômulo Fernandes Barreto Mello          | 2007–2011        | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) |
| Guilherme Euclides Brandão              | 2008–2011        | Ministério do Meio Ambiente (MMA)                                |
| Izabella Mônica Teixeira                | 2008–2011        | Ministério do Meio Ambiente (MMA)                                |
| Rodrigo Martins Vieira                  | 2012–2014        | Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPGO/SEAIN)      |
| Roberto Brandão Cavalcanti              | 2012–2015        | Ministério do Meio Ambiente (MMA)                                |
| Roberto Ricardo Vizentin                | 2012–2015        | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) |
| Mercedes Maria da Cunha Bustamante      | 2013             | Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)              |

### SUPLANTES (ATÉ 2007) SUPPLANTS (UNTIL 2007)

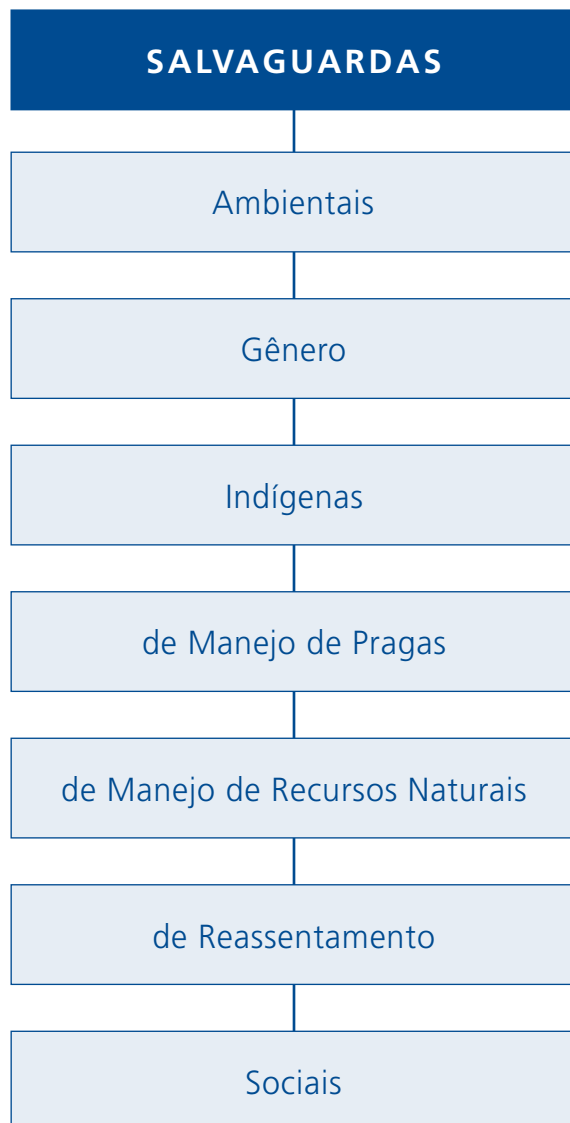
|                                |           |  |
|--------------------------------|-----------|--|
| Carlos Souza Pinto             | 1995–1996 | Ministério do Meio Ambiente (MMA)  |
| Lídio Coradin                  | 1995–1998 | Ministério do Meio Ambiente (MMA)  |
| Ricardo José Soavinski         | 1997–1998 | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) |
| Braulio Ferreira de Souza Dias | 1999–2003 | Ministério do Meio Ambiente (MMA)  |
| Fredmar Correa                 | 1999–2003 | Ministério do Meio Ambiente (MMA)  |
| Paulo Yoshio Kageyama          | 2003–2007 | Ministério do Meio Ambiente (MMA)  |
| Ronaldo Weigand Jr.            | 2003–2007 | Ministério do Meio Ambiente (MMA)  |



# Salvaguardas

---

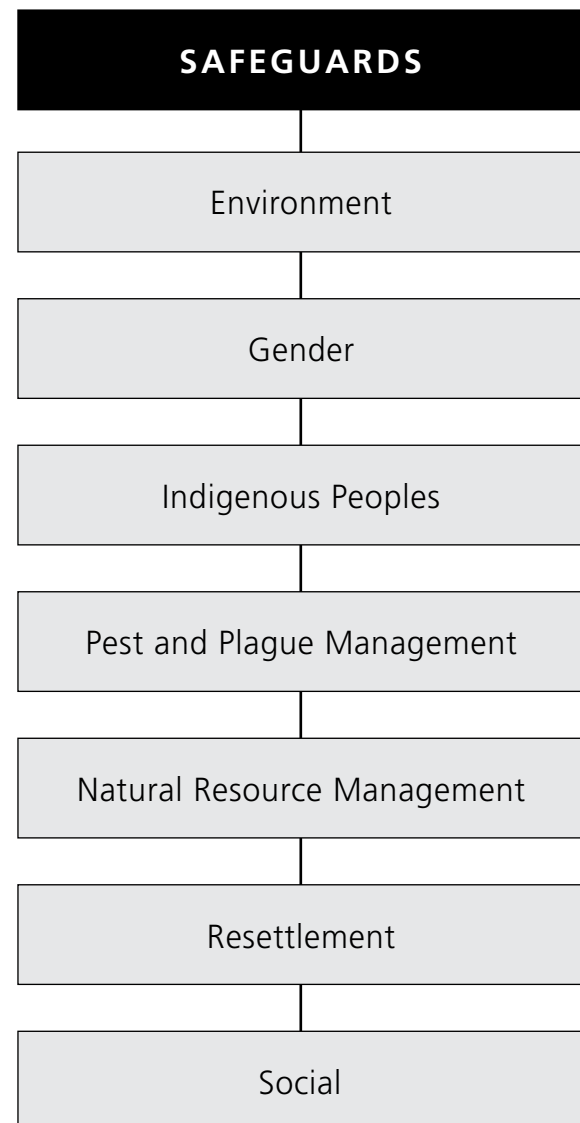
Desde 2013, o Funbio adota políticas e salvaguardas institucionais que estabelecem os princípios de nosso trabalho. Os documentos relativos às salvaguardas estão em nosso *site*: [www.funbio.org.br](http://www.funbio.org.br)



# Safeguards

---

Since 2013, Funbio has adopted policies and institutional safeguards that establish the principles that underpin our work. Visit our website to consult our safeguards: [www.funbio.org.br](http://www.funbio.org.br)



# Transparência

---

A estrutura do Funbio garante que os recursos recebidos sejam otimizados e investidos de maneira transparente em projetos de conservação. O trabalho é permanentemente monitorado e reportado aos financiadores. A Comissão de Gestão de Ativos, formada por membros do Conselho Deliberativo e especialistas convidados, responsabiliza-se pela seleção do gestor profissional de ativos, pela política de investimento dos diferentes fundos administrados pelo Funbio e pelo acompanhamento dos resultados.

O Comitê de Finanças e Auditoria, formado por membros do Conselho Deliberativo e especialistas convidados, faz recomendações, revisa e aprova os relatórios das demonstrações financeiras.

## Auditoria Interna

O Funbio conta com uma área de auditoria interna voltada a aspectos de controle, à integridade dos dados contábeis e financeiros e, principalmente, à identificação e ao tratamento de possíveis distorções, ou disfunções das operações da instituição. Entre suas atribuições está o apoio à adoção de melhores práticas gerenciais, para assegurar um adequado ambiente de controle e de segurança das operações.

Por ser uma função independente e um instrumento que atravessa todos os níveis da organização, fomenta uma adequada relação de trabalho entre as áreas, apoia e promove melhorias nos processos. É, sobretudo, uma referência para a implantação e o engajamento das melhores práticas de governança organizacional.

## Auditoria Externa

O Funbio é auditado por auditores independentes desde 1996. Demonstrações financeiras acompanhadas de relatórios dos auditores e de notas explicativas encontram-se em nosso *site*:

**[www.funbio.org.br](http://www.funbio.org.br)**



# Transparency

---

Funbio works in such a way as optimises the funds it receives through transparent investment in conservation projects. Our work is constantly monitored and reported back to the funding sources. The Asset Management Commission, staffed by members of the Deliberative Board and guest specialists, is responsible for recruiting and selecting professional asset managers, drawing up investment policies for the different funds under Funbio control, and for tracking their results.

The Finances and Audit Committee, comprising members of the Deliberative Board, opines on, reviews and approves all of Funbio's financial statements.

## Internal Audit

Funbio has an internal auditing area that undersigns all aspects of control, vouches for the integrity of all financial data issued by Funbio and, most importantly, identifies and addresses any potential distortions or dysfunctions in Funbio's operations. The Audit department's main responsibility is to assist the entity in following best management practices so as to ensure adequate controls and safeguards for its operations.

As an independent function with access to every single level of the organization, it nurtures appropriate relationships with all other areas, providing support and orientation on process improvements. First and foremost, the Internal Audit department is a reference for the adoption and engagement of best practices in organizational governance.

## External Audit

Funbio is audited by independent auditors since 1996. Financial statements are accompanied by independent auditor's reports with summaries of accounting policies and other explanatory notes. The statements are available for consultation at:

**[www.funbio.org.br](http://www.funbio.org.br)**



# Marca Funbio

# Funbio Logo

→ 1996



→ 2001



A marca do Funbio teve a sua primeira versão em 1996. Ela foi idealizada e desenhada a mão pelo designer Victor Gruzman. O elemento de forma espiral simboliza a natureza, e as retas, uma criação humana, o Funbio. O conceito central é baseado nos benefícios proporcionados pelo trabalho do Funbio (retas), quando se encontra com a biodiversidade (espiral).

Em 2001, a marca foi remodelada pela agência Imaginatto e ganhou duas versões: vertical e horizontal. Para simbolizar a passagem do tempo, a forma espiral e a reta passaram a crescer em sentido horário a partir do centro e um quadrado verde foi adicionado ao fundo, numa alusão à bandeira do Brasil.

The first version of the Funbio logo was drawn by hand by the designer Victor Gruzman in 1996. The spiral element symbolizes nature, and the straight lines a human creation, Funbio. The core concept hinges on the benefits generated when Funbio's work (the straight lines) comes into contact with biodiversity (the spiral).

In 2001, the logo was remodeled by the agency Imaginatto and was reissued in two versions: one vertical and the other horizontal. To symbolize the passage of time, the spiral uncoils in a clockwise direction and the straight lines are backgrounded by a green square in an allusion to the Brazilian flag.

# Agência GEF Funbio

Pouco depois da assinatura da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) na Rio-92, o governo do Brasil criou um Grupo de Trabalho de Biodiversidade, que recomendou a criação de um mecanismo financeiro independente e privado para o fomento eficiente e de longo prazo de iniciativas de conservação. Uma doação de USD 20

milhões do Global Environment Facility (GEF) viabilizou a criação do Funbio.

Nos anos seguintes, o Funbio se tornou uma instituição executora de recursos do GEF.

Em fevereiro de 2015, o Funbio foi formalmente acreditado como primeira agên-

cia implementadora nacional do GEF na América Latina e uma das 18 no mundo.

O Funbio agora faz parte do seletivo grupo de agências que inclui, entre outros, o Banco Mundial, o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

## 1996–1999

Recursos doados pelo GEF foram repassados a uma agência implementadora (Banco Mundial), que por sua vez os destinou a um executor (Fundação Getúlio Vargas – FGV)



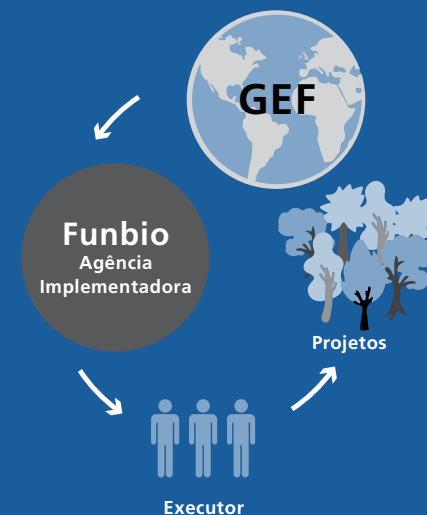
## 2002

O Funbio passou a receber recursos de agências implementadoras, e se tornou instituição executora: faz a gestão financeira e *procurement* para projetos



## 2015

Em fevereiro, após um processo de acreditação que durou três anos, o Funbio se tornou a primeira agência implementadora nacional do GEF na América Latina



# Funbio GEF Agency

Soon after signing the Convention on Biological Diversity (CBD) at Rio-92, the Brazilian government set up a Biodiversity Working Group, which recommended the creation of an independent, private financial mechanism to ensure efficient, long-term support for conservation initiatives. A seed donation of USD 20 million

from the Global Environment Facility (GEF) made Funbio a reality.

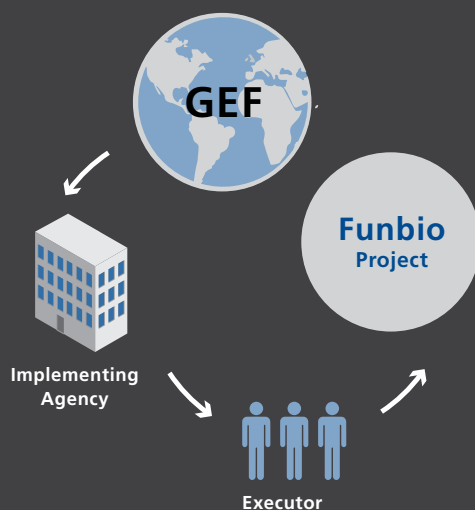
In the years that followed, Funbio became an executor of the GEF funds.

In 2015, Funbio received accreditation as one of the GEF's

eighteen implementing partners worldwide. It is the GEF's first National implementing agency in Latin America, joining a select group of agencies that includes the World Bank, the InterAmerican Development Bank and the United Nations Food and Agriculture Organization (FAO).

## 1996–1999

The GEF donates USD 20 million to the Brazilian government to foster the creation of a mechanism to support conservation projects in the country. The World Bank was the implementing agency and the Getulio Vargas Foundation (FGV) was the executing agency



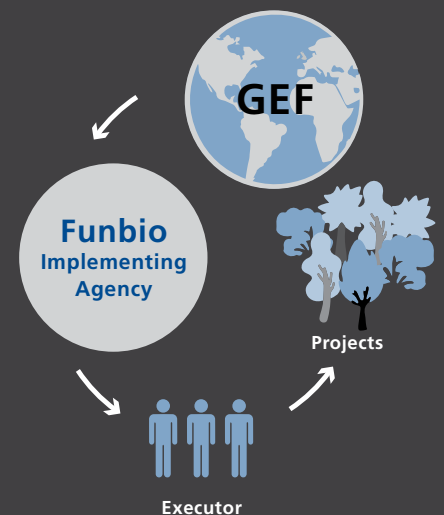
## 2002

In the following years, Funbio was the executing agency of several GEF projects in Brazil. Funbio provided financial management and procurement for the projects

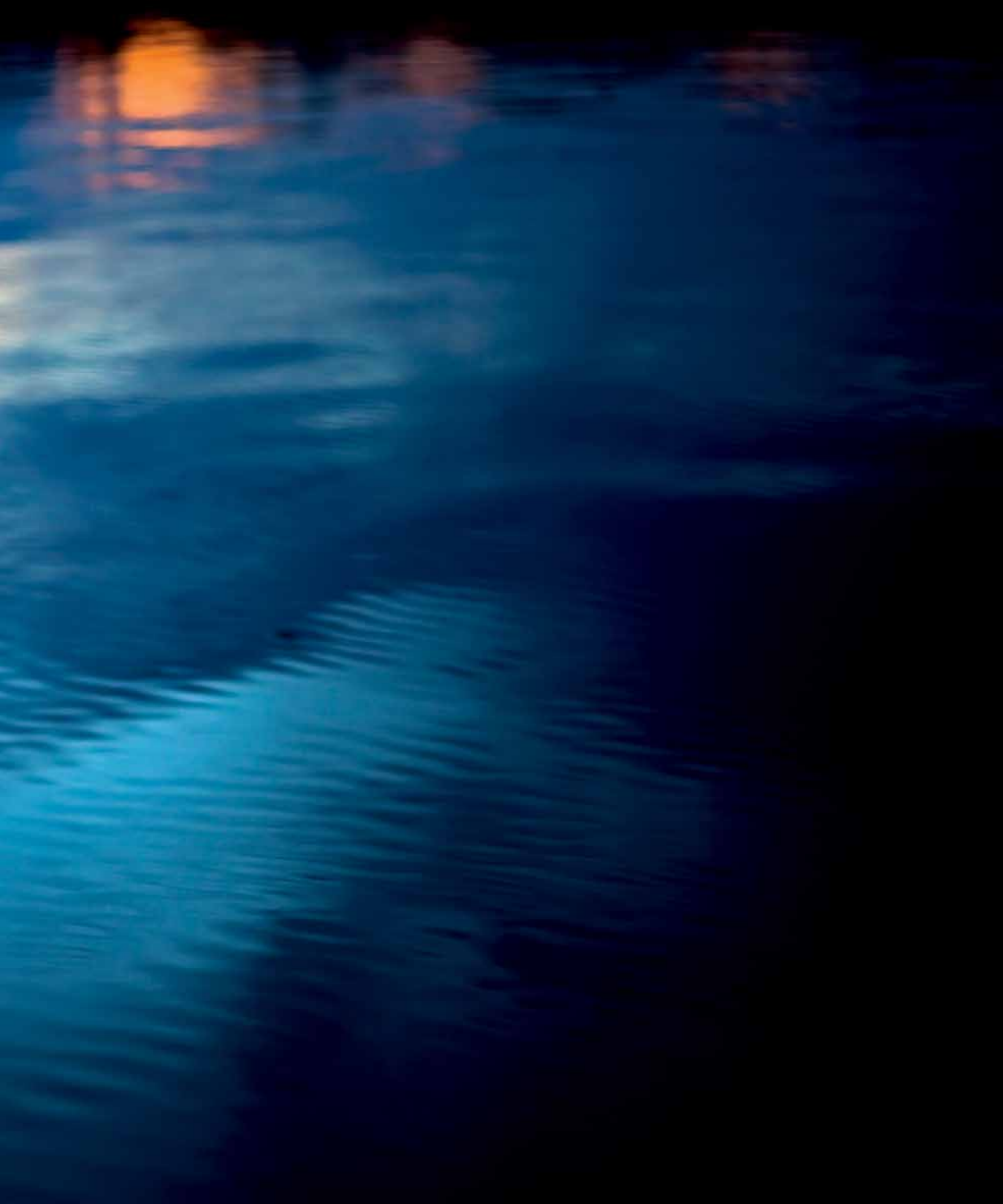


## 2015

In February, Funbio was accredited as a GEF implementing agency. It is the first national implementing agency in Latin America

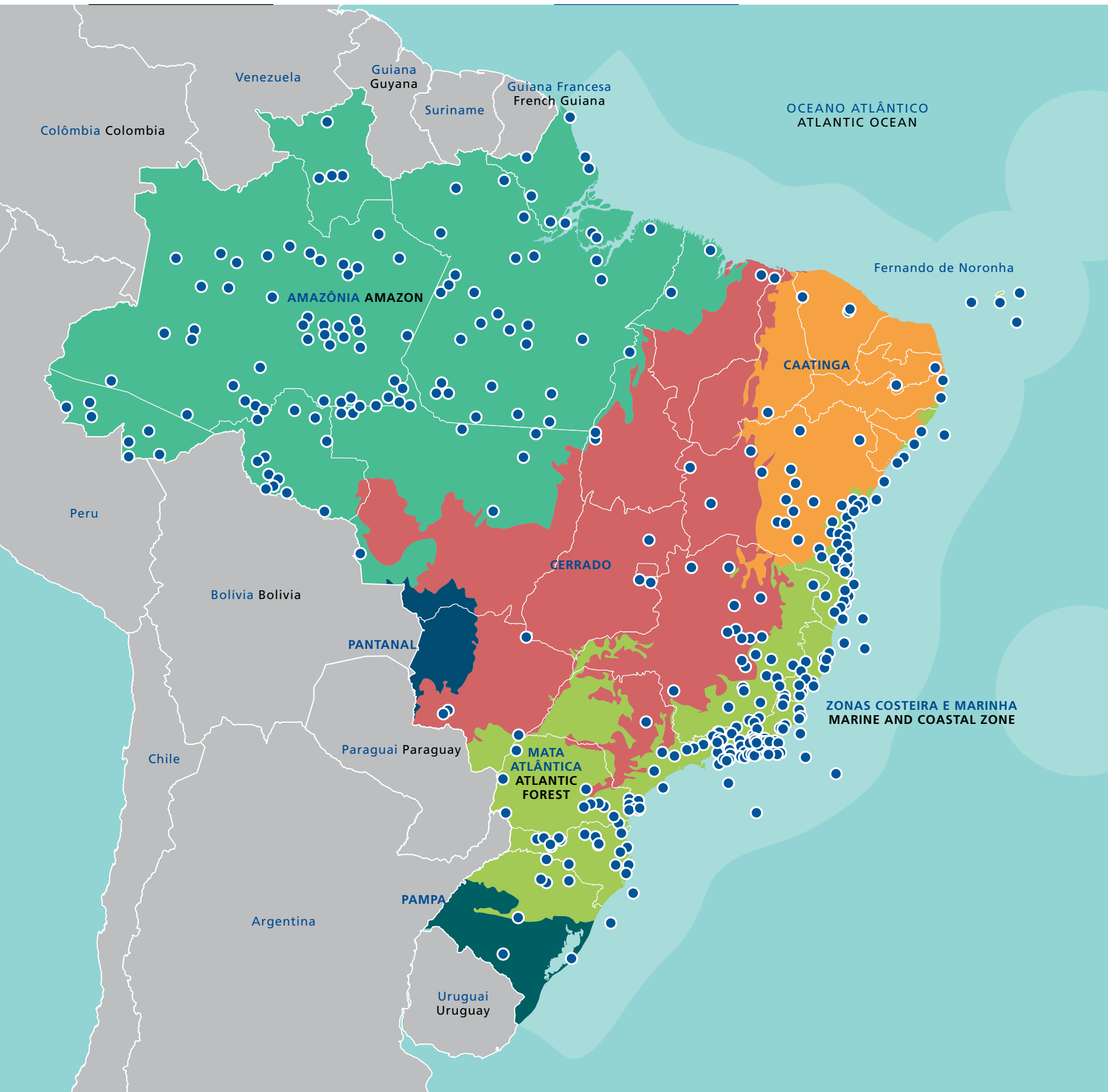






# Onde atuamos

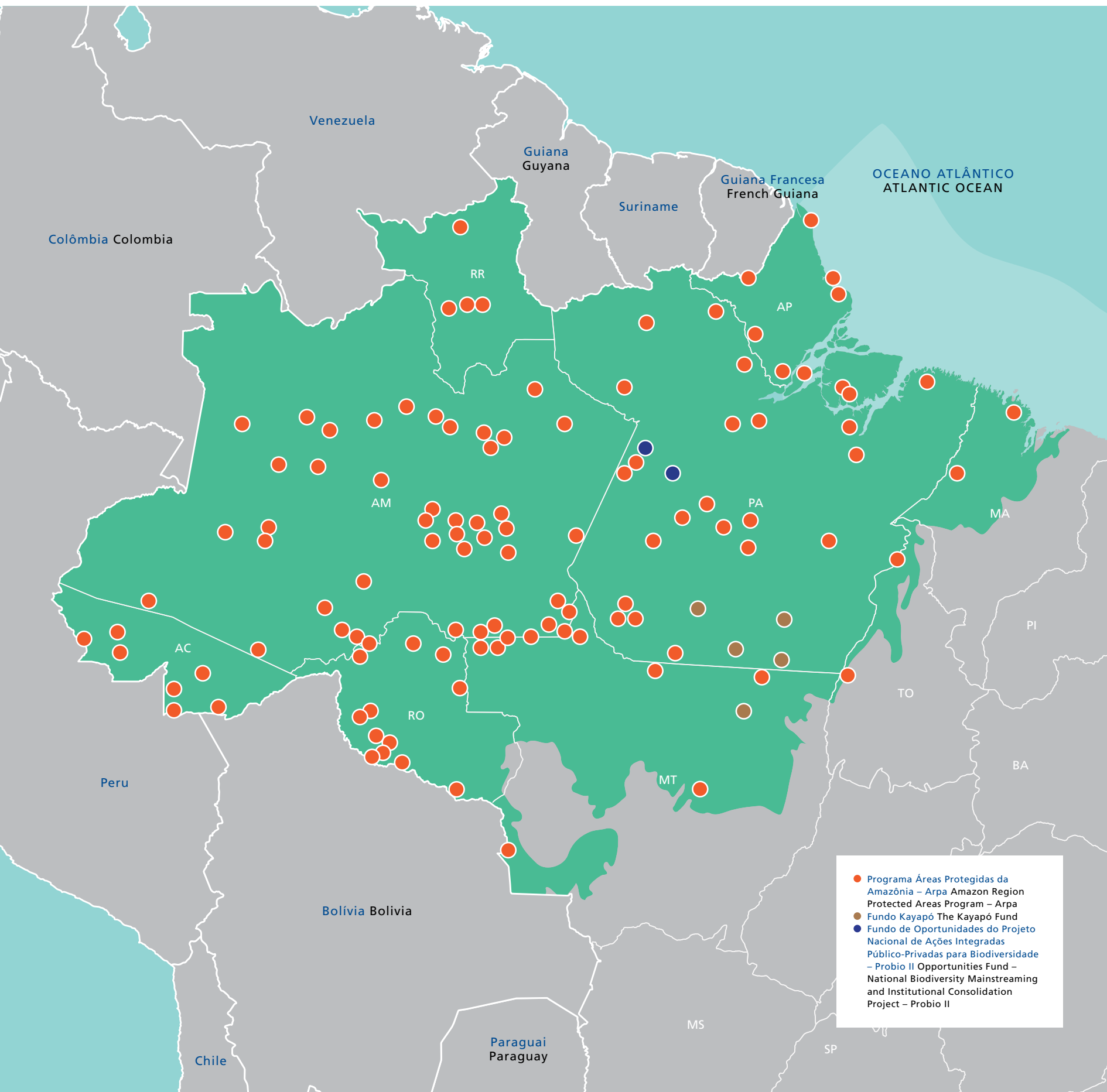
# Where we work



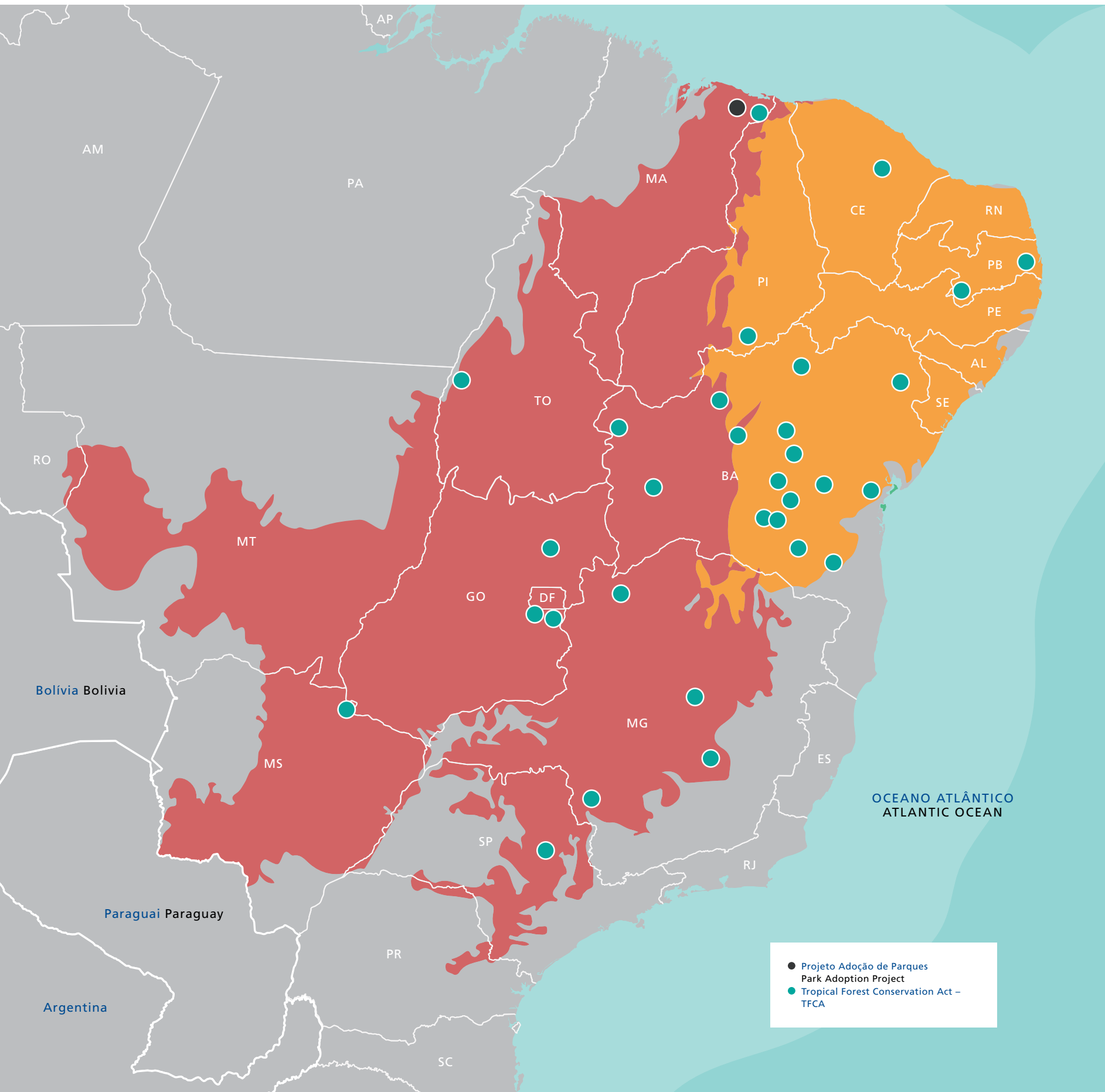


→ Amazônia

→ Amazon

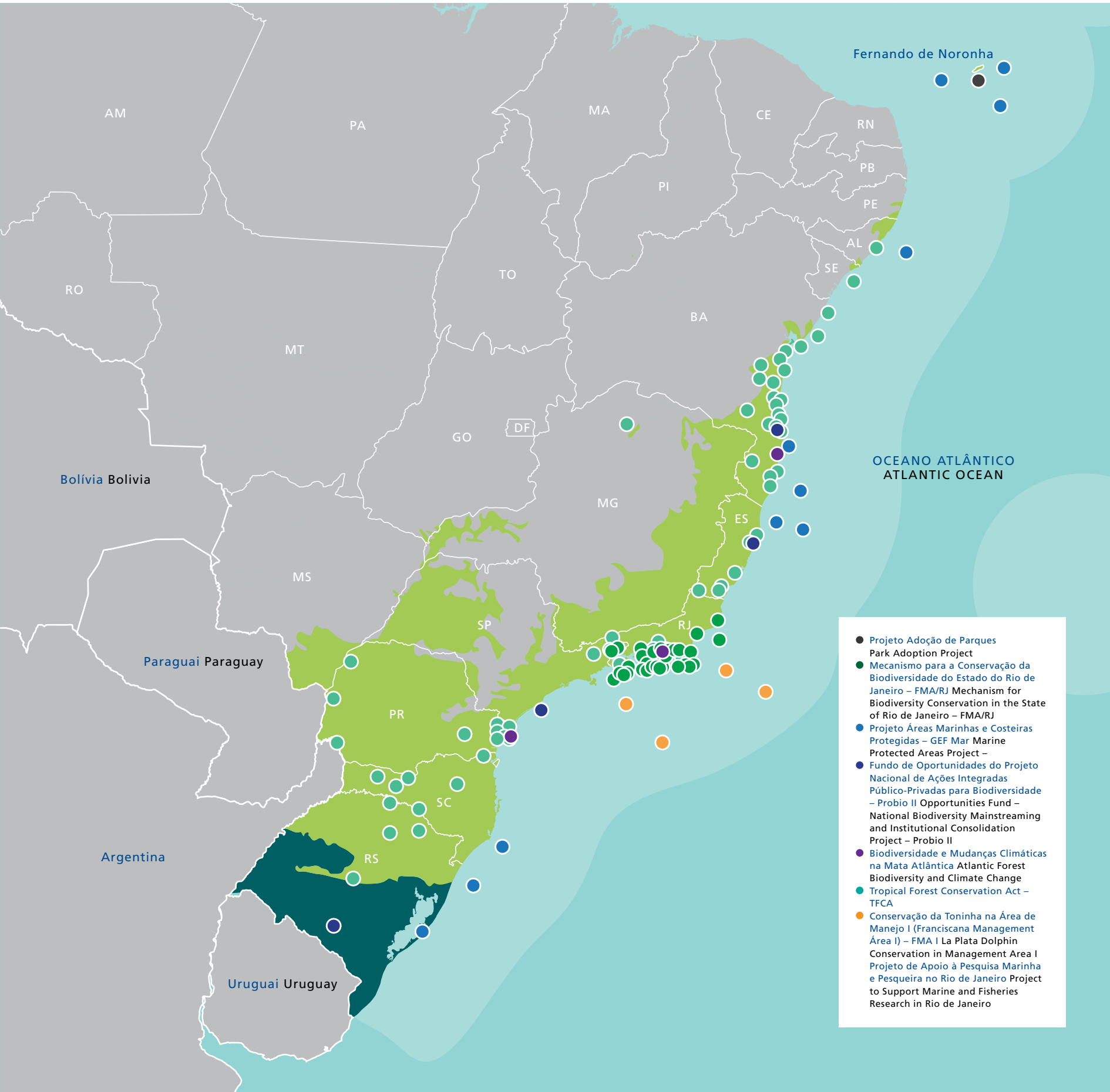


- Caatinga
- Cerrado



→ Mata Atlântica  
 → Zonas costeiras e marinha

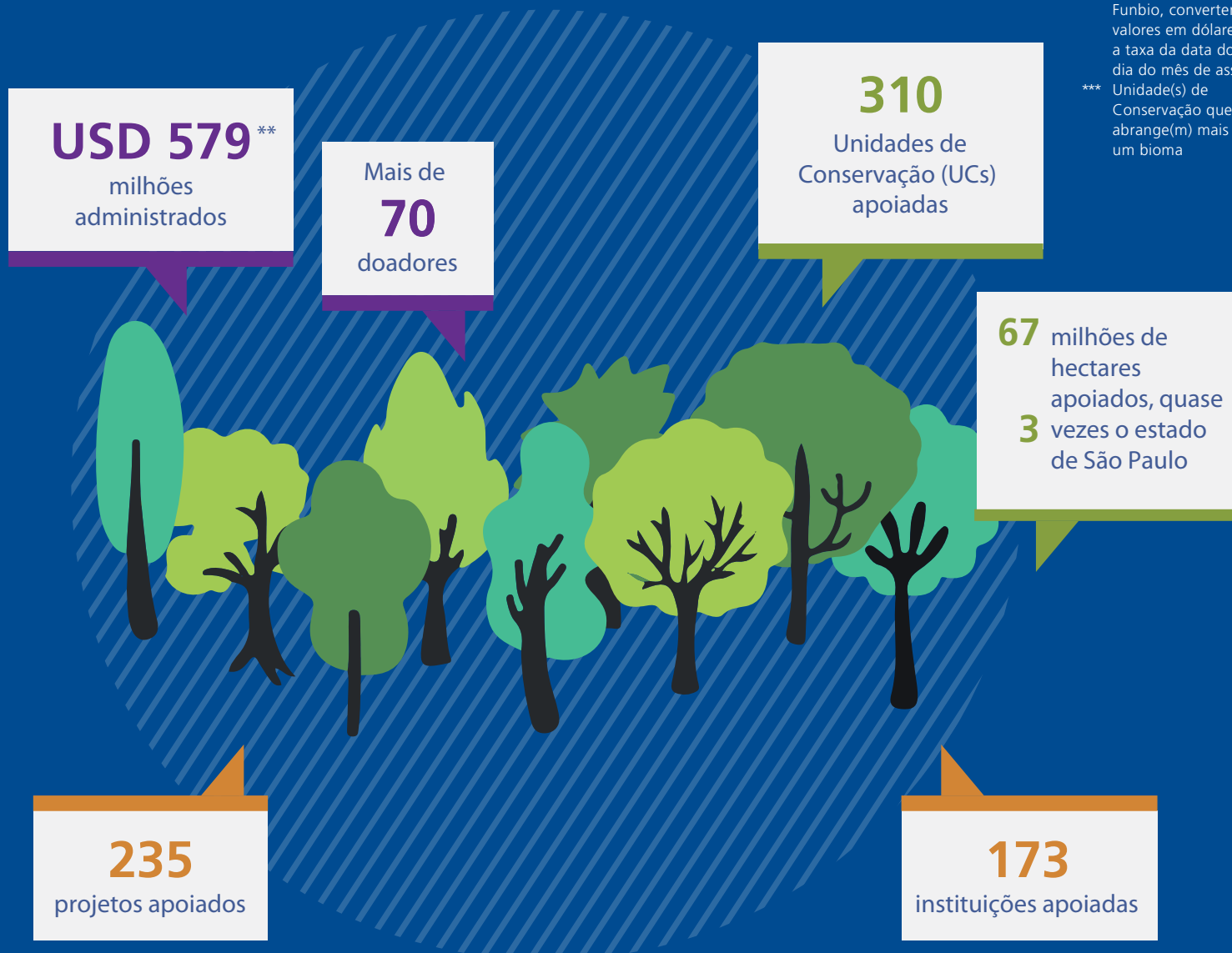
→ Atlantic Forest  
 → Marine and Coastal Zone



- Projeto Adoção de Parques  
Park Adoption Project
- Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro – FMA/RJ  
Mechanism for Biodiversity Conservation in the State of Rio de Janeiro – FMA/RJ
- Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF Mar  
Marine Protected Areas Project
- Fundo de Oportunidades do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade – Probio II  
Opportunities Fund – National Biodiversity Mainstreaming and Institutional Consolidation Project – Probio II
- Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica  
Biodiversity and Climate Change in the Atlantic Forest
- Tropical Forest Conservation Act – TFCA
- Conservação da Toninha na Área de Manejo I (Franciscana Management Area I) – FMA I  
La Plata Dolphin Conservation in Management Area I
- Projeto de Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira no Rio de Janeiro  
Project to Support Marine and Fisheries Research in Rio de Janeiro

# Em números\*

\* Dezembro/2015  
\*\* Soma de todos os contratos assinados pelo Funbio, convertendo os valores em dólares com a taxa da data do último dia do mês de assinatura  
\*\*\* Unidade(s) de Conservação que abrange(m) mais de um bioma



## Fontes de recursos



Cooperação Internacional



Obrigações Legais



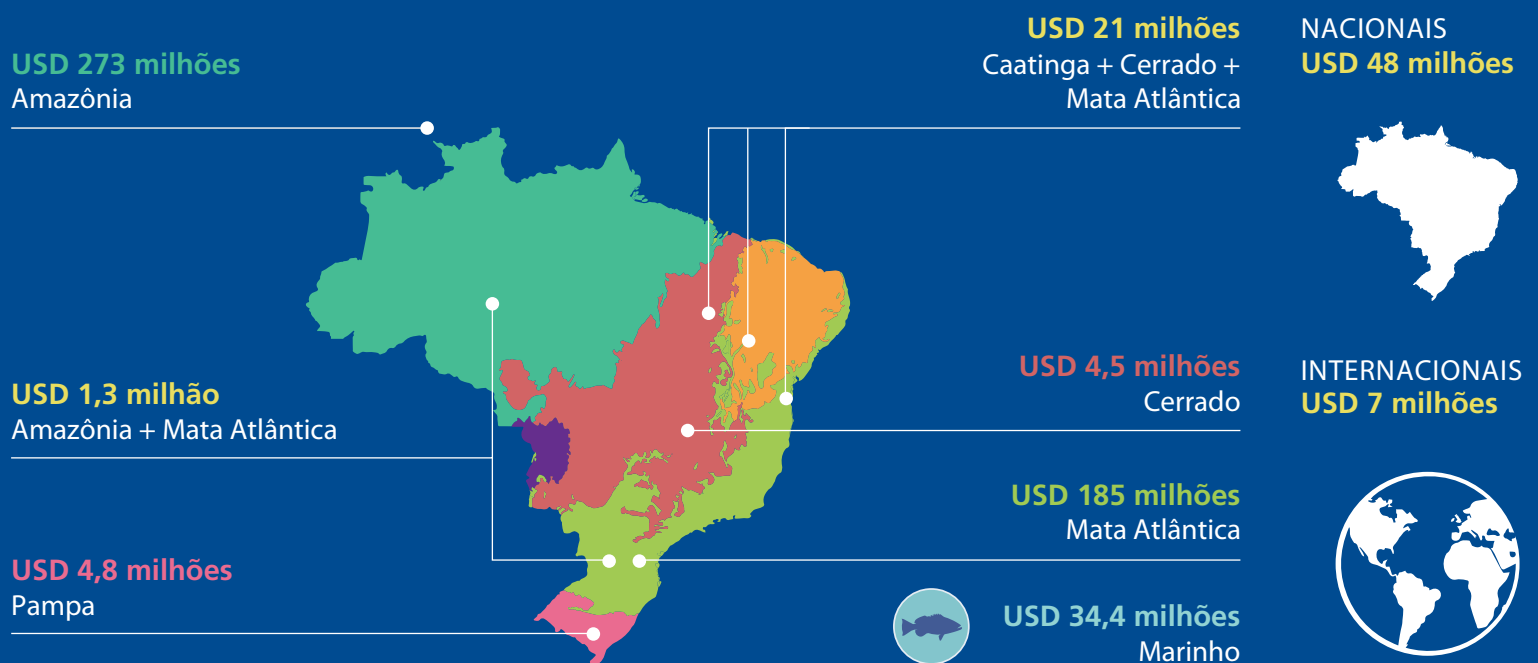
Doações Privadas Nacionais e Internacionais

# Total de Unidades de Conservação apoiadas, por bioma



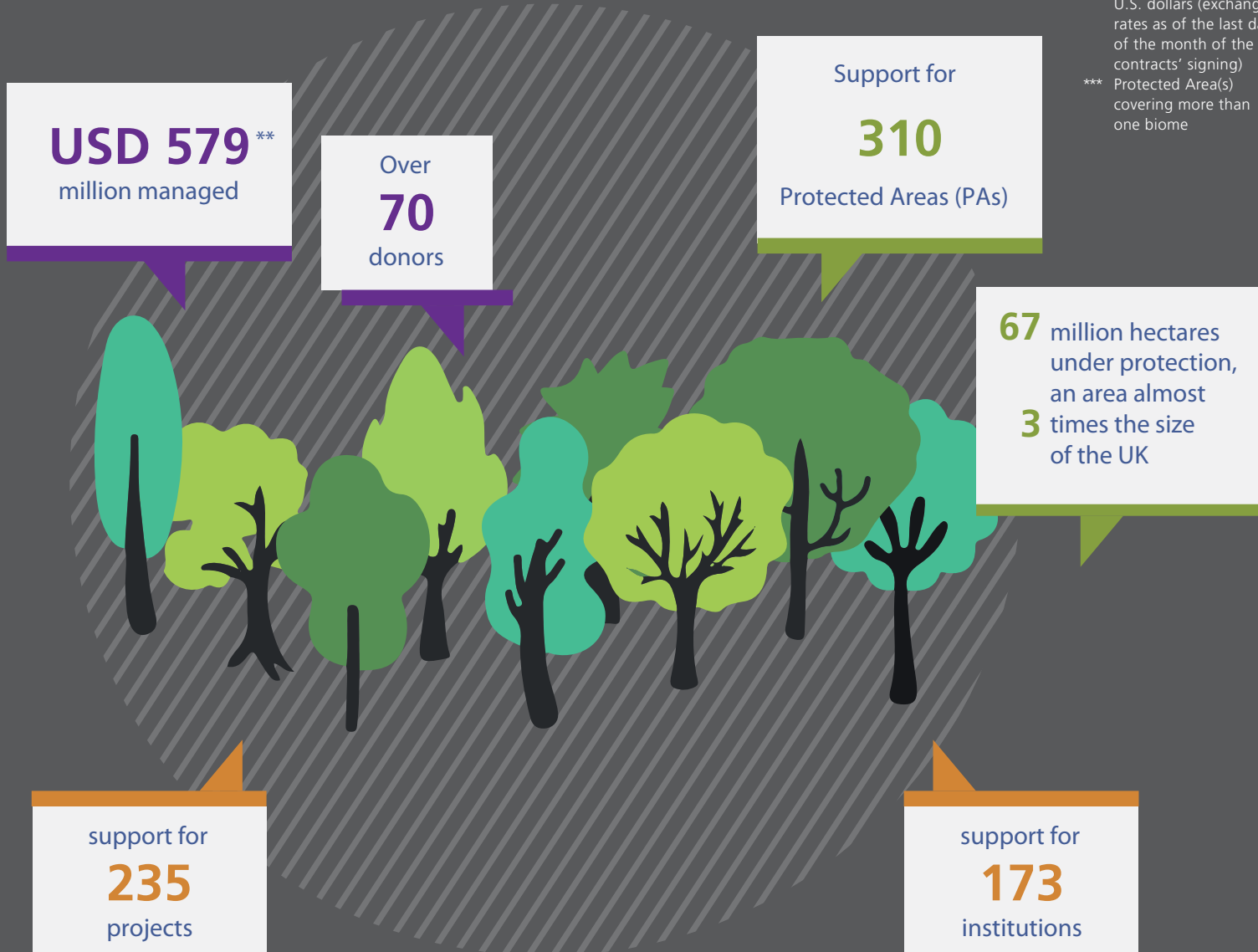
# Valores de contratos firmados com o Funbio

POR BIOMA



# In Numbers\*

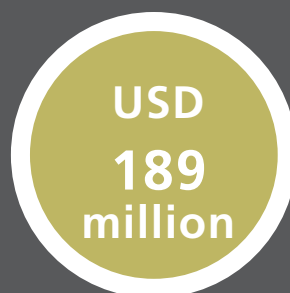
\* December/2015  
\*\* Sum of all Funbio contracts, converted into U.S. dollars (exchange rates as of the last day of the month of the contracts' signing)  
\*\*\* Protected Area(s) covering more than one biome



## Funding Sources



International Cooperation



Legal Obligations



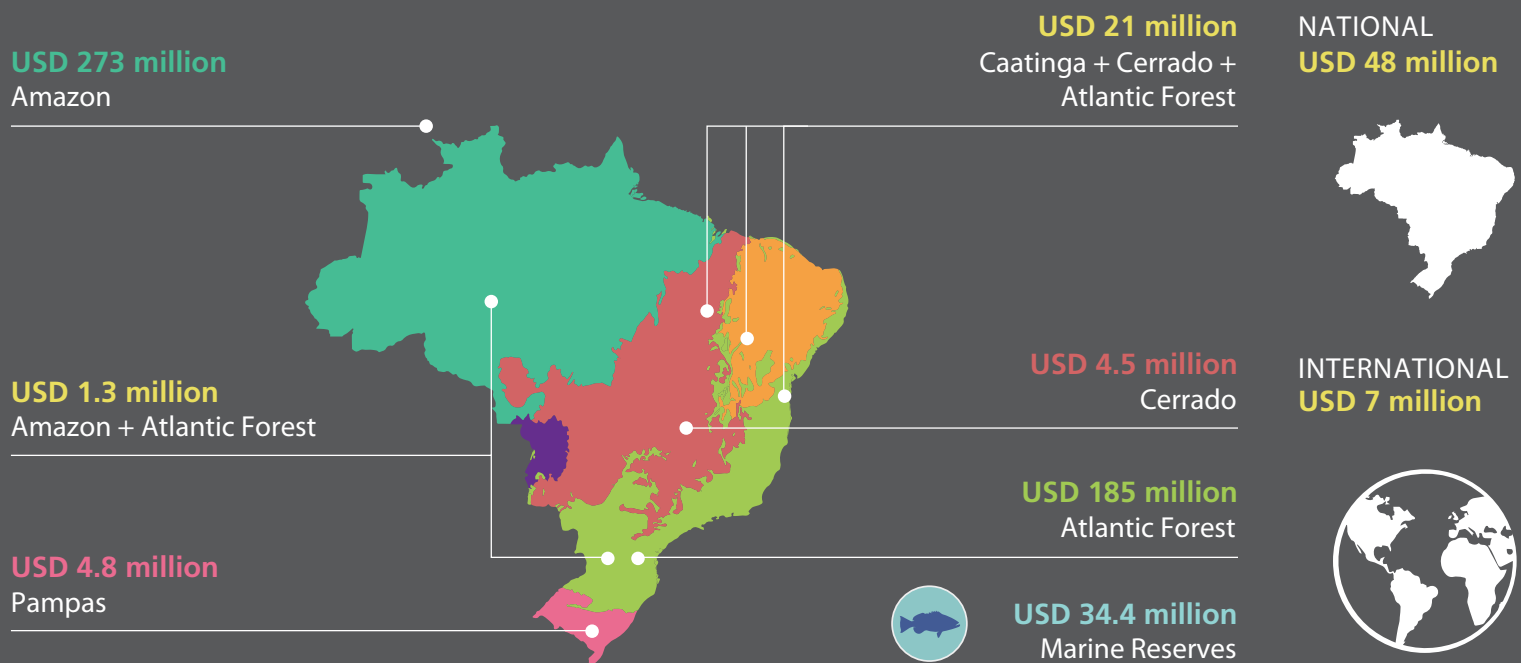
Private National and International Donations

# Total number of Protected Areas supported per biome

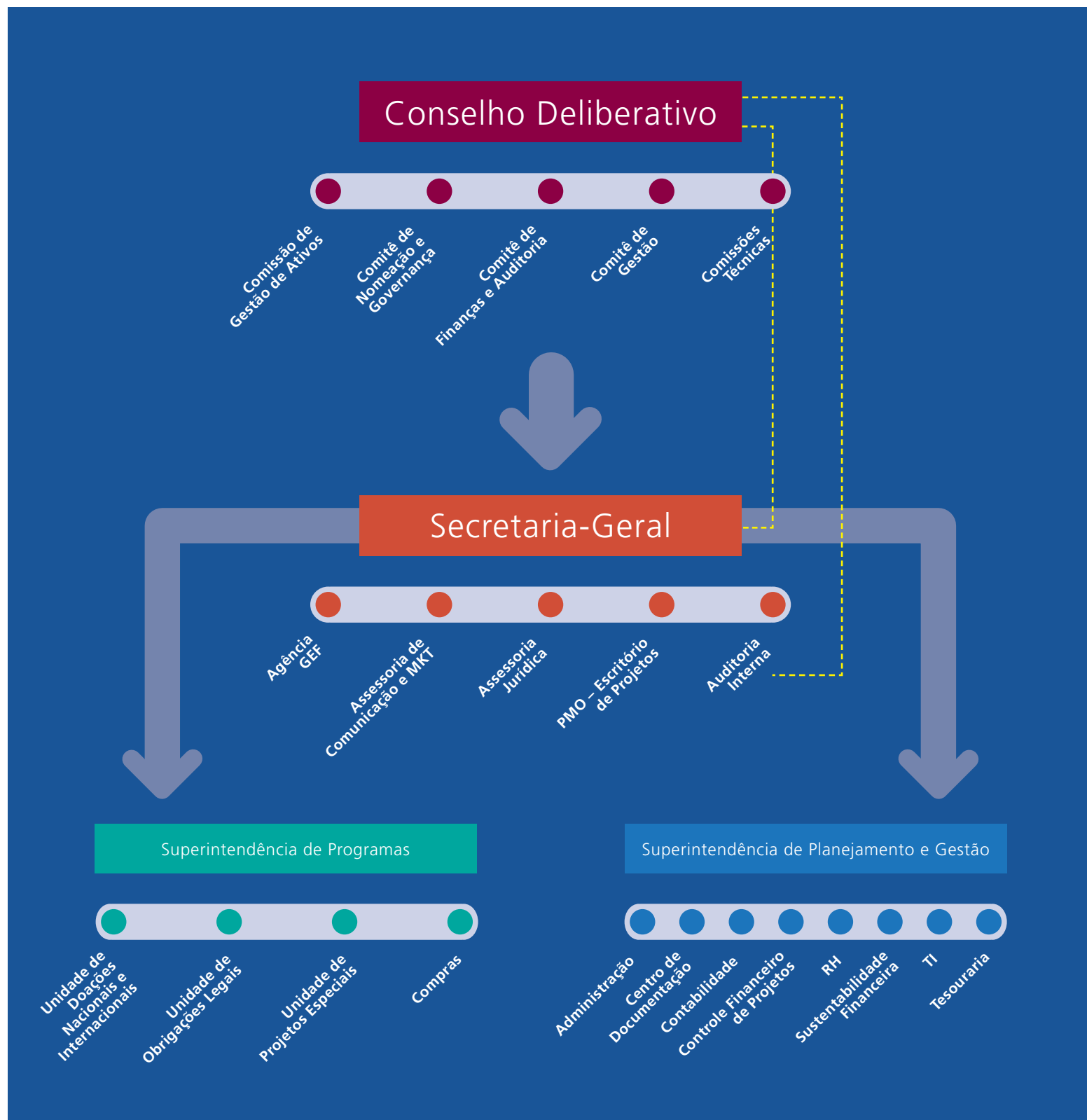


# Sum total of Funbio contracts

PER BIOME

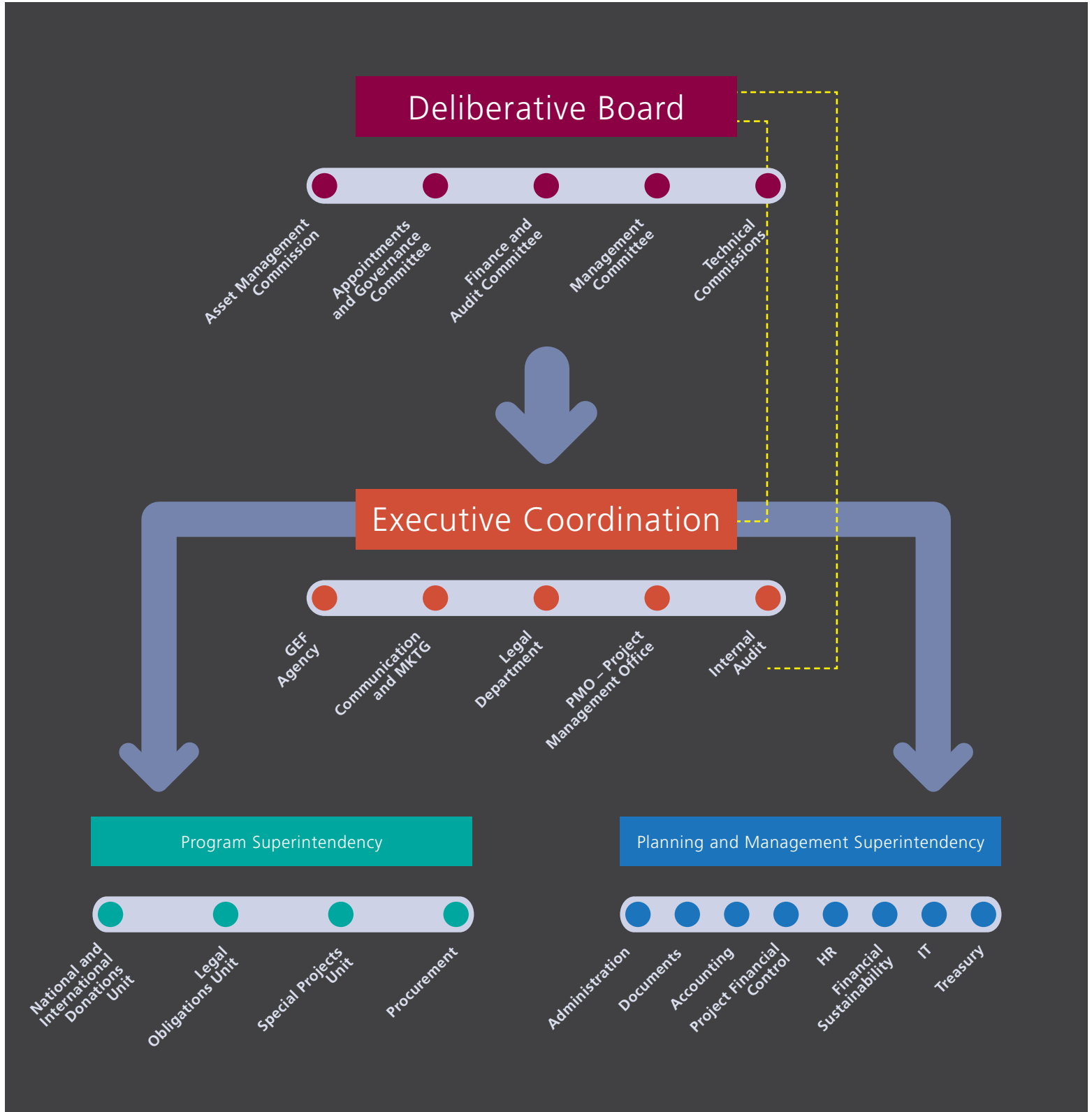


# Organograma

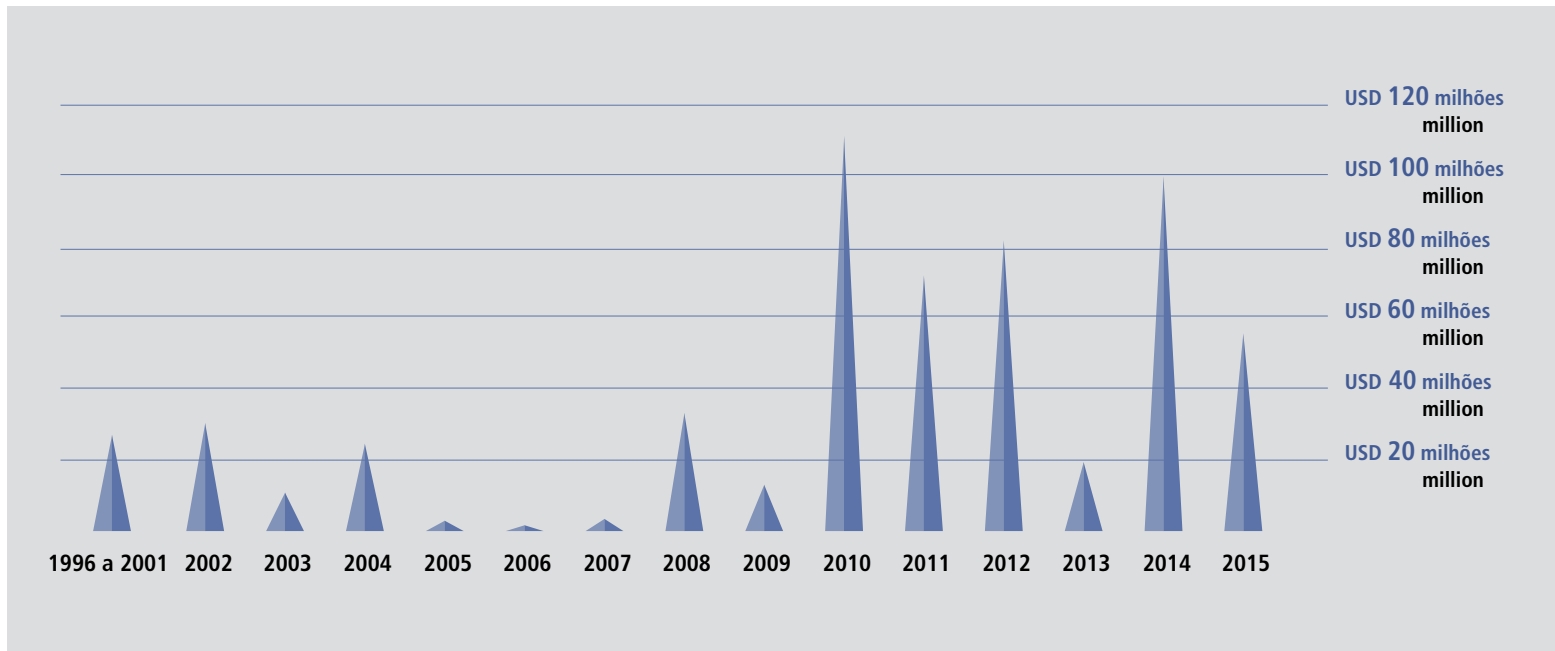




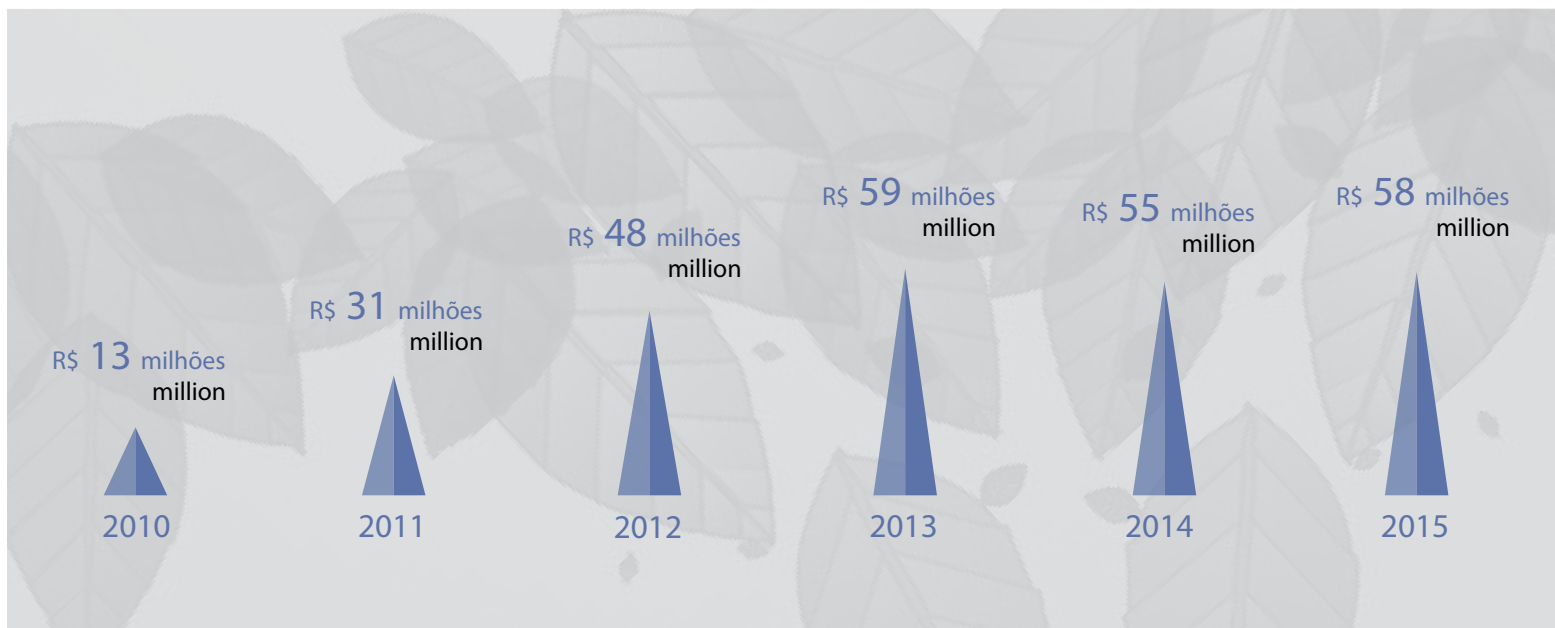
# Organogram



- Valores contratados por ano em milhões de dólares
- Sum contracted per year in USD million



- Valores executados por ano em R\$ milhões
- Total executed per year in R\$ million





Nesta página e ao lado, jantar comemorativo de 20 anos do Funbio com integrantes do Conselho Deliberativo e membros da equipe

On this page and the next, Funbio's 20<sup>th</sup>-anniversary dinner with the Deliberative Board and members of the team



A partir do alto, à direita • Right to left on the right, Mônica Aparecida Ferreira (Funbio), Manoel Serrão (Funbio), Rosa Lemos de Sá (Funbio), Roberto Leme Klabin (Ex-presidente • Former chairman), Danielle de Andrade Moreira (Vice-presidente • Vice-chairwoman), Álvaro Antonio Cardoso de Souza (Presidente do Conselho • Chairman), Adriana Ramos (Conselheira • Board member),

José Pedro de Oliveira Costa (Conselheiro • Board member), Pedro Leitão (Ex-presidente • Former CEO), Flávia Neviani (Funbio), Helio Hara (Funbio), Fábio Leite (Funbio), Oscar Graça Couto (Ex-vice-presidente • Former vice-chairman), Aylton Coelho (Funbio), Ricardo Bomfim Machado (Conselheiro • Board member), Sergio Besserman Vianna (Conselheiro • Board member)

Páginas 204–208, membros da equipe Funbio em 2016

Pages 204–208, members of the Funbio team, 2016

















# REDLAC

[www.redlac.org](http://www.redlac.org)



Latin American and Caribbean  
Network of Environmental Funds

Em 1999, o Funbio fez parte do grupo de 22 fundos ambientais que se reuniram numa iniciativa pioneira: a criação da **Rede de Fundos Ambientais da América Latina e Caribe (RedLAC)**, cujos membros estão hoje à frente de alguns dos mais importantes projetos de conservação da região. Desde o surgimento, eles já gerenciaram mais de USD 2 bilhões em fundos patrimoniais e extinguíveis e apoiaram projetos que impactaram cerca de 105 milhões de hectares e mais de 1.500 unidades de conservação. A cada ano, a RedLAC organiza uma assembleia anual, que se tornou o mais importante fórum de discussão sobre financiamento ambiental da América Latina e do Caribe. Em 2016, o Funbio foi o anfitrião do encontro.



Laboratório Marinho Galeta,  
Panamá. Passeio de campo da XVII  
Assembleia da RedLAC, 2015

Galeta Marine Laboratory,  
Panama. Field trip, 17<sup>th</sup> RedLAC  
Assembly, 2015

In 1999, Funbio was among a group of 22 environmental funds that joined forces behind a pioneering initiative: the creation of the **Latin American and Caribbean Network of Environmental Funds (RedLAC)**, whose members are now spearheading some of the region's most important conservation projects. Since the outset, the members have managed over USD 2 billion in patrimonial and extinguishable funds and supported projects that have benefited over 105 million hectares across upwards of 1,500 protected areas. RedLAC has held an assembly each year since then, and the event has become the most important forum for discussion on environmental financing in Latin American and the Caribbean. Funbio hosted the 2016 edition of the annual assembly.

# Funbio em nomes

---

ALESSANDRO DE ASSIS DENES • ALESSANDRO JONADY OLIVEIRA • ALEXANDRA CARLA ALMEIDA SILVA • ALEXANDRA VIANA LEITÃO • ALEXANDRE FERRAZOLI CAMARGO • ALEXANDRE SANTOS DA SILVA • ALINE SIQUEIRA MARCELINO • ALOYSIO SERGIO FAGUNDES DE AZEVEDO • ALVARO PACHECO DE OLIVEIRA • ALYNE PIRES CUNHA SILVA • AMALIN VIEIRA DA SILVA • ANA CAROLINA BARROS DE ARAUJO DA SILVA • ANA CAROLINA MARZULLO NEVES • ANA FLÁVIA DE MELLO PAVONI • ANA LUCIA ALVES SIMOES CORREA • ANA LUCIA OLIVEIRA DOS SANTOS • ANA MARIA RODRIGUES RAMOS • ANA PAULA AMARAL SARDINHA • ANA PAULA FRANÇA LOPES • ANA PAULA OLIVEIRA AZEVEDO DE MEDEIROS • ANA PAULA SANTOS GAMA DE OLIVEIRA • ANDREA PEREIRA GOEB • ANDREIA DE MELLO MARTINS • ANGELO AUGUSTO DOS SANTOS • ANNA BEATRIZ DE BRITO GOMES • ANTONIO BERNARDO MARIANI GUERREIRO • ANTONIO MIGUEL SPADA JUNIOR • ATILA DE CAMARGO DE SOUSA GOMES • AUGUSTO EURICO CORRÊA MOTA • AYLTON COELHO COSTA NETO • BARBARA SANTANA DA SILVA CHAGAS • BERNARDO LOUREIRO MAGALHÃES • BIBIANA MAIA DA SILVA • BRUNA MUNIZ DA SILVEIRA • CAMILA CRISTINA MONTEIRO • CARINE SZNECZUK DE LACERDA • CARMEN CASTELLANI DE MATTOS • CAROLINA MILHORANCE DE CASTRO • CECÍLIA FOLONI FERRAZ • CINTIA CANDIDO RIBEIRO ANDRADE • CLARISSA SCOFIELD PIMENTA • CLÁUDIA DE SOUZA • CLAUDIA ESQUIOGA DE SOUZA • CLÁUDIO AUGUSTO SILVINO • CORINA CONTREIRAS RODRIGUES STALLBOHM • DANIELA TORRES FERREIRA LEITE • DANIELA TRINDADE HENRIQUES LERDA • DANIELE SOARES DOS SANTOS SEIXAS • DANIELLE CALANDINO DA SILVA • DANIELLE DE ANDRADE MOREIRA • DANIELLE RODRIGUES DUARTE QUINTÃO • DANUBIA MOURA CUNHA • DIEGO COSTA E SILVA LEITÃO • DOUGLAS MOREIRA MENDES • EDUARDO ANTUNES DE PAIVA • EDY LAMAR ALVES CORDEIRO • ELAINE CRISTINA TEIXEIRA PINTO • ELIANE ESTEVEZ SUAREZ VILLELA • ELIANE MARINALVA DA SILVA • ERIKA FRANCINNI DE SOUZA QUEIROZ • ERIKA NUNES ARAUJO RUPP • ERIKA POLVERARI FARIAS • ETIENNE PEDROSA MENDES • EVELYN MARTINS LOPES • FÁBIO DE ARAÚJO EIRAS • FABIO DE CARVALHO RAMOS • FÁBIO HEUSELER FERREIRA LEITE • FABIO SILVA DE ABREU • FELIPE AUGUSTO DE ARAUJO CAMELLO • FELIPE DIAS MENDES SERRA • FERNANDA ALVES JACINTHO • FERNANDA FIGUEIREDO CONSTANT MARQUES • FERNANDA PEIXOTO BARBOSA • FERNANDO COUTINHO PIMENTEL TATAGIBA • FILIPE DA CUNHA MOSQUEIRA • FLAVIA DE SOUZA NEVIANI • FLAVIA FONTES DE SOUZA • FLÁVIA GOMES MATOS • FLÁVIA MÓL MACHADO • FLAVIO DO SACRAMENTO MIGUEL • FLÁVIO SOARES RODRIGUES • GABRIEL DE BARROS MENDES • GEORGIA PATRÍCIO PESSOA • GERALDO LOPES DA CONCEIÇÃO CUNHA • GILLES VILLENEUVE ALFREDO DE MELLO FERREIRA • GLAUCE VITORIA DA SILVA • GUILHERME ROMANO FIGUEIREDO • HEBE WASHINGTON PERALTA • HEIDI ACAMPORA BESSA PINTO • HELCIO PEREIRA DE OLIVEIRA • HELGA AUAD BRAVIN FERREIRA • HELIO JORGE DA CUNHA • HELIO YUTAKA HARA • HELOISA HELENA HENRIQUES • IGOR DE VERAS COUTINHO SOARES • IGOR FERNANDES OLIVEIRA VENTURA DE ALMEIDA • ILANA PARGA NINA BOETGER DE OLIVEIRA • IVAN TOURINHO FROMER • JACQUELINE REIS FERREIRA DE HOLANDA • JACQUELINE SÁ RICARTE • JOÃO FERRAZ FERNANDES DE MELLO • JOÃO OTÁVIO RAMALHO MACHADO • JOEL MOURA DE ARAUJO • JOSE EUGENIO PIRES MATILDE • JOSÉ LINCOLN DE ARAUJO NEVES • JOSÉ MAURO DE OLIVEIRA LIMA FILHO • JOSÉ RICARDO PAULO • JOSICLEIDE BEZERRA DO NASCIMENTO • JULIA MELLO DE QUEIROZ • JULIA PINHEIRO LAGOEIRO • JULIANA DA SILVA MESQUITA • JULIANA LA TERZA PENNA •

# Funbio in names

---

KARINA VON PLAUTZ BARRETO • KARINE GOMES BARCELOS • KARINE GONÇALVES • LAURA PIRES DE SOUZA PETRONI • LEANDRO DE MATTOS PONTES • LEDINA MARIA DE BARROS MARCARIAN • LEONARDO BARCELLOS DE BAKKER • LEONARDO GELUDA • LEONARDO VINICIUS DE LIMA PRADELA • LIA BRUM RODRIGUES • LIDIA MARCELINO REBOUÇAS • LÍGIA LINHARES FÁBIO PENHA CASTRO • LIVIA ALMEIDA PEIXOTO BERÇOT • LUCIANA MENDES BRESCIANI • LUIS FERNANDO FREITAS FARAH • LUIZ CARLOS PINAGÉ DE LIMA • LUIZA CORDEIRO DUARTE • LUIZA MUCCILLO BICA DE BARCELLOS • LYSANDRE MOURA BRASIL MENDES RIBEIRO • MANOEL SERRÃO BORGES DE SAMPAIO • MANUELA MOSSE MUANIS • MARCELA DE SOUZA GUIMARÃES • MARCELA FERREIRA SIMÕES • MARCELO DA SILVEIRA MARTINS • MARCELO GOMES DE OLIVEIRA • MARCELO JOSÉ ALVES • MARCELO JOSÉ DE SIQUEIRA • MÁRCIA SOARES DA SILVA • MARCIA SOCORRO MARTINS LINS • MARCIO CAMPOS CONRADO • MARCIO DA SILVA CAMILO • MARCIO DE VASCONCELOS MACIEL • MARCOS VINICIUS MIGON ARCHANJO • MARCUS VINÍCIUS RAINHO LANGER • MARIA BERNADETTE DA SILVA LAMEIRA • MARIA CLARA COUTO SOARES • MARIA CRISTINA DE ANDRADE FREIRE • MARIA GABRIELA VON BOCHKOR PODCAMENI • MARIA REGINA CARNEIRO • MARIA RITA OLYNTHO MACHADO • MARILÉA DE PAULA SOARES • MARILENE VIERO • MARINA BARBOSA ZBOROWSKI • MARINA CARLOTA AMORIM MACHADO • MARINA CRESPO PINTO PIMENTEL LANDEIRO • MARINA DA SILVA KAHN • MARLENA PINHEIRO SOARES • MARY ELIZABETH LAZZARINI TEIXEIRA • MATEUS DE CASTRO ALMEIDA • MATHEUS DUARTE RAMOS • MAURO JOSÉ FERREIRA DE MENEZES • MAYARA DO VALLE BERNARDES DE LIMA • MAYNE ASSUNÇÃO MOREIRA • MICHEL BORTOLINI • MIRIAN CONCEIÇÃO LOBO DE SOUZA • MÔNICA APARECIDA MESQUITA FERREIRA • MONICA FERNANDES COLLARES DA ROCHA • MONIQUE GONÇALVES PAZ • NATÁLIA CORRÊA SANTOS • NATALIA PRADO LOPES PAZ TRAVASSOS • NATHALIA DREYER BREITENBACH PINTO • NATHALICE BEZERRA CARDOSO • NICIA DE ALMEIDA COUTINHO • PATRICIA RODIN • PAULA VERGNE FERNANDES • PAULO MIRANDA GOMES • PEDRO HENRIQUE SILVA DE FREITAS • PEDRO WILSON LEITÃO FILHO • PRISCILA GEHA STEFFEN • PRISCILA PONTES DE BRITO • PRISCILA RIBEIRO LARANGEIRA DA SILVA • RAFAEL MELO BOTELHO • RAFAEL SALOMÃO GONÇALVES CARNEIRO • RAPHAEL MUNIZ FERREIRA • RAPHAELA FREITAS PELOSI • RAQUEL FERREIRA SIMIQUELI • RAQUEL MONTEIRO MARQUES • RAQUEL VENTURA DA SILVA • REGINA DE ASSIS MOURA CEZIMBRA • REJANE FREITAS DE ANDRADE • RENATA DA SILVA XISTO • RENATA FARES MARINHO ALVES • RENATA ZAMBIANCHI • RICARDO CASTELLO MACEDO • ROBERTA ALVES MARTINS • RODOLFO CABRAL COSTA GOMES MARÇAL • RODRIGO DE SÁ MELLO DA COSTA • RÔMULO COLLOPY SOUZA CARRIJO • ROSA MARIA LEMOS DE SÁ • ROSILENE BRITO • SAMIRA CHAIN NASCIMENTO • SAMUEL RIBEIRO DA SILVA • SANDRA MARIA DE SENA HOLANDA • SERGIO DUMAY ROTONDARO • SÉRGIO HENRIQUE CANTUÁRIA FERREIRA • SILVIA GROSSMANN • SUELEN JORGE FELIZATTO MAROSTICA • TAISA IDALINO DA SILVA • TAÍSSA ALBAGLI • TANIA GONÇALVES BRAVO VIEIRA • TATIANA BOTELHO • THADEU PIRES DE CASTRO MELO • THAIS DE OLIVEIRA MEDEIROS • VANDERLEI DA CONCEIÇÃO DE SOUZA • VANDERSON DE SOUZA NUNES • VANINA ZINI ANTUNES DE MATTOS • VERONICA DA SILVA ROMEO • VICTOR ARAUJO DE OLIVEIRA • VINICIUS CHAVÃO DA CUNHA DE SOUZA • VINICIUS DE SOUZA BARBOSA • VITOR DA SILVA VIEIRA • WILLIAN DOS SANTOS EDGAR

[1996–Julho July 2016]

# Financiadores

---

- Alcoa Alumínio S.A.
- Alcoa Foundation
- Alcoa World Alumina Brasil Ltda.
- Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A.
- Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
- BP Brasil Ltda.
- Bundesministerium für Umwelt – BMU
- Center for Environment, Economy, and Society (CEES) – Columbia University
- Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – CEAPS
- Chemonics International
- Chevron Brasil Upstream Frade Ltda.
- Climate and Land Use Alliance – CLUA
- ClimateWorks
- Companhia Siderúrgica do Atlântico – CSA



# Funding sources

---

- Conselho Juruti Sustentável – Conjus
- Conservação Internacional – CI-Brasil
- Conservation International
- Conservation International Foundation
- Credit Suisse AG
- Critical Ecosystem Partnership Fund – CEPF
- Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ
- Engie – GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda.
- Fondation Internationale du Banc d’Arguin – FIBA
- Fondations Pour Les Aires Protégées et la Biodiversité de Madagascar
- Fonds Français pour l’Environnement Mondial (FFEM)
- Forest Trends
- Fundação BioGuiné
- Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde – FIOTEC
- Fundação Vitória Amazônica – FVA

- Fundación Avina
- Global Environment Facility – GEF
- Gordon & Betty Moore Foundation
- Hidroelétrica de Mphanda Nkwa
- ICCO Foundation
- Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável
- Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy – TNC
- Instituto Semeia
- International Tropical Timber Organization – ITTO
- International Union for Conservation of Nature – IUCN
- KfW Bankengruppe
- Klabin S.A.
- Latin American Regional Climate Initiative – LARCI
- Linden Trust for Conservation
- Mava Fondation Pour La Nature
- MPX Energia S.A. – ENEVA
- Natura Cosméticos S.A.
- O Boticário Franchising Ltda.
- Oak Foundation
- OGX Petróleo e Gás Participações S.A.
- OMNIA Minérios Ltda.
- Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

- Porticus Latin America
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD
- Prosperity Fund – Fundo de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido (FCO)
- Santo Antônio Energia
- Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA/PR
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR/RS
- The Carbon Neutral Company Limited
- The Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO
- The Ocean Foundation
- The Royal Society for the Protection of Birds
- União Europeia – EU
- United Nations Environment Program – UNEP
- US Agency for International Development – USAID
- Vale S.A.
- Venda Plataforma Internet
- Votorantim Industrial – VID
- Wildlife Conservation Society – WCS
- World Bank – Banco Mundial
- WWF-Brasil
- WWF-US

# Nossas iniciativas

---

- Amazon Forest Carbon Partnership – AFCP  
Amazon Forest Carbon Partnership – AFCP
- Análise de Alternativas para Desenvolvimento de Modelo Inovador para Aplicação Eficaz dos Recursos Provenientes da Compensação Ambiental da UHE Santo Antônio  
Analysis of Alternatives for the Development of an Innovative Model for the Efficient Application of Environmental Compensation Offset Payments at the Santo Antônio Hydro-Electric Plant
- Análise de Mecanismos Financeiros para REDD+  
Analysis of Financial Mechanisms for REDD+
- Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica  
Atlantic Forest Biodiversity and Climate Change
- Carteira de Conservação da Fauna e dos Recursos Pesqueiros Brasileiros – Carteira Fauna Brasil  
Fauna Conservation and Brazilian Fisheries Portfolio –  
Brazilian Fauna Portfolio
- Carteira de Proteção das Unidades de Conservação Federais – Carteira UC  
Federal Protected Areas Protection Portfolio –  
The PA Portfolio

# Our initiatives

---

- **Compromisso com a Amazônia – Arpa para a Vida**  
Commitment to the Amazon – Arpa for Life
- **Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem-Estar Humano – GEF Nutrição**  
Mainstreaming Biodiversity Conservation and Sustainable Use for Improved Human Nutrition and Well-being
- **Conservação da Toninha na Área de Manejo I (Franciscana Management Area I – FMA I) – FMA I**  
La Plata Dolphin Conservation in Management Area I
- **Conservação Efetiva e Uso Sustentável de Ecossistemas Manguezais no Brasil – GEF Mangue**  
Effective Conservation and Sustainable Use of Mangrove Ecosystems in Brazil
- **Consolidação de Unidades de Conservação na Região da Terra do Meio**  
Protected Area Consolidation in the Terra do Meio Region
- **Desenho do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Juruti e Entorno (PA)**  
Design of the Sustainable Development Support Fund for Juruti and Environs (PA)

- Desenvolvimento de Modelos de Estudos de Viabilidade Econômica para Parcerias Público-Privadas em Unidades de Conservação  
Development of Economic Viability Study Models for Public-Private Partnerships in Protected Areas
- Desenvolvimento de uma Estratégia de Sustentabilidade Financeira e de Governança do Mosaico do Baixo Rio Negro  
Development of a Financial Sustainability and Governance Strategy for the Lower Negro River Mosaic
- Desenvolvimento de uma Estratégia Financeira Global para a Fundação BioGuiné  
Development of a Global Financial Strategy for the BioGuiné Foundation
- Diálogos Sustentáveis  
Sustainable Dialogues Program
- Ecofunds Database  
Ecofunds Database
- Economia Verde na Região Amazônica  
The Green Economy in the Amazon Region
- Elaboração de Mecanismo Operacional e Financeiro para as Unidades de Conservação Federais do Extremo Sul da Bahia  
Drafting of an Operational and Financial Mechanism for the Federal Protected Areas of Southernmost Bahia
- Estudo de Viabilidade para Projetos de REDD+ no Estado do Acre  
Feasibility Study for REDD+ in Acre State, Brazil
- Fundo Cidades Sustentáveis  
Sustainable Cities Fund

- Fundo de Áreas Protegidas  
Protected Areas Fund
- Fundo de Conservação da Mata Atlântica – AFCoF I  
Atlantic Forest Conservation Fund – AFCoF I
- Fundo de Transição do Arpa  
Arpa Transition Fund
- Fundo Kayapó  
Kayapó Fund
- Iniciativa Cerrado Sustentável – Projeto de Políticas  
para o Cerrado e Monitoramento do Bioma  
Sustainable Cerrado Initiative – MMA Cerrado Policy  
and Biome Monitoring Project
- Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade  
do Estado do Rio de Janeiro – FMA/RJ  
Mechanism for Biodiversity Conservation in the  
State of Rio de Janeiro – FMA/RJ
- Modelação dos custos financeiros do SEAMP-AC  
Modeling the financial costs of SEAMP-AC
- Modelagem Institucional para o Instituto Chico Mendes  
de Conservação da Biodiversidade – ICMBio  
Institutional Modeling for the Chico Mendes Biodiversity  
Conservation Institute
- Padrões de Qualidade da Conservation Finance Alliance –  
CFA para Fundos Ambientais  
CFA Project on Quality Standards for Conservation  
Trust Funds

- Parques + COPA  
Parks + COPA
- Plano de Ação Socioambiental  
Socio-environmental Action Plan
- Preparando o Brasil para o REDD+  
REDD+ Readiness in Brazil
- Programa Áreas Protegidas da Amazônia – Arpa  
Amazon Region Protected Areas Program – Arpa
- Programa Bioclima Paraná  
Paraná Bioclimate Program
- Programa de Investimento Florestal  
Forest Investment Program
- Programa Fundo Cerrado  
Cerrado Fund Program
- Programa Natura Amazônia  
Natura Amazon Program
- Projeto Adoção de Parques  
Park Adoption Project
- Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF Mar  
Marine Protected Areas Project
- Projeto Carbono Suruí  
Suruí Carbon Project
- Projeto Conhecimento para Ação – Projeto K  
Knowledge for Action – Project K



- Projeto de Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira no Rio de Janeiro  
Project to Support Marine and Fisheries Research in Rio de Janeiro
- Projeto de Capacitação da RedLAC para Fundos Ambientais  
RedLAC Capacitation Project for Environmental Funds
- Projeto de Conservação e Manejo de Polinizadores para uma Agricultura Sustentável através de uma Abordagem Ecosistêmica  
Conservation and Management of Pollinators for Sustainable Agriculture Through an Ecosystemic Approach
- Projeto Demonstrativo de Crédito de Carbono Florestal na Resex Tapajós-Arapiuns  
REDD+ Tapajós-Arapiuns Rainforest Standard Brazil
- Projeto do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (1ª Fase do Funbio)  
Project for the Brazilian Biodiversity Fund (Funbio Phase I)
- Projeto Focus Visão Brasil  
Brazil Vision Focus Project
- Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade – Probio II  
National Biodiversity Mainstreaming and Institutional Consolidation Project – Probio II
- Projeto Riscos REDD+  
Inherent risk analysis for REDD projects
- Proteção da Mata Atlântica II – AFCoF II  
Atlantic Forest Conservation Fund – AFCoF II
- Rede Brasileira de Fundos Socioambientais  
Brazilian Network of Socio-environmental Funds

- Revisão da Estratégia e Capacidade Organizacional do Funbio  
Rollout of Revised Strategy and Implementation of  
Organizational Improvements
- Secretaria da Rede Conservation Finance Alliance  
Conservation Finance Alliance Network Secretariat
- Secretaria da RedLAC  
RedLAC Secretaryship
- Sistemas de Cotas Negociáveis e o Controle de Efluentes  
Industriais na Baía de Guanabara  
Guanabara Bay Effluents Cap & Trade System
- Supressão Vegetal Autorizada – SVA  
Authorized Vegetation Legal Forest Clearing – SVA
- The Biodiversity and Agricultural Commodities Program – BACP  
The Biodiversity and Agricultural Commodities Program – BACP
- Tropical Forest Conservation Act – Acordo TFCA  
Tropical Forest Conservation Act – TFCA
- UHE Mphanda Nkuwa  
Mphanda Nkuwa Hydro-Electric Plant

# Biblioteca

## Principais publicações

Para o Funbio, tão importante quanto produzir é disseminar informações. As versões digitais das publicações estão disponíveis em nosso [site](#).

# Library

## Main publications

For Funbio, spreading information is as important as producing it. Digital versions of our publications are available for download from our site.



**Ano year 2015**

**TFCA, A Experiência Brasileira**  
TFCA, The Brazilian Experience

Em fotos e entrevistas, o livro apresenta resultados dos mais de 80 projetos apoiados na Caatinga, no Cerrado e na Mata Atlântica por meio do Tropical Forest Conservation Act (TFCA). O acordo entre EUA e do Brasil permitiu destinar USD 20,8 milhões da dívida do país a iniciativas de conservação.

Through photos and interviews, this book presents the results of over 80 projects supported in the Caatinga, Cerrado and Atlantic Forest through the Tropical Forest Conservation Act (TFCA). Under the US/Brazil cooperation agreement, USD 20.8 million in Brazilian debt has been commuted into investment in conservation initiatives.



**Ano year 2015**

**Desvendando a compensação Ambiental: aspectos jurídicos, operacionais e financeiros**  
Demystifying Environmental Compensation: the Legal, Operational and Financial Aspects

O livro, apoiado pela Gordon and Betty Moore Foundation, compartilha o conhecimento acumulado nos últimos sete anos pelo Funbio sobre a análise da operacionalização da compensação ambiental. Aborda desenho e operação de mecanismos financeiros para esses recursos, de forma a contribuir para novas soluções.

Supported by the Gordon and Betty Moore Foundation, the book shares the knowledge Funbio has accumulated over the last seven years spent analyzing the operationalization of environmental compensation. It discusses the design and operation of financial mechanisms tailored to these resources in order to contribute to new solutions.

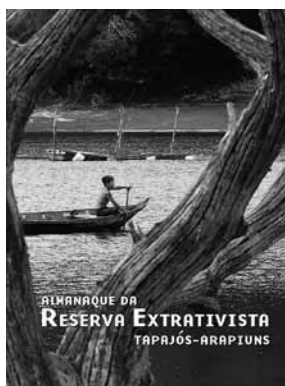


**Ano year 2015**

**Ambiente Financeiro das Unidades de Conservação Estaduais do Acre: desafios e oportunidades**  
The Financial Environment at the Protected Areas of the State of Acre: Challenges and Opportunities

Em parceria com o WWF-Brasil e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre, o livro traz uma pioneira radiografia de demanda e oferta de recursos para áreas protegidas que integram o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Acre, subsidiando o desenho de uma robusta estratégia de financiamento de longo prazo.

In partnership with WWF-Brazil and the Acre State Department for the Environment, the book presents a pioneering panorama of resource supply and demand at the PAs under the Acre State Protected Natural Areas System, informing the design of robust, long-term funding strategies.



**Ano year 2015**

**Almanaque da Reserva Extrativista Arapiuns**  
The Arapiuns Extractive Reserve Almanac

Publicação feita em parceria com o projeto Saúde e Alegria, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, localizada nos municípios de Santarém e Aveiro, no Pará, com informações sobre a história, a biodiversidade, a população, dados socioeconômicos, iniciativas e desafios.

Published in conjunction with the Health and Happiness project, the Almanac is designed to broaden knowledge about the Tapajós-Arapiuns Extractive Reserve, which straddles the municipalities of Santarém and Aveiro in the State of Pará. The Almanac features socioeconomic data and information on the history, biodiversity and population of the region, the initiatives underway there, and the challenges faced.



**Ano year 2015**

**Mapeamento do uso e cobertura da terra do Cerrado — Projeto Terra Class Cerrado**  
Mapping Land Use and Cover in the Cerrado—The Cerrado Class Terra Project

A publicação reúne dados sobre mapeamento, caracterização e análise da dinâmica do uso e da cobertura da terra no Cerrado, que ocupa dois milhões de km<sup>2</sup>, cerca de 24% do território nacional.

The publication collates data on the mapping, description and analysis of the dynamic of land use and cover in the Cerrado, which spans two million square kilometres, or 24% of the national territory.



**Ano year 2014**

**Funbio + Áreas Protegidas**  
Funbio + Protected Areas

O livro descreve a trajetória de 18 anos do Funbio no apoio a áreas protegidas. Reúne informações sobre os mecanismos criados e operados pelo fundo e seus resultados consolidados, com foco em unidades de conservação (UCs). Um capítulo da publicação é dedicado a tendências do financiamento ambiental.

The book describes Funbio's 18 years supporting protected areas. It provides information on the mechanisms the Fund has created and operated and the results it has garnered, with special emphasis on Protected Areas (PAs). A whole chapter is devoted to current trends in environmental funding.



**Ano year 2014**

Ferramentas e mecanismos para o financiamento socioambiental  
Tools and Mechanisms for Socio-Environmental Funding

A publicação apresenta diferentes mecanismos utilizados para o financiamento socioambiental. Traz uma discussão teórica e conceitual sobre tipos de mecanismos em prática no Brasil e, nos capítulos seguintes, reúne três estudos de caso, no Rio de Janeiro e em Juruti, no Pará.

The publication presents different mechanisms employed in socio-environmental funding and provides some theoretical and conceptual discussion on the types of mechanism in use in Brazil, as well as chapters on three case studies in Rio de Janeiro and in Juruti, Pará.

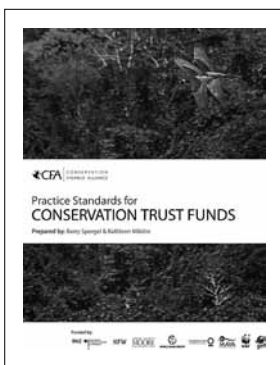


**Ano year 2014**

Estado da arte de metodologias e ferramentas voluntárias de compensação pelo setor privado  
The State-of-the-Art in Voluntary Compensation Methodologies and Tools for the Private Sector

Reúne dados que apoiam os setores produtivos a adotarem estratégias adequadas de gestão da biodiversidade. Detalha o funcionamento de ferramentas para análise de impactos e dependências de serviços ecossistêmicos, e possibilidades de uso, considerando os objetivos de ações de conservação próprias aos setores produtivos.

The publication helps productive sectors adopt adequate biodiversity management strategies. It details the functioning of tools employed to analyse the impacts of and reliance upon ecosystemic services and their possible uses, considering the aims of conservation endeavors tailored to productive sectors.



**Ano year 2013**

Standards de prática para fundos fiduciários de conservação  
Practice Standards for Conservation Trust Funds (CTFs)

O Funbio participou da iniciativa conjunta liderada pela rede Conservation Finance Alliance (CFA), que resultou nesta publicação, em que estão reunidas normas ou orientações para fundos ambientais e instituições que os apoiam financeiramente. O Funbio exerceu a Secretaria Executiva da CFA de 2009 a 2015.

Funbio was involved in the joint initiative led by the Conservation Finance Alliance (CFA) that resulted in this publication, a collection of norms and guidelines for environmental funds and the institutions that support them financially. Funbio exercised the Executive Secretaryship of the CFA between 2009 and 2015.



**Ano year 2012**

**Quanto custa o Programa Áreas Protegidas da Amazônia?**  
How Much Does the Amazon Region Protected Areas Program Cost?

A publicação reúne informações sobre o planejamento e a gestão financeira das unidades de conservação do programa Arpa e apresenta as premissas adotadas para estimar a ordem de grandeza dos recursos necessários à manutenção no longo prazo e à proteção da biodiversidade e dos serviços ambientais.

The publication gathers information on the financial planning and management of the protected areas under the Arpa Program, and presents the premisses adopted to gauge the magnitude of the resources needed for the long-term maintenance and protection of biodiversity and environmental services.



**Ano year 2009**

**Quanto custa uma Unidade de Conservação federal?**  
How Much Does a Federal Protected Area Cost?

Reúne resultados de um trabalho desenvolvido com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): uma metodologia para determinar os recursos necessários para cada etapa de estruturação das unidades que integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

This publication concerns a methodology developed alongside the Chico Mendes Biodiversity Conservation Institute (ICMBio) to determine the resources required for each stage in the structuring of PAs under the National Protected Areas System (SNUC).



**Ano year 2008**

**Juruti sustentável: Uma proposta de modelo para o desenvolvimento local**  
Sustainable Juruti: A Proposed Model for Local Development

A publicação, em parceria com a Fundação Getulio Vargas e a ALCOA, propõe uma estratégia para o estabelecimento de uma agenda de longo prazo rumo à sustentabilidade, com base em um fato real: a inserção de um empreendimento de mineração de grande porte na Amazônia brasileira, no município de Juruti, no Pará.

The publication, drafted in conjunction with the Getulio Vargas Foundation and ALCOA, proposes a strategy to set a long-term sustainability agenda based on a real case: the creation of a large-scale mining operation in the Brazilian Amazon, more specifically in the municipality of Juruti, Pará.

# RedLAC Apostilas de capacitação Training Primers

Onze publicações resultantes do projeto de capacitação de membros da Rede de Fundos Ambientais da América Latina e do Caribe (RedLAC), realizado no período em que o Funbio exerceu a secretaria executiva da rede. Abordam, entre outros, temas como planejamento estratégico e estratégias de comunicação.

Eleven publications drawn up by the Latin-American and Caribbean Network of Environmental Funds (RedLAC) training program during Funbio's Executive Secretaryship of the Network. Among other themes, the primers address strategic planning and communication strategy.

## Ano year 2010

Environmental Funds and Payments for Ecosystem Services • Fondos Ambientales y Pagos por Servicios Ambientales • Fonds Environnementaux et Paiement pour Services Ecosystemiques

## Ano year 2011

Strategic Planning for Environmental Funds • Planificación Estratégica para los Fondos Ambientales • Planification Stratégique pour les Fonds Environnementaux

The Roles of Environmental Funds in REDD+ • Los Roles de los Fondos Ambientales en REDD+ • Les Rôles des Fonds Environnementaux dans le REDD+

Fundraising Strategies for Environmental Funds • Estrategias de Recaudación de Fondos para los Fondos Ambientales • Stratégies de Levée de Fonds à l'usage des Fonds Environnementaux

Opportunities for Environmental Funds in Compensation and Offset Schemes • Oportunidades para los Fondos Ambientales en Esquemas de Compensación y Offset • Les Fonds Environnementaux et les Mécanismes de Compensation et d'Offset des Atteintes à la Biodiversité

## Ano year 2012

Communication and Marketing for Environmental Funds • Comunicación y Marketing para Fondos Ambientales • Communication et Marketing à l'usage des Fonds Environnementaux

Monitoring the Impact of Environmental Fund Projects on Biodiversity Conservation in Protected Area • Medición del Impacto de Fondos Ambientales en la Conservación de la Biodiversidad en Áreas Protegidas • Suivi de l'Impact des Projets des Fonds Environnementaux sur la Conservation de la Biodiversité dans les Espaces Protégés

## Ano year 2013

Governance Strategies for Environmental Funds • Estrategias de Gobernanza para los Fondos Ambientales • Stratégies de Gouvernance pour Fonds Environnementaux

Resource Mobilization Mechanisms for Environmental Funds • Mecanismos de Movilización de Recursos para Fondos Ambientales • Mécanismes de mobilisation de ressources à l'intention des Fonds Environnementaux

## Ano year 2014

Extractive Industries: Opportunities for Environmental Funds • Industrias Extractivas: Oportunidades para los Fondos Ambientales • Industries Extractives: Des opportunités pour les Fonds Environnementaux

Case Studies to Share Experiences on Environmental Funds • Estudios de Caso para Compartir Experiencias de Fondos Ambientales • Etudes de Cas Pour un Partage d'Expériences Entre Fonds Environnementaux



# Polinizadores do Brasil

## Brazilian Pollinators

De 2010 a 2015, o Projeto de Conservação e Manejo de Polinizadores para uma Agricultura Sustentável por meio de uma abordagem Ecosistêmica — Polinizadores do Brasil — apoiou iniciativas que,

pela primeira vez no Brasil, relacionavam a polinização à produção de alimentos. Planos de manejo e outras publicações trazem informações como o aumento da produtividade relacionado à polinização natural.



### Ano year 2014

**Abelhas solitárias produzem acerolas** Solitary Bees Produce Acerolas

**Agrotóxicos e polinizadores: isso combina?** Agrochemicals and Pollinators: do they mix?

**Água e polinização: qual a importância dessa relação para a vida na Terra?** Water and Pollination: how important is this relationship to life on Earth?



**Besouros produzem graviolas** Beetles Produce Soursop

**Ferramentas e mecanismos para o financiamento socioambiental** Tools and Mechanisms for Socio-environmental Funding

**Insetos produzem mangabas** Insects Produce Mangabas

### Ano year 2015

**A Castanha-do-Brasil: avanços no conhecimento das práticas amigáveis à polinização** Brazil-nut: Advancing Knowledge in Pollination-friendly Practices

**Abelhas e outros insetos: Ensino Fundamental — 5º e 6º anos** Bees and Other Insects: Primary Schools—5<sup>th</sup> and 6<sup>th</sup> grade

**Abelhas e outros insetos: Ensino Fundamental — 7º, 8º e 9º anos** Bees and Other Insects: Primary Schools—7<sup>th</sup>, 8<sup>th</sup> and 9<sup>th</sup> grade

**Aplicações do protocolo de avaliação socioeconômica de práticas amigáveis aos polinizadores no Brasil** Applications of the Protocol for the Socio-environmental Assessment of Pollinator-friendly Practices in Brazil

**As abelhas polinizadoras nas propriedades rurais** Pollinator Bees on Rural Properties

**Biologia e ecologia da polinização** The Biology and Ecology of Pollination

**Mais abelhas, mais algodão** More Bees, More Cotton

**Manual de boas práticas agrícolas: conservação e manejo de polinizadores para agricultura sustentável, através de uma abordagem ecosistêmica** Best Agricultural Practices Handbook: Conservation and Management of Pollinators for Sustainable Agriculture through an Ecosystemic Approach

**Plano de manejo para os polinizadores do tomateiro** Management Plan for Tomato-plant Pollinators

**Plano de manejo para polinização da cultura da canola: conservação e manejo de polinizadores para agricultura sustentável, através de uma abordagem ecosistêmica** Management Plan for Rapeseed Pollination: Conservation and Management of Pollinators for Sustainable Agriculture through an Ecosystemic Approach



From 2010 to 2015, Conservation and Management of Pollinators for Sustainable Agriculture through an Ecosystemic Approach—Brazilian Pollinators supported initiatives that, for the first time in Brazil, underscored

the relationship between pollination and food production. Management plans and other publications ply the reader with information, such as the degree to which natural pollination boosts productivity.

# Melhores práticas de Ecoturismo

## Best Practices in Ecotourism

[Plano de manejo para polinização de macieiras \(\*Malus domestica\* Borkh\) da variedade Eva: conservação e manejo de polinizadores para a agricultura sustentável, através de uma abordagem ecossistêmica](#) Management Plan for Apple-tree (*Malus domestica* Borkh) Pollination: Conservation and Management of Pollinators for Sustainable Agriculture through an Ecosystemic Approach

[Plano de manejo para polinizadores em áreas de algodoeiro consorciado no Nordeste do Brasil](#) Management Plan for Pollinators in Cotton-growing Consortium Regions of the Brazilian Northeast

[Polinização do meloeiro: biologia reprodutiva e manejo de polinizadores](#) Melon-plant Pollination: Reproductive Biology and Management of Pollinators

[Polinizadores na agricultura: ênfase em abelhas](#) Pollination in Agriculture: Emphasis on Bees

[Sem abelha sem alimento: caderno de atividades para educação ambiental](#) No Bees, No Food: An Exercise Workbook for Environmental Education

[Plano de manejo para polinização da cultura do cajueiro: conservação e manejo de polinizadores para agricultura sustentável, através de uma abordagem ecossistêmica](#) Management Plan for Cashew Pollination: Conservation and Management of Pollinators for Sustainable Agriculture through an Ecosystemic Approach

[Polinização e polinizadores](#) Pollination and Pollinators

[Polinização e polinizadores: caderno de atividades](#) Pollination and Pollinators: An Exercise Workbook

[Uso sustentável e restauração da diversidade dos polinizadores autóctones na agricultura e nos ecossistemas relacionados: planos de manejo](#) Sustainable Use and Restoration of Autochthonous Pollinator Diversity in Agriculture and Related Ecosystems: Management Plans

Sete cartilhas resultantes do Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo, que abordam temas como hotelaria, recepção e capacidade de carga de trilhas. Textos teóricos, orientações para pesquisas de campo, bibliografia e estudos de caso fazem parte desta série de publicações.

Seven primers drawn up by the Best Practices in Ecotourism Program that address such themes as hotels and services, reception, and trail-user capacities. Theoretical texts, field study guidelines, bibliography and case studies make up this series of publications.

### Ano year 2004

- Ecoturismo e turismo sustentável
- Meio ambiente
- Populações tradicionais
- Infraestrutura e serviços
- Atividades na natureza
- Ganhos acessórios ao ecoturismo
- Gestão de empreendimentos turísticos
- Ecotourism and Sustainable Tourism
- The Environment
- Traditional Populations
- Infrastructure and Services
- Nature Activities
- Collateral Gains from Ecotourism
- Managing Tourism Enterprises

# Álvaro Antonio Cardoso de Souza

Interview | PRESIDENT OF DELIBERATIVE BOARD

---

“Go the distance, that should be our motto”.

With a degree in Economics and Business Administration from the Catholic University of São Paulo, Álvaro de Souza schooled himself for a career in the private sector, and that was exactly what he built. He spent over three decades in the financial market, mostly at Citibank, which he joined as a trainee and left as international vice-president stationed in New York. His first contact with the environmental area came in 2000, when WWF received financial support from Citibank and Álvaro decided to take a closer look at where the money was going. After visits to the Pantanal wetlands and the Amazon Rainforest, he was hooked. He became a WWF Advisor in the US and member of the advisory board in Brazil. In 2014, He became chairman of Funbio's executive board. As a keen businessman, Álvaro never settles for less, which is perhaps why his relationship with the organization is a match made in heaven. "Funbio has always thought big", he says, showing no inclination to slow the pace: "Go the distance, that should be our motto".

**You have an extensive background in the private sector. How would you say companies have evolved in relation to the environmental issue in Brazil?**

Of the thirty-something years I worked in the financial markets, I spent almost sixteen abroad. When I came back to Brazil, it was obvious to me that the business mentality here had changed, in terms of both corporate governance and sustainability. Companies had realized that their production footprints were unsustainable. They'd seen that not only did they have to take basic steps like discontinue certain products, but they'd also have to start monitoring their whole supply chain, for example. Each in its own way, every company I worked for was waking up to this new reality of sustainability. I began to realize that they were immensely interested in learning how to do it.

**Did this transition start in the 1990s?**

The concept arose in the 1990s, but it was in the 2000s that it was put

into practice. By practice I mean that companies started to take the initiative and adopt sustainability measures.

**So voluntary private-sector involvement in conservation has developed, then?**

It's much bigger now. That said, there are far greater demands on the private sector—the productive sectors—today. I see companies out there that are concerned with economic, social and environmental stability, and they're making a huge effort to be leading-edge. But it's tough. When a company wants to accrue that differential, show that their product is sustainable, that their whole supply chain is monitored, that the product is recycled afterwards, all that costs money. Of course, companies don't do anything for free. They want to aggregate value to their brand and draw the consumer's interest. Sustainability is key to this new generation of consumer and that hasn't gone unnoticed. Companies are keenly alert to that.

**What's it like joining the Board of a non-profit organization after so many years in the private sector?**

Adaptation is a challenge. For example, companies have revenues from the sale of products and/or services. You've been used to that all your life and suddenly you find yourself in a place where the only income is through donations. It's a whole other world. If an NGO starts a project in a protected area, the commitment it assumes is usually long-term, but the money only covers three, maybe four years. So with each passing year the organization has to go through the whole funding rigmarole again, just to keep things ticking over. That's something that never happens in a company: when a company presses the start button, it already has the funds to cover its operations from the first year to the last. That makes a massive difference. Now, there's a certain backwash, with a major corporate demand for people from the Third Sector, and it's not to work with wind-power or biomass conservation. It's to work in the Sustainability area.

**Is that because of a change in corporate culture?**

Yes. It's a phenomenon that also underscores how the private sector is aware of the need for new practices, new behaviors, a reduced footprint.

**Is this migration of human resources into companies a problem for NGOs?**

In the short-term, yes, because they lose key talents. But as this is something that's been building up over the last ten years, we're now able to

get some of these professionals back. Which is great for us: if you have someone who left Funbio, spent the last five in the private sector, then comes back, that's perfect for us, because that person's no longer an eco-warrior. He's seen the other side. That's been a real boon for us.

**What's bringing these people back into the Third Sector?**

It's a combination of factors. First, NGO compensation has caught up a lot with business pay levels. But there's also the principle, the ideal. Once they realize that the private sector will go so far and no further, they come back. Plus, today you've got a far greater supply of qualified professionals on the market.

**Funbio is an organization with various sectors. How has this been positive for biodiversity conservation initiatives?**

Like I always say, Funbio is a mixed-economy NGO. It's been so from the start, bringing in human resources and materials from all these sectors: from the business community, from academia, from environmental conservation and from the government. Besides project execution, Funbio plays a super-important role in involving these sectors in discussions and conservation initiatives.

**In practice, what's it like chairing a Board that's stocked with such diversity?**

It's a real pleasure. Diversity gives you a holistic view of what Funbio involves. It's funny how a

heterogeneous members can generate a homogeneous position. If you look at their résumés you think: 'There's no way these guys are ever going to see eye-to-eye. It can't work'. You've got everything from presidents of cosmetics companies and banks to people from Indigenous Foundations. And yet, these differences have flowed into a very interesting homogeneity in terms of standpoint. Are there differences? Of course there are. But we always end up finding a way to build consensus.

**What do you think has made Funbio a model financial mechanism for the support of biodiversity?**

You can sum that up in just a couple of words. From the Board to the people who run—or have run—the institution on a daily basis, Funbio has always thought big. The thinking has always been: what more can we do within the scope of our mission? Where else can we turn? Who else can we bring onboard? That's what's led Funbio to set new paradigms. In fact, that was one of the reasons why we became a Global Environment Facility (GEF) implementing agency.

**Was the GEF process difficult?**

To earn GEF accreditation you've got to have pedigree, a track record, a very high level of technical and human capacitation. I remember it clearly, as I was already chairman of the Board when this discussion first arose. At the time, we'd come off a financially tough year and various board members were saying: 'Is now the right time? The process is expensive, drawn-out. Is it really worth it?' And I'd say: "Look ahead. Imagine what Funbio could do

with GEF accreditation. We'd change our paradigm of action, because this is a hugely important seal'. It took three years and cost a ton of money. We had to change our internal processes and adapt loads of things to their accreditation parameters.

**What benefit does that bring to an institution working with biodiversity conservation in Brazil?**

It's extremely valuable accreditation and it has put us on a level few Brazilian NGOs can match. In theory—and, we hope, in practice—it means more funds for conservation, because Funbio will now be eligible for more money. More money means more projects. The funds don't stay in our coffers. The money goes straight into projects executed by NGOs. So it ends

up having a positive knock-on effect throughout the whole chain.

**What has Funbio been doing to share and divulge its success stories?**

The Latin America and Caribbean Network of Environmental Funds (RedLAC) is our main forum in this regard. In addition to environmental funds in Latin America and the Caribbean, but also through RedLAC, we recently shared our expertise with the Consortium of African environmental funds (CAFE). We've also started sharing our experience with environmental compensation agreements—such as the FMA/RJ in Rio—with other states in the Federation. The more we share, the better. Funbio is practically an R&D

center for new products, functions and mechanisms. And we make a huge effort to keep that from becoming exclusive. The idea is to turn this knowledge over to the public domain.

**What can we expect from Funbio over the next twenty years?**

I expect this characteristic of thinking big to continue to be our modus operandi. I inherited that from my predecessors on the board. The environmental area is one with immense growth potential. There are literally thousands of opportunities. So, in fact, thinking big has to be our focus. When I say think big I mean in terms of structure, products, and domestic and international positioning. Go the distance, that should be our motto.

# Rosa Lemos de Sá

Interview | CEO, FUNBIO

---

“Funbio’s job is to use its projects to support and strengthen environmental organizations.”

As a teenager, Rosa Lemos de Sá would sit glued to nature documentaries on TV. Watching those researchers in the thick of nature's wilds, she decided that was what she wanted to do with her life. She graduated in Wildlife Management from Wisconsin University, went on to do a master's degree at the University of Brasília and a doctorate at the University of Florida. After years in the field, among geese in Austria and primates in Brazil, she decided to invest her energies behind the scenes to ensure that conservation could continue at the front line. At WWF-Brazil, she coordinated the design of the world's largest tropical forests protection initiative, the Amazon Region Protected Areas Program (Arpa). After a three-year stint with the Gordon and Betty Moore Foundation, she joined the Funbio team in 2009, becoming CEO of an organization that has channeled resources into 67 million hectares nationwide. "When you're working in the field, you're focused on that specific study. At Funbio, you're looking at Brazil as a whole", she says.

It is with that generalist scope that she envisions the future: "In addition to continuing with conservation, Funbio now has to look towards restoration, reversing the damage done", she says. "That will be our next major contribution".

**You joined Funbio in 2009 and took over as CEO soon afterwards. What was that initial process like?**

It was a challenge. I'd only been with the organization for six months. I tried to absorb as much as I could from Pedro Leitão, who had been Funbio's first and only director at the time. I learned and grew a lot during that process. One thing that helped immensely was the technical team that Pedro left behind: it was much easier coming onboard with such a strong team in place. They really opened the doors to me, welcomed me, and I'm still here today. If you've got a good team, things move forward.

**You started your career in the field, as a wildlife manager. What's it**

**like working on the other side, managing resources for those on the front line today?**

I love it, because it's like I'm looking at the bigger picture, not just a single project. When you're working in the field, you're focusing on a given area, a theme, a specific study. Here at Funbio, you have to look at the macro, at Brazil as a whole, dealing with a range of projects with different goals and characteristics. As such, you end up having a much ampler vision of what's going on nationwide. What's more, there's something new every day here—a new donor, a new subject to discuss. It's very dynamic.

**What are the main challenges for someone committed to biodiversity conservation in Brazil today?**

There's still a certain dichotomy that gets in the way of conservation in Brazil: you're either an environmentalist or you're a destroyer. It shouldn't be like that. There has to be balance on both sides.

I'm not against mining per se, or against hydroelectric dam-building or agriculture. The problem's not the activities themselves, but the way they're done. Brazil has some lovely laws on paper, but they're not enforced. The law is not obeyed. That's the hardest thing about working with conservation. Our Forestry Code has been in place since 1965. It's an excellent law that protects the country's watercourses, air quality, soil fertility, pollination, and biodiversity. And yet, today, we don't even have 20% of our original Atlantic Forest cover. If the Code had been followed, we'd still have at least 20% of our Atlantic Forest.

**Since Funbio started operations in 1996, has there been any improvement in the way the private sector addresses the environmental issue in Brazil?**

Up until not so long ago, the private sector wouldn't even talk to environmental institutions. You couldn't even get in the door of a company or bank to discuss conservation projects. There was no dialogue at all. That's changed. Sustainability and the environment became buzzwords, a bandwagon. Companies and industries started getting involved because they realized it could generate lower costs. The hard part is to distinguish between those who are really serious about this and those who just talk the talk. Some companies genuinely want to cause less environmental impact; to be aligned with conservation needs.

We're still far off the mark, but from 1996 to the present day I think we've made some considerable headway.

**Have relations between other conservation stakeholders also improved?**

There's a far better understanding now. There's been a paradigm shift among the NGOs in the sense that they've realized that you can't talk about the environment without factoring people into the equation. There's a new comprehension that you have to address the social and the environmental together, not in isolation. If you don't look from both angles, you'll never reach a consensus. There's far better balance in this regard today, in all sectors. There's a great opportunity for further approximation between academic knowledge and its practical applications. Scientific divulgation is fundamental to the dissemination of this knowledge among non-specialist publics.

**Is fostering relationships between environmental organizations and the other stakeholder sectors part of Funbio's role?**

One of Funbio's main roles is to help smaller institutions gain access to project funding so that they can grow, mature, and attain a level of managerial prowess that enables them to raise funds themselves. Our project calls can also facilitate a certain approximation between institutions that don't know each other or have never had the chance to work together before, and that

ends up forging cooperation and knowledge networks.

**Funbio has become a model financial mechanism for biodiversity protection. What were the basic elements that made that happen?**

Transparency and probity, without a doubt. When donors channel funds through Funbio, they know the money is going to be well managed, with no misappropriation or misdirection. This has earned Funbio the credibility it enjoys today. Nothing is hidden. We're very transparent, and that makes the donor comfortable with us. Our constant search for new funding sources and our capacity to "unlock" them is another important element behind our reputation as a financial mechanism that brings about concrete results.

**Any other key aspects?**

The seriousness with which we go about things. Funbio is well known for the Amazon Region Protected Areas Program (Arpa), the biggest tropical forest protection program in the world. And not just because we received international funding or because the government entrusted a private institution with its money. Arpa's administration is highly innovative. A part of that is that Arpa learned how to work with Protected Areas. I know of no other institution that worked that way back when we were establishing Arpa. Or today, for that matter. The program has made such an enormous difference to protected areas and



their management. The guarantee of continuous long-term support allows the manager to plan two, three, five, ten years ahead. That's exceedingly rare in the environmental area.

**Was there anything like that before Arpa?**

As a program and on this scale, no. Arpa broke this ground. The model has been replicated at other units, which now have specific funds to ensure their long-term planning. The program became a reference abroad too. Peru and Colombia are setting up projects like Arpa. This has all enhanced Funbio's credibility. Not only its credibility, but visibility—more players in the environmental area know who Funbio are.

**What's it like working for a mechanism that plays a pivotal role in conservation but operates in a manner that is so different to most NGOs?**

What's important for us is to be known to donors, companies, governments, environmental departments. That's our angle; that's our target public—those who realize their conservation projects through us.

**So how would you explain Funbio's role to the lay public?**

For a start, Funbio is neutral: it works with all governments, regardless of political affiliations. We have no banner other than conservation. The simplest way to explain what we do is to say that we channel funds from donors into local institutions. We're a second-floor institution: the money's not ours and the projects aren't ours. We join

the dots between the money and the work in the field.

**Like a bridge?**

Exactly. Most organizations working on the front line need help to develop proposals to present to major donors. For them, the costs involved in preparing a project and submitting it can be inhibitive. There are many solid institutions out there, with a fantastic history behind them, but which simply don't have access to the real moneymen. If we can step in and broker donations for them, their chances of obtaining funds grow immensely. Another of Funbio's tasks is to get funds disbursed. There's lots of money earmarked for conservation in Brazil that ends up lost in the works. Take the environmental compensation deposits we were able to free up in Rio through the Atlantic Forest Fund (FMA/RJ).

**In 2015 Funbio became the first and only GEF project agency in Latin America. How has that changed the organization?**

Funbio started out as a GEF project, became an NGO and is now a GEF implementing agency. These were three key stages in the institution's development. Three phases in a process of ongoing growth, continually taking us to new levels. If our credibility was solid before, it's become even greater since. It's increased our visibility and opened new doors.

**What are the main lessons you've learned after all these years with Funbio?**

The importance of internal communication and project efficiency. Team harmony results in alignment, which makes the work more fluid and enjoyable. The Funbio team makes a difference because it works in tandem, moves in the same direction. To make that happen you have to have clear internal communication. Efficiency is important to keep things moving, evolving, so you can achieve solidity. And that's an ongoing effort. There is no peak. New technologies are coming on-stream the whole time, creating new ways of working, or improving internal management. We're still striving for efficiency today, fine-tuning and streamlining our processes. Making things sounder and simpler.

**Over these last 20 years, Funbio has grown in size and scope. What can we expect from the next 20 years?**

Funbio has made a phenomenal contribution to conservation, supporting sixty-seven million hectares of protected areas. No other institution supports such a vast area. Our impact in terms of biodiversity conservation has been on a marvelous scale. What we've been working really hard on over this year and the last is reforestation, restoring what's been destroyed. So, beyond conservation, there's also remediation. That's Funbio's next big contribution: stepping up to this agenda and taking it to the same level we took conservation.



# ONE STEP, MAJOR CHANGES

---

For two whole weeks, the frenetic rattle of typewriters inundated the press area at Rio's most famous convention center. It was an intense symphony tapped out by the busy fingers of 8,500 journalists from all over the world. The orchestra spilled over into the other pavilions too, with what was then the largest simultaneous translation system the country had ever seen, with four infrared transmitters, 750 microphones, 90 interpreter booths and 5,200 listening stations.<sup>1</sup>

<sup>1</sup>  
COTRIM, J. P. Abertura. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). *De Planeta nas Mãos: No pós Rio-92*. Lisbon: Edições Colibri, 1993.

“The delegation went on the record saying that pollution was welcome in Brazil. Nobody went there to talk about the protection of flora and fauna”.

**ALCEO MAGNANINI**  
SPECIAL ADVISOR TO THE  
BIODIVERSITY AND PROTECTED  
AREAS DEPARTMENT OF THE RIO  
DE JANEIRO STATE INSTITUTE  
FOR THE ENVIRONMENT

Only decades earlier, few would have imagined such paraphernalia—not to mention legions—ever being deployed in Brazil to discuss a theme that was still controversial at best, but in June 1992 Rio de Janeiro hosted the United Nations Conference on Environment and Development (Rio-92), an Earth Summit attended by 108 heads of state. Though environmental funds were still embryonic, there was solid promise that they would gain momentum in the coming years. As for the event, the figures spoke for themselves; new times were dawning. “In the 1960s and 70s, you could have fit everyone working with the conservation of flora and fauna into a minivan”, says the agronomist Alceo Magnanini.

And he was one of them. In 1972, when the UN convened its first international conference on the environment, in Sweden, Magnanini was director of the Brazilian Forest Development Institute (IBDF), with prior stints at the Brazilian Geographic and Statistical Institute (IBGE), the National Museum and the Forestry Service. He had been one of the authors of the 1965 Forestry Code. This résumé earned him an invitation to join an interministerial committee set up to draft the Brazilian report to be presented at the event. At the meetings, he learned that the Ministry of Health was pouring pesticide into Amazonian rivers in the hope of eradicating malaria and protested vociferously at the sheer absurdity of it all. A couple of weeks later, he was dropped from the committee.

Even so, he took a flight to Stockholm as an extra-official observer of the conference, and was left crestfallen by what he saw. “The delegation went on the record saying that pollution was welcome in Brazil, as it meant the nation’s factories were working”, he recalled in an interview with Funbio. “Nobody went there to talk about the protection of flora and fauna”. In fact, plants and animals had few champions back then. Brazil was moving full-steam ahead, notching up 10% growth rates per annum, and the extent of its concerns could be summed up in one word: development.

The image Brazil presented at Stockholm was not based on the “economic miracle”, bossa nova or its three World Cup titles, but that of “a country that had been, for the past eight years, under a military regime that gave total emphasis to economic growth, with no intention of controlling population growth, [and] terrible records in the areas of human rights and in the preservation of nature [...]”, wrote the diplomat André Corrêa do Lago in his book *Stockholm, Rio, Johannesburg: Brazil and the Three United Nations Conferences on the Environment*.

However, in the world's industrialized nations, beneath a pall of factory smoke and car exhaust fumes, the environmental issue was already gaining force. The scientific community and fledgling NGOs were trying to eke out a platform from which to denounce and warn. South of the development floor, however, the discourse would send shivers down the spine. In Brazil, the received wisdom was that the environment was just a pretext for pulling the handbrake on the region's rampant development. As Corrêa do Lago puts it: "There was enormous paranoia. They saw the Stockholm conference as a smokescreen; another plot to keep us from growing".

Behind the shield of national interests, the military government decided to play to win. A year before the conference, the National Security Council had already drawn up a list of positions the country was to adopt at the summit. The mantra was intoned in every line: "A) the greater burden of correcting the deterioration of the environment falls on developed countries; B) economic development is an adequate instrument for resolving the problem of pollution in underdeveloped countries; C) propositions that result in a compromise that hinders development should be resisted."

"Its position had always been seen as defensive, as an attempt to stop the agenda from moving forward. But, by working as part of a bloc, what Brazil managed to do was prevent the agenda from advancing in the directions the developed countries wanted".

**ANDRÉ CORRÊA DO LAGO**  
BRAZILIAN AMBASSADOR  
TO JAPAN

## Heat, drought and hurricanes

Invited to join the 27-nation Preparatory Committee for the conference, which met over the course of two years prior to the event, Brazil gradually set about forging alliances. At the committee's final session, with the developing countries all on the same page, it was decided that the environmental issue would only be discussed in the light of developmental concerns. And so it went.

While Brazil was a headache for the rich countries at Stockholm, it was a leader for the poor. "Its position had always been seen as defensive, as an attempt to stop the agenda from moving forward. But, by working as part of a bloc, what Brazil managed to do was prevent the agenda from advancing in the directions the developed countries wanted", says Corrêa do Lago.

Misunderstandings apart, the conference moved up some houses on the global game-board. It put the environmental theme on the multilateral agenda once and for all, forcing nations to do their homework and start drafting strategies and positions on the subject. Legislation was put forward and national environmental organs began to spring up worldwide.

“I had three whole rooms and a staff of five with which to solve Brazil’s environmental problems”.

**PAULO NOGUEIRA NETO**  
 IN THE BOOK *UMA TRAJETÓRIA*  
*AMBIENTALISTA: DIÁRIO DE*  
*PAULO NOGUEIRA-NETO*

In Brazil, the Special Secretariat for the Environment (SEMA) came off the drawing board in 1973, under the auspices of the now-defunct Ministry of the Interior. Its beginnings were modest, but reflected the little relevance attributed to the theme at the time.

“I had three whole rooms and a staff of five with which to solve Brazil’s environmental problems”, wrote SEMA director Paulo Nogueira Neto. The new organ’s budget was under 1% of the Ministry’s total funding. A new rabbit had to be pulled from the proverbial hat every day just to keep the secretariat afloat. But float it did, and there was no turning back.

During the period, under the shadow of a military dictatorship, Brazilians were beginning to open up new channels for social participation. A number of social movements took their baby steps, despite the conservative wave that had swallowed up most other sectors. The environmental debate came to the fore on all levels—government, civil society, the business world and in scientific circles. As the urban middle class started raising its voice against pollution and the destruction of inner-city greenery, rural environmentalism endeavored to halt the bulldozers of capital in their communities.

However, on a global level, environmental degradation still had the last word, and the consequences came in the form of warnings. The 80s were turbulent. Sweltering North-American and European summers suggested that global warming was more than just environmentalist scaremongering. Drought in China and the USSR, floods in Bangladesh and hurricanes in the Caribbean reinforced that suspicion. An explosion at the nuclear reactor in Chernobyl, in the Ukrainian SSR, spewed unthinkable amounts of radioactive particles into the environment. In Brazil, the Amazon rainforest burned in increasingly higher flames as government-funded regional integration projects pursued a model of occupation that favoured agribusiness over trees.

## Sustainable development

In 1983, while the Earth spasmed, the UN invited representatives from 22 countries to form a World Environment and Development Committee. Chaired by the then Prime Minister of Norway, Gro Harlem Brundtland, the group commissioned dozens of studies and spent the next four years traveling across continents talking to specialists and local communities. The result, published in 1987, was “Our Common Future”, a document that criticized the standards of

“Brazil was being heavily criticized. It was as if we had this extraordinary museum and were using Picassos as firewood”.

**ANDRÉ CORRÊA DO LAGO**  
BRAZILIAN AMBASSADOR  
TO JAPAN

production and consumption in the industrialized world and alerted to the danger of developing nations repeating the same errors.

Also known as the Brundtland Report, the document became a milestone as the first-ever formulation of the concept of sustainable development, proposing a reconciliation between economic growth and its environmental and social ramifications. Underscoring the failure of governments to promote a sustainable development path, it issued a rallying call to civil society organizations to work more strenuously in that direction. The report caused quite a stir and was decisive in the United Nations’ decision to convene another global conference on the environment.

By this stage, Brazil had come out of its “economic miracle” and straight into recession. Abroad, the country’s image was still tarnished by the Stockholm conference, with wealthy nations arguing that Brazil was incapable of looking after its immense natural heritage. Photographs showing burning swaths of Amazon rainforest in American and European newspapers drove home the charge of a total loss of internal control.

“Brazil was being heavily criticized. It was as if we had this extraordinary museum and were using Picassos as firewood”, says diplomat Corrêa do Lago. The last straw came in 1988, when the



The Rio-92 Earth Summit, which introduced the environmental agenda to global discussions

Ivo Gonzalez/Agência O Globo

activist Chico Mendes, who rose to worldwide fame for his pacific resistance to Amazonian deforestation, was murdered in Acre. Ranchers and loggers had finally made good on their constant threats against the rubber tapper's life. The news spread like wildfire and seemed to confirm all of Brazil's negative press.

Rather than beat a retreat the government decided to tackle the crisis head-on and take steps to show that Brazil was duly concerned with its natural resources. 1988, the year a new Constitution was promulgated with a whole chapter devoted exclusively to the environment, also saw the launch of the Our Nature program, designed, among other ends, to strengthen the Amazon conservation effort, organize the haphazard occupation of Amazonian lands, and protect the region's traditional peoples. Funding for agribusiness projects in forest areas, which had led to unfettered deforestation in recent years, was also cut.

Two months later, in December of 1988, Brazil launched its bid to host the conference now widely known as Rio-92. Holding the event in Brazil and showcasing the nation and its projects was considered the only possible means of improving the country's image abroad. With its bid accepted, Brazil went straight to work. The Foreign Office set up an Environment Division (DEMA) to take care of the preparations. The first step was to reassess Brazil's positions on key topics: twenty years after the Stockholm Conference, it no longer made any sense for Brazil to insist on such a radical stance. After all, the sustainable development path set forth in the Brundtland Report was a major move towards a firmer understanding between developed and developing nations.

The fact that the environmental debate had matured in Brazil meant it was now possible to take a more flexible approach. If, in 1972, the government was practically the only voice being heard on the issue, science, academia and civil society were now vocal stakeholders. Where Brazil had always refused to address the problems in the Amazon, which it claimed were a matter of strictly domestic relevance, it now accepted dialogue and, in some cases, even opened the forest doors to foreign cooperation. This new posture effectively allowed environmental funds to gain a foothold in Brazil. At the same time, the country endeavored to strengthen its own institutions in order to show that it had solid data underpinning its national environmental protection policy. Deforestation tracking via satellite imaging by the National Institute of Space Research (INPE) was further proof that Brazil was on the right path.



The United Nations Conference on the Environment and Development (Rio-92) trained all the world's environmental spotlights on Brazil, and there was no ignoring it. "From modern entrepreneurs to archaic nature nuts", said the August 12<sup>th</sup> 1990 edition of the *Jornal do Brasil* [newspaper], everyone wants to know where this global mega-event will lead. Encouraged by the Brundtland Report, the contribution of civil society was striking: over seven thousand NGO representatives turned out for the parallel event, the Global Forum.

"By the time Rio rolled around, traditional diplomats were horrified [...], since the issues in play were technical questions requiring the negotiators to consult scientists and non-governmental organizations", wrote the American journalist Gregg Easterbrook, in his book *A Moment on the Earth*. This was something new. Serving as a catalyst for the country's fledgling movements, the conference prepared the ground for countless environmental organizations to set up shop in Brazil. "This was when the environment hit the economic and political mainstream. The very advent of environmental funds was proof that the theme had come in from the fringe, says the historian José Augusto Pádua, specialist in environmental history and professor at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ).

This confluence of factors bore fruit. The event crowned the idea of sustainable development and helped make the rich nations assume the greater burden of responsibility for environmental damage. Various agreements were signed, such as Agenda 21 and the Convention on Biological Diversity, which propagated the fledgling concept of biodiversity and, for the first time ever, managed to get 160 nations to commit to conservation. At the same time, it became increasingly clear that developing countries needed financial and technological support if they were to take the newly-blazed trail of sustainable development.

On the last day of Rio-92, the secretary-general Maurice Strong took to the microphone to say that the event was like a new beginning, "an historic moment for all humanity", he said. The challenges set forth in the document signed by the heads of state were daunting, but the number of people willing to fight for the environmental cause would no longer fit in a minivan. And they now had resources behind them: environmental funds like Funbio would become crucial to getting the commitments off the page and into reality. A new reality, ushered in by a bright new day.





Na página anterior, Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Minas Gerais e Bahia, ICMBio – TFCA

On previous page, Grande Sertão Veredas National Park, Minas Gerais and Bahia, ICMBio – TFCA

Nestas páginas, comunidade Queimadas, Ceará – Programa Fundos de Parceria

These pages, Queimadas Community, Ceará – Partners Fund Program





Fazenda Sítio do Meio, Ingazeira,  
Pernambuco – TFCA

Sítio do Meio Ranch, Ingazeira,  
Pernambuco – TFCA



Estrada do Vão-do-buraco, Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Minas Gerais e Bahia, ICMBio – TFCA

Vão-do-buraco Road, Grande Sertão Veredas National Park, Minas Gerais and Bahia, ICMBio – TFCA









Nas páginas anteriores, Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Minas Gerais e Bahia, ICMBio – TFCA

Previous pages, Grande Sertão Veredas National Park, Minas Gerais and Bahia, ICMBio – TFCA

Nestas páginas, Rio Tapajós (ao lado, detalhe das pedras), Parque Nacional da Amazônia, Pará, ICMBio – Arpa

These pages, Tapajós River (to the side, detail of the stones), Amazonian National Park, Pará, ICMBio – Arpa





Nestas páginas, Parque Nacional da Amazônia, Pará, ICMBio – Programa Arpa

These pages, Amazonian National Park, Pará, ICMBio – Arpa Program









Corredeiras do Cabano, Rio Tapajós, Parque Nacional da Amazônia, Pará, ICMBio – Programa Arpa

Nas páginas seguintes, mangue, Reserva Extrativista Maracanã, Pará, ICMBio – Programa Arpa

Cabano rapids, Tapajós River, Amazonian National Park, Pará, ICMBio – Arpa Program

Following pages, mangrove, Maracanã Extractivist Reserve, Pará, ICMBio – Arpa Program











Caranguejos aratu-vermelho,  
*Goniopsis cruentata*, Parnaíba,  
Piauí – TFCA

Ao lado, palmeira bacaba,  
*Oenocarpus bacaba*, Reserva de  
Desenvolvimento Sustentável do  
Uatumã, Amazonas, SEMA/AM –  
Programa Arpa

Mangrove root crab, *Goniopsis  
cruentata*, Parnaíba, Piauí –  
TFCA

Next, feather palm, *Oenocarpus  
bacaba*, Uatumã Sustainable  
Development Reserve, Amazonas,  
SEMA/AM – Arpa Program







Nestas páginas, palmito-juçara,  
*Eutrepe edulis*, Município de  
Antônio Carlos, Santa Catarina –  
TFCA

These pages, palm-juçara,  
*Eutrepe edulis*, Antônio Carlos  
municipality, Santa Catarina –  
TFCA









Pedro Barbosa das Neves (à direita) e Odilon Pereira, guarda-parques, Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Minas Gerais e Bahia, ICMBio – TFCA

Pedro Barbosa das Neves (right) and Odilon Pereira, park warden, Grande Sertão Veredas National Park, Minas Gerais and Bahia, ICMBio – TFCA









Nas páginas anteriores, Parque Estadual dos Três Picos, Rio de Janeiro, Inea, RJ – FMA/RJ

Ao lado, o mesmo parque visto do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro

Nas páginas seguintes, Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis, Teresópolis, Rio de Janeiro – FMA/RJ

Previous pages, Três Picos State Park, Rio de Janeiro, Inea, RJ – FMA/RJ

Left, in the distance, Três Picos State Park (Inea, RJ) seen from the Montanhas de Teresópolis Municipal Natural Park, State of Rio de Janeiro

Following pages, Montanhas de Teresópolis Municipal Natural Park, Teresópolis, Rio de Janeiro – FMA/RJ







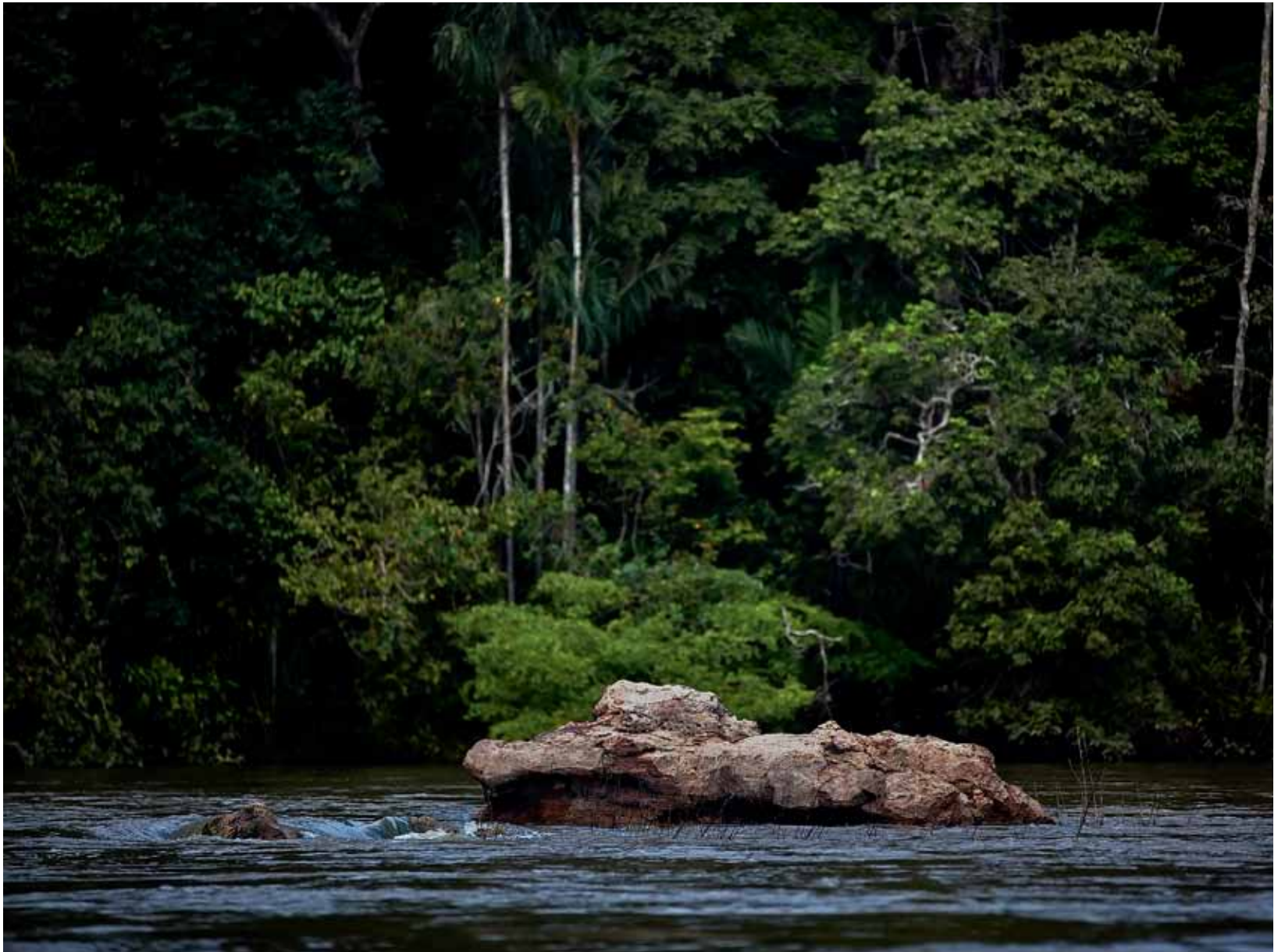


Ao lado, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, Amazonas, SEMA/AM – Programa Arpa

Left, Uatumã Sustainable Development Reserve, Amazonas, SEMA/AM – Arpa Program

Nesta página e na seguinte, Parque Nacional da Amazônia, Pará, ICMBio – Programa Arpa

This page and next, Amazonian National Park, Pará, ICMBio – Arpa Program





# A FUND FOR A NEW AGE

---

As the second semester of 1996 came around, an avalanche of biodiversity conservation proposals flooded the three square-meter room at the Getulio Vargas Foundation (FGV) in Rio de Janeiro. The address was correct, but the addressee was another: The Brazilian Biodiversity Fund – Funbio

The organization, which had just been registered as part of the existing FGV administrative structure, was beginning its life in a tiny office, but with a colossal task ahead: to allocate funds and support institutions to ensure the implementation of the Convention on Biological Diversity (CBD) in Brazil.

This seemingly unending paper blizzard was a sign of new times that had dawned with the Rio-92 Earth Summit, and there was no shortage of environmental organizations eager to help out. Not only were the funds there, but they were considerable. And in its present incarnation, the CBD, which they were earmarked to carry through, was something entirely unprecedented.

Of course, nations had been signing biodiversity conventions for over a century, but never with the scope and force of the CBD. “The hundred or so conventions previously drafted on the theme focused on a limited number of biodiversity components. There were conventions on the protection of Arctic seals, plants of economic interest, and species threatened with extinction within the context of international trade, but they were all highly specific and of little use in tackling the real magnitude of the problems and their economic and social causes”, says the biologist Braulio Dias, who, in 2012, left his post at the Ministry of the Environment in Brasília to become the executive secretary of the CBD in Montreal. “These agreements lacked mechanisms robust enough to deal with the problem”.

“The hundred or so conventions previously drafted on the theme focused on a limited number of biodiversity components. There were conventions on the protection of Arctic seals, plants of economic interest, and species threatened with extinction within the context of international trade, but they were all highly specific and of little use in tackling the real magnitude of the problems and their economic and social causes. These agreements lacked mechanisms robust enough to deal with the problem”.

**BRAULIO DIAS**  
EXECUTIVE SECRETARY  
OF THE CONVENTION ON  
BIOLOGICAL DIVERSITY  
FROM 2012 TO 2016

This realization dawned by degrees. But the trigger that led, decades later, to the creation of environmental funds like Funbio was pulled in 1972 by the UN’s first earth summit, held in Stockholm. Next came the United Nations Environment Program (UNEP), after which most nations started structuring environmental organs of their own. And that was that: not only was the issue here to stay, but gained momentum throughout the 80s. “There was a growing lobby at the time, especially among researchers and NGOs, worried about worsening environmental degradation. They started pressuring governments and flagging the need for a new international convention on biodiversity. One that was wide-reaching enough to tackle all the aspects of the conservation, and which had the legal clout to turn things around”, says Dias.

UNEP heard the rallying cry and, in 1988, decided to take the lead. It started inviting people who really understood biodiversity to discuss whether or not a new convention was really necessary. The answer was a resounding ‘yes’. The next step was to bring in a legal team to set the proposal out on paper. In February 1991, when

the Intergovernmental Negotiations Committee was installed to discuss the issue, Dias had just taken over as public policy director at the Brazilian Institute for the Environment and Renewable Natural Resources (Ibama). Chosen to represent Brazil at the CBD negotiations, he became the unofficial standard bearer for the developing nations.

“In the beginning, the document addressed only conservation, period. But countries like Brazil, Indonesia and India demanded that the scope be widened to include the sustainable use of biodiversity”, he says. The demand was based on hard facts: developing nations are home to two-thirds of the world’s genetic diversity, yet the financial and technological resources needed to exploit that diversity lay with the developed world. It didn’t add up. “The balance of international trade was clearly skewed: the rich nations were getting richer off resources that belonged to the tropical countries, which were fast losing their biodiversity without reaping any of its benefits”, says Dias.

The debates were protracted and tough and only ended on the eve of Rio-92, when the final draft of the text was agreed upon at the meeting in Kenya. Months of heated discussion had culminated in an agreement that balanced demands. The main goals were threefold: biodiversity conservation; the sustainable use of its components; and the fair and equitable sharing of the benefits arising from those resources.



Meeting at the Getulio Vargas Foundation at which Funbio was formally established, in 1995

Núcleo de Documentação da Fundação Getulio Vargas – Ndoc/FGV

Completed in time, the Convention on Biological Diversity was opened to accessions during Rio-92. As host, Brazil was the first to put pen to paper. With the signatories onboard, it was time for action. “Each contracting party had to set up a legal framework for CBD implementation and ensure that biodiversity-related themes were not restricted to the environmental sphere, but were addressed by every sector of government”, explains Dias. It was a deal struck with heavy-hitters, and the task of carrying it through fell to Dias, who left Ibama soon after Rio-92 to set up a biodiversity department at the Ministry for the Environment: “I ended up staying there for twenty years”, says the biologist.

More than long enough to see the theme grow and loom large within the government sphere. Yet Dias had had to start from scratch. After the National Congress ratified the CBD in February 1994, he coordinated a nationwide survey with researchers, NGOs, the business world and government. The result was a decree, issued at the end of that same year, that established the National Biological Diversity Program (Pronabio), the instrument that would take the CBD’s tangle of articles and items and turn it into something tangible. With the coordinates set, the next step was to raise the funds and draw up the projects to deliver on Pronabio’s promises.

## The greatest biodiversity on the planet

By that stage, Brazil had already come calling to the Global Environment Facility (GEF), an international fund launched in 1991 under the auspices of the World Bank with the initial target of leveraging sustainable-development projects worldwide. The GEF played a pivotal role in Funbio’s creation. Plied with donations from the world’s wealthiest nations, the agency launched its pilot program with USD 1 billion in funds to disburse on environmental projects with global impact. The pilot was such a success that the GEF was quickly officialized as a financial instrument to help developing nations implement the Convention on Biological Diversity. From that time on, any nation committed to the CBD could apply to the facility for the funds it needed to uphold its part of the bargain. Brazil did just that.

The GEF was born with a bang, and not just for its bursting purse. Its World Bank parentage was cause for alarm among environmentalists, for whom the institution was tainted with the environmental impacts of the mega-construction projects it had long been financing. The Venezuelan Claudia Sobrevila remembers

this well. In 1992, she decided to give up her impassioned career with The Nature Conservancy for a post at the World Bank. As the leader of one of the NGO's international programs, she had spent years traveling in Latin America inventorying natural resources and convincing local governments to set up protected areas. She was about to leave all that behind. Her friends reacted in unison: "How could you possibly work for an institution whose sole concern is development and which doesn't give a damn about the environmental impact of its undertakings?" She didn't really know how to answer that, but she knew she had to follow her intuition: "There has to be something positive in there. If I can figure out what that is, I can make it grow".

Sobrevila is one of those women who can find needles of opportunity in the largest of haystacks. Back in the early 90s, when the environmental debate was trying to graduate out of a deep-set polarization between heroes and villains, the biologist chose the road that would become imperative from that time on: the path of dialogue and conciliation. "It was clear to me that if we wanted to preserve the environment it wasn't enough to enlist civil society and government; we had to bring the financial institutions onboard too", she explains. After all, when the expected climate-change tsunami finally struck, we'd all find ourselves in the same boat.

The winds that were blowing were those of change, and not a single institution was immune to the bluster. "The environmentalist movement was gaining momentum and beginning to figure as a strong activist presence in multilateral institutions. The World Bank was the center of attentions, and that generated a great deal of concern internally", recalls Luiz Gabriel de Azevedo. He had just joined the bank and found himself in the eye of the storm. A civil engineer by trade, with a master's degree and doctorate in large-scale hydropower-infrastructure projects, he was hired to spearhead operations in that area. Barely in the door, there was this major change of mood.

"Everything the bank was doing in the area of infrastructure became the ugly duckling overnight. There were no new projects, and the old ones were being shut down one by one. The bank was riding all its chips on projects in the areas of health and education, which had far less environmental impact", he says. Before long, the engineer migrated from the bank's infrastructure sector to its newly-renamed Department for Sustainable Development and the Environment, which took Latin America as its prime target. "It was the former Agriculture and Natural Resources division. The name-change

"The (World) Bank was riding all its chips on projects in the areas of health and education, which had far less environmental impact. It was the former Agriculture and Natural Resources division. The name-change expressed a total about-turn: the bank was now eager to move into projects connected with environmental conservation".

**LUIZ GABRIEL DE AZEVEDO**  
CURRENTLY WITH THE INTER-AMERICAN INVESTMENT CORPORATION (IIC) AND FORMERLY WITH THE WORLD BANK

expressed a total about-turn: the bank was now eager to move into projects connected with environmental conservation”.

The acid test was the Global Environment Facility. When the GEF was created, the World Bank’s Environmental Department started hiring for growth. One of the new members of staff was Sobrevila, and she gradually found her niche. She coordinated the design of a project that would later become the GEF’s biggest-yet donation to a single country. The country was Brazil, and the sum was USD 30 million, seed money for the creation of Funbio and its implementation of the Convention on Biological Diversity. When asked why the Facility had decided to foot such a colossal sum, the answer was short and to the point: “Because Brazil is the most biodiverse country on the planet”.

The biologist Gustavo Fonseca is fully aware of how loud the superlatives attached to Brazil echo abroad. When he received his degree from the University of Brasília, he headed straight for the USA, where he immersed himself in a master’s degree and doctorate at the University of Florida. It was the 80s, and Fonseca was drawn to a new branch of science that was growing fast: conservation biology. It was a time when the leading ecologists were reaching the disturbing consensus that flora and fauna—their subjects of study—were going downhill, fast. Something had to be done, especially in developing countries, home to the lion’s share of the world’s biodiversity. It was on those regions that international environmental organizations had to train their sights. And Brazil was a priority target.

Fonseca was a keen participant in this process. He brokered WWF and Conservation International (CI) programs in Brazil and helped CI set up operations here in 1990. The NGO made its Brazilian debut at Rio-92, when it took part in the negotiations on the Convention on Biological Diversity. It was hardly surprising, then, that Fonseca received a phone call from the Ministry of the Environment: as a civil society representative, he was invited to join a committee created to design the GEF’s thirty million-dollar Brazilian project.

Heading the undertaking were Braulio Dias, representing the Environment Ministry, and Claudia Sobrevila, from the World Bank. In addition to Fonseca, other people from civil society, academia and the Brazilian business world were called in to discuss the project. Sobrevila also brought in a Brazilian friend from her doctorate days at the Harvard Ecology department as an advisor. Adriana Moreira, the woman behind such NGOs as the Amazonian Environmental



Research Institute (IPAM), came aboard as the Venezuelan's right-arm in Brazil. "Claudia and I are Funbio's godmothers", jokes Adriana.

## A cooperation benchmark

Such a multi-sector team was a clear sign that environmental policy was not something to be scribbled out in official backrooms. Representatives from government, science, NGOs and the private sector were consulted at length. It was decided that a two-pillar structure would be erected to strengthen Pronabio. The first of these, the Project for the Conservation and Sustainable Use of Brazilian Biological Diversity, known as Probio, was given USD 10 million with which to pursue its mission of funding studies, projects and workshops to compile and sift through information on Brazilian biodiversity. The second pillar was a long-term (15-year) environmental fund established with the remaining USD 20 million as seed capital. The fund, which would have to find its own funding sources once the GEF money had been allocated, was to finance conservation initiatives countrywide.

Thus began a second debate: what form should this fund take? Led by the same committee, a new round of consultations got underway with a diverse range of sectors, as well as the Ministry of Planning and the Central Bank. The answer did not come swiftly, but certain fundamental parameters were put forward: "The most important aspects we heard repeatedly were that this fund had to be something transparent, effective—actually yielding results—, and collaborative—that listened to different voices", says Sobrevila. "The challenge was to create an institution that included government representation, but was not dominated by it. Brazilian academia and society as a whole had to be involved", adds Fonseca.

Braulio Dias coordinated studies to assess the environmental funds already operating in the country. The federal government's National Environment Fund (FNMA) had been up-and-running since 1989. There were others, too, though most of these were incipient. The fact was the existing funds were nowhere near enough. "We conducted an analysis and determined that the existing funds could not provide what we needed. The FNMA, for example, couldn't receive funds from other sources, such as governments, international organs and the private sector", he explains.

And there was a lot of red tape to cut through. "One of the bottlenecks in Brazil is the bureaucratic legislation strangling fund

"The most important aspects we heard repeatedly were that this fund had to be something transparent, effective—actually yielding results—, and collaborative—that listened to different voices".

**CLAUDIA SOBREVILA**  
GLOBAL WILDLIFE PROGRAM  
MANAGER, THE WORLD  
BANK

"The challenge was to create an institution that included government representation, but was not dominated by it. Brazilian academia and society as a whole had to be involved".

**GUSTAVO FONSECA**  
DIRECTOR OF PROGRAMS AT  
THE GEF

management. Anti-corruption measures end up straitjacketing government, which makes financial administration a nightmare. We needed more flexible mechanisms”, says the biologist.

Given the impasse, some suggested reformulating the FNMA. Others proposed creating a new fund under the government’s wing. But it was the idea of creating a private institution that won the day. Claudia Sobrevila brought over some representatives from Mexico and Peru, countries that were trying out a new model of government-sprung but privately-managed fund. The World Bank immediately fell in behind the idea, as can be seen from an internal report from 1996: “the need for a flexible administrative structure that would operate independently, transparently, and sustainably justified the use of a private non-profit foundation.” The hammer fell: “We concluded that the most viable hypothesis was the creation of a private fund with public goals”, says Dias. “This management model already existed. It had been developed by the World Bank in other countries in Latin America and ended up catching on”, says Adriana Moreira.

Thus was laid a milestone in Brazil’s environmental policy of decentralization and cooperation between government and the private sector. But you get what you work for, and there was a lot of ground still to cover. The difficulty now was that the World Bank wanted guarantees before transferring the resources. Guarantees which a new fund with no capital of its own was in no position to give. Ten meetings, commissioned studies and consultations with over fifty civil society entities later and the impasse still stood. And then the debate reached the ears of the then Minister for the Environment, Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho. He believed it was time to bring in other sectors, so he rang up his friend Roberto Bornhausen, who was chairman of the board at Unibanco, now merged with Itaú.

Up to that point, Bornhausen’s closest link with the environment had been his degree in agronomic engineering, which he set aside upon taking his first bank job in 1956: “My whole career was in banks”, he said. And that was precisely why he was called upon to try to solve the problem. “The ministry had this issue stuck in its throat. So Krause asked for my help. He wanted me to pool a team from the private sector and present a solution to get the World Bank to release the funds”, says the banker, who accepted the mission. “I said, ‘Okay, I’ll submit a proposal in two or three months and I’ll be on my way’”. But what he thought would be just a brief stint proved far more open-ended.

“My whole career was in banks. The ministry had this issue stuck in its throat. So Krause asked for my help. He wanted me to pool a team from the private sector and present a solution to get the World Bank to release the funds. I said, ‘Okay, I’ll submit a proposal in two or three months and I’ll be on my way’”.

**ROBERTO BORNHAUSEN**  
FIRST CHAIRMAN OF  
FUNBIO’S DELIBERATIVE  
BOARD

In April 1995, an advisory committee chaired by Bornhausen was convened, and it was stocked with people from various sectors. Before long, the committee came back with two possibilities. The first was to entrust the new fund to a specially-created NGO started from scratch. The second was to use an already consolidated institution with a proven academic track record: the Getulio Vargas Foundation (FGV). “It was to be a sort of creche, a safe haven in which to hatch the new fund under an umbrella of credibility it could later step out from under”, he explains.

The second alternative won the vote, for obvious reasons: “To avoid risks, it was decided that Funbio would be born from an existing entity”, says Adriana Moreira. “The World Bank would feel much safer disbursing millions of dollars to an institution of international renown than to a group of individuals no-one had ever heard of”, says Bornhausen. The minister gave the green light and sent the banker to FGV to negotiate the proposal with the foundation’s president, Jorge Oscar de Mello Flôres, his long-time friend. He liked what he heard and decided to sponsor the idea: the Brazilian Biodiversity Fund (Funbio) hatched within FGV, but with full autonomy. “It was extremely kind and courageous of him”, says Bornhausen. “After all, the new entity was going to use the foundation’s name, was registered as part of its structure, and was going to receive funds from abroad and manage them autonomously under the foundation’s roof. It was a tremendous vote of confidence in the Funbio team”.

The résumés of those involved certainly inspired trust. In addition to the professional backgrounds of Dias, Sobrevila, Fonseca and Bornhausen himself, the process of discussing and designing Funbio had served as a magnet for heavyweight names from various different sectors. Once FGV signed on, writing Funbio into official existence on September 28, 1995, the swearing-in ceremony for the Board of Directors was held within ten days.

## Union among different areas

Most of those who had taken part in the drawn-out process of the fund’s creation ended up staying aboard. It was a strong 32-member team. It was said at the time that if you were looking for any of the big names in biodiversity in Brazil, all you had to do was knock on Funbio’s door. Besides Dias and Fonseca, the Board included Admiral Ibsen de Gusmão Câmara, chief of the Brazilian Foundation for Nature Conservation (FBCN), Virgílio Viana, from the University of

“In terms of investment, government and the private sector are better equipped to act. They have to work hand-in-glove. But where’s the technical aptitude, the vocation for executing environmental projects? In academia and the third sector. The diversity of Funbio’s board was therefore not merely positive, but made all the difference”.

**LUIZ GABRIEL DE AZEVEDO**  
CURRENTLY WITH THE INTER-AMERICAN INVESTMENT CORPORATION (IIC) AND FORMERLY WITH THE WORLD BANK

São Paulo (USP), José Márcio Ayres, from the Goeldi Museum, and Jean Marc von der Weid, from the Smallholder and Agroecology Association (AS-PTA).

The Board was to be sixteen-strong, with a supplant for each member. Bornhausen was elected chairman of the Board, and Fonseca, vice-chairman. Formed by people from different areas, the organization followed the same multidisciplinary approach, drawing members from government, academia, the business world, environmental organizations and FGV. Mixing such disparate ingredients was a new recipe for the day, and a foretaste of the heady doses of daring and innovation still to come.

“Funbio pioneered this multi-representative approach. Environmental organizations had their ties to government, but the business sector had little or no contact with the Ministry of the Environment. The entities were highly segmented and sectorized back then”, says Bornhausen, who was taking his own first steps on environmental ground. “It was such a rich experience dealing with people from such different backgrounds, with widely differing opinions, but working to solve the same problems”.

“In terms of investment, government and the private sector are better equipped to act. They have to work hand-in-glove. But where’s the technical aptitude, the vocation for executing environmental projects? In academia and the third sector. The diversity of Funbio’s board was therefore not merely positive, but made all the difference”, says Luiz Gabriel de Azevedo, who was working for the World Bank at the time.

Despite the different career backgrounds, clashes were rare at Funbio. “Each did his or her part. The private sector guys assumed responsibility for managing the fund. We, from the environmental NGOs, brought our project experience to the table. Each group made an important contribution in accordance with its profile. I didn’t discuss interest rates with the president of Unibanco and Mr. Bornhausen never second-guessed the priorities we set for the environmental agenda”, says Garo Batmanian, who helped bring the WWF to Brazil in the 1990s and was in charge there when invited to join Funbio’s maiden Board.

With the group tending to the strategic side already in place it was time to hire an executive director, the figure who would put that thinking machine to work. It was a mammoth responsibility.

“Each did his or her part. The private sector guys assumed responsibility for managing the fund. We, from the environmental NGOs, brought our project experience to the table. Each group made an important contribution in accordance with its profile. I didn’t discuss interest rates with the president of Unibanco and Mr. Bornhausen never second-guessed the priorities we set for the environmental agenda”.

**GARO BATMANIAN**  
CURRENTLY WORLD BANK  
LEAD ENVIRONMENT  
SPECIALIST AND  
AGRICULTURE/  
ENVIRONMENT/FORESTRY  
SECTOR COORDINATOR FOR  
CHINA AND MONGOLIA AND  
FORMERLY WITH WWF

“The board had assembled the conceptual part, laid the ground-work for the institution and set the coordinates it was to follow”, says Bornhausen. “The executive director would have to take all that and make Funbio work”. And with a delicate hand, as Funbio was still part of FGV, where it would remain until 1999, when it became a registered entity in its own right.

With a degree in Public Administration from the Getulio Vargas Foundation and a doctorate in production engineering, Pedro Leitão wasn’t all that familiar with environmental issues, but he had other aces up his sleeve. With 20 years behind him in the area of science and technology, he was working for the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) and was a lecturer at the Alberto Luiz Coimbra Institute for Post-Graduate Studies and Engineering Research (Coppe/UFRJ), where he also led a Sustainable Technological Development laboratory. “I didn’t know much about biodiversity, but I did know a lot about nurturing research programs, and had experience in international cooperation and in securing funding abroad”, he says. He saw the ad in the newspaper and decided to apply. He got the job.

“The members of the board really invested time and work, and voluntarily, which wasn’t easy, as they all had high-level positions in their respective areas. Some were from NGOs, others were lecturers, government functionaries”, recalls Bornhausen. “Nobody there was used to setting up entities, or working on such multifaceted teams, where no-one held sway. But they all understood how important it was, so embracing Funbio came naturally”.

**ROBERTO BORNHAUSEN**  
FIRST CHAIRMAN OF  
FUNBIO’S DELIBERATIVE  
BOARD

## USD 5 million and a question

When he turned up for work at the FGV building off Botafogo Beach in Rio de Janeiro, Leitão was shown to a room no larger than three meters-squared, with a single table and a deadline: he had six months to get Funbio up-and-running and launching its first call for conservation project support. “I bought a computer, hired a secretary, ran some strategic planning exercises by the board and we set the parameters for Funbio’s scope of action”, he recalls.

The tasks ahead were daunting, but the atmosphere that surrounded the team made everything seem more doable. “Today I sit on half a dozen boards, but none is like the one we had at Funbio back then: those people gave it their all”, says Leitão, adding that the rate of absenteeism at the four-monthly meetings was negligible. “The members of the board really invested time and work, and voluntarily, which wasn’t easy, as they all had high-level positions in their respective areas. Some were from NGOs, others were lecturers, government functionaries”, recalls Bornhausen. “Nobody there was used to setting up entities, or working on such multifaceted teams, where no-one held sway. But they all understood how important it was, so embracing

“We were expecting to receive somewhere between 50 and 100 proposals, tops. We received 1,053”.

**PEDRO LEITÃO**  
FUNBIO'S FIRST SECRETARY-  
GENERAL, CURRENTLY  
DIRECTOR-PRESIDENT  
OF TRAMA BRASIL  
CONSULTORIA E PROJETO

Funbio came naturally”, says Bornhausen. “Besides, it was a lively group”, adds Leitão with a grin.

It was with high spirits that the organization launched its inaugural call in 1996. At the fund's disposal was USD 5 million and a question: what's being done toward biodiversity conservation in Brazil? “It was an ample, exploratory call for submissions. It was almost like going fishing just to see what will bite: what interests were out there, about which themes, and in which parts of the country”, explains Bornhausen. The call for proposals was open to organizations working with sustainable, non-extractive forest management, sustainable fisheries, agriculture, biodiversity, or protected areas.

What followed were weeks of running ads in newspapers and on websites. “We were expecting to receive somewhere between 50 and 100 proposals, tops”, recalls Pedro Leitão. An estimate that was buried deep beneath an avalanche of reality: “We received 1,053”. Leitão's little office was overrun with documents. As the proposals were stacked in boxes out in the FGV hallway, one thing was certain: Funbio was up and running, and it would need strong legs to stay the course. “We really believed Funbio would work”, says Luiz Gabriel Azevedo. “What surprised us was how well and how quickly”.









Nas páginas anteriores, Igapó na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, Amazonas, SEMA/AM – Programa Arpa

On the previous pages, Igapó at the Uatumã Sustainable Development Reserve, Amazonas, SEMA/AM – Arpa Program

Abaixo e na página seguinte, Parque Nacional da Amazônia, Pará, ICMBio – Programa Arpa

Below and right, Amazonian National Park, Pará, ICMBio – Arpa Program





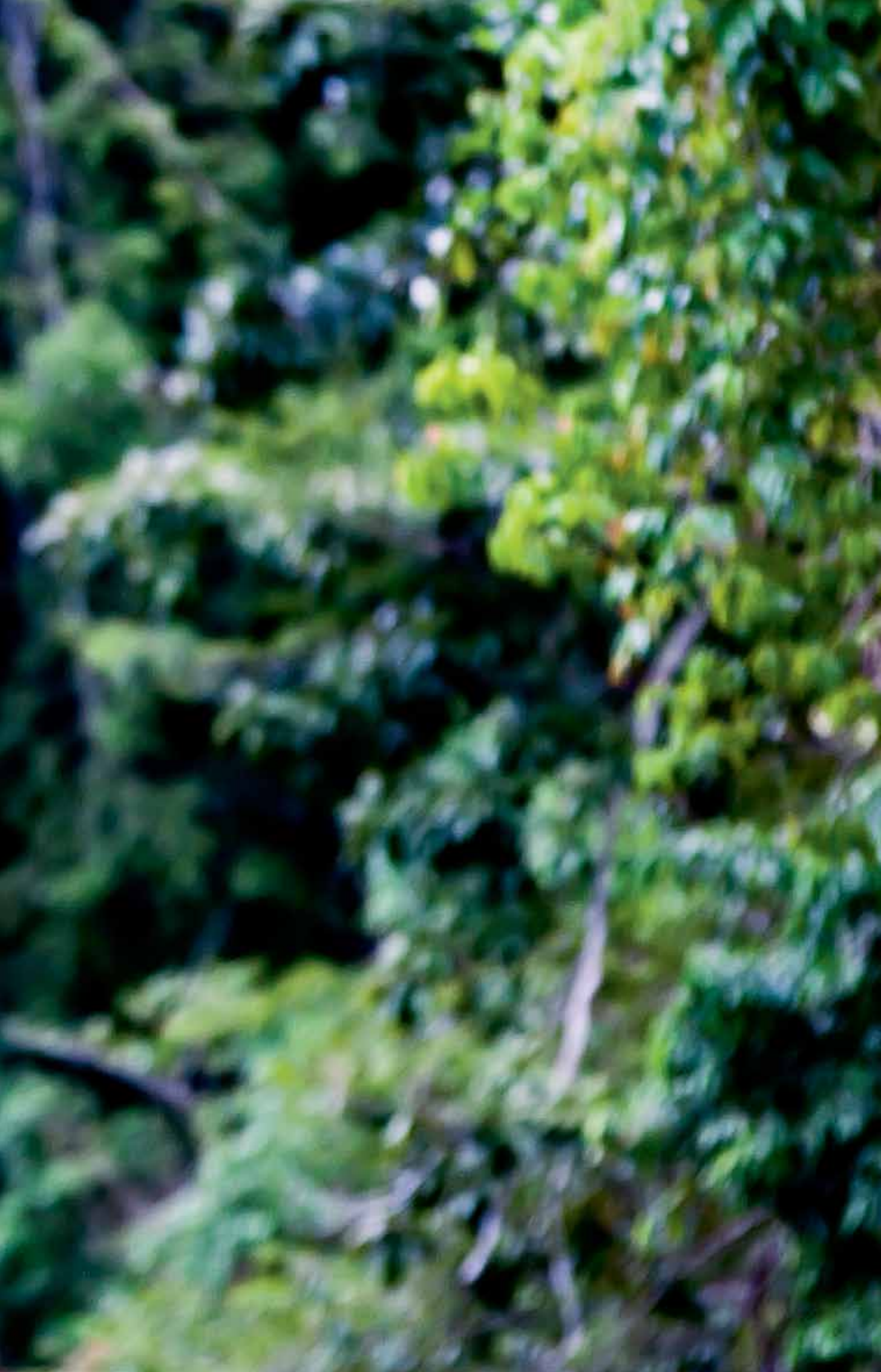




Igarapé Tracoá, Parque Nacional da Amazônia, Pará, ICMBio – Programa Arpa

Tracoá Stream, Amazonian National Park, Pará, ICMBio – Arpa Program





Parque Nacional da Amazônia,  
Pará, ICMBio – Programa Arpa

Amazonian National Park, Pará,  
ICMBio – Arpa Program

Igapó da cabeceira do  
Igarapé Curara, Reserva de  
Desenvolvimento Sustentável do  
Uatumã, Amazonas, SEMA/AM –  
Programa Arpa

Headwaters and Curara Stream,  
Uatumã Sustainable Development  
Reserve, Amazonas, SEMA/AM –  
Arpa Program



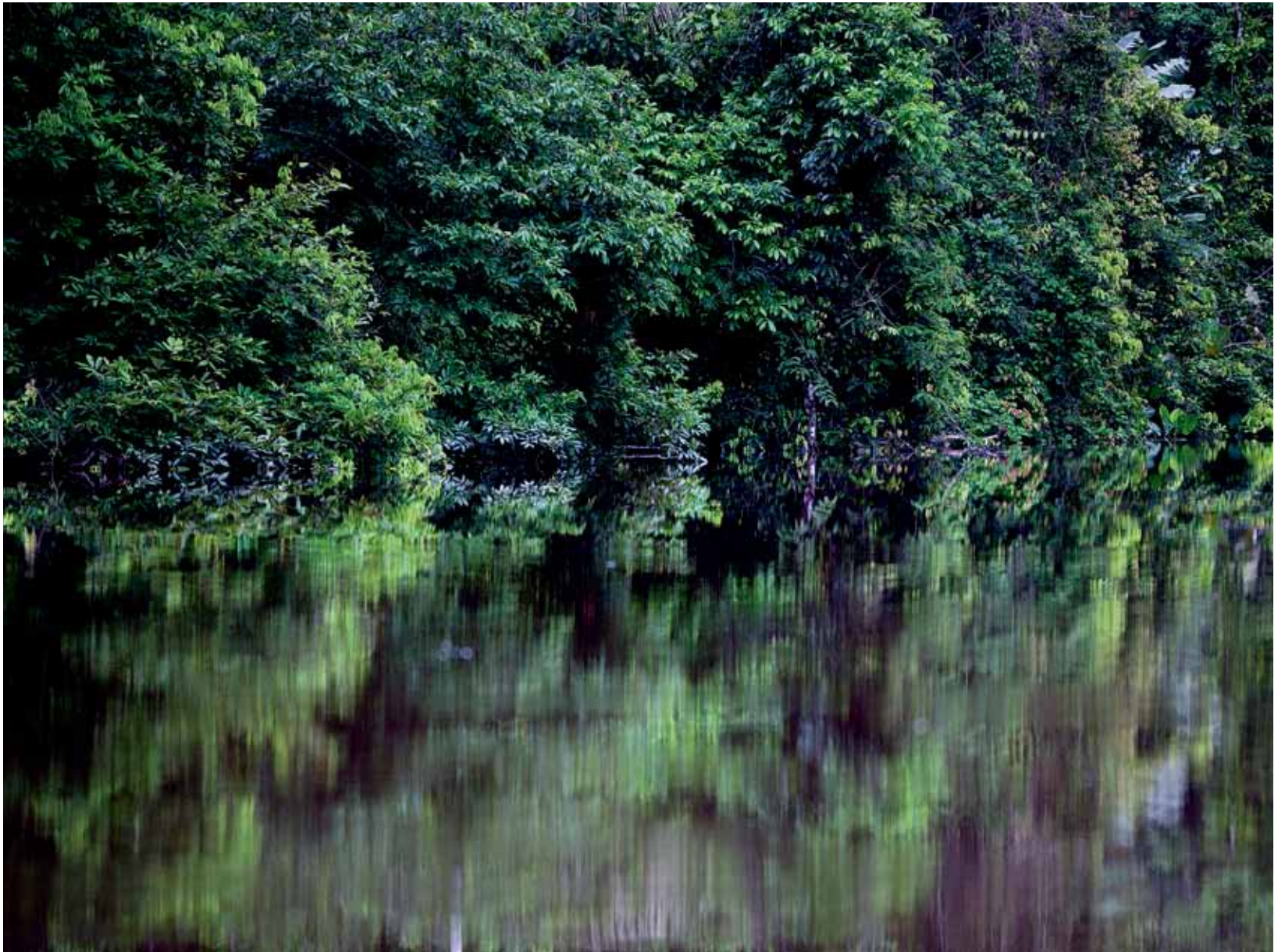


Igarapé Tracoá, Parque Nacional da Amazônia, Pará, ICMBio – Programa Arpa

Tracoá Stream, Amazonian National Park, Pará, ICMBio – Arpa Program

Nas páginas seguintes: Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, Amazonas, SEMA/AM – Programa Arpa

Following pages: Uatumã Sustainable Development Reserve, Amazonas, SEMA/AM – Arpa Program

































Páginas 314–315, Cachoeira  
Camorim, Parque Estadual da  
Pedra Branca, Inea, RJ – FMA/RJ

Nestas páginas, Parque Estadual  
Cunhambebe, Mangaratiba, Inea,  
RJ – FMA/RJ

Pages 314–315, Camorim  
Waterfall, Pedra Branca State  
Park, Inea, RJ – FMA/RJ

These pages, Cunhambebe State  
Park, Mangaratiba, Inea, RJ –  
FMA/RJ







Parque Estadual da Pedra Branca,  
Rio de Janeiro, Inea, RJ – FMA/RJ

Pedra Branca State Park, Rio de  
Janeiro, Inea, RJ – FMA/RJ







Páginas anteriores, Parque Estadual da Pedra Branca, Rio de Janeiro, Inea, RJ – FMA/RJ

Acima, Parque Estadual dos Três Picos, Estado do Rio de Janeiro, Inea, RJ – FMA/RJ

À direita, Reserva Biológica União, Estado do Rio de Janeiro, ICMBio – FMA/RJ

Página seguinte, Pica-pau-de-topete-vermelho, *Campephilus melanoleucos*, Parque Estadual dos Três Picos, Rio de Janeiro, Inea, RJ – FMA/RJ

Previous pages, Pedra Branca State Park, Rio de Janeiro, Inea, RJ – FMA/RJ

Above, Três Picos State Park, Rio de Janeiro State, Inea, RJ – FMA/RJ

Right, União Biological Reserve, Rio de Janeiro State, ICMBio – FMA/RJ

Next page, Crimson-crested woodpecker, *Campephilus melanoleucos*, Três Picos State Park, Rio de Janeiro, Inea, RJ – FMA/RJ





# TWENTY YEARS OF CONNECTIONS AND HISTORIES

---

It might be hard to believe, but right in the middle of Rio's bustling south zone there's a place where you can lose yourself in Brazilian biodiversity. It's true, and it's located on the fifth and sixth floors of an office building on in Botafogo. The first thing you see as you come out of the elevator is a swath of Atlantic Forest. Go straight in, walk past the anteroom and head for the reception desk and you'll see an Indian in the distance. The receptionist will show you upstairs into some thick Caatinga scrubland. Nearby, in the Amazon Rainforest and Cerrado grasslands, other meetings will be in full swing.

“Funbio leverages the various conservation agents by pooling effort and competencies. It helps build bridges between the Brazilian government and governments from around the world, ensuring the viability of environmental projects in partnership with other non-government organizations. Over the years, and hundreds of projects, it’s garnered and accumulated valuable data and knowledge on Brazil’s biomes”.

**BRUNO MARIANI**  
CHAIRMAN OF FUNBIO’S  
DELIBERATIVE BOARD  
BETWEEN 2012 AND  
2013, NOW EXECUTIVE  
DIRECTOR OF SYMBIOSIS  
INVESTIMENTOS E  
PARTICIPAÇÃO

It’s an immersion that starts discreetly, but if you should ask anyone about the panel depicting lush forest, or about the wooden anteatrator or the Kayapó tribesman, you’d better take a seat: there’s about twenty years of history behind the elements that now adorn the Rio headquarters of the Brazilian Biodiversity Fund (Funbio). Someone will take you by the arm, lead you into one of the rooms, all named after Brazilian biomes, and give you an impassioned briefing on the organization’s rich experience.

In fact, rooms are an endangered species in that thousand square-meter open-layout office space, arranged to ensure that Funbio’s employees are only ever a craned neck away from each other. After all, this is an institution created in collaboration with people from government, academia, corporate environments, and civil society, who learned early just how important dialogue is to the success of environmental initiatives—including Funbio itself.

With the mission of handling strategic resources for biodiversity conservation, the organization has not only enabled hundreds of projects, but has also become a storehouse of knowledge and training. Overall, Funbio has disbursed USD 579 million to projects and initiatives nationwide. Its support has helped create, install and maintain upwards of 300 Protected Areas (PAs) and it has fostered the activities of more than 170 institutions. Funbio has left its mark on 67 million hectares of land—an area a little larger than France.

“Funbio leverages the various conservation agents by pooling effort and competencies. It helps build bridges between the Brazilian government and governments from around the world, ensuring the viability of environmental projects in partnership with other non-government organizations. Over the years, and hundreds of projects, it’s garnered and accumulated valuable data and knowledge on Brazil’s biomes”, says Bruno Mariani, chairman of the Deliberative Board between 2012 and 2013.

This long trek began with USD 20 million in seed stock and a 3 m<sup>2</sup> office back in 1996, when Funbio selected its first batch of environmental projects for funding. “I remember people talking about it. It was news among the NGOs”, recalls the biologist Claudio Pádua, who had founded the Ecological Research Institute (IPÊ) only four years earlier and would later become a Funbio advisor.



## An avalanche of proposals

“Getting funding for conservation had never been easy. There wasn’t much money going around back then, and everyone had to get by on small donations. IPÊ used to beg for USD 5 thousand, then make it last a whole year”, says Pádua. “People worked for nothing, and ended up getting into debt. There was a high personal cost”, says Clóvis Borges, executive director of the Society for Wildlife and Environmental Education Research (SPVS), an organization founded in 1984. “The SPVS spent the 80s working miracles”, says Borges, later a Funbio advisor. “Funbio was one of the first organizations to come on-stream with significant sums in Brazil”.

Maybe that’s why the thousand or so proposals Funbio received included funding requests for projects run out of people’s backyards. The avalanche of petitions was a baptism of fire for Funbio. “The beauty of that first call was not necessarily the ten projects we selected. The first gain was the way the Deliberative Board handled it: the advisors spent two weeks bunkered down at the Getulio Vargas Foundation reading through all these proposals”, says then-CEO Pedro Leitão. “Galvanizing that group of people from different parts of Brazil and from different backgrounds was the first major achievement. They created a genuine Board culture”.

The second major asset didn’t come from the select ten either, but from the bevy of proposals received: the thousand or so applications provided a much-needed overview of what was being done in terms of biodiversity conservation. “We’d spent a long time poring over those requests”, says Leitão. Together they formed a mosaic of possible investment directions Funbio could take on later project calls.

However, the organization also had to map other potential funding sources willing to support environmental projects. From the outset, the Global Environment Facility (GEF) expected Funbio to raise additional funds from the private sector, securing at least USD 5 million as a counterpart to the donation. The Board decided to issue a second call for projects, inviting institutions already investing in biodiversity to present proposals. If approved, Funbio would commit with half the funding. “For example, the National Metallurgical Company (CSN) had a forest reserve. For us, from a biodiversity perspective, it was important to maintain that forest. How much would that cost? A million? So they put up five hundred and fifty thousand to our four hundred and fifty”, explains Leitão.

“The beauty of that first call was not necessarily the ten projects we selected. The first gain was the way the Deliberative Board handled it: the advisors spent two weeks bunkered down at the Getulio Vargas Foundation reading through all these proposals”.

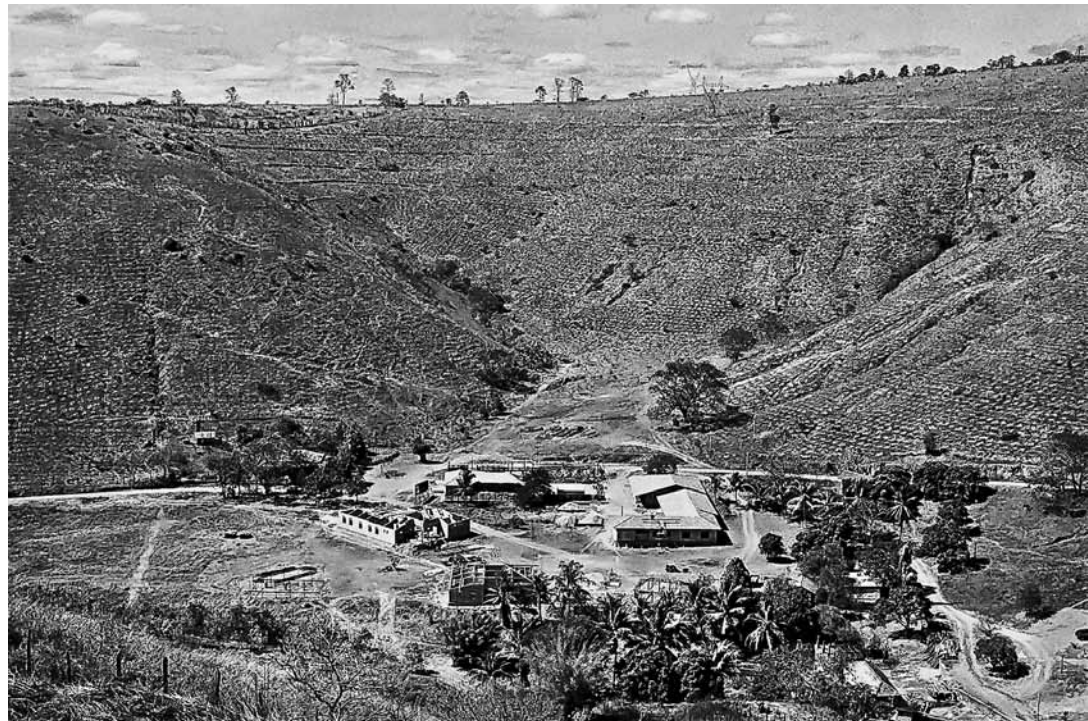
**PEDRO LEITÃO**  
FUNBIO’S CEO, CURRENTLY  
DIRECTOR-PRESIDENT  
OF TRAMA BRASIL  
CONSULTORIA E PROJETO

This call for Partnership Funds remained open for two years and the proposals trickled in. In addition to the CSN agreement, further deals were struck with Klabin Paper and Cellulose and the Minas Gerais Energy Company (CEMIG), among others. “It was a way for us to know who had the means and the inclination to invest in biodiversity whilst raising funds of our own”, says the former CEO. “We learned how to make partnership funds, a mechanism that was new at the time, but which soon became standard practice in the environmental milieu”.

One of the organizations that decided to team up with Funbio was the Terra Institute. Its project involved the reforestation of a ranch in Minas Gerais, incentives for scientific research and a drive to strengthen environmental education in the region. And it wasn’t going to be cheap: Funbio’s stake would be R\$1 million, versus the same again from Terra. It was brash: only a couple of days into its existence, Terra hadn’t a clue where it was going to find the money. “When we sat down to sign the contract, I admit I was a bit shaky. We left the place wondering what on earth we’d just gotten ourselves into”, recalls Lélia Salgado, who now laughs with hindsight. “But the fact that Funbio approved our project helped us get support elsewhere too. If they’d believed in us, it was because we had something, right?! So, after that, we got money from Natura, from American foundations, and we gradually raised our part of the investment”.

“When we sat down to sign the contract, I admit I was a bit shaky. We left the place wondering what on earth we’d just gotten ourselves into. But the fact that Funbio approved our project helped us get support elsewhere too. If they’d believed in us, it was because we had something, right?!”.

**LÉLIA SALGADO**  
CO-FOUNDER OF THE TERRA  
INSTITUTE WITH SEBASTIÃO  
SALGADO



Bulcão Ranch, 2000

©Sebastião Salgado/Amazonas images, 2000

Lélia is from Vitória, Espírito Santo, but she has always had a bond with Bulcão Ranch. At 18, she started dating Sebastião Salgado, who was born in the Rio Doce Valley and was always there, on his family's lands, in the Minas Gerais town of Aimorés. Time went by, and as Salgado made his name as one of the most respected photographers in the world, his father grew old and began to worry about posterity. He had a request: he wanted Sebastião to buy Bulcão. The son agreed, but he had no idea what he was going to do with 650 hectares of hoof-pummeled, badly-eroded ranch land. At the time, the Terra Institute wasn't even a pipe dream.

Religiously, the couple drove out to Bulcão Ranch every December to spend Christmas and New Year, precisely when the rains are heaviest in the region, and the naked hillsides become running streams of mud. It was while watching one of these mudslides from her window that Lélia had a brainwave. "You know what we're going to do? We're going to replant the forest!" Salgado loved the idea, and they could already see themselves hunkered down with crates of seedlings on the wet hills above. They called on a friend of theirs who was a forestry engineer and asked for his help. He made some calculations and brought the couple back down to earth with a bang: "To reforest the land, they'd have to plant two and a half million seedlings", he said. Leila was flabbergast.



Bulcão Ranch, 2013

©Sebastião Salgado/Amazonas images, 2013

Once they'd recovered from the shock, the couple went in search of donors for their first seedlings. They hired people from the region to do the planting, but the soil was so eroded that 60% of their work was lost. They refused to give up. The following year, they planted more seedlings, only this time their dream was shared: "We went knocking on doors all over the place to find out what had to be done and how. When you don't know, you've got to ask someone who does. And people started coming on-board. We ended up creating the Terra Institute and transformed the ranch into a PNHR (Private Natural Heritage Reserve)".

Once up-and-running, in 1998 they decided to seek Funbio's help, and the organization gave them the green light. The reforestation idea, grandiose in itself, became even bigger. What had started out as a local environmental recovery effort expanded to include a research laboratory and suite of educational activities. "It took off. With support behind us, we found ourselves having to professionalize", says Lélia.

With the Funbio contract, the PNHR built itself a headquarters and a Center for Environmental Education and Restoration (CERA), with lodgings for students and teachers, lecture rooms and an auditorium that doubles as a theatre and cinema. Environmental education courses are administered there to civil servants, landowners, political leaders, educational professionals and students. The place has become a benchmark. And, in the meantime, the initial reforestation



Arts and crafts workshop in Santarém, Pará, supported between 2000 and 2003 through one of Funbio's first project calls

Alexandre Ferrazoli/Funbio

drive ploughed ahead: those 2.5 million seedlings found their way into the revived topsoil of Bulcão Ranch.

However, it wasn't just the Salgado property that was restored to teeming woodland. "Today, the Terra Institute has helped reforest over 7.5 million hectares in Minas Gerais and Espírito Santo. Our nursery has produced over four million seedlings", says Lélia, proud of the tally. "Funbio was extremely important to us on various fronts. It believed in us, and made the Terra Institute a possibility. Their support was not only beneficial to the institute, but to the region as a whole".

Over the five open calls for projects issued between 1996 and 2002, Funbio gave various fledgling institutions a vital helping-hand, but it also contributed a great deal to those already fully established. SOS Atlantic Forest is a case in point. Founded in 1986 by a group of scientists, businesspeople and journalists who were passionate about the biome, it was one of the first NGOs in Brazil created to defend remaining swathes of original forest that have withstood five hundred years of devastation. The project Atlantic Forest Sustainability and Certification was a partnership with the Atlantic Forest Biosphere Reserve (AFBR)—recognized by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) in 1991. The NGO's proposal was received through the open call issued in 2000 and was approved after the Ford Foundation entrusted R\$3 million to Funbio to be channeled into environmental projects.

Back then, protected areas and threatened and endangered species were preminent at the Reserve, but there was still a certain taboo surrounding the traditional communities living in the Atlantic Forest and the potential for sustainable development in a biome that had lost 90% of its original cover. However, this consensual silence began to dissipate as stakeholders realized during the 90s that they could dodge the issue no longer. For the first time, the use of forest resources by traditional communities started to be seen as key to any serious conservation strategy for the biome. Funbio realized this too, and it was one of the first funds to make resources available for projects taking tentative steps in that direction.

After surveying all the regions in the biome, the Biosphere Reserve and SOS Atlantic Forest Foundation chose three native species with economic potential: piassava fiber palm, from the Northeast; cabbage palm, present throughout the Southeast, and yerba mate, an iconic presence in the South. From collection in the forest to the supermarket shelf, the project assessed, trained and versed the three

"Today, the Terra Institute has helped reforest over 7.5 million hectares in Minas Gerais and Espírito Santo. Our nursery has produced over four million seedlings. Funbio was extremely important to us on various fronts. It believed in us, and made the Terra Institute a possibility. Their support was not only beneficial to the institute, but to the region as a whole".

**LÉLIA SALGADO**  
CO-FOUNDER OF THE TERRA  
INSTITUTE WITH SEBASTIÃO  
SALGADO

“It was encouraging to have an environmental fund with money and the freedom to choose what to spend it on. Instead of simply supporting a project here, another there, Funbio was able to set whole new agendas”.

**GARO BATMANIAN**  
CURRENTLY WORLD  
BANK WORLD BANK LEAD  
ENVIRONMENT SPECIALIST  
AND AGRICULTURE/  
ENVIRONMENT/FORESTRY  
SECTOR COORDINATOR FOR  
CHINA AND MONGOLIA AND  
FORMERLY WITH WWF

production chains to ensure that they kept within the sustainable parameters required for environmental certification. The producers got organized, got certified, and broadened their markets, while public policy was brought online that made them even more productive.

## Benchmark of innovation

At the time, forest certification was a subject for half a dozen people at most, but Funbio invested a lot of faith in it, perhaps because innovation and risk run in the organization’s veins. With the partnership funds up and running (they would later multiply manifold abroad), Funbio continued issuing calls for new project proposals. The Fund advised small organizations on how to achieve financial sustainability so they wouldn’t have to abort projects in the middle, and fostered debate on ecotourism, which was still struggling to get off the ground. “It was encouraging to have an environmental fund with money and the freedom to choose what to spend it on. Instead of simply supporting a project here, another there, Funbio was able to set whole new agendas”, says Garo Batmanian, who was a member of the first Deliberative Board, currently World Bank Lead Environment Specialist and Agriculture/Environment/Forestry Sector Coordinator.

However, the idea-mill that kept churning at Funbio was never jealously guarded. From the beginning, the organization made a point of exporting its experiences. And it was a time conducive to exchange: in the wake of Rio-92, environmental funds were beginning to proliferate around the world and in Latin America in particular.

Jane Jacqz was an American lady who was part of the United Nations first generation of staff, and she was senior advisor on the United Nations Development Program (UNDP). She spoke no language other than English, but she managed to communicate with just about everyone. Proof of this came in Bolivia in 1994, when she succeeded in getting representatives from donor agencies, NGOs, private foundations and environmental funds from around the world to sit down together at the first Global Forum on Environmental Funds. Jane firmly believed that environmental funds were the answer to the chronic lack of resources for conservation, and up until her death in 2002 she did all she could to strengthen these initiatives by fostering exchange.

The second forum was held in Colombia in 1996. A newly-hatched Funbio was among a selection of up-and-coming Latin-American

funds invited to attend. “When I got there, it was clear to me that we had a lot to learn from each other”, says Leitão.

He wasn’t the only one to get that impression. During a poolside get-together one night, fueled with lively music, camaraderie and good whisky, English was no longer the default language. “The directors of the Latin American funds started chatting and someone piped up and said: ‘Why don’t we create a network of our own?’, recalls Leitão. They mentioned the idea to Jane and she made it happen: the next year, at an encounter in Mexico, the seeds were sowed for the Latin American and Caribbean Network of Environmental Funds (RedLAC), officially founded in 1999 with more than 20 member-funds from around South and Central America.

Since then, in addition to intense interchange online, the network has hosted numerous assemblies to strengthen the mechanisms through a sharing of experiences and training initiatives. And it’s all done in an unmistakably Latin American way. In Panama, for example, a meeting wore on through the night and ended with everyone discussing conservation in the swimming pool. “We work a lot, but we also have a lot of fun. I remember the first RedLAC meeting: after the general assembly, we had a huge party, and the same happened on the second and third nights. Everyone’s a little older now, so there aren’t many 2am night caps anymore”, jokes Lorenzo Rosenzweig, from the Mexican Nature Conservation Fund (FMCN), one of the network’s founders.



RedLAC Assembly in Panama, 2015

Fundación Natura/RedLAC

With a rotational presidency, the FMCN was the first fund to preside over RedLAC, between 1999 and 2003. Next up was the Promotion Fund for Protected Natural Areas of Peru (Profonanpe), followed, in 2008, by Funbio. Throughout its four-year mandate, Funbio promoted exchange among the members. It was during this period, for example, that RedLAC executed the Environmental Fund Capacitation Program. Originally conceived during the Profonanpe presidency and carried through under Funbio, the program explored some bold new fund-sourcing avenues beyond traditional donations. RedLAC wanted to pass this knowledge on, so workshops were created with a team of specialists promoting debates and presenting financial mechanism success stories. At the end of the program, some of the projects designed over the course of the whole process were financed and brought to life.

It was also Brazil that turned the Network's gaze out across the Atlantic, seeing in Africa immense potential for the creation of a sister network of environmental funds. RedLAC opened its doors to African organizations so they could draw from that wellspring of exchange. The result was the creation of the Consortium of African Funds for the Environment (CAFE), an initiative that exported to Africa the spirit of exchange that had worked so well over here. "Funbio has an immense talent for innovation. It arrives at each assembly and surprises us all with novel ideas", says Rosenzweig. "From the preliminary outlines for RedLAC to the present day, they've been one of the Network's most consistent leaders. I'm a fan".

When RedLAC came on-stream in 1999, Funbio was still operating under the auspices of the Getulio Vargas Foundation. However, the Board believed that the organization was ready to fly the nest—a departure that had been in the plans from day-one. "When I negotiated our incubation at FGV, it was clear that it was going to be temporary, just until Funbio was up-and-running, structured and ready to go", explains then-Chairman of the Board, Roberto Bornhausen. The negotiations went through that year and the Brazilian Biodiversity Fund kept its name but was now registered under its own incorporation number.

The cramped office at FGV was vacated and the small executive team rented new offices at the headquarters of the Brazilian Municipal Administration Institute (IBAM) in Humaitá, Rio de Janeiro, where it would remain for the next ten years, until it moved to its present premises. During that time of change, it also became clear that the fund's initial 15-year remit had to be reassessed: "We had

"Funbio has an immense talent for innovation. It arrives at each assembly and surprises us all with novel ideas. From the preliminary outlines for RedLAC to the present day, they've been one of the Network's most consistent leaders. I'm a fan".

**LORENZO ROSENZWEIG**  
DIRECTOR, MEXICAN NATURE  
CONSERVATION FUND  
(FMCN)



to create an institution that could carry forward what we'd started under the FGV. Creating a new organization you realize that there's no point in talking about cessation dates", says Leitão.

Especially in the light of all that was to come. Only a few years into its activities Funbio was chalking up significant results and garnering a reputation that put it on the radar of the World Bank: "Today, Funbio is recognized as a national leader in the promotion and support of biodiversity conservation", wrote the institution in a 2004 report, which noted the Fund's "innovation, commitment, competence, transparency and growth potential".

"When I negotiated our incubation at FGV, it was clear that it was going to be temporary, just until Funbio was up-and-running, structured and ready to go".

**ROBERTO BORNHAUSEN**  
FIRST CHAIRMAN OF  
FUNBIO'S DELIBERATIVE  
BOARD

## Arpa, a superlative program

In the 1990s, when Funbio was still in gestation, the IV World Congress on National Parks and Protected Areas was held by the World Conservation Union (IUCN) in Venezuela. The Congress recommended that at least 10% of all national territories worldwide be placed under some form of protection if we were to stand any chance of maintaining the planet's biodiversity. The World Wildlife Fund (WWF) launched an international campaign, called "Forests Forever", to drive home the importance of this percentage. Each of the NGO's twenty or so offices worldwide was entrusted with flying the flag locally, lobbying governments to assume and honour conservation commitments.

The biologist Garo Batmanian had just helped open the WWF's Brazilian branch. He requested an audience with then-President Fernando Henrique Cardoso to present the campaign and secure Brazil's commitment to protect 10% of the Amazon. Cardoso loved the idea, but said that he didn't have the money to back such a bold target. The biologist did not give up. He left the Presidential Palace and went straight to the World Bank to ask for funds. He said that the WWF was willing to put up USD 30 million of its own money. He came away with the guarantee that the bank would double that sum.

On his second visit to Cardoso, Batmanian, accompanied by a WWF team, informed the presidential secretary that they would be taking a video camera along with them. They told the president that the cash problem had been solved and asked if he'd be willing to record a video committing to the 10% target. Cardoso agreed. With a green light from the government and funding from the World Bank, the head of WWF-Brazil entrusted Rosa Lemos de Sá, then

“We spent the first three years just designing the structure and planning the program, running after donors and in talks with the federal government. The last two years were spent negotiating final terms with all those involved”.

**ROSA LEMOS DE SÁ**  
THEN SUPERINTENDENT OF  
CONSERVATION PROGRAMS  
AT WWF-BRASIL, AND  
PRESENT-DAY CEO OF  
FUNBIO

a colleague at the NGO and present-day CEO of Funbio, with the mission of coordinating the project’s design.

Rosa has always liked a challenge. As a teenager, she left her parents worried stiff by announcing that she wasn’t going to go to university because there wasn’t a single course that interested her. “I’d seen a program on TV that showed researchers working with elephants and giraffes in Africa... I loved it, but as far as I knew, there wasn’t a course for that”. She was delighted to learn that there actually was, and it was called Wildlife Management. She wrote to a university in a small American town called Stevens Point, on the Canadian border, and asked in tentative English how she could go about applying. “I wrote asking for a scholarship and for some reason they accepted me”. After this experience she returned to Brazil and took a master’s degree in Ecology at the University of Brasília (Unb), followed by a doctorate in Florida. With her PhD in the bag, she was taken on by WWF-Brazil.

She became one of the originators of a project that would go on to become the largest tropical forest conservation program on the planet—the Amazon Region Protected Areas Program (Arpa). However, it took quite a struggle before Arpa finally made it. The first setbacks came before the program was even fully planned, and only two days after Cardoso recorded that video for the WWF. Enthused by the president’s promise, Batmanian and Rosa called a press conference to announce that the WWF was in the process of preparing a project that would protect 10% of the Amazon, but instead of applause, they were met with a slew of criticisms and contentions. As Rosa recalls, fellow environmentalists responded with a bevy of questions and demands: “Why only 10%? Why only the Amazon? What about the other biomes?”.

It was a slap in the face and a foretaste of what lay ahead: from that press conference to the final launch of the program, it would take half a decade’s toil. “We spent the first three years just designing the structure and planning the program, running after donors and in talks with the federal government. The last two years were spent negotiating final terms with all those involved”, explains Rosa. After all, these conversations had to culminate in a project that made sense for everyone concerned: government, donors, civil society.

While Batmanian took care of the political front, Rosa commanded the technical aspects of the project, with the help of some trusted advisors. The biologist Adriana Moreira, the World Bank’s right-hand in Brazil during Funbio’s creation, was hired to get Arpa off the

ground. The American Larry Linden, who helped some of the world's largest consulting firms earn their reputations, offered to help architect a financial model for the program. "They were looking for someone with experience in huge, complex projects, which was all I'd ever done at Goldman Sachs and McKinsey & Co.", says Linden, then a Board member of WWF-US and later an Arpa donor himself.

With highs and lows, the project gradually took shape, and when it was finally all on paper, one last whirlwind came bursting through the doors of the Ministry for the Environment. Arpa had originally been designed to create and consolidate strict protected areas only, but social movements in the Amazon were demanding sustainable-use PAs as well, so that the traditional communities there would not be shut out.

The message reached the right ears. At the helm of the Amazonian Coordinators Office, and involved in talks with the Ministry, was Mary Allegretti. A friend and comrade of rubber-tapper and movement leader Chico Mendes, the anthropologist had a long history in dealing with the biome's traditional communities. When the sustainable-use demands reached her doorstep, she called on fellow anthropologist and friend Aurélio Vianna to help her iron things out. Vianna's whole career had been spent with smallholders and peasants, and he sat down with these movements to hear their concerns and serve as a bridge to the Arpa people. "My role was to talk to everyone, organize the demands and try to hash out a consensus among the different groups involved", he explains.

At a final meeting, he found himself brokering a deal between people from the Ministry, WWF, the World Bank and a group of coconut crushers and rubber tappers. What followed were seven long hours of grueling discussions that finally led to an agreement that saw Extractivist Reserves and Sustainable Development Reserves added to the Arpa equation. "This was pivotal to the project. There was a deadlock between those who wanted to prioritize strict protection and those arguing for sustainable use. In the end, we went for both, and the program doubled in size overnight", says Rosa.

A lot of work went into ironing out the differences, but in June 2002 Arpa was finally announced to the world at a ceremony held in Brasília. But even that brought no rest for the team: "It was a major job putting that together. In attendance were [president] Fernando Henrique Cardoso, the president of the World Bank, the directors of the GEF, WWF... We had to organize all of that", recalls Adriana.

But the project was now finally ready: its mission would be to create new protected areas in the Amazon and instal infrastructure to consolidate others that already existed there, extending nature protection to 50 million hectares of Amazon Rainforest, a target later revised to 60 million.

In addition to the bigwigs, Funbio was also present. Handpicked to put that jig-saw puzzle together, it was up to Funbio to disburse the funds the PAs would need to become operational. The task came with a major vote of confidence. “It was a political decision. Funbio had performed really well in the World Bank’s annual assessments. There was pressure from the bank, from the donors and the international NGOs, all urging for Funbio to be the institution to manage these funds. It was essential that they hand the program over to an institution that had credibility. And Funbio had that”, says Leitão.

The news caused some frisson among the Deliberative Board. Some members thought that Funbio should not participate, as the program was not in the Fund’s internal plans. Others argued that it was an opportunity too good to pass up. “It was a turbulent time. The government didn’t even know the full size of the challenge. And yet, there was no real option other than Funbio”, says Roberto Klabin, who was just taking over as chairman of the Board at the time. “We weren’t ready for it, and we didn’t really understand what we were getting ourselves into”.

It didn’t take long for them to find out: Arpa was a seaquake of untold proportions. All the work that was being done through open calls was suspended. “We were swallowed by the program, and obliged to devote all our attention to it. We had to set everything else aside that we’d been working on for the last seven years and try to figure out how to get that Behemoth up and running”, says Leitão.

By that stage, Funbio’s entire team ran to fifteen people. The staff tripled overnight. The recently-rented offices at the once-roomy IBAM were now too small, and the team had to take two more floors and spread out. “Up until 2002, Funbio had been one thing, had one personality, one way of being. But from that moment on, it became something else entirely”, says Leitão. “Before Arpa, it was if the corridors were filled with classical music. Then, all of a sudden, it was punk rock: like someone had just changed the station without warning”, says the economist Fábio Leite.

“It was a turbulent time. The government didn’t even know the full size of the challenge. And yet, there was no real option other than Funbio. We weren’t ready for it, and we didn’t really understand what we were getting ourselves into”.

**ROBERTO KLABIN**  
PRESIDENT OF FUNBIO’S  
DELIBERATIVE BOARD,  
2002–2006, AND CURRENTLY  
PRESIDENT OF INSTITUTO  
SOCIOAMBIENTAL SOS  
PANTANAL

Leite had been a Funbio intern in 1999, when the organization was still answering open calls. Alongside a new batch of staff, he was called back as an Arpa assistant. Within two years he became the program’s manager. Those looking in could never have imagined what a Herculean labour it was getting the initiative off the ground. “It was frenetic. The pressure and tension were unbelievable. I’d work through the night two or three times a week. We had to deal with financial and accounting controls and audits at levels we’d never experienced before”, he says.

The chemical engineer Marina Carlota Machado also joined the team at this time. She’d done a doctorate in finance in France and had ten years’ experience at the Rio de Janeiro State Development Bank. From the start, her career focus had been on project viability, and she ended up in charge of structuring Funbio’s financial department, which was an Arpa-donors demand. “Initially there was just one person in charge of all that. But the numbers grew. I created new areas and separated the accounts department, treasury and financial reporting area”, she says. “It was a learning curve on every front—for the government, the donors, and us. Almost every week I had to go to Brasília for meetings”.

They learned the hard way. Nobody involved knew how to operationalize a protected area in the Amazon—or anywhere else for that matter. The task included everything from commissioning studies for new area creation to buying materials and implementing



Conference of community projects supported by the Arpa Program. Manaus, 2016

Helio Hara/Funbio

infrastructure on the ground: “To this day, there is not one outfit equipped to provide those services in the Amazon. We had to learn by trial and error”, says Leitão. “It was a huge project, and hugely complicated. We had trouble communicating with the people at the PAs, difficulty understanding what was Funbio’s job, what was the government’s... Nobody had ever done anything this big before, with this sort of arrangement, anywhere in the world. There was no reference to go by. We tried a lot of stuff, made a lot of mistakes, had to talk a lot of things through. We spent two whole years thrashing the project out”, says Leite.

For example, it was a tough task making donors understand that the reality on the ground meant it wasn’t always possible to meet the standards the institution demanded in our rendering of accounts. It was a challenge to explain that some local merchants simply didn’t issue receipts, that certain PAs were a four-day boat trip away and that it was sometimes necessary to hire forest rangers who didn’t have social security numbers.

Bernadette Lameira also arrived at Funbio in the middle of the storm. She was hired for the procurement unit, which didn’t have a name as such back then. If the PA managers needed a boat, a GPS or some lodgings for researchers, she was one of the people who would deliver the goods. “We hired a company to build a floating platform. We hired consultancy services for the management plan, socio-environmental studies, land-title surveys, and we bought everything from cars to paperclips and cardboard. It was all down to us”, she says.

A civil engineer by trade, Bernadette had a lot of commercial experience on her résumé, having managed construction contracts for the railroad and oil companies. She’d also worked for the Ecology and Development Institute (IED), which, as the name suggests, straddled two often antagonistic areas. When she arrived at Funbio, one of her first steps was to deliver the services needed in the Amazon. Barely in the door, she was taken to task by the World Bank for not having followed certain service-hiring norms to the letter. The necessary period of adaptation meant that it was nearly a year before she was able to deliver the first purchases to the PAs.

No-one ever forgets their first time: “It was a batch of GPS units for 15 different PAs”, recalls Leite. After learning the processes and donor stipulations inside-out, the team managed to close a contract with a supplier from Rio de Janeiro. “It was a Friday. Everyone left for Happy Hour to celebrate”, he says. Bernadette was one of the

only members of the team not there for the toast: she was on her way to the Amazon to receive the shipment and deliver the goods to the PAs in person. “As it was our first delivery, I went up there to meet the PA managers and understand how the logistics worked in practice”, she explains. She waited two, three, four days, and then news finally arrived that the GPS units would be late. The supplier had been held up at gunpoint en route to the airport and the whole batch robbed. “I had to wait in Santarém, Pará for almost a week”, says Bernadette, who finds the whole thing funny now. “It was a huge disappointment. Even when we did everything just right we still didn’t get to deliver the goods! The stars were against us”, she laughs.

The pair can look back and smile now, as Funbio celebrates its 20<sup>th</sup> anniversary. After all, Arpa is now “cruising”, as Leite likes to say. Little by little, Funbio learned to tame the colossos that was Arpa, duly sliced up into three main phases. During phase one, despite the initial headache, the program created approximately 23 million hectares of protected areas (PAs) and supported 63 PAs. In the second phase, which began in 2010 and is scheduled to conclude in 2017, Arpa broadened its scope to include the consolidation of 95 PAs, roughly 52.2 million hectares, a new mark announced at Rio+20 in 2012, an event that celebrated the 20<sup>th</sup> anniversary of Rio-92 and of Arpa’s first decade. For phase three, which will last 25 years, a Transition Fund has been created: the idea is that this fund will gradually shift the onus back onto the federal, state and municipal governments, which will expand their budgets for Amazonian protection. By 2039, the program will be 100% funded by the public authorities.

In the meantime, a long list of donors have put their faith in the program and its financial management. And they have had nothing to regret. “The German Development Bank (KfW) is setting up a Brazil-Germany Financial Cooperation agreement, and it is a privilege for us to have Funbio as a partner in this endeavor. Our long years of cooperation with the organization enabled us to contribute to Arpa—one of the world’s most significant tropical forest protection programs—from the very beginning. We are sure that this cooperation will continue for at least another 20 years, as productively as ever”, says Andre Ahlert, director of the KfW’s Latin America and Caribbean department.

Guillermo Castilleja, a member of the Gordon and Betty Moore Foundation board, a major Arpa donor, argues that the model should be replicated worldwide. “There is no doubt that Arpa is the most advanced systemic approach to tropical forest protection in the whole

“The German Development Bank (KfW) is setting up a Brazil-Germany Financial Cooperation agreement, and it is a privilege for us to have Funbio as a partner in this endeavor. Our long years of cooperation with the organization enabled us to contribute to Arpa—one of the world’s most significant tropical forest protection programs—from the very beginning. We are sure that this cooperation will continue for at least another 20 years, as productively as ever”.

**ANDRE AHLERT**  
DIRECTOR OF THE KFW’S  
DEPARTMENT FOR LATIN  
AMERICA AND THE  
CARIBBEAN

“For the Gordon and Betty Moore Foundation, partnering with Funbio has been one of the most productive engagements the foundation has had. We look forward to our continued partnership with Funbio for the conservation of the Amazon forest for future generations”.

**GUILLERMO CASTILLEJA**  
BOARD MEMBER OF THE  
GORDON AND BETTY MOORE  
FOUNDATION

world. It has set the standard for other countries to follow. It would be a mistake to try to replicate Arpa in other countries by focusing only on the financial model that underpins the protected area plan. Funbio is in many ways the key for the success of this most ambitious program. Without the solidity of Funbio, Arpa would have not happened. Therefore, when it comes to finding ways to replicate Arpa, one should focus on the role of Funbio and draw the main lessons that it teaches us: uncompromising transparency, superior ability to bring together different sectors in well articulated and visionary arrangements, efficiency in the use of funds, and credibility at all levels. For the Gordon and Betty Moore Foundation, partnering with Funbio has been one of the most productive engagements the foundation has had. We look forward to our continued partnership with Funbio for the conservation of the Amazon forest for future generations”.

“It could have all gone very wrong. But the difficulties were surmounted one by one, so much so that we now face another problem: Arpa’s protected areas are viewed as the PA elite in Brazil”.

**ADRIANA MOREIRA**  
SENIOR ENVIRONMENTAL  
SPECIALIST WITH THE  
WORLD BANK

Today, the program’s success is unanimous. “It could have all gone very wrong. But the difficulties were surmounted one by one, so much so that we now face another problem: Arpa’s protected areas are viewed as the PA elite in Brazil”, says Adriana Moreira, from the World Bank. Everyone who’s at the front line knows that: “We’re now the rich cousin of the PA world”, says Aldeci Maia, from the state of Acre.

“In the first year of Arpa we got our first boats, cars, a headquarters and kickstarted the community work. Now, for example, we’re working on a training program for leaders. Thanks to the Arpa money, we’ve been able to bring people in from all over the Area. Families that didn’t know each other before now have contact. Everyone is getting to know everyone else, learning from each other’s work, and even heading out to see how things are done at other extractive reserves”.

**ALDECI MAIA (NEZINHO)**  
COMMUNITY LEADER  
AND CO-MANAGER OF  
THE CAZUMBÁ-IRACEMA  
EXTRACTIVE RESERVE  
IN ACRE

Nezinho—as he’s known in Acre—speaks from experience. A community leader and co-manager of the Cazumbá-Iracema Extractive Reserve, located in Sena Madureira, he was part of the grassroots campaign to have a protected area created there in 2002. He felt the early scarcity of resources in his skin. “Management was tough, because there wasn’t money to improve the infrastructure”, he says. Another hard task was getting two thousand locals spread across three-quarters of a million hectares to attend a meeting at the Extractive Reserve: Nezinho waited for the Ibama people to come by in their boat so he could hitch a ride and spread the word to the communities.

Today, they’re the ones giving the lifts. “In the first year of Arpa we got our first boats, cars, a headquarters and kickstarted the community work. Now, for example, we’re working on a training program for leaders. Thanks to the Arpa money, we’ve been able to bring people in from all over the area. Families that didn’t know each other before now have contact. Everyone is getting to know everyone else, learning from each other’s work, and even heading out to see how things are done at other extractive reserves”, says Nezinho. “Thinking back to the start of the Reserve, you can really see how much has changed, we had nothing to work with then”.



When Tiago Juruá Damo Hanzi arrived at the Cazumbá-Iracema Extractive Reserve to take over as manager in 2009, the PA had been receiving Arpa support for three years. What he encountered there were real material conditions to get the job done. “In comparison with the other PAs, there’s a huge difference in terms of structure, consolidation and managerial advances, and that’s got everything to do with the program’s financial support”, he says.

In fact, this superiority was noted in an inventory carried out by the Federal Court of Auditors at 247 protected areas throughout the Amazon. Cazumbá-Iracema was ranked among the ten best-managed PAs in Brazil.

“Having the prospect of long-term resources means you can plan better and obtain better results”, says the manager. “Lots, lots, but lots of what we’ve been able to do here has been because of Arpa and the security it has brought”.

Tiago’s words are echoed by Ana Luiza Figueiredo. Since 2012, the biologist has been in charge of the Unini River Extractive Reserve, which was created in 2006 and is now part of a mosaic of protected areas on the lower Negro River in the Amazon: “Today the communities are rallied around protecting the river, which is their home”, says Ana, who goes straight to the point: “If it weren’t for Arpa, we wouldn’t have any of this”.

Mobilizing the inhabitants of an Extractive Reserve spread over 830 thousand hectares not only takes boundless energy, but considerable amounts of money. “It’s nearly 16 hours by boat to the nearest community on the Unini River and two days to the farthest”, she says. By Ana Luiza’s calculations, an expedition to all the settlements in the reserve costs at least R\$ 30 thousand. What was once considered undoable is now accepted as perfectly feasible. “Today it’s much easier to conduct the assemblies and planning meetings”, she adds.

In fact, it was at one such encounter that the PA realized the need for an arapaima management community training program. Arapaima is one of the region’s most famous fish, and it is threatened by overfishing. From lake surveys to courses in GPS, a series of workshops had locals fill in spreadsheets with data on the species and encouraged them to create community vigilance groups to curb arapaima poaching. “We gave training, ran interchange programs and excursions to PAs that already had management plans in place

“Having the prospect of long-term resources means you can plan better and obtain better results. Lots, lots, but lots of what we’ve been able to do here has been because of Arpa and the security it has brought”.

**TIAGO JURUÁ DAMO HANZI**  
CAZUMBÁ-IRACEMA  
EXTRACTIVE RESERVE  
MANAGER

so that they could get a better idea of how it worked”, said Ana. “One of the main results is that the locals are clamping down on predatory fishing, with great success”.

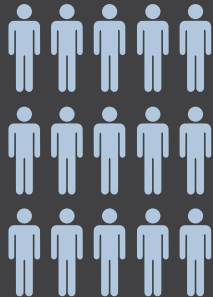
Community involvement is at full steam. And it’s beginning at an increasingly younger age thanks to another initiative that has left its mark on the Unini River communities: the Young Protagonist program. Broaching environmental themes, PA management and the river’s history in informative and playful ways, the group became so enthusiastic that it’s now taken over roles that once belonged to the adults. “They created the ‘apprentice advisor” project, which attracted fifteen teenagers to the last meeting. The youth are mobilizing and they want more and more involvement”, Ana is pleased to say.

All of this started out on paper and now it’s reality. And that was only possible because Ana, Tiago, Nezinho and so many other PA managers in the Amazon can now properly plan their actions. “The assurance of constant, long-term support enables the manager to look two, three, five, ten years ahead. That’s exceedingly rare in the environmental area”, says Rosa Lemos de Sá, delighted with the program’s haul of results: “In addition to being innovative, Arpa’s scope and impact are what make it so unique”. So much so that the model

## ARPA PROGRAM • Private Sphere — Funding

### Donors

Make donations to the Transition Fund (TF)



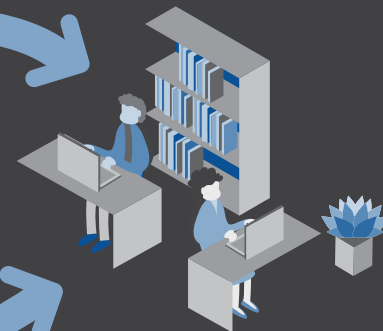
### Transition Fund Committee

The Committee is responsible for all asset-management investment policy and financial decision-making for the fund

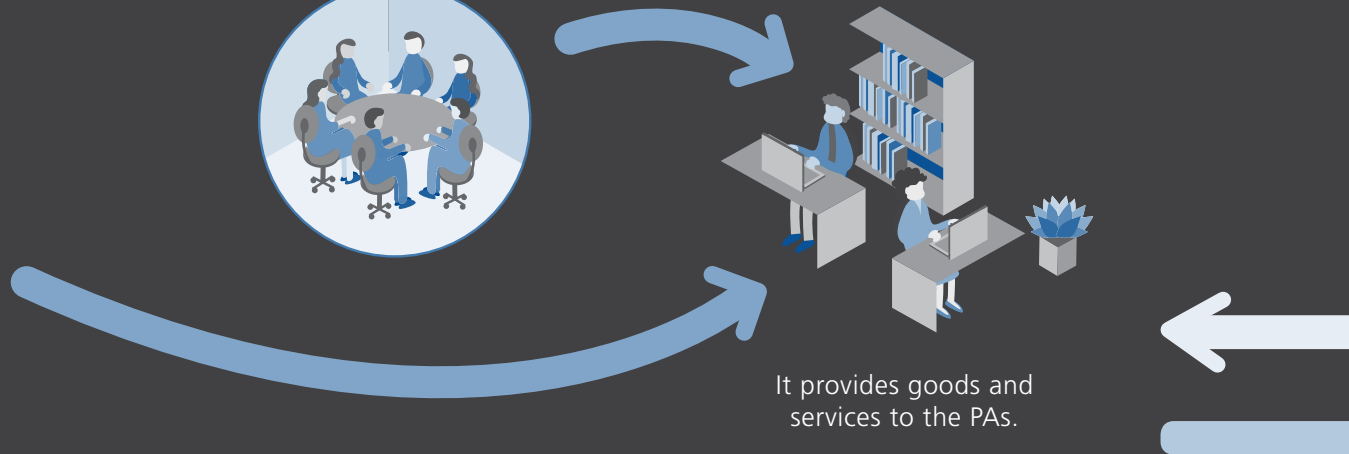


### Funbio Transition Fund

Funbio manages the Transition Fund and is the financial executor of Arpa, in charge of purchasing goods and hiring services for the PAs.



It provides goods and services to the PAs.



has become a benchmark replicated in other countries, such as Peru and Colombia.

## Environmental compensation

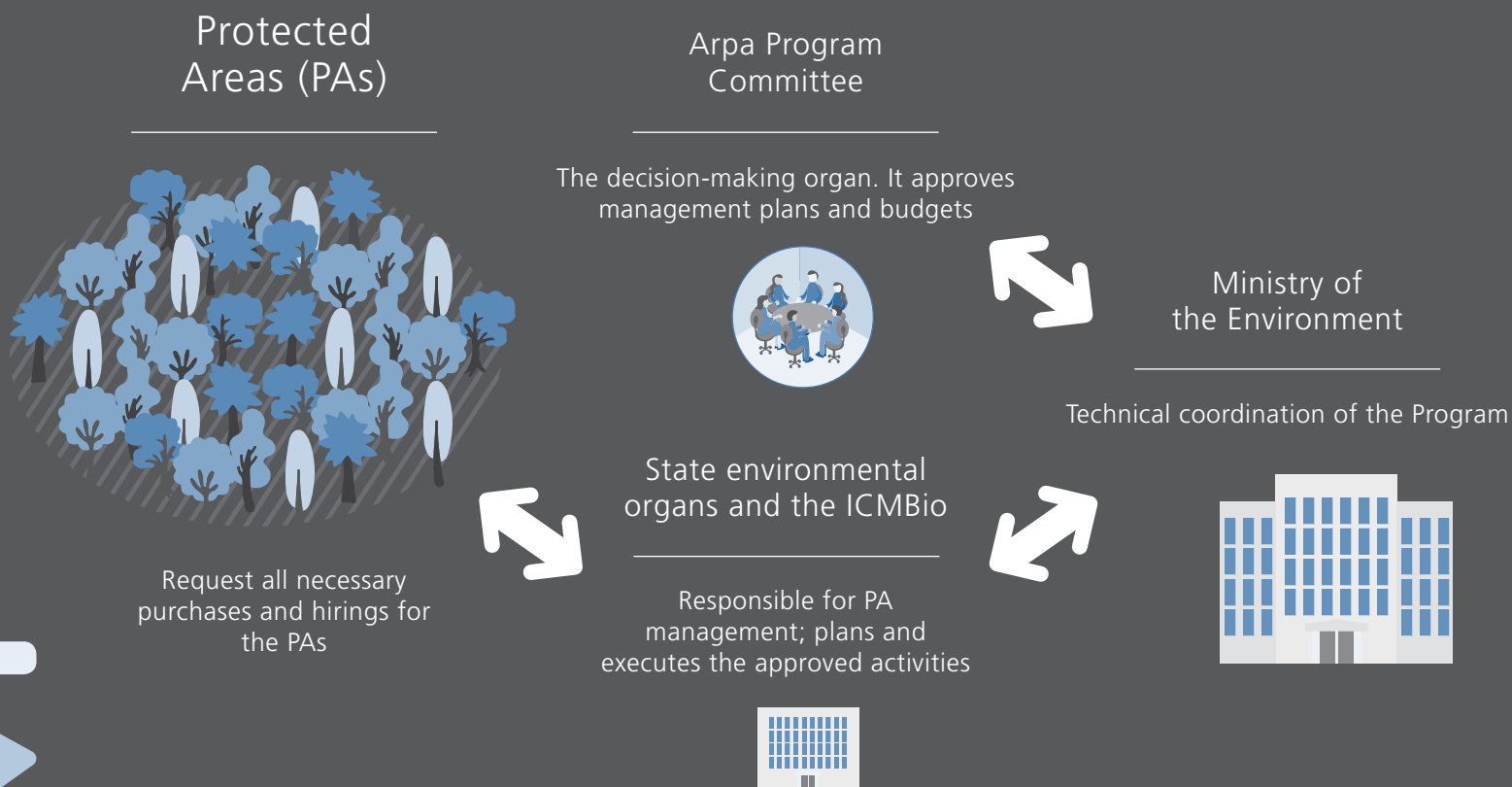
It wasn't just the Protected Areas that took off because of Arpa. All those years of turbulence and learning also gave Funbio the wings to carry it even further. In 2007, when the project was moving forward at a steady pace, the organization decided to step back and look at its own future, and embarked on some months of strategic planning. It was at precisely that time that Fábio Leite took over the organization's program area. "It was an important juncture in terms of strategy, identifying new areas and possibilities. It was a time of rich opportunity, full of new paths to be explored", says Oscar Graça Couto, lawyer and lecturer in Environmental Law at PUC-Rio, and member of the Funbio Board at the time.

"It was an important juncture in terms of strategy, identifying new areas and possibilities. It was a time of rich opportunity, full of new paths to be explored".

**OSCAR GRAÇA COUTO**  
LAWYER AND  
ENVIRONMENTAL LAW  
PROFESSOR AT PUC-RIO,  
FORMER BOARD MEMBER

So the board decided to expand and diversify by drawing upon the experience garnered through the world's largest tropical forest protection program. "Arpa ushered in a new period for Funbio: we'd learned how to move in the Amazon, get headquarters built at

## ARPA PROGRAM • Public Sphere — Execution



PAs, work with the surrounding communities, buy boats, outboard engines, GPS units...”, lists Pedro Leitão. “So why not take that expertise to other states?”, that was the question on everyone’s lips. “If we’ve learned to do all that in the Amazon Rainforest, we can do it anywhere”, adds Leite.

The idea resonated at the Rio de Janeiro State Department for the Environment, then under Carlos Minc, who didn’t dally in getting started: “I want an Arpa for the Atlantic Forest”, he declared. “The secretary in Rio really wanted to improve the protected-area situation in the state. The know-how was right there, across the street at Funbio. At the same time, we were itching to move into new areas, do new things”, explains Leite. It all seemed to click. The problem was where to get the money from.

A fisheries engineer by training, Manoel Serrão had been at the Ministry for the Environment for ten years—seven of those with the National Fund for the Environment (FNMA), in which capacity he often bumped into Leitão at RedLAC meetings. On one such occasion, Leitão said that the Environmental Department was interested in launching an Arpa for the Atlantic Forest but that there wasn’t any money. Serrão, who would later join the Funbio team, responded immediately: “Yes there is”.

“At the time, The Rio de Janeiro Petrochemical Complex (Comperj) was applying for a license. I knew that there was at least R\$50 million there that wasn’t being used”, says the engineer. He was referring to the environmental compensation deposits, a mechanism created by National Environment Council resolution passed in 1987 and reinforced by the National System for Protected Areas Act (SNUC) in 2000. The rules were clear: any undertaking causing significant residual environmental impact had to set aside a percentage of its total investment to offset the damage by investing in the creation and maintenance of protected areas.

Though on paper since the 80s, the vast majority of environmental offsets never actually reached the PAs. By the letter of the law, the enterprise can execute the offsets itself directly or through third parties. But none of that was working. “The offset deposits were in limbo. There was no council in place to say where the money should be employed, there weren’t any firms specializing in creating parks and the state organs were stretched too thin to be able to oversee it all”, says Carlos Minc. In short, offset sums generally went untapped. Serrão had detected the problem while still at the Ministry of the Environment. And he attempted a solution that failed to prosper. When

Leitão told him about the idea for “Arpa for Rio”, he knew exactly what to do: why not use the state’s environmental compensation deposits?

The design was simple: the enterprise would deposit the offset payments into an account and Funbio would manage the sum, executing the resources at PAs in-line with the directives set by the Rio de Janeiro State Department for the Environment. But there was still a legal impediment: some people in the area were of the understanding that the offset payments were public money. As such, the sums couldn’t be executed by a private organization. “We had to have the legal go-ahead to do this, because the Court of Auditors might question why the offsets were being handled by a third party”, says Minc. Manoel Serrão sat down with two lawyers and thrashed the issue out. What it all came down to, he found, was that while the ends were public, the money was private. “So we decided to fight our corner. We stood our ground and argued our point”, he says.

“I called the secretaries of Finances and Planning and the deputy attorney general and stated our case. They were given detailed explanations of the ins and outs of the SNUC Act, what offsets were and how the project would work”, said Minc. In September 2009, the Rio State Department for the Environment requested a position on the matter from the attorney general. Nearly two months later, the deputy-attorney general, Rodrigo Mascarenhas, found in our favour. “We conducted legal studies and reached the conclusion that the debate was a false debate”, says Mascarenhas. “The enterprise had an obligation to help create or maintain a protected area. How that was done, whether directly or through another entity, as in this case, was immaterial”.

With the legal debacle out of the way, the Mechanism for Biodiversity Conservation in the State of Rio de Janeiro—or the Atlantic Forest Fund (FMA/RJ) for short—was cleared for take-off. From that time on, companies now had the option to delegate their environmental compensation obligations to Funbio. A technical committee formed by representatives from the state government, academia, the private sector and environmental NGOs was set up to determine where and how the sums would be spent.

The estimate was that the fund would have accumulated something in the region of R\$100 million within four years, but after only 12 months the total amassed was already hitting the R\$90 million mark. How the private sector was going to respond to the mechanism had always been a mystery, but nobody was expecting anything this fast

“We conducted legal studies and reached the conclusion that the debate was a false debate. The enterprise had an obligation to help create or maintain a protected area. How that was done, whether directly or through another entity, as in this case, was immaterial”.

**RODRIGO MASCARENHAS**  
DEPUTY-ATTORNEY GENERAL  
FOR THE STATE OF RIO DE  
JANEIRO

or robust. “It was revolutionary. No state anywhere had a R\$100 million to invest in protected areas”, says Serrão. “But now Rio did”.

At the time, the Rio de Janeiro State Department for the Environment had just created its Green VAT: the more the state’s municipalities invested in environmental preservation, the larger the sums they were allocated in value added tax receipts. When the Atlantic Forest Fund was created, there had never been greater interest in creating protected areas in Rio. “Mayors hated parks, because they considered them dead zones. But when the Green VAT was established, they came around to the idea. When they saw there was actually money there, through FMA/RJ, lots of them came knocking on Funbio’s door”, says Minc.

It’s no exaggeration. Within four years, the hectarage under municipal conservation more than doubled: from 105 thousand hectares to 220 thousand. And Rio earned some laurels. “Ten years ago the state of Rio was the biggest deforester in the whole Federation. Three years ago, we were the state deforesting the least”, celebrates Minc. “Before, when the offset deposits were in limbo, it took years and years to get anything done at the PAs, and even then with dodgy quality. With FMA/RJ, we finally had the financial conditions to set

“Ten years ago the state of Rio was the biggest deforester in the whole Federation. Three years ago, we were the state deforesting the least. Before, when the offset deposits were in limbo, it took years and years to get anything done at the PAs, and even then with dodgy quality. With FMA/RJ, we finally had the financial conditions to set up parks quickly and efficiently. Our protected areas now had visitor centers, proper headquarters, and the vegetation was recovering... The city mayors started getting interested, because the PAs were an added attraction for their municipalities”.

**CARLOS MINC**  
STATE DELEGATE FOR RIO DE JANEIRO

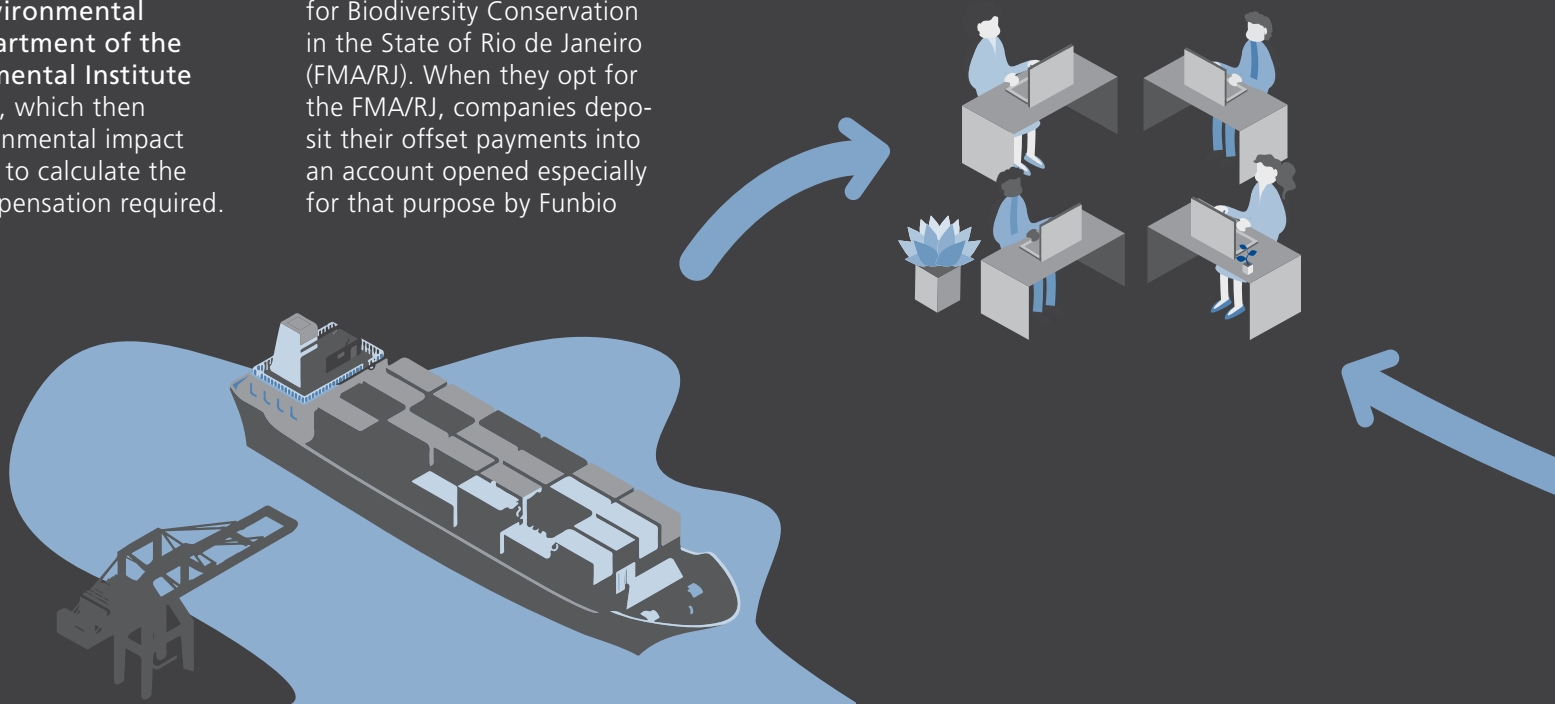
## RIO DE JANEIRO BIODIVERSITY CONSERVATION MECHANISM (FMA/RJ)

**Environmental licensing** is a public management tool that controls the impact of human activities on the environment. In the state of Rio de Janeiro, companies make licensing applications to the relevant organ—the **Environmental Licensing Department of the State Environmental Institute (Dilam/Inea)**—, which then conducts environmental impact studies in order to calculate the amount of compensation required.

From that point on, the company in question has **three options**:

- (1) execute the sum directly
- (2) hire an institution to execute the sum
- (3) sign up for the Mechanism for Biodiversity Conservation in the State of Rio de Janeiro (FMA/RJ). When they opt for the FMA/RJ, companies deposit their offset payments into an account opened especially for that purpose by Funbio

## FMA/Funbio account



up parks quickly and efficiently. Our protected areas now had visitor centers, proper headquarters, and the vegetation was recovering... The city mayors started getting interested, because the PAs were an added attraction for their municipalities”.

A good example of this is Desengano Park, nestled in the last-remaining unbroken strip of forest at the foot of the Mar Mountains. Though the oldest park in the state, created in 1970, it has only been under the Atlantic Forest Fund for the last five years. “When the area was created it spent years with little or no infrastructure. When environmental offsets came on the scene, a headquarters was built and equipment started to arrive. Even simple signage is a relatively new addition here”, says the geographer and park manager Carlos Dário. “The history of the park can basically be divided into before and after the offset fund. Funbio confers agility, it oils the administrative machine”.

The results are there for all to see. A quick glance at the park’s packed agenda is all it takes. “This year we’re hosting the Desengano cross country bike race (200km), a mountain race and the ‘Vem Passarinhar’ birdwatching event, which draws birdwatchers from all over the world”, says Dário. “We’re also inaugurating

“When the area was created it spent years with little or no infrastructure. When environmental offsets came on the scene, a headquarters was built and equipment started to arrive. Even simple signage is a relatively new addition here”.

**CARLOS DÁRIO**  
MANAGER OF THE  
DESENGANO STATE PARK,  
RIO DE JANEIRO

## RIO DE JANEIRO BIODIVERSITY CONSERVATION MECHANISM (FMA/RJ)

### Protected Areas (PAs)

Funbio makes acquisitions and hires services for PA projects pre-approved by the Environmental Compensation Committee (CCA).



FMA/RJ is a private public governance mechanism.

**AIM:** to ensure the management and execution of resources deriving from environmental compensation deposits in the state of Rio de Janeiro.

**DURATION:** FMA/RJ covenant—signed in 2009, scheduled until 2016.

**PARTNERS:** State Department for the Environment (SEA) and The State Environmental Institute (Inea).

### FMA/RJ in numbers until December 2015

- R\$ **296 million** in funds
- R\$ **98 million** executed
- R\$ **39 thousand** for land title regulation
- **48 Protected Areas** benefited

### CCA/SEA

The State Department for the Environment’s Environmental Compensation Committee (CCA) receives and approves the statements of account for each project carried out by the PAs and Funbio publishes them on the website.

researcher and visitor accommodation and all our trails are now signposted”.

The financial resources keep flowing. “Before the FMA/RJ, we only got to draw down around 10% of the offset deposits available. This has been multiplied five to six-fold. Not to mention the speed and quality that Funbio brings to the process. It’s like water turned into wine”, says Minc. And everyone wants a sip of that wine. “Rio was the pioneer, and ten other states have come here to see how it works, how we’ve been able to move this environmental compensation money. Even the Ministry of the Environment sent people down here to see”, says Minc.

Funbio is also interested in propagating the experience. Conversations have been organized on the subject in Amapá, Roraima, Amazonas, Rondônia, Pará and Paraná. “Since the FMA/RJ got off the ground we’ve been invited to present the initiative at forums on conservation finance. The project has become emblematic. It’s enabled us to get a foothold in environments we had no presence in before”, says Serrão.

## Blue Caatinga

With Serrão at the helm, Funbio set up its Financial Mechanisms Department, the aim of which was to identify new sources of funding for environmental projects. “Through its strategic planning at the time, Funbio concluded that it was performing well, but needed to scale up. To do that, it required more funds. To get more funds, someone had to be focused on figuring out where to find them”, he says.

The FMA/RJ had proved that legal commitments were an excellent source of money for conservation. At around the same time talks were just getting underway on the FMA/RJ, the president of Ibama (Brazil’s institute for the environment and renewable natural resources), Rômulo Mello, came to Funbio with a problem. Ibama’s agents kept catching poachers, firms illegally clearing forest, and companies spilling oil into the high seas, but when the cases came up in court, the infractors were ordered to pay a fine in staple food hampers and that was the end of it. But what about the damage done?

“The fines paid weren’t used to offset the environmental impact and weren’t rigorous enough to serve as a deterrent”, says Leitão.



This was happening—and still happens—because the conversion of petty fines into distributable food hampers is common practice, and, from the infractor’s perspective, it’s low-cost and hassle-free. The problem is that food hampers don’t repair the damage caused to the environment.

It was in this context that the idea arose to create a mechanism that could funnel compensation payments and fines directly into conservation projects. Funbio joined forces with Ibama and the Public Prosecutor’s Office (PPO) and drew up the Fauna Portfolio, a menu of conservation projects which judges and prosecutors could choose from when applying fines to organizations guilty of environmental crimes. Another option was to pool the fines and leave it to a special technical committee (consisting of representatives from Ibama the ICMBio, Funbio and PPO) to decide where the money should go. In the case of fines, the destination of the money was left up to Ibama.

“The chance to finance an environmental project connected with fauna could be a great solution”, says the biologist Natália Paz, projects manager for Funbio’s Legal Obligations Area. So far, the mechanism has raised R\$ 470 thousand in fines. “Every six months the technical committee meets to determine which showcase project will be get the resources”, explains Natália, adding that the fund also accepts money from sponsors and donors.

The Fauna Portfolio was inaugurated in 2008 with initial funding of R\$2.7 million from a term of agreement between Ibama and a consortium using seismic surveys to prospect for deep-sea oil. The sum was shared among seven projects for the conservation of marine fauna. Once up-and-running, more millions were channeled into research projects on manatee populations, to help recover depleted fish stocks, or into sustainable timber extraction in the Jamari National Forest in Rondônia.

Toward the end of 2010, the mechanism received its first donation: R\$50 thousand from the KfW to finance a project to protect the red-tailed Amazon (*Amazona brasiliensis*) on the Paraná coast. Two years later, another bird was benefited when the mining giant Vale started supporting the Spix’s macaw (*Cyanopsitta spixii*) protection program.

Endemic to the Caatinga, the species was officially discovered in 1819 when the German biologist Johann Baptist von Spix spotted it near Juazeiro, Bahia. The biologist immediately recognized that this bird, approximately 23 inches long, blue in colour, with grey-blue

head and mustard-coloured eyes, was a rarity. In 1990, with the Spix's already generally considered extinct in the wild, an expedition financed by the International Bird Protection Council (known as Birdlife today) took a group of researchers into the backlands to scour for signs of the species' continued existence. The team was stunned into silence when it caught sight of this unmistakable parrot emerging from the boughs of some dry Caatinga trees.

The discovery coincided with Ibama's creation of the Permanent Committee for the Recovery of the Spix's Macaw. The initiative sent a biologist into the field to set up a community effort that would spend the next ten years monitoring the last remaining pockets of the species in the wild. Unfortunately, the Spix's macaw disappeared completely in 2000 and, to general dismay, was declared officially extinct. However, there were still four specimens living in captivity in Brazil, and dozens more in Qatar, Germany and Spain, where breeders had inherited individuals through the old and controversial practice of bird collecting. So the committee decided to focus its effort on these captive individuals, as there was nothing left to be done in the field.

Eventually the ICMBio decided to face the dilemma: there were 600 vertebrate species on the endangered list in Brazil. The Spix's macaw was already extinct in the wild and was hard to breed in captivity. Was it really worthwhile to keep investing in it, or would it not be more productive to turn to species that still had a chance of surviving in nature?

The question reached the biologist Pedro Develey, who had known since childhood that his vocation lay with birds. And he was right. Today, Develey is president of the Brazilian Ornithology Society and executive director of the Wildlife Conservation Society Birds of Brazil (WCS), the Brazilian wing of Birdlife. Develey had a long academic career behind him. He'd entered the University of São Paulo (USP) as an undergraduate and left in 2004 with a doctorate, the same year he joined WCS. Between one research project and another, he published books, won awards at congresses and became a revisor for a number of peer-review journals. All related to birds. It was to Develey that the ICMBio turned to ask whether or not it was finally time to give up on the Spix's macaw.

The biologist got off the phone knowing he was facing an immense challenge. But he decided to tackle it head-on: "I couldn't simply ignore it, say I wasn't interested". So he devoured all the available literature on the species, spoke to all the researchers he could find and concluded that the Spix's macaw deserved another chance:

"There were 70 individuals (Spix's macaws) living in captivity in different parts of the world. And the bird's Caatinga habitat was still there. It hadn't been turned into a hydroelectric plant or soy plantation. The riparian forest was still strong. My thinking was simple: if there is habitat and specimens bred in captivity, then we've got to start creating the right conditions for reintroduction".

**PEDRO DEVELEY**  
CHAIRMAN OF THE  
BRAZILIAN ORNITHOLOGY  
SOCIETY AND EXECUTIVE  
DIRECTOR OF SAVE BRASIL

“There were 70 individuals living in captivity in different parts of the world. And the bird’s Caatinga habitat was still there. It hadn’t been turned into a hydroelectric plant or soy plantation. The riparian forest was still strong”, says Develey. “My thinking was simple: if there is habitat and specimens bred in captivity, then we’ve got to start creating the right conditions for reintroduction”.

Based on Develey’s conclusions, the government agreed not to give up on the Spix’s macaw. The first sign of that came in the 2012 National Action Plan for Species Conservation. Responsible for National Action Plans at ICMBio, Ugo Vercillo got back in touch with Develey at SAVE and floated the idea of asking Vale to sponsor the plan’s implementation. Develey spent the next two weeks writing up the project to present to the company. The response was quick and positive: nearly R\$3 million had been set aside for the Spix’s macaw.

Funbio was chosen to come on-board and manage the resources through its Fauna Portfolio. Dubbed the Spix’s macaw in Nature, the project has come good on 70% of the measures outlined in the Action Plan. The news couldn’t be better: with relations running smoothly between the Brazilian aviaries and those abroad, in 2014 the first Spix’s macaw eggs in twenty years finally hatched on Brazilian soil, with two healthy chicks born in São Paulo.

“There were 110 birds in total, but we should close the 2016 season with at least 130 individuals in captivity worldwide. This makes reintroduction finally look like a real prospect”, says Develey, who reckons that 2019 might just be the year the Caatinga is flecked anew with macaw blue. “All of this is thanks to the project. Money makes the wheels turn, it gave the government the leverage to work toward implementing the action plan”.

With the resumption of work in the field, community support was also boosted and pretty soon the species’ home region will be converted into a protected area. “There are so many positives here. The chicks are hatching, the international breeders are more confident and the community wants the Spix’s macaw back”, says the SAVE biologist, who’s upbeat, but not wholly satisfied: “There’s still a long way to go. It’ll only be over once the birds are back flying around the Caatinga”.

## Queen Bees

While the Spix’s macaw still needs to clear a few hurdles on its return to the wild, there are other species still hanging on for dear life.

Discreet as they go about their daily business, pollinator bees have faced decades of decline worldwide. It's a fact that has not gone unnoticed. Scientists have been calling attention to the problem since the 70s. In 1996, the book *The Forgotten Pollinators*, written by Stephen L. Buchmann, an authority on the subject, warned against neglecting the issue. His arguments were cogent: 80% of the seeds, fruits and plants that make up the human diet could disappear unless something is done to protect these pollinators.

The year the book was launched, the biologist Braulio Dias had just completed two major missions: he'd helped get Funbio on track and set up a Biodiversity department at the Ministry of the Environment. Tireless, and always attuned to wildlife in all its forms, he went to the Convention on Biological Diversity with a proposal for a project that would associate agriculture with pollinator species. Two years later, there he was coordinating an international workshop on the subject, with more than 60 specialists from 15 countries in attendance. It was the seed that would give rise to the International Pollinators Initiative in 2000, with actions designed for the four corners of the world.

The United Nations Food and Agriculture Organization (FAO) spearheaded the project globally, but with special emphasis on developing countries. "In 2002, the FAO proposed an action plan and we started negotiating funds with the GEF to bankroll a global project geared towards pollinators", says Dias. The talks dragged on for years, but in June 2008, the GEF gave the proposal the green light. A total of USD 12 million would be spent to help Brazil, Ghana, India, Kenya, Nepal, Pakistan and South Africa foster local research on the theme.

Over here, the Conservation and Management of Pollinators for Sustainable Agriculture Through an Ecosystemic Approach Project (Brazilian Pollinators) was set in motion in 2010, with Funbio in charge of technical and financial management. The proposal envisaged both conservational and economic issues.

It was as if they'd just walked into a totally blackened room and had no idea where they were stepping. Gradually, lights started coming on in the dark. Up until then the discussion had been limited to a handful of academics. There were major gaps in the knowledge about pollinators and their role in food production", says Ceres Belchior, who coordinated the project on the Ministry's side.

The circle, however, had been definitively expanded and the largest pollinator-specific program ever held in Brazil formed a network of researchers who'd long been working on the theme in isolation. The result was a huge task force devoted to understanding the silent role legions of pollinators play in food production every day.

The Brazilian project involved 57 scholarship holders from 19 institutions across nearly a dozen states, all analyzing the contribution pollinators make to the productive cycles of seven key products: apple, cashew, chestnut, cotton, melon, rapeseed and tomato. In all, the project resulted in 40 publications that presented new data and drafted best practices to assist pollination in the field. For example, these studies discovered that bees visiting rapeseed plantations can boost production by up to 30%. When they grace tomato crops, the yields tend to weigh up to 41% more and generate 11% more seeds. Bees can also make cotton fibers 16% heavier and increase seed loads by 17%.

Sharing the project's technical management with the Ministry of the Environment, Funbio encouraged scientists to look at impacts on the producers' financial outcomes as a means of giving the issue economic relevance. The reason was obvious: "If the rural producer realizes that a beehive on his land can bring economic benefit, he's more likely to leave it alone", says Leite.

"The project was innovative and ambitious and it pointed in all the directions needed to ensure the conservation and sustainable use of pollinators", says Ceres. A lot of this information will go into special primers to be distributed among rural producers, but will also be set forth in the global report on the project's results penned by all of the countries involved. The report will be published by the Intergovernmental Platform for Biodiversity and Ecosystem Services (IPBES)—an IPCC for biodiversity. "It's the first IPBES thematic assessment report approved, and there are various chapters coordinated by Brazilian researchers. We're going to promote it widely", says Dias, certain that pollinators will no longer languish in invisibility.

## Kayapó Territory

Brazil's Indians have long been struggling against this same invisibility. In the 1980s, the Kayapó made headlines worldwide after a tribesman brandished his knife and waved it in the face of an Electronorte director during a protest against the construction of the Belo Monte hydroelectric dam on the Xingu River. This same

tribe fought bravely to have 13 million hectares declared a Kayapó homeland for almost ten thousand people.

Straddling the south of Pará and the north of Mato Grosso, in a region known as the “Deforestation Belt”, the Kayapó homeland is a massive green oasis surrounded on all sides by devastation. The pressure applied to the territory by mining, logging, agribusiness and road-building has never ceased. “If you fly over the region or look at a map of it, you’ll see that the only remaining forest is on the Kayapó homeland. Without it, there’d be no more forest”, says Conservation International’s Renata Pinheiro, who holds a master’s degree in Environmental Science.

CI’s work with the Kayapó started to take shape in the early 2000s, when the organization began monitoring and patrolling the demarcated territory and supporting the development of productive activities there. However, from the outset there was concern not to strip the Kayapó of their leadership: the strategy was to strengthen the communities so that, over time, they’d no longer need our help. It was in this sense that the NGO helped them create their own indigenous organizations and sealed partnerships to shore up those already in existence.

However, the problem was how to secure long-term funding for the projects. “Funding bigger projects was tough. Every year you had to go out and raise more money”, recalls the biologist Paula Ceotto, one of the directors of CI’s Americas Division. It was in response to this difficulty that the idea arose to set up a Kayapó fund. The aim was to ensure financial sustainability, which would return the focus to the actual work with the indians on the ground by taking the stress off the search for funding.

CI was willing to put in R\$7 million, but they wanted a partner. The Amazon Fund had been created in 2008, and it was run by the National Bank for Economic and Social Development (BNDES). The fund’s main mission was to finance work in the areas of prevention, monitoring and the fight against deforestation, as well as to promote the biome’s sustainable use. It was just what CI was looking for, and the partnership worked a treat: the Amazon Fund agreed to come aboard with another seven million.

They still needed someone to manage the money, but there wasn’t much to discuss: “When you think of conservation fund management in Brazil you think of Funbio. It was the obvious choice”, says Paula. The proposal was welcomed here with open arms. “After a

“When you think of conservation fund management in Brazil you think of Funbio. It was the obvious choice”.

**PAULA CEOTTO**  
DIRECTOR, CI’S  
AMERICAS DIVISION

while working in the Amazon, you begin to realize just how fantastic protected areas are. But if you think of the biome as a whole, it's fundamental that you also look to the Indigenous Homelands", says Leite.

It was looking positive, but once they started really unpacking the idea for a Kayapó Fund, talks with the BNDES became protracted. It was all very new to the bank, especially because there was no Brazilian legislation to provide for the kind of fund Funbio was proposing: an endowment fund. Basically, an endowment fund is a mechanism that uses only the accruments to invested capital. The principal itself is not depleted. "These indigenous tribes are not going to disappear, so why would we create a short-lived fund? The endowment mechanism made so much sense in the case of the Kayapó", explains Leite.

It took four years of negotiations to create the fund in a format that was acceptable to the bank. During this period, CI built a bridge to the Kayapó so that we could design the fund in accordance with what they considered their priorities to be. Four main thematic fronts



Making flour: Funbio is a partner in the Kayapó Fund, which supports indigenous organizations in Kayapó homelands in Mato Grosso and Pará

Danielle Calandino/Funbio

were identified: environmental control and monitoring of the territory; support for sustainable productive activities; environmental stewardship; and the institutional strengthening of indigenous associations. One of the first rules established drew a line in the sand, making it crystal clear where the money should be channeled: only projects presented by Kayapó Indian institutions could draw down funding, and any indigenous communities involved in illicit activities would be declared ineligible.

In 2012, the project was finally signed into life, and the Kayapó Fund took form under two committees, one financial—BNDES and CI—, representing the donors; and the other technical, with representatives from academia, Amerindian NGOs, CI and Funai (the Brazilian Indigenous Foundation). While the former decided how much money could be paid out at any one time, the latter assessed the proposals submitted by Kayapó Indian organizations. “Our job was just to determine the sums to be disbursed each year, to ensure that there would always be money in the pot. It was the indigenous associations themselves that decided what would be done with the resources”, explains Renata. “They convened assemblies, discussed their priorities and tried to bring as many villages as possible under the scope of each project”.

To date, the fund has injected more than R\$2 million into Indigenous homelands, accelerating the sustainable production of chestnut, tonka bean, manioc flour and honey and the commercialization of local crafts. The money has also been invested in patrolling the territory, monitoring the two thousand kilometre frontier with remote sensing, flyovers and expeditions on the ground. A further R\$ 3 million is about to go on-stream.

“The Kayapó Fund’s differential is that it’s a source the organizations can control annually”, says the biologist Adriano Jerozolinski, better known as Pingo. He is one of the non-indigenous members of the Protected Forest Association’s technical corps, which represents over 20 Kayapó communities. “This means they can come up with projects that have a more structuring long-term impact, the kind of thing that needs continuity. In fact, pretty much every indigenous project needs that, as they tend to be slower-burning. The fund gives us that”.

The results have been good for the Kayapó, good for the forest and good for Brazil. “The fund is entirely conservation-minded, recognizing the role the Kayapó play in protecting biodiversity. And the ecological services the forest provides bring benefits for all”, says Pingo.

“The Kayapó Fund’s differential is that it’s a source the organizations can control annually. This means they can come up with projects that have a more structuring long-term impact, the kind of thing that needs continuity. In fact, pretty much every indigenous project needs that, as they tend to be slowerburning. The fund gives us that”.

**ADRIANO JEROZOLIMSKI**  
PROTECTED FOREST  
ASSOCIATION



The discussions surrounding the Kayapó Fund were so important they triggered debate on the need for an endowment fund law in Brazil. The project has perhaps sowed the seed for future legislation.

## Debt for nature

Sometimes, to bring in results, you've got to try something new. That's what Brazil did when it signed an agreement with the United States to swap USD 20.8 million in foreign debt for investment in conservation projects. It was the first deal of its kind in Brazil.

Though new here, debt-for-nature swaps first appeared in the 1980s, in response to a major unbalance: in developing countries, environmental degradation was worsening at the same frenetic pace as foreign debt was mounting. The need to service this debt meant these nations had to invest in economic activities that had a massive impact on the environment, spurring a vicious cycle of indebtedness and devastation.

The first debt-for-nature swaps tried to find new forms of amelioration. The principle was simple: a creditor country would agree to let the debtor transform part of its debt into local conservation investment. In 1987, Bolivia signed the first agreement of the kind. In exchange for debt relief, the country set up a management fund for the Beni Biosphere Reserve and created three protected areas in its environs. Since then, over a billion USD has been written-off in foreign debt and converted into investment in environmental projects.

The United States came aboard in 1991, and within seven years saw USD 875 million in Latin-American and Caribbean debt channeled into child protection and environmental protection programs in eight countries. In 1998, they went still further: Congress passed the Tropical Forest Conservation Act (TFCA), which provided for debt-for-nature swaps in countries with tropical forests.

Belize and Bangladesh were the first TFCA beneficiaries, followed by twelve other countries. Brazil signed on in 2010, but the story had begun long before then. When the US Congress first passed the act, the news reverberated down here. A new source of conservation funding is always welcome.

Ana Cristina Barros, who was with the NGO The Nature Conservancy at the time, became a veritable civil-society ambassador for the TFCA. She quickly saw the US Act as a major opportunity for

conservation in Brazil. “I remember Ana Cristina’s contribution very clearly. She rallied people from various non-governmental organizations and drafted a letter to the Ministry of the Environment proposing a TFCA agreement”, recalls the American environmental NGO consultant Eric Stoner, who brokered the negotiations between Brazil and the United States Agency for International Development (USAID).

However, there were those who doubted debt-for-nature swaps would work in Brazil: “They said that if we signed an agreement with the US we would be recognizing an illegitimate debt contracted during the military dictatorship”, explains Ana. “Some people totally misunderstood the debt conversion, with some even seeing it as a loss of sovereignty”, adds Stoner.

Their fears proved unfounded. As discussions between civil society and the government progressed, it became clear that the scaremongers were in the minority. Most wanted the swap to go through. “When we went into the field and spoke to folks about this, we saw that almost nobody shared this prejudice. People were saying: ‘the debt’s there, it’s not going to go away, and this is a huge opportunity for conservation. Having this mechanism is a boon”, says Ana Cristina. So the project pressed ahead and the contract was signed. “When civil society says go, the people on the government side don’t just hear this politically, but technically”, says Ana Cristina, who would go on to become the Ministry of the Environment Secretary for Biodiversity and Forests, a post she held until 2016.

And the government heard the message loud and clear. “When the NGO network showed interest and broke the ice with the Ministry of the Environment and Foreign Office, things started to evolve”, says Stoner. From that point on, the emphasis was on giving the agreement a Brazilian feel. “By that stage, there weren’t that many obstacles, but we had to cobble this together piece by piece, because Brazil had never done anything like this before”.

One of the main challenges in the process was aligning the expectations of all those involved. A committee stocked by representatives from civil society and the Brazilian and US governments was set up, and it retained the spirit of collective construction that had buoyed the environmental NGOs over the years. “The discussions were totally frank. The committee received and discussed a range of demands and did its best to meet them”, says Ana Cristina. It was this mosaic of voices that led to the decision to target the Atlantic Forest, Caatinga and Cerrado. “The dialogue between the parties showed

“When we went into the field and spoke to folks about this, we saw that almost nobody shared this prejudice. People were saying: ‘the debt’s there, it’s not going to go away, and this is a huge opportunity for conservation. Having this mechanism is a boon. When civil society says go, the people on the government side don’t just hear this politically, but technically”.

**ANA CRISTINA BARROS**  
FORMER SECRETARY FOR  
BIODIVERSITY AND FORESTS  
AT THE MINISTRY OF THE  
ENVIRONMENT, CURRENTLY  
CONSERVATION  
INFRASTRUCTURE DIRECTOR  
FOR LATIN AMERICA AT THE  
NATURE CONSERVANCY

that there was a strategic understanding that the Amazon was in better shape in terms of financial support, and that we should concentrate on other biomes”.

The committee was also unanimous on who should manage the USD 20.8 million in funds. “Funbio was the consensus, and luckily for us it’s answer was in the affirmative”, says the former Ministry secretary. In August 2010, the Tropical Forest Conservation Act finally became a reality in Brazil, and brought the Brazilian Biodiversity Fund back to its roots. “The TFCA was a return to what Funbio had been doing when it started out: issuing project calls, disbursing funds to other institutions and providing technical and financial accompaniment”, says Natália Paz, who spent a few years managing the program. “We helped ensure the money reached its destination and made a difference in the regions receiving this aid”.

And it was no small sum. Over five years, the TFCA supported 82 projects by more than 60 institutions Brazil-wide. The diversity lay not so much in the biomes as in the DNA of the organizations involved, which ranged from major NGOs to small entities that usually have to make do with whatever meagre infrastructure they have. “The TFCA found a way into the small-outfit niche, but it leveraged major initiatives”, says Ana Cristina. “The execution and the geographic range and diversity of the beneficiaries were possible thanks to Funbio’s ability to reach these various stakeholders”.

For example, funds reached the Xingu riverbasin, where an Indigenous Reserve housing nearly a dozen ethnicities has spent decades living under the constant threat of the chainsaw. With the ambitious target of restoring headwaters and riparian forest to their former glory, a group of Indians and local producers created the Xingu Seed Network with the help of the Socio-environmental Institute (ISA). The collection team availed of some soy-seeding machinery and adapted it to plant new forest. In the beginning, the team didn’t even reach double figures. “Today, we’ve 400 collectors working across 21 municipalities, together generating R\$1.5 million in revenues”, says the ISA agronomist Rodrigo Junqueira.

The Northeastern Plants Association (APNE) also received a slice of the TFCA cake. Experts in rounding obstacles in the tortuous vegetation of the Caatinga, they managed to dribble the distrust many backlanders harboured toward forest management. Used to hacking down Pernambucan woodland at will, many communities started to change their ways. “We didn’t understand a word of that management plan of theirs, we figured it was all just hot air”, says José

“Funbio was the consensus, and luckily for us it’s answer was in the affirmative”.

**ANA CRISTINA BARROS**  
FORMER SECRETARY FOR  
BIODIVERSITY AND FORESTS  
AT THE MINISTRY OF THE  
ENVIRONMENT, CURRENTLY  
CONSERVATION  
INFRASTRUCTURE DIRECTOR FOR  
LATIN AMERICA AT THE NATURE  
CONSERVANCY

Carlos da Silva, a farmer. “We felled, burned and planted. That’s what we did all day. But now we’ve realized that there’s no future in swidden. It’s the management plan that will give us that extra income”.

Completely different in terms of structure and aims, the ISA and APNE were able to sit down together and share experiences at the interchange meetings Funbio started hosting with TFCA beneficiaries. “It’s hard for a local institution to get anywhere by itself. Encouraging an exchange of ideas and knowledge is a great help that goes way beyond results in the field. If you’ve got a network behind you, it makes the initiatives that much stronger. Funbio helped this get off the ground”, says Stoner.

In fact, it wasn’t only the institutions receiving funds that came out of this the stronger. The lessons learned were shared across the board, bringing all agents into one big jig-saw—Funbio included. “The TFCA was unique in the way it made its disbursements. Its legacy to the government and civil society was essential learning on project management and how to make a board work efficiently”, says Ana Cristina. “The program was a string of little successes”.

“The TFCA was a hit in Brazil. Three important Brazilian biomes were benefited with projects with proven positive impact, which have contributed to stronger civil society, universities and community



Forest seeds collected by the Xingu Seed Network, supported by Funbio through the Tropical Forest Conservation Act, TFCA Brazil

Rafael Govari/ISA

bases. These programs laid important groundwork for public policies, and provided an opportunity for other funds, donors and public and private investors to take part”, says Alexandre Mancuso, a valuable intermediary with the TFCA Executive Secretariat and current USAID environmental manager in Brazil.

## Coming of Age

However, it was not just through the TFCA that Funbio returned to its roots. When the Global Environment Facility earmarked USD 20 million for the creation of the Brazilian Biodiversity Fund, there were only a handful of institutions authorized to implement GEF initiatives. Their role was to ensure that projects made it off the drawing board in the best possible manner.

That was precisely what the World Bank did with Funbio. Over 25 years, the GEF has sponsored nearly four thousand initiatives. The organization establishes policies and basic standards for all of its projects and looks for responsible implementing agencies to ensure that everything is rolled out exactly as planned. “Effectively the GEF hires these agencies to carry out and monitor the projects it approves”, says the engineer Luiz Gabriel de Azevedo, who was with the World Bank at the time Funbio was created.

The GEF, which started out with three implementing agencies, now has 18 accredited institutions. In 2015, Funbio joined this select team: the NGO is the first GEF National agency in Latin America. “When the GEF opened its selection process in 2012, they had ten agencies, all mammoths like the World Bank, United Nations Food and Agriculture Organization (FAO) and the United Nations Development Program (PNUD). For Funbio, accreditation was its crowning achievement”, recalls Leite, in charge of the Funbio GEF Agency.

At that stage, Rosa Lemos de Sá was only in her second year at Funbio, having been invited to join by Pedro Leitão. In 2010, Leitão passed the executive-secretary baton to Rosa and took a seat on the Board. Rosa was the first to know that GEF had opened an accreditation selection process. Convinced that it was an opportunity too good to miss, she went to the Board with the possibility of applying. Some members felt that Funbio would be getting in over its head, but the majority thought it was worth a shot.

With the decision made, the Brazilian government gave Funbio the go-ahead to apply. It was time to size-up the challenge. “We started

reading the list of everything that would have to be done. The formula alone was 70 pages long”, says Rosa. In response to all the questions, some 280 documents were annexed to the application.

And that was only the beginning. To reach the standards the GEF demanded, Funbio contracted an internal audit, adopted a series of safeguards, fine-tuned its processes and embarked on some intensive training. “Many of the requirements had already been met internally, but they hadn’t been formalized. One of these was the processes, that is, the operations manuals. With the GEF, we put all this down in print, turning procedures into institutional policies”, says Rosa.

Fábio Leite gives another example: “Today, if we start a project with an indigenous group, there’s a protocol that says exactly how that should be done. We have to ask the community if it’s in full agreement, hold preliminary meetings, and have a professional at hand who speaks that particular indigenous language, among other requirements”.

“There was lots of travel, lots of training, many visits from the GEF to check that everything was in order. This whole process took three years. It wasn’t a matter of “sign here please”. It was really complex”, says the Chairman of the Funbio Board, the economist Álvaro de Souza. “To receive GEF accreditation you have to have pedigree, a proven track record, and very high levels of technical and human expertise”.

In April 2015, after all that hard work, the GEF approved Funbio’s application and it’s brainchild was now an accredited project agency. It seemed like a natural course for Funbio’s institutional development to follow. It was as if Funbio were coming of age. “It was a long process, but, whatever the result, it would have been worth it in terms of organizational growth”, says Rosa.

For GEF CEO and Chairperson Naoko Ishii, it’s a promising partnership: “I am extremely excited about welcoming Funbio to the GEF partnership. Funbio is one of Latin America’s premier biodiversity conservation organizations, and I am thrilled that the GEF will now be able to draw on Funbio’s many strengths and strong track record. Funbio is a long-time partner of the GEF in Brazil, and I am looking forward to the two of us working even closer together in the future”, she said, on the occasion of Funbio’s accreditation.

In fact, the benefits of the alliance are far from limited to Funbio. The GEF quality seal will certainly attract new donors, and that, in

practice, means more resources for conservation. “With this extremely valuable accreditation, we are now eligible for more money. And these funds won’t languish in Funbio’s coffers: all of this cash will go into the execution of projects by other NGOs. And that will have a positive knock-on effect on the whole chain”, says Álvaro.

Accreditation furthers the institution’s aim of becoming a benchmark in the liberation of strategic funding and solutions for biodiversity conservation. “Funbio has a unique model of governance, which gives it a vital riches analogous to that which sets Brazil’s natural environment apart: diversity. This allows us to make more precise decisions better aligned with the welfare of society as a whole. The organization is an example of articulation between various sectors in pursuit of very necessary change”, says the founding partner and co-Chairman of Natura Cosmetics, Guilherme Leal, who chaired the Funbio Board between 2006 and 2009.

“Funbio has always thought big. And that’s enabled us to set new paradigms”, says Álvaro, expressing a perception shared by many at the organization. “Funbio is never content with the status quo. It never shrinks from a fight. It likes setting new methodologies and new models. Without a doubt, it is the most relevant conservation institution in the country”, says Clóvis Borges, a former member of the board and executive director of the NGO SPVS. Former chairman of the Deliberative Board, Bruno Mariani, agrees: “It is impossible to compare Funbio with any other organization in Brazil, because it’s unique. Brazil faces enormous challenges in biodiversity conservation. But I’m optimistic that Funbio will go on fulfilling a leadership role and setting the mould. Its vision is systemic and national and its team is apt to the challenge”, he says.

However, the road is far from at an end. Braulio Dias, who knows his own child all too well, is convinced there is a great deal to come: “Funbio still has vast scope for action”, says Dias, now executive-secretary of the Convention on Biological Diversity. Fabio Leite, who has spent many a sleepless night over Funbio, Arpa, the FMA/RJ, the GEF and countless other abbreviations, shares Dias’s conviction that Funbio is not the kind of organization to sit back on its laurels. “It’s a little scary to think about what lies ahead”, he says, only half in jest. Álvaro de Souza goes a step further: “Funbio’s motto has to be go as far as you want to go”, he says. If the team’s spirit is anything to go by, the horizon is still a long way off.

# Créditos & Agradecimentos

---

p. 170

Parnaíba, Piauí – TFCA

p. 180/184

Parque Estadual Carlos Botelho,

São Paulo – TFCA

Carlos Botelho State Park, São Paulo –

TFCA

p. 201

RPPN Fazenda Almas, Sumé, Paraíba –

TFCA

Fazenda Almas Private Natural Heritage

Reserve, Sumé, Paraíba – TFCA

p. 209

Parque Nacional da Amazônia,

Pará – Programa Arpa

Amazonian National Park, Pará –

Arpa Program

Linha do Tempo: Um caminho  
de encontros

Timeline: A Trail of Encounters

**ALEXANDRE FERRAZOLI/FUNBIO**

**ANDREA GOEB/FUNBIO**

**ARQUIVO FUNBIO**

**ARQUIVO REDLAC**

**FLÁVIO RODRIGUES/FUNBIO**

**JOSÉ CALDAS**

**MARIZILDA CRUPPE**

**NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA**

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS GETULIO**

**VARGAS FOUNDATION DOCUMENTATION**

**CENTER – NDOC/FGV**

**PUBLIUS VERGIUS**

**ALEXANDRE FERRAZOLI/FUNBIO —**

pp. 130, 330

**ARQUIVO FUNBIO FUNBIO ARCHIVE —**

pp. 98 (parte inferior bottom), 105, 157,  
268–269

**ARQUIVO REDLAC REDLAC ARCHIVE —**

p. 133

**BIRDLIFE/SAVE BRASIL — p. 101**

**DANIELLE CALANDINO/FUNBIO —**

p. 357

**ERIKA POLVERARI/FUNBIO —**

pp. 100, 161, 250–251

**FUNDACIÓN NATURA/REDLAC — p. 333**

**HELIO HARA/FUNBIO — pp. 139, 211, 339**

**IVO GONZALEZ/AGÊNCIA O GLOBO —**

p. 245

**JOSÉ CALDAS — pp. 18–19, 94, 98 (parte  
superior top), 99, 108–109, 272–277,  
314–324**

**MARCO RODRIGUES — pp. 202–203**

**MARIZILDA CRUPPE — pp. 9–10, 15–17,  
20–27, 49–55, 58–80, 93, 96–97, 102, 104,  
106–107, 110–124, 170, 180, 184, 189,  
204–209, 249, 252–261, 267, 270–271,  
278–280, 293–313**

**NATÁLIA PAZ/FUNBIO —**

pp. 28, 95, 103, 201, 266

**NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA**

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**

**GETULIO VARGAS FOUNDATION**

**DOCUMENTATION CENTER**

**– NDOC/FGV — pp. 91, 283**

**RAFAEL GOVARI/ISA — pp. 162, 362**

**RICARDO MELLO/AGÊNCIA O GLOBO —**

p. 47

**RODRIGO LEAL MORAES/ICMBio —**

pp. 56–57, 262–265

**SEBASTIÃO SALGADO/AMAZONAS**

**IMAGES — pp. 128–129, 328–329**



# Credits & Acknowledgments

## AGRADECIMENTOS

### ACKNOWLEDGMENTS

Equipe Funbio Funbio Team

Instituto Chico Mendes de Conservação  
da Biodiversidade – ICMBio  
Chico Mendes Biodiversity Conservation  
Institute – ICMBio

Parque Nacional da Amazônia, Pará  
Amazonian National Park, Pará  
Instituto Nacional de Pesquisas  
da Amazônia – INPA  
National Institute for Amazonian  
Research – INPA

Área de Pesquisa do Projeto ATTO  
ATTO Project Research Area

Reserva Biológica União – Rebio União,  
Estado do Rio de Janeiro  
União Biological Reserve – Rebio União,  
Rio de Janeiro State

Secretaria de Estado de Meio Ambiente  
do Amazonas – SEMA/AM  
Amazonas State Department for  
the Environment – SEMA/AM  
Reserva de Desenvolvimento  
Sustentável do Uatumã, Amazonas  
Uatumã Sustainable Development  
Reserve, Amazonas

Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, RJ  
Rio de Janeiro State Department for the  
Environment – SEA, RJ  
Instituto Estadual do Ambiente – Inea, RJ  
State Environmental Institute – Inea, RJ

Parque Estadual Cunhambebe,  
Mangaratiba, RJ  
Cunhambebe State Park  
Parque Estadual da Pedra Branca,  
cidade do Rio de Janeiro, RJ  
Pedra Branca State Park, city of  
Rio de Janeiro  
Parque Estadual dos Três Picos,  
Estado do Rio de Janeiro  
Três Picos State Park, State of  
Rio de Janeiro

Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
de Teresópolis  
Teresópolis Municipal Environmental  
Secretariat  
Parque Natural Municipal Montanhas  
de Teresópolis, Teresópolis, RJ  
Montanhas de Teresópolis Natural Park  
BirdLife/SAVE Brasil

Núcleo de Documentação da Fundação  
Getulio Vargas – Ndoc/FGV  
Getulio Vargas Foundation  
Documentation Center – Ndoc/FGV

Augusto Giaretta  
Cristiano Gonçalves  
Daniel Francez  
Lélia Salgado  
Gilberto Nascimento Silva  
Elisa Herkenhoff  
Ricardo Braga Neto  
Sebastião Salgado

## FICHA TÉCNICA

### CREDITS

Projeto editorial e edição  
Editor

**HELIO HARA/FUNBIO**

Coordenação editorial  
Editorial Coordinator  
**SAMIRA CHAIN/FUNBIO**

Assistente editorial  
Editorial Assistant  
**FLÁVIO RODRIGUES/FUNBIO**

Textos Texts  
**BERNARDO CAMARA**

Direção de arte e diagramação  
Design and layout  
**GISELLE MACEDO | LUXDEV**

Revisão Proofreader  
**NO REINO DAS PALAVRAS**

Tradução Translation  
**ANTHONY DOYLE**

Mapas e infográficos  
Maps and infographics  
**BRUNO FONSECA**

Tratamento de imagens  
Color Management  
**COLORPIXEL**

Impressão Printing  
**IPSIS**

©2016 Todos os direitos reservados All rights reserved

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE  
BRAZILIAN BIODIVERSITY FUND – FUNBIO  
Rua Voluntários da Pátria, 286, 5º andar – Botafogo  
CEP 22270-014 Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Tel: (21) 2123 5300 Fax: (21) 2123 5354  
funbio@funbio.org.br

www.funbio.org.br

#### CATALOGAÇÃO NA FONTE FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE – FUNBIO

F978F      Fundo Brasileiro para a Biodiversidade  
            FUNBIO: há 20 anos conservando o futuro = 20 years conserving the future /  
            Coordenador Helio Hara. – Rio de Janeiro: Funbio, 2016.

367 p. : il. color. ; 25 x 30cm  
ISBN: 978-85-89368-36-0

1. Funbio. 2. Entrevista. 3. Fotografia. 4. Conservação da biodiversidade. I.  
Hara, Helio. II. Título.

CDD 333.72



Este livro, que celebra nossos 20 anos, reúne imagens, dados e personagens que falam dos resultados de uma trajetória que objetivamos manter e intensificar ainda mais nas próximas décadas. Com uma meta clara: fomentar parcerias em iniciativas efetivas para a conservação da biodiversidade no Brasil.

O Funbio foi criado a partir de uma doação do Global Environment Facility (GEF) e dos esforços de um grupo multidisciplinar — governo, academia, setor empresarial e sociedade civil — e segue com a vocação de pluralidade e criação de conexões e parcerias entre diferentes setores. São elas o pilar e o futuro de nossa história

**ROSA LEMOS DE SÁ**  
SECRETÁRIA-GERAL, FUNBIO

This book, which celebrates 20 years of Funbio, presents pictures, data and collaborators that testify to the results of an endeavour we aim to carry forth for another twenty years. And with one clear goal: to nurture partnerships on effective biodiversity conservation initiatives Brazil-wide.

Funbio grew out of a donation from the Global Environment Facility (GEF) and the efforts of a multidisciplinary group drawn from government, academia, the business community and civil society, and it presses ahead with its vocation for plurality and to build bridges and partnerships across a range of sectors. These are the cornerstone and the future of our history.

**ROSA LEMOS DE SÁ**  
CEO, FUNBIO



**FUNBIO**

---

HÁ 20 ANOS  
CONSERVANDO  
O FUTURO

---

20 YEARS  
CONSERVING  
THE FUTURE

